



UMA NOVA (*DES*)ORDEM NAS CIDADES

O MOVIMENTO DOS SUJEITOS NÃO DESEJADOS NA
OCUPAÇÃO DE GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS

MÁRCIA PELÁ





Márcia Cristina Hizim Pelá é professora do Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser, presidente da Associação Cultura, Cidade e Arte e coordenadora do Poli(s)íntese: grupo transdisciplinar de estudos e pesquisa em educação e cidades. Doutora em Geografia Humana pela Universidade Federal de Goiás/ Universidade de Lisboa, realiza pesquisas em temáticas voltadas à Geografia Urbana e à formação de professores. É uma das organizadoras do livro **Cerrados: perspectivas e olhares** e possui diversos trabalhos publicados em livros, jornais e revistas eletrônicas.

Nesse livro, que é fruto da minha tese de doutorado, faço uma análise do processo de espacialização da classe trabalhadora (sujeitos não desejados), nas cidades-capitais planejadas do Cerrado: Goiânia, Brasília e Palmas. A proposição é que a relação dialética entre a norma e vida, por meio do trabalho e das práticas socioculturais, promove deslizamentos de sentidos nas formas e nos conteúdos dos espaços urbanos dessas cidades-capitais planejadas do Cerrado provocando, assim, uma nova (des)ordem nestas cidades. Nova (des) ordem essa que demonstra que, apesar destas cidades serem construídas e geridas dentro da lógica do modo de produção capitalista, há uma relação dialética, entre o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido que revela que o ser humano, luta, cria, modifica, enfim resiste e (Re) Existe. E ao fazer isto rompe a ordem estabelecida e cria outra ordem nos espaços urbanos que alteram a sua forma e o seu conteúdo.

381 Pelá, Márcia Cristina Hizim

Uma nova (des) ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação de Goiânia, Brasília e Palmas / Márcia Cristina Hizim Pelá. – Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2016.

216 p. Inclui Referências.

ISBN: 978-85-68122-11-2

I. Goiânia, Brasília e Palmas. Cidade. II. Espaço urbano. III. Urbanização. IV. Transformação do cerrado. V. Sociedade urbana. VI. Sociografia. VII. Desigualdade Social.

CDU: 911.375.12 (811.7) (817.3)

FACULDADE ALFREDO NASSER

Diretor Geral

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-Diretor

José Carlos Barbosa Soares

Diretor Acadêmico

Prof. Dr. Carlos Alberto Vicchiatti

Diretor de Relações Institucionais

Prof. Luiz Antonio de Faria

Diretor de Desenvolvimento

Prof. Divino Eterno de Paula Gustavo

Diretor Financeiro

Leandro Júlio dos Santos Faria

EXPEDIENTE

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editor-assistente

Peterson Daniel Vieira

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima

Eliana Batista Pires e Silva

Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Peterson Daniel Vieira

Capa

Cleyton Nascimento

Responsável técnico

Daniel Flávio Santos Rezende

FACULDADE ALFREDO NASSER

**UMA NOVA (DES)ORDEM NAS CIDADES:
o movimento dos sujeitos não desejados
na ocupação de Goiânia, Brasília e Palmas**

**Aparecida de Goiânia
2016**

ISBN: 978-85-68122-11-2

AGRADECIMENTOS

Aos “sujeitos não desejados” nos espaços privilegiados de Goiânia, Brasília e Palmas por me apresentarem com suas histórias de vida. Nos encontros calorosos de suas moradas e trabalhos, muitas vezes regados a lágrimas e soluços, abriram os arquivos de suas memórias e possibilitaram-me ‘viajar’ no tempo e no espaço.

Trilhei caminhos que jamais imaginei percorrer.

A vocês, muito obrigada! Vocês rasgaram, com muita doçura e carinho, cortinas que, algumas vezes, insistem em me cegar.

Durante séculos, a Terra foi o grande laboratório do homem; só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel.

Lefebvre, 2001.

PREFÁCIO

A leitura de um texto longo ou breve requisita atenção: qualquer que seja o texto lido, ele traz nas linhas – e nas entrelinhas – marcas do tempo que ultrapassa a sua configuração enunciativa. Todo texto é, de certa maneira, um registro ou um documento das trajetórias do autor que o constituiu. Não apenas um registro, mas os seus pegos diários, a sua luta, os seus sonhos, as suas esperanças. As informações contidas, e também o estilo, a posição teórica, o modo de argumentar, a interlocução com outros autores, as ênfases, e, inclusive, as interrogações, são, assim, um passe de letra: uma pessoa torna-se autor armado de punhos simbólicos na necessária batalha de ideias, sem a qual a sua vida política não pulsa. E a sua vida pessoal esboroa-se em medo e em frangalhos.

A vida de Márcia Cristina Hizim Pelá...

Márcia, há bastante tempo, estuda e pesquisa temas ligados à cidade. Antes, contudo, muito jovem, ainda no movimento político secundário, juntava-se a outros jovens; organizava estratégias; esforçava-se para compreender a conjuntura e estrutura social. Já naquela idade, a cidade era vista não apenas pelos monumentos, objetos arquitetônicos e de engenharia, ou pela imensa morfologia e funções desempenhadas por lugares, paisagens, vãos. A cidade era vista como perspectiva de mudança, de luta, de enfrentamento.

Esse código ou essa sina – da vida coletiva como maneira de organização – foram seus companheiros de viagem na cidade de Goiânia, onde nasceu e mora; nas cidades dentro do Brasil, nas quais desenvolveu experiências profissionais como promotora cultural; fora de Goiás, onde realizou cursos focando os estudos urbanos e desenvolveu experiências pedagógicas, como São Paulo, e em outros países, onde fez estágios no campo do planejamento urbano em nível de doutoramento, fez campo e observou cenas de ocupação do espaço público e da formação ideológica da cidade como mercadoria.

A sua leitura política da cidade, implicada também do encontro profissional com músicos, artistas populares, poetas, teatrólogos, atores, circenses, intelectuais, aos poucos – e com consistência –, somou-se por meio da arte, da cultura e dos acontecimentos cotidianos. A visita ao mercado central; o batuque de Samba; a roda de chorinho; o Quintal musical; a feijoada no bar da esquina; o movimento das torcidas do futebol; o modo como a juventude se comporta nas praças; o mar de linguagens de uma feira popular; o frenesi do trânsito; a veiculação da memória e do patrimônio arquitetônico; a organização dos migrantes; as estratégias de moradia; a marcha da passeata – e tantos outros eventos, situações e práticas – integraram-se à leitura dos conflitos sociais que matizam as cidades, especialmente as

metrópoles brasileiras por sangue na calçada, sequestros relâmpagos, negócios escusos de capitalistas imobiliários, mendigos esfomeados, vendedores apressados.

A vida da Márcia entrou na ideia de cidade; a ideia de cidade diz respeito à vida da Márcia. Daí, o seu veemente declínio às análises abstratas que, costumeiramente, fecham-se nos jargões academicistas, e a sua posição irrefreável contra as soluções tecnocráticas do planejamento urbano feito em gabinetes. O seu protesto mira todas as concepções que não enredam as práticas, a obra urbana, como as leituras que separam a cultura ou o cotidiano das maquinações de um processo de acumulação que opera o sofrimento urbano, o sofrimento humano e ambiciona a concentração de capital, o lucro como esfera única de possibilidade.

Caminhando no cérebro da Márcia... Ou nas suas referências... ou nas suas construções...

Ao desenvolver longa, acurada e prodigiosa pesquisa em nível de mestrado e doutoramento – e, ao desembocar nos estudos do Sujeito como centro da obra urbana na análise de três cidades planejadas do Cerrado brasileiro: Goiânia (GO), Brasília (DF) e Palmas (TO) e integrar o campo da investigação entre política, economia e cultura por meio da perspectiva espacial –, foi possível costurar, de fato, uma tese que contribui para ler o Cerrado pela cidade; ler a cidade pela ocupação do Cerrado. Disse a Márcia que,

“O movimento de espacialização dos sujeitos não desejados nas cidades-capitais planejadas no Cerrado, por meio do trabalho e das práticas socioculturais, promove deslizamentos de sentidos nas formas e nos conteúdos dos seus espaços urbanos provocando, assim, uma nova (Des)ordem nestas cidades”.

A sua perspectiva estava balizada: *trata-se de inverter a lógica de análise socioespacial de cima para baixo que coloca em evidência a forma e o produto final, irradia as desesperanças, congela a utopia e mutila as possibilidades de transformação tanto humanas como sociais.* Ou seja, o que a autora propõe é “uma análise socioespacial a partir da sociabilidade do homem simples” (MARTINS, 2008), isto é, dos **Sujeitos não desejados**.

O seu caminho teórico-político põe os dedos na ferida assim:

Mesmo Goiânia, Brasília e Palmas sendo cidades planejadas pelo e para o capital, não haverá norma, planejamento ou gestão que se rendam completamente ao movimento da vida. As cidades das pranchetas e dos acordos, ao serem erigidas, são, de uma forma ou de outra, as cidades dos sujeitos sociais. É a máxima do espaço geográfico de que as relações e ações humanas espacializam-se. Tais ações e relações, ao se espacializarem, irão delinear a cidade real na cidade ideal. Os espaços idealizados inicialmente para ser cartesianos, homogêneos e isotópicos transformam-se – a partir do

movimento da vida – em espaços desviantes, heterogêneos e heterotópicos. É exatamente este movimento que se denomina, aqui, de ‘deslizamentos de sentidos’.

Com os estudos, a pesquisadora percebe e contribui para que entendamos que há uma nova ordem urbana no Cerrado Brasileiro; esta ordem do capital somente foi possível desordenando multidões de camponeses; gerando desigualdade social e segregação urbana; violentando modos de vida, práticas culturais, afetos e memórias.

Jovem e inquieta, perspicaz e atenta, a autora deposita no seu trabalho um sentido pedagógico: deseja compor uma massa crítica; permanecer do lado dos trabalhadores – e seguir o seu caminho no mundo. O trabalho é um modo de crer na capacidade de mudança promovida pelas organizações coletivas de trabalhadores, inserindo as ideias na utopia social. Desta feita, a crítica encosta as mãos no possível, abre-lhe fendas e passagens.

Eguimar Felício Chaveiro

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS: das inquietações à pesquisa	13
CAMINHOS INICIAIS: da problematização à hipótese	16
CAPÍTULO I - ESTRATÉGIA DA IMPLANTAÇÃO DE GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO CERRADO E DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	24
1.1 Cidades-capitais projetadas no Cerrado: da estratégia à consolidação do Brasil integrado, moderno e urbano	24
1.2 Goiânia, Brasília e Palmas: moldes e modelos para a ocupação e transformação do Cerrado	33
1.3 Trabalhadores construtores: entre a exclusão, a resistência e a (Re)Existência	49
CAPÍTULO II - GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS: entre processos, concepções e poderes	63
2.1 As cidades como o <i>locus</i> político, territorial e sociocultural da sociedade urbana brasileira	63
2.2 Antes das cidades, do espaço geográfico e do urbano	70
2.3 Os teóricos e as suas concepções sobre cidade	75
2.4 Cidades Planejadas: entre mitos, ideologias e relações sociais	82
2.5 Goiânia, Brasília e Palmas: sob a ótica e a concepção do poder	94
CAPÍTULO III - ESPAÇOS URBANOS DE GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS: entre desigualdades, contradições, práticas socioculturais e deslizamentos	105
3.1 As desigualdades dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas	105
3.2 Matrizes da formação, dos conflitos e dos deslizamentos do/no território brasileiro	123
3.3 Práticas socioculturais: vetores de dominação, resistência e (Re)Existência da sociedade urbana em curso	130
3.4 Os deslizamentos de sentidos nas cidades-capitais planejadas no Cerrado ...	137
CAPÍTULO IV - A DIALÉTICA DE TUDO ISSO	149
4.1 Pressupostos iniciais	149
4.2 Do movimento à desordem no espaço urbano de Goiânia	151
4.3 Do movimento à desordem no espaço urbano de Brasília	160

4.4 Do movimento à desordem no espaço urbano de Palmas	171
4.5 As marcas da classe trabalhadora nos conteúdos dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS	204

PRIMEIRAS PALAVRAS: das inquietações à pesquisa

As proposições apresentadas nesse livro surgem em 2000 por ocasião do processo da candidatura da cidade de Goiás/GO, junto à Unesco, ao título de Patrimônio da Humanidade.

No seio daquela movimentação – a qual tivemos a oportunidade de acompanhar *in loco* e que incluía, entre outras questões, a preparação da cidade e da documentação necessária (relatório técnico, levantamento e identificação dos bens; cartografia e foto-imagem e vários outros requisitos necessários ao pedido de patrimonialização) –, tentávamos enxergar onde estava a humanidade anunciada pela Unesco e propagada pelos agentes diretos da patrimonialização, considerando que não conseguíamos vislumbrar, na forma e no modo que estava sendo conduzido o processo, onde estariam contempladas as memórias e a história dos escravos e tantos outros sujeitos que ajudaram a edificar e constituir a cidade de Goiás.

Esta inquietação intensificou-se quando a Sociedade Cultura, Cidade e Arte, entidade do terceiro setor da qual faço parte, foi convidada pela representante da 14ª Superintendência Regional do IPHAN a participar do movimento Memória, Futura Memória, que elaborou o pedido ao IPHAN Sede (em Brasília) de tombamento do traçado original de Goiânia, capital de Goiás. Diga-se de passagem, fomos os poucos neste grupo que defenderam o reconhecimento de valores e patrimônios diferentes do acervo arquitetônico e urbanístico oficial.

O nosso entendimento, já naquela época, mais especificamente em 2002, era de que os objetos construídos pelos seres humanos trazem consigo o seu modo de sentir, de perceber, de pensar, de agir, enfim, de integrar e interagir no mundo. Por isso, lutamos para que o tombamento contemplasse o patrimônio imaterial. Queríamos que os participantes do grupo percebessem que aquele traçado não era apenas um amontoado de ruas e prédios do século XX, mas a memória viva (coletiva e individual) de vários sujeitos e, por conseguinte, da cidade de Goiânia.

Entretanto, o tombamento baseou-se unicamente no viés do acervo arquitetônico e urbanístico, ou seja, a obra – Goiânia – mais uma vez estava se (a)sujeitando e os sujeitos se coisificando. Desde então assistimos a uma propagação por meio dos órgãos oficiais e de parte da imprensa, unilateral e tendenciosa, da história e da memória do processo de construção e ocupação de Goiânia.

Contudo, por saber que este processo é dialético e, por conseguinte, não acontece em via única, procuramos um ambiente que nos acolhesse e possibilitasse a realização de uma pesquisa que pudesse abarcar tais inquietações. Esta pesquisa resultou na dissertação de

mestrado: “Goiânia: o mito da cidade planejada”, defendida em 2009, no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde tivemos a oportunidade de detectar:

a. Que as práticas socioculturais, materiais e imateriais, ininterruptamente, irão incidir na feição e no conteúdo de qualquer espaço urbano (planejado ou não);

b. Que as cidades são obras que servem de mediação entre a ação e o sujeitos sociais;

c. Que por onde o capital passa a tendência é de que quase tudo sofra uma espetacular transformação de conteúdos e significados, visto que: a cidade vira sujeito, o sujeito se ‘coisifica’; as mercadorias adquirem vida nas relações sociais; a cultura e a memória transformam-se em produtos mercadológicos; a subjetividade e o trabalho tornam-se alvos de mais-valia; enfim, a vida passa a ser mediada pela capacidade de consumo e não pelas relações sociais. É o exemplo do conceito de fetichismo cunhado por Marx (2008);

d. Que não há planejamento linear que resista ao movimento cotidiano da vida, pois a cidade, ao tornar-se lócus das ações e dos desejos humanos, passa a ser uma aspiração de todos, o que gera contradições, disputa e criação de territórios;

e. Que as contradições iniciais do processo de implantação de uma cidade, como a segregação espacial e a desigualdade socioeconômica, alastram-se na mesma velocidade que o crescimento de sua população;

f. Que este aumento populacional também gera um amálgama sociocultural ainda mais complexo, por isso, a cidade não pode ter apenas uma única identidade;

g. Que a memória da cidade é formada pelas várias histórias de vidas que construíram e ocuparam o tecido urbano da cidade;

h. Que o velho autoritarismo algumas vezes vem travestido de novo e moderno, melhor dizendo, de contemporâneo;

i. Que os sujeitos não desejados nos espaços planejados, tanto intelectual como economicamente, são imprescindíveis para a sua concretização.

Todos estes elementos, além de nos municiar para um melhor entendimento da dinâmica socioespacial de uma cidade planejada, como Goiânia, também revelam que quanto mais os espaços são vivenciados, mais importantes são para a existência; e quanto mais problemáticos – contraditórios –, mais se criam deslocamentos, trajetórias e fronteiras materiais e imateriais: o espírito das cidades é formado pelo acúmulo de vivências cotidianas.

Acrescentamos aqui a nossa participação na Pesquisa do Mapa Cultural de Goiás, realizada pelo IESA-UFG e pelo Pontão de Cultura República do Cerrado, que nos forneceram elementos que permitiram compreender que é próprio da cultura e de sua função

política apetecer a fome de mundo que há no sujeito humano. Ela cumpre esse papel pela via da formação de “crenças enraizadas”. Ou seja, o próprio sujeito – o goiano da tradição ou o goiano que é filho da modernização, por exemplo – possui uma memória arquetipal ou valores registrados no inconsciente, perante os quais ele estabelece a sua visão de mundo que abastece as suas ações sociais.

Essas crenças nem sempre são decodificadas e facilmente enunciadas, uma vez que podem se encontrar nas estruturas morais e do caráter de um sujeito, mais que em suas filiações institucionais ou em suas adesões discursivas e externas. Daí serem o núcleo de mudança do sujeito, visto que acreditamos ser difícil haver mudanças sociais profundas sem que haja mudança do afeto e do desejo. A raiz cultural de um povo não é facilmente dizimada. As ações dos símbolos possuem fortes laços com a transformação material – ou sociohistórica – do mundo real e a implicação do material no imaterial, e destes no mundo sociohistórico. Elas realizam também a politização do invisível. Ou seja, o sentido político da cultura enseja a criação de uma emoção que fomenta a consciência história e realiza a percepção dos fundamentos do próprio sujeito que a concebe.

A junção dos pressupostos das duas pesquisas acima relatadas nos permite afirmar que a cultura se revela em qualquer situação; no entanto, a sua interpretação pura e simples, descolada do contexto econômico e histórico da época, do objeto em estudo e dos sujeitos sociais, acarreta uma interpretação reducionista da realidade. Por esta razão, optamos por estudá-la a partir das representações sociais, das experiências cotidianas das vidas e aliada aos contextos sociais, históricos e econômicos dos sujeitos sociais, prioritariamente os sujeitos não desejados nos espaços “privilegiados”, que participam e constroem a dinâmica socioespacial das cidades.

A partir deste prisma, foi necessário olhar as cidades de diferentes maneiras, buscando compreender que não é a paisagem do lugar *per se* que nos atrai ou retrai, é o nosso modo de olhar o espaço, muitas vezes egocêntrico e seletivo, que nos aponta para o que queremos como “nosso lugar”.

A paisagem, segundo Santos (2002), representa as ações humanas cristalizadas no espaço. Com isso, ela é movimento. Então, entender a paisagem não é apenas descrever e identificar as questões físicas que a compõem. É, também, saber decifrar suas cores, seus cheiros, suas vozes, seus olhares, enfim, a vida que pulsa e que, muitas vezes, está encoberta pela fumaça refinada da contemporaneidade, fumaça que, sem uma observação atenta, pode levar à cegueira e impossibilitar a visão de um espaço que abriga vários territórios e, por conseguinte, múltiplas funções de uso e de ocupação.

Esses pressupostos, que podem oferecer elementos para uma análise integrada e mais próxima das realidades existentes no cotidiano desses espaços, instigaram uma maior reflexão sobre as cidades-capitais planejadas no Cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas – e a relação dialética entre a norma e a vida.

Foi a partir dessa compreensão que se deu a problematização inicial da pesquisa da tese de doutorado que resultou na presente obra.

CAMINHOS INICIAIS: da problematização à hipótese

Analisar o processo de espacialização dos sujeitos não desejados nas cidades-capitais planejadas do Cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas, capitais do estado de Goiás, do Brasil e do estado do Tocantins – é o principal objetivo deste livro. A proposição é a de que a relação dialética entre a norma e vida, por meio do trabalho e das práticas socioculturais, promove deslizamentos de sentidos nas formas e nos conteúdos dos espaços urbanos, provocando, assim, uma nova (Des)ordem nestas cidades.

Em caráter explicativo, calha expor que o termo 'sujeitos não desejados' foi cunhado por mim na dissertação de mestrado¹ para referir-se aos trabalhadores construtores da cidade de Goiânia, uma vez que, apesar de estes trabalhadores representarem maior contingente envolvido no processo de construção de Goiânia, não havia sequer um espaço a eles reservado no plano original. Tal fato levou à constatação da relação que se tentou imputar entre a temporalidade da construção destas cidades e o direito destes operários de nelas residirem, ou melhor, o direito de usufruírem de suas obras nas e das cidades que contribuíram para edificar.

Não menos importante é a conquista inicial de território pelos sujeitos não desejados, um dos exemplos claros das contradições e complexidades do processo de construção e ocupação da capital goiana, visto que, por mais que os agentes e detentores do poder do Estado não os quisessem residindo na cidade, a força de trabalho desses sujeitos era imprescindível para a sua materialização (PELÁ, 2009).

Em outras palavras: o processo de espacialização dos sujeitos não desejados na cidade de Goiânia, ao revelar os desencontros de tempos e possibilidades, explicita a dialética

¹ A referida dissertação de Mestrado, intitulada “Goiânia: o mito da cidade planejada” teve como proposta central discutir como as práticas socioculturais, materiais e imateriais incidiram diretamente na feição e no conteúdo do espaço goianiense no período de 1930 a 1950, observando as transformações ou, até mesmo, a desconfiguração do plano original, que implica, entre outras características, o conflito entre a norma e a vida.

existente nas contradições e nos abismos entre a produção social e a apropriação privada dos resultados da produção, conforme Marx e Engels (2009, p. 90) já apontavam ao dizer que *todos os conflitos da história têm a sua origem na contradição entre as forças produtivas e o modo de trocas*.

Este fenômeno, que também aconteceu no processo de construção de Brasília e Palmas, perdura até os dias de hoje, revelando que os sujeitos não desejados nos espaços planejados destas cidades não são apenas os trabalhadores construtores. Acrescenta-se a este grupo um enorme contingente de trabalhadores e camponeses que, impulsionados por diversos fatores, como a expulsão do campo e a falta de trabalho, de terra, de moradia e de perspectiva de vida digna, migram para Goiânia, Brasília e Palmas na “esperança” da conquista da cidade, que passa pela garantia de trabalho e de um pedacinho de terra para construir a sua casa e de melhores condições de vida.

Outra constatação importante levantada pela dissertação citada, que também serviu como uma das premissas para a construção deste livro, é que é a partir da construção de Goiânia que a luta de classes (decorrente das novas relações de produção e trabalho do sistema capitalista) e a extração da mais-valia da classe trabalhadora manifestar-se-ão com mais força e assiduidade nesta porção Centro-Oeste do território brasileiro.

Chaul (1999, p. 109), ao discorrer sobre as relações de produção e trabalho entre Estado, trabalhadores (construtores da cidade), construção civil e proprietários de terra no processo de construção de Goiânia, corrobora com esta argumentação ao dizer que *seria das mãos do operário que sairiam os prédios que valorizariam umas ruas, que daria ao proprietário uma renda, que seria retirada da sociedade como um todo e que não retornaria, de forma alguma, ao operário que erguera os prédios*.

Esta ocorrência demonstra que a cidade também será transformada no chão da fábrica. Em outros termos, a cidade torna-se a própria mercadoria e passa a ser o espaço, por excelência, da luta de classes. É a relação de consumo do espaço apregoado por Carlos (2008) ao expor os novos sentidos e valores das cidades na sociedade urbana. Segundo a autora, nesse contexto da cidade como mercadoria, a terra e o solo urbano ganham novos sentidos: passam dos usos improdutivos destinados à plena realização da vida urbana para usos produtivos. E os lugares, na condição de reprodução econômica do consumo no espaço, tornam-se o próprio o consumo do espaço.

Não se pode negar que, além de Goiânia, as capitais Brasília e Palmas também foram construídas e são geridas dentro desta lógica mercadológica do espaço para o consumo. São cidades inicialmente planejadas, como anunciam Morais (2006), Oliveira (2008), Ribeiro

ISBN: 978-85-68122-11-2

(2008) e Lira (2009), pelo e para o capital. Para alcançar essa estratégia, inúmeras táticas foram usadas: a inteligência urbanista que ilusoriamente camufla o caráter de controle destas cidades; o discurso ideológico que garante a imagem ilusória de cidades-sujeitos e ordeiras; a inteligência urbanística que, a partir da proposta de racionalidade e funcionalidade, garante os espaços segregacionistas e fragmentados na cidade; o ufanismo em torno da necessidade de modernização e integração; enfim, uma conjunção de ações políticas, econômicas e socioculturais para garantir este processo.

Contudo, apesar de comungarmos das análises socioespaciais que partem desses preceitos e compreender a hegemonia desta lógica financeira e mercadológica no processo de configuração dos espaços urbanos, entendemos que eles são insuficientes para compreender a formação dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas, pois, ao privilegiar o produto final da relação capital-trabalho, ignoram a luta dos sujeitos não desejados para se fixarem nestas cidades. Uma luta que tem origem nos primórdios da formação socioespacial do território brasileiro, onde índios, negros, camponeses e, mais tarde, trabalhadores rurais, no intuito de garantir o seu pedaço de terra, ou melhor, os seus territórios, imprimiram a sua marca de resistência e de (Re)Existência.

Essas resistência e (Re)Existência vieram na bagagem de milhares de migrantes que formam o grande contingente populacional dessas cidades-capitais. Por isso, ignorar esta matriz é mutilar a dimensão dialética da realidade histórico-geográfica destas cidades. É aniquilar o significado simbólico, político e social da luta de classes pelo direito à terra e a relação campo-cidade existente no Brasil. É reproduzir o pensar e o agir colonizador, dominante e hegemônico que, ao longo do tempo, vem nos transformando em estrangeiros em face do que realmente somos e vivemos (MARTINS, 2008).

Comungamos com Martins (2008, p. 10) que, ao analisar a sociedade brasileira a partir da sociabilidade do homem simples, dirá que não podemos nos reconhecer e compreender no espelho baço desta cópia. Neste país de bacharéis, falamos muito e imitamos muito. Por isso, é urgente inverter esta lógica de análise socioespacial de cima para baixo que coloca em evidência a forma e o produto final (espaço concebido e percebido), irradia as desesperanças, congela a utopia e mutila as possibilidades de transformação tanto humanas como sociais.

Ora, há um espaço vivido que não pode ser desconsiderado. É nele que se percebe o movimento dos sujeitos não desejados contra a lógica hegemônica do capital. É nele que as contradições – consequentemente a dialética entre o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido; entre o tempo histórico e o tempo social, econômico; entre alienação e criação; entre frustração e possibilidade; entre dominação e insurgência – irão revelar-se e demonstrar

que o ser humano não é passível de alienação total. Ele, o ser humano, luta, cria, modifica, enfim, resiste e (Re)Existe, e ao fazer isto rompe a ordem estabelecida e cria uma nova (Des)ordem.

Esta nova (Des)ordem, de uma forma ou de outra, materializar-se-á nos espaços urbanos e alterará a sua forma e o seu conteúdo. É exatamente neste movimento que se pode vislumbrar a possibilidade da práxis revolucionária ou a dimensão da práxis, visto que, como bem coloca Martins (2008, p. 107), ao fazer uma releitura de Lefebvre, esta práxis funda-se no resgate e na unificação política dos resíduos – concepções e relações que não foram capturadas pelo poder, que permaneceram nos subterrâneos da vida social, virtualidades bloqueadas.

É por este fator que a proposta metodológica da presente obra passou pela dialética, pelo princípio marxiano da tríade “trabalho, terra e capital” e pela tríade lefebvriana ‘espaço concebido, espaço percebido e espaço vivido’. No nosso entendimento, é a partir desses preceitos que será possível compreender a totalidade da formação dos espaços urbanos das cidades-capitais planejadas no Cerrado e retomar a ideia do possível.

Dita totalidade passa pela seguinte conjectura: o capitalismo cria, mas não realiza. Os sujeitos sociais não cessam a busca pela realização da vida na vida, e é neste movimento de busca incessante e contraditória que outras relações, além das apregoadas pela relação trabalho-capital, irão se constituir e consagrar a sua marca e a sua presença no espaço. Esta lógica demonstra que o espaço é tecido como vivência coletiva; por isso, a forma e o modo de ocupação e de não ocupação dos espaços urbanos pelos sujeitos sociais nem sempre são caracterizados pelas necessidades de uso ou pelo valor material. Há, conforme apregoa Massey (2000, p. 179), *muito mais coisas determinando nossas vivências do espaço que o ‘capital’*.

Exemplo desta argumentação são as formas de ocupação, construção e conquista das moradias, conseqüentemente do direito de os sujeitos não desejados nos espaços planejados de Goiânia, Brasília e Palma permanecerem nas cidades, o que, como será demonstrado, transcende a relação capital-trabalho, uma vez que é resultante de processos sociais coletivos, como os mutirões ou autoconstruções.

Esta premissa embasa a assertiva de que, mesmo Goiânia, Brasília e Palmas sendo cidades planejadas pelo e para o capital, não haverá norma, planejamento ou gestão que se rendam completamente ao movimento da vida. Goiânia, Brasília e Palmas: cidades das pranchetas e dos acordos que, ao serem erigidas, seriam e são, de uma forma ou de outra, as cidades dos sujeitos sociais. É a máxima do espaço geográfico de que as relações e ações

humanas espacializam-se. Essas ações e relações, ao se espacializarem, irão delinear a cidade real na cidade ideal. Os espaços idealizados inicialmente para ser cartesianos, homogêneos e isotópicos transformam-se – a partir do movimento da vida – em espaços desviantes, heterogêneos e heterotópicos. É exatamente este movimento que se denomina, aqui, de ‘deslizamentos de sentidos’.

A expressão foi inspirada no ‘deslocamento de sentidos’ cunhado por Barthes (2001) para explicar os diferentes usos da relação simbólica entre o objeto e um significado. O uso publicitário do objeto é um exemplo concreto deste recurso, pois “quando se representa uma cerveja não é essencialmente ela, a cerveja, que constitui a mensagem, mas o fato de estar gelada: há, neste caso, deslocamento. É o que se poderia chamar de deslocamento não mais metafórico, mas por metonímia, isto é, por deslocamento de sentido”.

Desta maneira, considera-se que o deslizamento de sentidos provocado pelos sujeitos não desejados nestas três cidades-capitais é um dos fatores que as coloca na condição de territórios em disputas pelas diferentes classes sociais que as constituem, uma vez que demonstra e espacializa as contradições existentes no modelo de produção e no modo de vida apregoados pelo sistema capitalista. É exatamente este fator que dá subsídios para a defesa de que há uma nova (Des)ordem nos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas.

Desde o início da construção e ocupação destas cidades, pode-se constatar esta conjectura, uma vez que o conteúdo e a forma dos planos originais foram sendo alterados devido à ocupação dos sujeitos não desejados em áreas que não eram a eles previstas. Em Goiânia, destacam-se o Setor Leste Vila Nova e o Bairro Botafogo (hoje Setor Universitário). Em Brasília, Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirantes), Vila Sara Kubitschek (originou a cidade satélite de Taguatinga), Núcleo Provisório Vila Amaury (originou a cidade satélite de Sobradinho), áreas de acampamentos ligados à NOVACAP² (hoje Candangolândia) e áreas de acampamentos ligados a construtoras particulares (hoje Vila Planalto). Já em Palmas, as Áreas Residências Noroestes (ARNO) 31, 32 e 33 e os Jardins Areny I, II, III e IV³ são exemplos que confirmam esse conceito.

Este fenômeno estende-se até os dias atuais e configura-se tanto nos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas como nas cidades que fazem parte das suas regiões metropolitanas ou de suas áreas de influências. Todavia, tendo em vista que esta obra propõe

² A NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) foi criada em 19 de setembro de 1956 pela lei nº 2.874, a mesma que dispõe sobre a transferência da capital federal, e tinha como objetivo planejar e executar serviços de localização, urbanização e construção da futura capital do Brasil.

³ No decorrer do trabalho, são apresentados os mapas com as referidas áreas.

uma análise socioespacial a partir da dialética, ressalta-se que se tem ciência de que os deslizamentos de sentidos gerados pelos movimentos dos sujeitos não desejados para se espacializarem nas cidades-capitais do Cerrado, ao mesmo tempo que promoveram e ainda promovem possibilidades, também geraram e ainda geram “problemas” na gestão e administração destas cidades, como os de mobilidade, de violência, de trabalho, de habitação, de saúde, de educação, atingindo o “bom funcionamento” e a ordem almejada. Como bem diz Villaça (1978), a urbanização, que é um fenômeno essencialmente econômico, ainda é privilégio de “poucos”.

Ademais, estes problemas são, hoje, um dos grandes desafios dos gestores e ordenadores territoriais. Porém, diferentemente do que é apregoado, principalmente pela grande mídia, os problemas estruturais, espaciais, econômicos e administrativos das cidades não são ocasionados pela classe trabalhadora ou “pelos vândalos”, mas por uma lógica hegemônica que implementa um planejamento e ordenamento socioterritorial desigual e concentrado, criando-se, assim, lutas e disputas decorrentes dos abismos entre a produção social e a apropriação privada dos resultados da produção.

Cabe, todavia, ressaltar que igualmente se tem consciência da força da norma e do capital, bem como de que o desenvolvimento urbano no Brasil sempre se esquivou do enfrentamento da questão fundiária, *conservando velhas alianças que sustentam o poder político* (MARICATO, 2001, p. 93). Os reajustes políticos, econômicos e espaciais implantados pelos gestores nada mais são que estratégias para a acomodação do modo de produção capitalista, que alteram as formas políticas, econômicas, de gestão e ordenamento do território, de urbanização e, conseqüentemente, as formas de resistências, de luta e de deslizamentos. São estas questões que, aliadas às imateriais, estabelecem concomitantemente as diferenças e as relações existentes entre as cidades-capitais planejadas do Cerrado.

Entretanto, recobra-se que o foco neste livro é analisar o processo de espacialização dos sujeitos não desejados nestas cidades, uma vez que é a partir das suas ações e relações de resistência e (Re)Existência que será possível entrever o movimento – ou pelo menos os resíduos do movimento – que promove os deslizamentos e constitui outras lógicas que não as instituídas pelo capital. Por isso, destaca-se que há outros vetores que empreenderam os deslizamentos e que contribuem para esta nova (Des)ordem destas cidades, como as imbricações entre tradicional-moderno, agrário-industrial, mobilidade-trabalho, rural-urbano, norma-vida e uso-troca.

Pertinente argumentar, desde já, que as três cidades-capitais foram construídas no século XX – Goiânia, em 1933; Brasília, em 1960, e Palmas, em 1990 –, período que marca o

declínio da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial no Brasil, razão pela qual podem ser consideradas como parte do processo de industrialização, urbanização e expansão das relações capitalistas de produção no país ou, melhor dizendo, representam a materialização da expansão do modo de produção capitalista via modernização do território.

Cabe, todavia, destacar que, apesar de essas cidades terem sido criadas no mesmo século e fazerem parte de um mesmo processo – o de expansão do modo de produção capitalista via modernização do território brasileiro e cerrado –, os momentos de suas criações são diferentes. Goiânia é criada durante o período (1930 a 1960) caracterizado pelo início do processo de modernização, industrialização e urbanização do território brasileiro. É a fase do nacionalismo-desenvolvimentista que, segundo Oliveira F. (2003), tem um predomínio da ação política em detrimento da ação econômica, em que o Estado se amolda às estruturas do país (incentiva a produção nacional; impulsiona o deslocamento da população do campo para a cidade; excita e regulamenta a mão de obra assalariada etc.) para que a economia brasileira fosse inserida no sistema capitalista de produção.

Igualmente, é neste período que se inicia o processo de modernização do Cerrado, visto que modernizar e ocupar as terras cerradeiras são algumas das condições para que de fato haja uma integração do país que permita a maior fluidez do capital e da nova produção industrial em curso.

Brasília é inaugurada no momento de transição entre o nacionalismo-desenvolvimentista e a internacionalização da economia brasileira. Neste período, o Brasil já se caracterizava como um país industrial, visto que, segundo Oliveira F. (2003, p. 35), *em 1956, pela primeira vez, a renda do setor da indústria superou a agricultura*. A criação da nova capital federal aliada a esta conjuntura foram pré-condições para iniciar a segunda fase deste processo (1964 a 1990) que teve como principal característica o prevaecimento da ação econômica em detrimento da ação política. O objetivo é a aceleração do processo de acumulação capitalista no país e, por isso, haverá a abertura do país para o capital internacional por meio da instalação de multinacionais, principalmente das montadoras de automóveis, e o aumento da malha viária para consolidar a integração do país.

É importante ressaltar que esta fase será marcada pela ditadura militar que garantirá “a ordem e o progresso” por meio da repressão e do controle socioterritorial, bem como pelas chamadas mudanças estruturantes do processo de modernização do Cerrado em que serão criadas as condições para a intensificação da sua ocupação e mecanização com o intuito de promover, segundo Teixeira (2005, p. 28), *a chamada ‘industrialização da agricultura’*,

sendo esta cada vez mais subordinada à indústria e, conseqüentemente, uma maior subordinação da natureza ao capital.

Já Palmas é inaugurada no período que marca a inserção do país na modernização decorrente da fase do capitalismo, caracterizada pelo pós-fordismo e pela globalização. A base econômica é a acumulação financeira e a economia liberal que privilegia o privado em detrimento do público. Já na política a principal característica é a implantação de um Estado mínimo que, por meio de ajustes fiscais, privatizações de empresas, enxugamento dos gastos público-sociais e de reformas administrativas, promove um total desmonte da estrutura nacionalista-desenvolvimentista.

Por isso que esse período, que se inicia em 1990 e se estende até os dias de hoje, tem como principal característica o desaparecimento das diferenças entre ação política e econômica. Concomitantemente, na região do Cerrado haverá um fortalecimento das agroindústrias com a desregulamentação estatal da agropecuária brasileira e a liberalização do mercado, favorecendo a entrada e controle do setor por grandes empresas do Complexo Agroindustrial, especialmente às estrangeiras (OLIVEIRA, F., 2003; TEIXEIRA, 2005).

Esta conjuntura é um indício da relação que há entre o processo de modernização dos territórios brasileiro e cerradoeiro com a construção das três cidades-capitais planejadas no Cerrado. Desta forma, procurar-se-á nesta obra, entre outras coisas, desvelar o papel que o Estado desempenhou neste processo, uma vez que se tratava de introduzir um novo modelo de acumulação qualitativa e quantitativa. Falando de outra maneira, não bastava somente construir um novo modelo de base urbano-industrial: havia também a necessidade de uma reestruturação do modelo agrário-exportador. Por isso, parafraseando Oliveira F. (2003), é preciso compreender a quem serviu ou serve o desenvolvimento do Brasil.

A partir dessas assertivas, que servem como base para as problematizações a seguir, questiona-se: quais as são as principais estratégias da implantação de Goiânia, Brasília e Palmas no processo de ocupação e transformação do Cerrado e do território brasileiro? Como se deu a produção do espaço urbano das cidades-capitais planejadas do Cerrado? Como foram se configurando os espaços de (Re)Existências ou sublevação nas cidades-capitais do Cerrado? Qual é a dimensão da ação de ocupação dos sujeitos não desejados para estabelecer uma nova (Des)ordem nas cidades-capitais planejadas do Cerrado?

Estas e outras indagações serão respondidas ao longo do livro! A todos, uma boa leitura!

CAPÍTULO I

ESTRATÉGIA DA IMPLANTAÇÃO DE GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO CERRADO E DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

1.1 Cidades-capitais projetadas no Cerrado: da estratégia à consolidação do Brasil integrado, moderno e urbano

O processo de ocupação e de transformação do Cerrado a partir do século XX foi determinante para a sua transformação de Bioma para Território. Em pouco mais de oitenta anos, presenciou-se a conjunção de estratégias e ações políticas, econômicas, socioculturais e ideológicas que transformaram este bioma – à época considerado pobre e improdutivo e que se caracterizava por uma ocupação rural em que se desenvolviam, basicamente, pecuária extensiva aliada à agricultura de autoconsumo – em um dos *hotspots* de biodiversidade do planeta e em uma das principais molas propulsoras do agronegócio do país.

Não só isso. O lugar dos tempos lentos, dos solos pobres e improdutivos e das vegetações deformadas e feias tornou-se um lugar profícuo e estratégico para implantar o novo ideário e “modelo” de nação. A predicação negativa sobre o Cerrado e seus sujeitos foi construída pelo imaginário economicista, segundo o qual aquele aparecia como “algo”, frisa-se, pobre e improdutivo que se caracterizava por uma ocupação onde se desenvolvia, basicamente, pecuária extensiva aliada à agricultura de autoconsumo⁴.

Sobre o assunto, Silva (2005, p. 24) alega que:

Devido às duras condições climáticas, edáficas e hídricas que determinam a existência do Cerrado, criou-se um dogma de que este é apenas um tipo de vegetação pobre, constituída somente de árvores tortas sobre terras secas e ásperas. Esta idéia de pobreza e rusticidade do solo do Cerrado, de certa forma, influenciou a percepção de vários habitantes deste ecossistema que, desde o período colonial, foi retratado como um lugar de atraso que deve ceder à modernização.

E foi exatamente o que aconteceu: o Cerrado foi modernizado. As “miseráveis terras” de outrora transformaram-se em um território fértil e apropriado para a edificação de uma nova capital federal e duas capitais estaduais, para a indústria da construção civil, para o turismo de

⁴ Segundo Estevam (2004, p. 16), “Agricultura e pecuária em Goiás não podem ser vistas, no contexto do século XIX, como atividades estanques ou separadas. A agricultura explorada no território era a agricultura camponesa caracterizada pela fraca utilização de insumos e pela predominância do trabalho familiar”.

negócios e cultural, para a arquitetura moderna e contemporânea, para a mecanização do campo, para o agronegócio, para as firmas e grandes corporações; enfim, passou a ser objeto de desejo de milhares de brasileiros que buscavam, e ainda buscam, trabalho, moradia e melhores condições de vida.

Entretanto, este processo não foi tranquilo; muito pelo contrário, foi – e ainda é – marcado por conflitos e disputas que se desencadearam no campo e nas cidades planejadas. No campo porque, além de comprometer a sua biodiversidade, também afetou a sua sociobiodiversidade, uma vez que este processo promoveu a (des)territorialização de uma parcela considerável dos povos que ali habitavam. Nas cidades planejadas porque, apesar de ser deflagrado aos quatro cantos que elas receberiam de braços abertos todos os brasileiros que quisessem melhorar de vida, não havia nos seus projetos iniciais um lugar digno para esta massa de trabalhadores (des)territorializados, expulsos de suas terras originais.

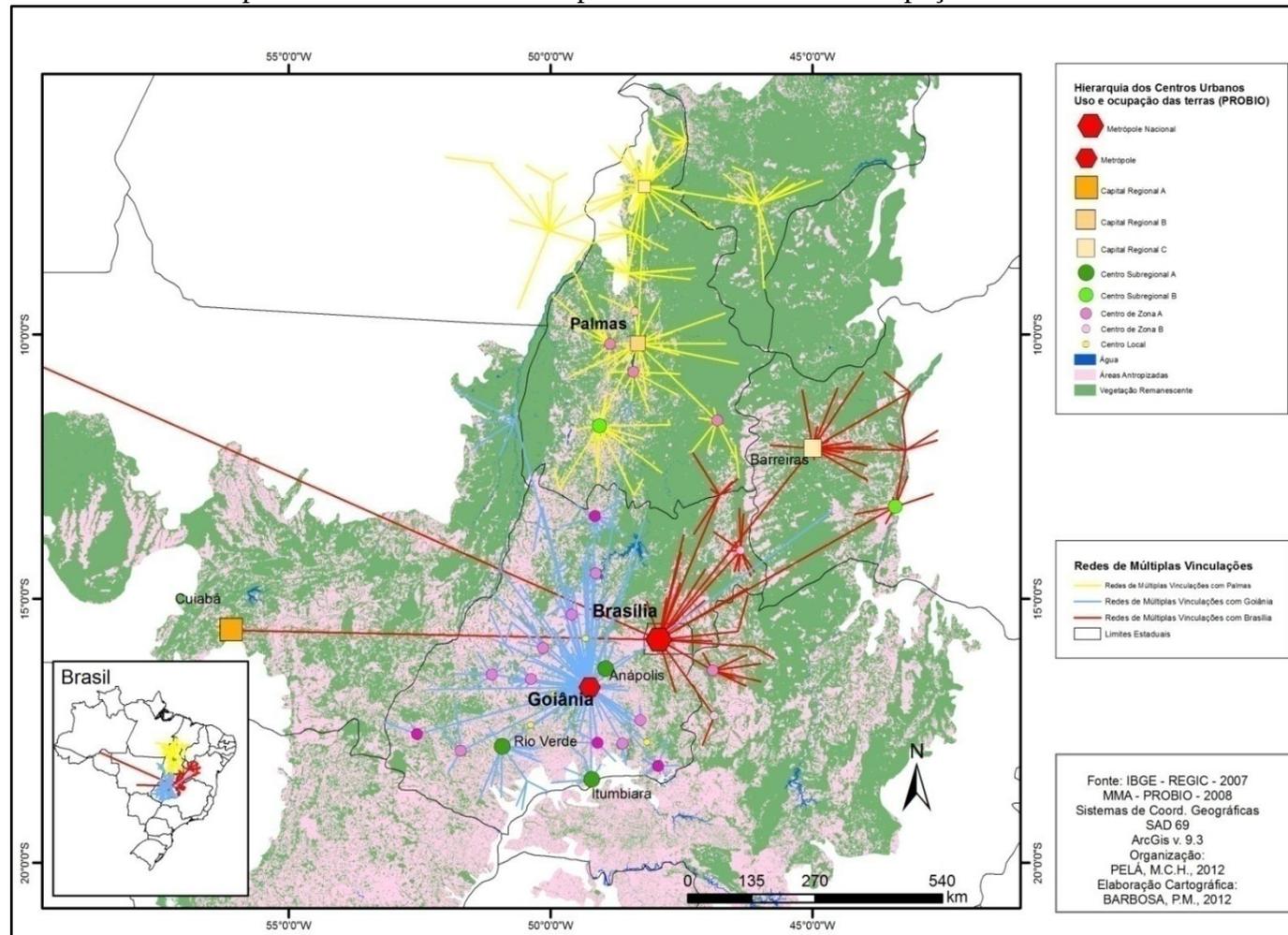
Por isso, defende-se que as edificações de Goiânia, Brasília e Palmas estão intrinsecamente relacionadas com a transformação, em um tempo histórico curto e denso, do bioma Cerrado em território, uma vez que a ideologização em torno das cidades planejadas foi mais uma das estratégias de poder para: formar a massa urbana necessária para concretizar o projeto de “modernização” e urbanização do território brasileiro; conter as revoltas da classe trabalhadora tanto do Sudeste como do Centro-Oeste brasileiro; possibilitar o controle socioterritorial do Estado sobre esta classe trabalhadora e garantir a substituição, em um primeiro momento, da oligarquia rural-agrária para a urbano-industrial.

Nesse sentido, para se compreender tanto a dinâmica como o arranjo espacial atual é fundamental considerar os contextos políticos, econômicos, socioespaciais e históricos de cada uma dessas três cidades-capitais, o que pressupõe uma forte ligação entre elas e suas localizações. Isso significa que, conforme elucida Barreira (2009, p. 77), “a cidade e a região formam um todo inseparável”.

Não obstante, esta inseparabilidade não pode ser almejada apenas em escala regional e interurbana, mas também em escala nacional e global. É na conjunção dessas escalas que será possível captar a integralidade deste processo que inclui a construção das três cidades-capitais planejadas no Cerrado, a modernização do território brasileiro, a redivisão territorial do trabalho e, por fim, a transformação do Brasil em urbano-industrial.

Estes pressupostos permitem elucubrar que o projeto de modernização, integração e desenvolvimento do Brasil passou necessariamente pela ocupação e transformação do Cerrado, mais especificamente no Centro-Oeste do país, onde se localizam as três cidades-capitais planejadas (mapa 1).

Mapa 1 – Redes urbanas das capitais do Cerrado e uso/ocupação do Cerrado



Não é por acaso que se optou em elaborar o mapa 1 com as bases de dados do Probio, que retratam o uso/ocupação que ocorreu durante estas últimas décadas no Cerrado, e do REGIC⁵, que demonstram as redes de influências de Goiânia, Brasília e Palmas. A conjugação dessas bases de dados em um só mapa possibilita retratar a relação entre as localizações das cidades-capitais planejadas, a devastação/ocupação/urbanização do Cerrado e o processo de integração e urbanização do território brasileiro.

Outro apontamento que se pode extrair das informações do mapa 1 é que, considerando o processo e o tempo de criação de cada capital (Goiânia-1933, Brasília-1960 e Palmas-1990), bem como a expansão e deslocamento da fronteira agrícola, as áreas mais devastadas do Cerrado coincidem com a localização das cidades-capitais planejadas do Cerrado e, por conseguinte, com as áreas mais antropizadas da região Centro-Oeste/Norte. Em outras palavras: a urbanização e o urbano serão a contrapartida à devastação e desruralização do Cerrado.

Marx (2008) auxilia nessa asseveração ao dizer que o domínio da agricultura pelo capital passa ser um elemento fundamental para que o capitalismo aconteça em sua plenitude, visto que isso é

uma forma histórica específica de propriedade fundiária, em que transformou, por influência do capital e do modo de produção capitalista, a propriedade fundiária feudal ou a pequena economia camponesa de subsistência. Nesta, para o produtor imediato, a posse da terra se patenteia uma das condições de produção, a propriedade da terra, a condição mais vantajosa, condição para que seu modo de produção floresça. O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção, e, do mesmo modo, na agricultura, subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro (Ibid, p. 23).

É justamente aí que se percebe a relação que há entre o agronegócio, a cidade, o trabalho e a renda fundiária. Ora, para que o modo de produção capitalista se expandisse e, por conseguinte, se apoderasse de todas as esferas da produção da “nova” sociedade brasileira era necessária uma transformação nas relações de propriedade, produção e de trabalho existente nas terras cerradeiros. Contudo, esta transformação não implicou mudanças estruturais, como o monopólio da propriedade da terra nas mãos da “antiga” elite fundiária. Na verdade, o que houve foi uma (re) estruturação, a partir da técnica e das novas relações de trabalho e de produção, do modelo de acumulação capitalista.

⁵ O REGIC 2007 (Região de Influências das Cidades) é uma pesquisa realizada pelo IBGE que tem como objetivo classificar, a partir da análise do quadro de referência da rede urbana brasileira, a hierarquia dos centros urbanos, bem como delimitar as regiões de influência associadas a cada um deles.

Desta forma, fica evidente que a relação sociohistórica presente nos processos de transformação espacial, bem como as relações entre infraestrutura e superestrutura, não são hierárquicas, e sim dialéticas. O modo de produção capitalista, como qualquer outro sistema, é um processo construído a partir das ações e relações humanas. Deste modo, quando Marx (2008, p. 25, 26) trata sobre estas alterações ele dirá que

esse modo de produção supõe que o produtor direto se liberte da condição de mero acessório da terra (na forma de vassalo, servo, escravo etc.) e ainda que a massa do povo fique despojada da propriedade. Nessas condições, o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico e fica sendo base constante do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores de produção que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas. Mas a forma inicial que o sistema capitalista encontra não lhe corresponde. Só ele mesmo cria essa forma, subordinando a agricultura ao capital e, assim, a propriedade fundiária feudal, a propriedade de clãs ou a pequena propriedade camponesa combinada com as terras de uso comum convertem na forma econômica adequada a esse modo de produção, não importando quão diversas sejam suas formas jurídicas. O modo capitalista de produção gera, entre outros, os seguintes resultados importantes: transforma a agricultura, que deixa os processos da fração menos evoluída da sociedade puramente empíricos e prisioneiros da tradição e passa a aplicar, de maneira científica, a agronomia, desde que essa transformação seja possível nas condições da propriedade privada.

Não é por acaso que ainda hoje, segundo informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Brasil carrega a insígnia de ser um dos maiores do mundo em concentração de terra. Aproximadamente 46% de todas as terras do país estão concentradas nas mãos de 1% dos proprietários rurais.

Uma reportagem veiculada no site da Repórter Brasil⁶ complementa este quadro ao informar que:

⁶ Segundo as informações do site: “A Repórter Brasil foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no país.” (reporterbrasil.org.br/quem-somos/)

Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, têm mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis – de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em outras palavras, a área ocupada pelos estados de São Paulo e Paraná juntos está nas mãos dos 300 maiores proprietários rurais, enquanto 4,8 milhões de famílias estão à espera de chão para plantar. Um dos exemplos do grau de concentração de terras em nosso país é a área de 4,5 milhões de hectares, localizada na Terra do Meio, coração do Pará, que o grupo CR Almeida, do empresário Cecílio do Rego Almeida, reivindica para si. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, esse é o maior latifúndio do mundo (VEZZALI, 2006).

Esta constatação permite compreender o porquê dessa dinâmica socioterritorial do Brasil moderno e urbano que, apesar de apresentar outras formas de organização, funcionalidade, uso e configuração geopolítica, preserva a estrutura concentradora, conservadora e latifundiária do Brasil Colônia. É justamente nesse cenário de desenvolvimento desigual e concentrado, indutor da população às cidades, que as terras cerradeiras foram se urbanizando e as cidades-capitais planejadas se consolidando e aglutinando uma boa parcela da população desterritorializada desta região e do país.

Por este motivo, as construções de Goiânia, Brasília e Palmas em terras cerradeiras terão que simbolizar os novos tempos, mais precisamente ‘o tempo rápido’ que deverá tomar conta de parte do Cerrado. É exatamente nas auras desse novo tempo que se dá a transformação do Cerrado – de bioma para território –, bem como germina um novo espaço no país: o espaço moderno.

Dito espaço será erigido, principalmente, a partir de uma forte intervenção política e econômica do Estado que promoverá, por meio da integração, industrialização e modernização do território, o deslocamento da mão de obra dos trabalhadores e as (re)ordenações territorial, demográfica, política, econômica e sociocultural no país. Todas estas transformações têm como função a (re)criação de condições que irão assegurar, de fato, a expansão do sistema enquanto modo de produção capitalista (OLIVEIRA, F., 2003).

Desse modo é que as análises sobre este processo devem ir além da dualidade entre produto-capital e considerar as mudanças estruturais de maneira dialética e integrada, uma vez que *a primeira finalidade dos sistemas é a própria produção, enquanto a segunda, muito do gosto dos economistas conservadores do Brasil, enreda-se numa dialética vulgar como se a sorte das “partes” pudesse ser reduzida ao comportamento do “todo”, a versão comum da teoria do crescimento do bolo.* (OLIVEIRA, F., 2003, p. 29).

Por isto insiste-se aqui na premissa de que tanto a consolidação de um Brasil integrado, industrializado e urbano⁷ como a consolidação do modo de produção capitalista via modernização do território passam necessariamente pelo processo de ocupação e transformação do bioma Cerrado em território. De consequência, Goiânia, Brasília e Palmas são erigidas nas brisas do populismo e do discurso ideológico da preeminência do desenvolvimento, do novo e do moderno, representação da materialização urbana e urbanística deste projeto desenvolvimentista e de integração do território.

As localizações destas cidades-capitais fazem parte das estratégias de consolidação do projeto do Brasil integrado que, como já apontado, inicia-se em 1930 a partir do projeto desenvolvimentista e integracionista do governo de Getúlio Vargas. No entanto, vale indagar: o que realmente foi integrado e a quem favorece este projeto de integração?

Para responder a esta indagação, ampara-se nas considerações de Oliveira F. (2003), que versam sobre as causas e consequências deste processo, e de Raffestin (1980), que falam sobre as estratégias geográficas do poder. Para o primeiro autor, a década de 1930 é o marco da inserção e da filiação da economia brasileira ao sistema capitalista.

As causas externas deste processo são, principalmente, o vazio criado pela crise do sistema capitalista nesta época – aprofundado mais tarde com a Segunda Guerra Mundial – e a nova divisão internacional do trabalho que restaurará aos países não industrializados, caso do Brasil, a condição de produtor de matérias-primas e produtos agrícolas para abastecimento do mercado externo.

No entanto, para isso acontecer seriam necessárias algumas transformações nas estruturas política, econômica e socioespacial internas do país, tais como:

- a. a readequação das estruturas políticas internas que culminará em uma “troca” de poder entre as classes de proprietários rurais e a nova burguesia empresário-industrial;
- b. a instauração de um novo modelo econômico, ou seja, de agrário-rural o Brasil deveria tornar-se urbano-industrial;
- c. a mudança, gradual, do modo de acumulação primária para integral;
- d. o deslocamento das correntes migratórias e das fronteiras agrícolas e econômicas do país para as regiões Centro-Oeste e Norte;
- e. a criação de novas legislações trabalhistas e de uso da terra;

⁷ É salutar explicar que se está, aqui, falando de uma urbanização integrada no território brasileiro que, fruto do processo de industrialização, irá criar certa “homogeneidade” do mercado e do espaço nacional.

f. uma nova configuração do arranjo espacial do país, ou seja, a união entre o litoral e o “sertão⁸”, a partir desta lógica de expansão do capitalismo via modernização do território, mudaria completamente a paisagem do território brasileiro;

g. o papel do Estado como agente principal para garantir as novas estruturas necessárias à implantação do projeto.

Em outras palavras, estavam anunciados os caminhos da nova geopolítica do país que, necessariamente, deveria transformar as terras da porção Centro-Oeste e Norte do país, até então pouco produtivas e povoadas, em um campo profícuo para a reestruturação e readequação do sistema capitalista no Brasil e no mundo.

Cabe, todavia, advertir, conforme explica Oliveira F. (2003), que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil tem suas particularidades que o diferenciam do desenvolvimento clássico. A principal delas é que haverá, em um primeiro momento, modos de acumulação distintos entre os setores primários, secundários e terciários, que não destruíram completamente a estrutura anterior. Por isto é que se observam traços do escravismo, tanto nas relações de trabalho no campo como nas relações com os trabalhadores da construção civil, principalmente os que edificaram as cidades de Goiânia e Brasília.

A respeito, Oliveira F. (2003, p. 63) pronuncia:

Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança do modo de acumulação, na estrutura do poder, no estilo de dominação as determinantes do processo. No limite a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política e essa é uma das “especificidades particulares” da expansão do sistema.

Como já dito, tal particularidade do populismo será necessária para conter as revoltas internas da classe trabalhadora que não passará por qualquer mudança em sua condição de classe explorada e expropriada, visto que não haverá uma ruptura total do sistema, e sim uma “cirurgia plástica” que divulgará uma imagem nova do velho.

⁸ É importante ressaltar que tanto Brasília como Palmas fazem parte do antigo território goiano e, segundo Machado (2007), “foram, então, os viajantes estrangeiros que criaram a imagem do ‘Goiás-Sertão’ ao se depararem com uma província em crise após a queda da produção do ouro. Viram apenas um deserto de homens, uma região sem comércio e perspectiva. Os seus olhares acostumados aos padrões da modernidade e progresso, às sociedades em industrialização da Europa, viam em Goiás a imagem do sertão, até mesmo pela enorme distância do litoral. [...] O que se pode afirmar é que essa imagem é quase sempre negativa. O sertão é uma região onde a liberdade é irrestrita, sem sujeição a nenhuma lei, inspirando temor e perigo. Para o senso comum, o sertão não é um espaço habitável normal, caracterizando-se como um espaço incivilizado”. (MACHADO, 2007, p. 52).

Em outras palavras, o desenvolvimento e a urbanização dão-se sobre as velhas estruturas de concentração de terra, centralização política e expropriação de território e da territorialidade da classe trabalhadora. Eis aqui os indícios de uma primeira ambiguidade na tessitura desta nova configuração socioespacial do Brasil, que acontece entre as malhas políticas (que necessita da centralização do poder e do controle do território) e as malhas econômicas (que necessita de fluidez e integração).

Para melhor compreender esta ambiguidade que se estabelece entre as malhas políticas e econômicas no processo de reordenação territorial, recorre-se aos ensinamentos de Raffestin (1980, p. 155):

As tessituras de origem política, aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa: os limites, políticos e administrativos, são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos os são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas. Ainda que as áreas de distribuição ou de coleta de empresas monopolistas ou oligopolistas, em geral desconhecidas do público, possam ter uma grande permanência. Contudo, a grande diferença entre malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. Além disso, as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas. A tessitura política se transmite, se herda com mais facilidade do que a tessitura econômica, pois é a expressão de um Estado de Direito de soberanias, mais do que de ações contínuas, como no domínio econômico. As transformações se fazem por subdivisões ou reagrupamentos.

É exatamente esta a lógica de transformação do território, principalmente nas regiões do Cerrado, que se presencia durante as últimas décadas no Brasil. De um lado, observa-se uma transformação densa e rápida nas bases econômicas e nas relações de produção por meio da tecnificação e da mecanização do campo; de outro, a concentração e centralização do poder político, nacional e regional por meio da criação de polos regionais que serão agora comandados pela e na cidade.

Essa ambiguidade é uma clara amostra das contradições que desembocaram em inúmeros conflitos entre as classes sociais. A luta pela garantia da terra, pela garantia do território, pela garantia da territorialidade e, mais tarde, pela garantia ao direito à cidade se espalharam pelos campos e pelas cidades em todo o território brasileiro, o que possibilita afirmar que as redes de comunicação que irão integrar o país, permitindo a fluidez do capital, serão as mesmas que irão cortar e limitar o território e as territorialidades da grande maioria da população brasileira, principalmente as residentes nas áreas do Cerrado.

Sobre o duplo sentido das redes, Raffestin (1980, p. 156, 157) adverte:

Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação, mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção. Mas mesmo uma rede de comunicações pode, a um só tempo, assegurar aquilo para o que foi concebida e impedir outras comunicações. Quantas cidades foram cortadas em duas, seccionadas por redes de comunicação rodoviárias ou ferroviárias! A ambivalência surge em escalas diferentes. O que pode ser visto como comunicação em pequena escala, pode ser visto como perda de comunicação em grande escala. É o que se pode observar no caso de autoestradas que com frequência arruinam o tráfego de passagem das cidades pequenas. Isso é particularmente verdadeiro para as redes concretas: redes rodoviárias, ferroviárias, de navegação. Essas redes que se traduzem por infra-estruturas no território partem e/ou ligam sempre pontos precisos específicos. É a própria expressão da hierarquia dos pontos.

As palavras de Raffestin, além de corroborarem com as conjecturas anteriores, também nos municiam de argumentos para afirmar que não menos importante para a concretização deste projeto é o deslocamento do epicentro do poder da fazenda para a cidade, que, por sua condição histórico-geográfica e política de promover a aglomeração de diferentes classes, serviços, territórios e territorialidades, entre outros elementos, em um espaço limitado, irá possibilitar o controle socioterritorial do Estado sobre a classe trabalhadora.

A cidade, assim, passa a ser não somente o epicentro do poder, mas também o epicentro político da luta pelo poder. Ela une e fragmenta, atrai e repele. Por isso, insiste-se em dizer que o projeto de modernização, integração e desenvolvimento do Brasil passa necessariamente pela ocupação e transformação do Cerrado, bem como pela criação das cidades planejadas “modelos” de Goiânia, Brasília e Palmas, ambas condições essenciais para a materialização, garantia e a consolidação destas mudanças.

Estes pressupostos conduzem aos seguintes questionamentos: como as cidades-capitais planejadas foram se afirmando como o modelo urbano do projeto de modernização do território brasileiro?

Para responder a estas indagações é necessário, em primeiro momento, compreender o processo inicial de ocupação e transformação do Cerrado, em que se constatará que a construção de Goiânia é o pontapé inicial desse projeto; a construção de Brasília, a consagração, e a construção de Palmas, a consolidação.

1.2 Goiânia, Brasília e Palmas: moldes e modelos para a ocupação e transformação do Cerrado

Como abordado, 1930 é a década que marca o início da ocupação e transformação do Cerrado, principalmente a sua porção central. O Cerrado, que até então se caracterizava por

uma ocupação rural e atividade produtiva de pecuária extensiva e agricultura de autoconsumo⁹ (fazenda goiana¹⁰), marcha rumo à modernização capitalista. Os recursos usados para que este projeto se viabilizasse foram inúmeros, desde os acordos políticos e econômicos a campanhas publicitárias que tinham como objetivo difundir a necessidade de modernização.

O novo era o caminho. Para isso, nada melhor que um projeto arrojado e moderno que vislumbrasse a integração e o desenvolvimento. Era a inserção do sertão nos tempos modernos. O Goiás das “Tropas e Boiadas”, de Hugo de Carvalho Ramos, deveria render-se ao traçado de Versalhes, de Atílio Correia Lima, ao projeto modernista de Oscar Niemeyer, ao modelo agroindustrial de produção, ao projeto de expansão da fronteira agrícola rumo à Amazônia Legal para que uma nova geopolítica no território se redesenhasse.

Os traços e compassos teriam como finalidades, além de mudar a paisagem do país e transformar tempos lentos em rápidos, organizar um novo espaço onde a forma econômica teria como base a acumulação capitalista, e não mais a troca simples. Por este motivo, os riscos e rabiscos tinham que ser capazes de interligar os arquipélagos e o grande espaço vazio entre o sertão e o litoral até que se chegassem às terras férteis e produtivas da maior floresta tropical do mundo: a Amazônia.

⁹ Este conceito de agricultura de autoconsumo é usado para substituir o conceito de agricultura de subsistência, uma vez que, segundo Mendonça e Pelá (2011, p. 4, 5), embora seja usual entre os pesquisadores geógrafos o conceito de agricultura de subsistência, não concordamos com a utilização desse conceito, pois expressa aquilo que se encontra abaixo das condições de existência. Esse conceito serviu para agregar adjetivos aos camponeses e demais povos que vivem e lutam pela permanência na terra, como ‘atrasados’, ‘pouco desenvolvidos’, ‘avessos à modernização’, entre tantos outros estereótipos que tinham o objetivo de desqualificar *as gentes* oriundas do campo”.

¹⁰ Segundo Estevam (2006, p. 64) “[...] a fazenda goiana apresentava [...] características peculiares; não se utilizava predominantemente do trabalho servil e da escravatura [...] A organização não apresentava características básicas de formação de classes e não promovera, até então, divórcio entre meios de produção e a força de trabalho. Com esses elementos característicos [...] contrastava com a fazenda cafeeira, unidade básica mercantil. Também diferentemente da fazenda açucareira – de rígida hierarquia tradicional –, as fazendas tradicionais goianas organizaram-se de maneira peculiar, engendrando uma ordem social bastante singular”.

O primeiro borrão, denominado por Chaveiro (2008) como a “antecipação da modernização conservadora¹¹”, surge nos idos da década de 1930, no governo Vargas, quando o Estado, por meio da política denominada “Marcha para o Oeste”, passa a ser o principal agente estruturador do projeto de colonização do Cerrado, principalmente na sua porção central. O objetivo era criar condições para adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista. Para tanto, era necessário ampliar a malha viária no Centro-Oeste, criar novas fronteiras econômicas e agrícolas, criar um novo fluxo migratório e de ocupação demográfica, construir novas cidades, ou seja, seria necessário desmontar o antigo arranjo espacial construído na época dos ciclos.

Das mãos dos trabalhadores, a maior parte composta por nordestinos, foram sendo erigidas curvas e retas que cortariam as terras cerradeiras e as transformariam em pontes, estradas, ferrovias, capitais planejadas, enfim, traçariam o esboço inicial do que seria o celeiro do agronegócio e o modelo de um Brasil moderno, industrializado e urbanizado. Era a reedição das bandeiras dos “bravios” bandeirantes com o seu enorme contingente de mamelucos que, igualmente, deveriam trazer a civilização para as terras das árvores tortas e feias. Para tanto, seria necessário transformar as terras e os povos que nelas viviam.

Os antigos coronéis, que representavam a oligarquia rural, deveriam inserir-se na nova lógica ou ceder lugar para os novos representantes do Brasil urbano, visto que em um país urbano e industrial a fazenda não poderia ser mais o epicentro do poder. Por isto, era necessário “rearranjar” as estruturas do poder, bem como as dinâmicas e as funções socioespaciais das cidades e do próprio campo, uma vez que o rural deve transformar-se em agrícola a partir de um novo modelo de produção e a cidade, no lócus do poder.

Além do mais, a elite foi a única classe que obteve alguma alteração de conteúdo e de poder, pois as condições dos trabalhadores, oriundos do campo em sua grande maioria, continuaram as mesmas, ou ‘melhor’ (pior), houve um aumento da exploração de sua mão de obra. Expulsos de suas terras e atraídos pela ilusória oportunidade de mudança de classe social (ascensão econômica e sociocultural), tiveram que aprender outros ofícios, como fixar prego, bater concreto e devastar não mais para plantar o seu ganha-pão, mas para abrir novas

¹¹ É importante destacar que este período vai da década de 1930 a década de 1960 e tem como objetivo as modernizações nas infraestruturas e nas ideias. Outra questão relevante abordada por Salim (1986, p. 308) é que neste período, especificamente para áreas de Cerrado, tem sido dada maior ênfase aos programas especiais, tornando-os o principal veículo de capitalização e tecnificação de sua agricultura. Utilizando-se desses instrumentos de ação, o Estado induz os produtores rurais a realizarem as ações esperadas por meio das seguintes medidas: crédito rural orientado, assistência técnica seletiva, seguro contra riscos, incentivos fiscais etc.

fronteiras e criar condições para novos empreendimentos. Nas cidades planejadas que ajudaram a construir não havia sequer um lugar para abrigá-los.

Os homens e mulheres que redesenharam o país – sem terra ou condição para nela permanecer, sem emprego fixo e sem lugar digno para morar – seriam os mesmos que formariam a mão de obra excedente e móvel, o capital variável, imprescindível para concretizar o projeto de expansão do modo de produção capitalista via modernização do território. A estrutura rural e conservadora do país seria a base de construção da lógica urbana que teria na cidade o epicentro do poder e na fábrica o modelo de produção e (re)produção da vida.

A respeito, Moreira (2011, p. 11) esclarece que

A forma de organização geográfica da sociedade brasileira atual tem sua origem na disponibilização que fatia o espaço indígena em grandes domínios de propriedade, instituindo a colonização portuguesa à base de um poder do colono a um só tempo fundiário, territorial e político. Terra, território e senhorio político, num tripé, formam, desde então, a estrutura de espaço sobre a qual se ergue a sociedade no Brasil.

O centro de referência dessa lógica é o arranjo do espaço que combina a fazenda e a cidade, a que mais tarde se acrescenta a fábrica, como os entes geográficos, por excelência, da vida política do país.

Organiza esse arranjo uma economia política do espaço na qual a renda diferencial, com frequência transformada em lei de rendimentos decrescentes, se combina em escala com uma forma-valor no começo pré e depois capitalista, essa combinação respondendo pelo formato padrão da estrutura geográfica da fazenda, da fábrica e da cidade e, assim, da ordenação do espaço.

Por isso que, diferentemente de algumas pesquisas que versam sobre a ocupação do Cerrado e apontam a década de 1940 como o marco deste processo – em que foram implantadas as Colônias Agrícolas Nacionais (CANs)¹², no caso específico a Colônia Agrícola Nacional de Goiás-Cang (1941-1953) –, esta pesquisa considera a construção de Goiânia, em 1933, como o início da materialização do processo de colonização das terras cerradeiras, em que a agricultura no Cerrado nascerá à luz de um novo paradigma: o urbano/industrial, cujo impacto será a urbanização extensiva (CAMPOLINA, 2009).

As considerações de Silva S. (2007) sobre o caráter urbano que havia na implantação das Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) contribuem com clareza para o entendimento desta realidade ao discorrer sobre o Decreto-Lei 3.059/1941:

¹² Segundo Silva (2007), as CANs foram projetos de colonização – induzidas, promovidas pelo Governo Vargas – em sistema de pequenas propriedades rurais, fornecidas sem ônus financeiro aos colonos, cujos objetivos principais eram ocupar o interior do país e diminuir a pressão social nas zonas agrícolas que produziam café para exportação.

O Decreto-Lei 3.059 que criava as Colônias Agrícolas Nacionais deixava muito evidente as suas intenções em relação à implementação de centros urbanos para as áreas de colônia, não apenas para servirem de sede aos núcleos agrícolas, mas também para funcionar como centros irradiadores do desenvolvimento regional. O artigo 5º do referido decreto apresenta as considerações acerca do projeto urbano para as colônias:

Art. 5º. Fixada a região onde a colônia deverá ser fundada, será projetada a sua futura sede, escolhendo-se para isso a zona que melhores condições oferece.

Parágrafo único. No projeto da sede serão observadas todas as regras urbanísticas, visando a criação de um futuro núcleo de civilização no interior do país. (SILVA, S., 2007, p. 6).

Continua o autor (2003, p. 6):

Esse documento apresenta indícios não apenas das intencionalidades urbanas para as colônias agrícolas, mas também a inclusão de princípios norteadores para as futuras cidades. Esses princípios podem ser resumidamente identificados no caráter racional que a ocupação do espaço urbano incorporava, ao enquadrar o planejamento dentro de “regras urbanísticas” visando a construção de um “núcleo de civilização” geograficamente direcionado para o “interior do país”. A racionalidade da ocupação incorporava as categorias da cidade planejada e do sertão civilizado, princípios amplamente divulgados pela Marcha para Oeste e ideologicamente atrelados aos interesses nacionalistas do Estado Novo.

A cidade, nesta perspectiva, contraditoriamente ao sentido de ‘obra’ imputado por Lefebvre (2011), será o principal produto da sociedade urbana em curso no Brasil. É ela que – com a função de centro de serviços a partir do momento que foi concebida com amplo mercado produtor e consumidor de serviços e produtos industrializados, diferenciando-se dos rumos econômicos da elite agrária para o Estado e de elo nos âmbitos regional, nacional e mundial – abastecerá e dará o tom do novo modo de produção agropecuário que será implantado nos anos subsequentes.

Parafrazeando Oliveira F. (2003), as cidades, neste período, passarão a ser, por definição e função, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano será, portanto, a contrapartida da desruralização do produto.

É por este fator que mesmo não se desvinculando da fazenda e sendo constituída a partir das estruturas socioculturais, política e econômicas tradicionais e conservadoras, é ela, a cidade, que terá o *status* do lócus do poder. Não só isso. É nela que, por meio da indústria da construção civil, o processo de produção de mais-valia absoluta será consolidado em terras cerradeiras e, mais tarde, criará condições estruturais para que a lógica fabril de produção, que produz a mais-valia relativa, irradie-se no campo e na cidade. Assim, desconsiderar que há relação entre a criação de Goiânia, o processo de “colonização” do Cerrado e a transição do país de rural-agrário para urbano-industrial é contribuir com a cisão entre espaço-tempo-

sociedade, bem como ignorar que o epicentro do novo projeto geopolítico iniciado por Getúlio Vargas seria a cidade, e não mais a fazenda.

No entanto, não se pode incorrer no erro de uma análise reducionista e desconsiderar a relação ubíqua e intrínseca entre campo e cidade, mesmo que em outra roupagem, existente desde a gênese do processo de formação e organização geográfica brasileira. Nos dizeres de Santos (2008, p. 73), “hoje as regiões agrícolas (não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais”.

Desse modo, mesmo tendo-se como meta e planejamento a urbanização como uma prioridade nacional e as cidades como o lócus do poder da “nação brasileira”, o processo de transição, tanto dos pontos de vista econômico e político quanto dos pontos de vista socioculturais, é conflituoso. Urbano-rural, cidade-campo, moderno-tradicional, monocultura-policultura, mecanização-exploração de mão de obra, dependência-soberania, agrotóxicos-alimento ‘limpo’ contrastam-se e entrecruzam-se a todo instante, uma vez que a estrutura inicial tanto da sociedade como do território brasileiro tem a sua raiz fincada na fazenda, no latifúndio, no mando político e na exploração e expropriação de índios, negros, camponeses, enfim, da classe excluída e explorada.

Por isso, insiste-se em repisar que a análise que desconsidera as relações internas entre a ocupação do Cerrado e a construção de Goiânia é unilateral, uma vez que ressalva apenas o produto final do “desmonte” do modelo agrário-rural e despreza todo o processo existente nas transformações e as estruturas necessárias (materiais e imateriais) para concretizar, de fato, a transição do país para a estrutura produtiva de base urbano-industrial

Moysés e Silva (2008, p. 202) corroboram com estas argumentações ao elucidar que no processo de ocupação do Cerrado no Centro-Oeste:

A decisão do Estado de atuar como principal agente estruturador da região se acentuou, sobretudo a partir dos anos 30, com a política denominada “Marcha para o Oeste” e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) em 1967, que passou a coordenar as ações e os investimentos públicos destinados ao Centro-Oeste.

Como destaque de ações concretas, deve-se salientar a construção de Goiânia, cuja pedra fundamental foi lançada em 24 de outubro de 1933. Já nos anos 50, antes mesmo da construção de Brasília, Goiânia já era um núcleo urbano expressivo, com uma população acima de 100 mil habitantes e um comércio dinâmico, sinalizando que tinha vocação e assumiria muito brevemente a condição de núcleo polarizador, o que de fato ocorreu.

Assim, reforça-se que o menosprezar deste processo, além de escamotear a luta interna entre as classes, cria uma fratura entre escalas global, nacional, regional e interurbana, bem como entre rural-urbano, espaço-sociedade e cidade-fazenda, como se não houvesse conexão

alguma entre a formação dos espaços urbanos de Goiânia, a ocupação do Cerrado, o processo de “desenvolvimento”, a integração e a modernização do território brasileiro e a articulação com o capitalismo internacional.

No entanto, mesmo com a fundação de Goiânia e a implantação das CANG's, somente no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a partir da implantação do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek e da construção da nova capital federal, Brasília (a 31ª meta), é que se aumenta, de fato, o processo de urbanização e ocupação do Cerrado, como se denota da tabela abaixo (tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento da população do Cerrado – de 1920 a 1960
Crescimento populacional da população da porção Centro-Oeste do Cerrado – entre 1920 e 1960

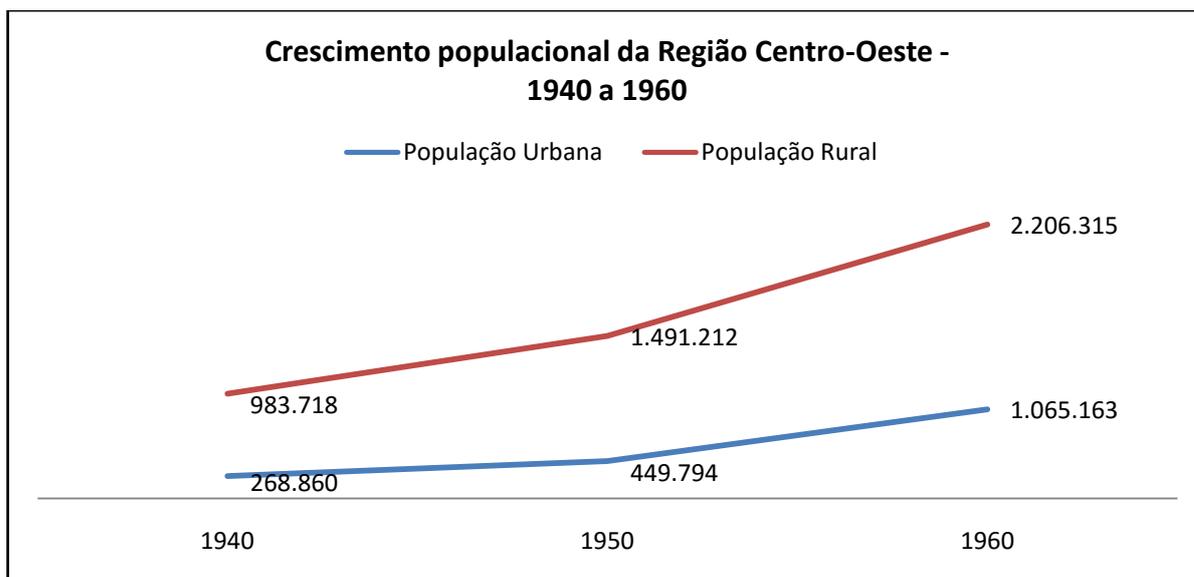
Ano	População	Crescimento populacional (%)
1920	758.531	
1940	1.258.679	66
1950	1.736.965	38
1960	3.006.866	73

Fonte: Adaptado de Klink & Moreira (2002). Elaboração própria (2013).

Os dados da tabela acima evidenciam os indícios que levam às argumentações feitas até o momento sobre o caráter urbano do projeto de modernização do território brasileiro, por conseguinte, de ocupação do Cerrado, visto que os fluxos de crescimento populacional em 1940 e 1960, na porção Centro-Oeste do Cerrado, coincidem com o período das construções de Goiânia e Brasília.

No entanto, não se pode igualmente incorrer no erro de desconsiderar a relação dialética entre o fluxo populacional rural e urbano neste processo, pois, inicialmente, mesmo com a alta taxa de crescimento da população urbana, observa-se que também haverá um expressivo crescimento da população rural na porção Centro-Oeste do país.

Gráfico 1 - Crescimento populacional da região Centro-Oeste entre as décadas de 1940 a 1960



Fonte: Censos 1940, 1950 e 1960-IBGE. Elaboração própria, 2013.

Não obstante, caso se faça uma análise relativa desses dados, será claramente observada esta tendência do deslocamento da população do campo para a cidade, uma vez que, entre 1940 e 1950, enquanto a população rural cresceu 51,59%, a população urbana cresceu 67,30%. Já entre as décadas de 1950 e 1960 haverá uma queda no crescimento populacional rural de 47,95% e um aumento exorbitante na taxa de crescimento populacional urbano, na casa de 136,81%.

Por este fator, defende-se aqui que Goiânia foi o projeto urbano-piloto deste processo de ocupação do Cerrado, e Brasília, a consagração. A nova capital federal, que nasce sob a égide de uma nova “nação” e de um novo Brasil – moderno e industrializado –, será o modelo imperioso para mostrar ao mundo e ao povo brasileiro que é possível, ou melhor, é necessário modernizar o sertão. Nessa lógica, fica clara a relação entre expansão do capitalismo via modernização do território, ocupação do Cerrado e construção das cidades-capitais planejadas do Cerrado.

Não só isso. Igualmente fica nítido o porquê de tamanha ideologização na construção destas cidades. A adoção dos preceitos da arquitetura liberal neste processo serve, ao indicar a forma e o modelo do que deveria ser o Brasil urbano, para amenizar as revoltas dos (des)territorializados do campo, uma vez que a partir do *marketing* político constrói-se uma imaginação coletiva de que a cidade é o caminho da liberdade e da conquista de melhores condições de vida. Ou seja, escamoteia-se o uso da cidade como mecanismo de controle social e de dominação.

Sobre o assunto, Debord (2003, p. 50) dirá:

É preciso criticar as atividades importantes para o futuro, aquelas de que nos vamos servir. Gravíssimo sinal da decomposição ideológica atual é ver a teoria funcionalista da arquitetura fundamentar-se nos conceitos mais reacionários da sociedade e da moral. Significa que às contribuições parciais, passageiramente válidas da primeira Bauhaus ou da escola de Le Corbusier, acrescenta-se, em surdina, uma noção atrasadíssima da vida e de seu enquadramento.

Crítica pertinente para que se possa abrir a cortina de fumaça e desvelar o que está por trás das formas modernas das cidades-capitais planejadas do Cerrado, entre outros elementos, era a implantação da nova divisão nacional do trabalho que deveria se adequar às necessidades do sistema capitalista internacional. O deslocamento da população do campo e a reconfiguração socioespacial do território brasileiro faziam parte deste pacote que marcará uma mudança significativa nas estruturas trabalhista, fundiária, espacial e socioeconômica do território brasileiro.

Nessa lógica, o campo, ao se modernizar, deveria transformar as antigas fazendas em agroempresas. Inicia-se, aí, a expulsão dos camponeses de suas terras, que mais tarde será intensificada com a mecanização. Já as cidades, que até então estavam, em sua grande maioria, subordinadas ao campo, devem ser convertidas no principal local da gestão territorial e, de efeito, acolher em suas periferias a população expulsa do campo.

É justamente neste movimento que a construção de Goiânia e Brasília passa a ser primordial para a consolidação da nova geopolítica brasileira. Sobre o assunto, Mendonça *et al.* (2002, p. 9) relatam:

A tecnificação promoveu a migração forçada de milhares de famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, com destaque para Goiânia e Brasília. Os impactos sobre as populações tradicionais que viviam do trabalho na terra foram intensos, uma vez que perderam o meio de produção – no caso, os proprietários de terra – e a possibilidade de acesso à terra (arrendatários, agregados etc.), que sofreram maiores consequências, na medida em que foram privados dos meios essenciais para a sobrevivência, amontoando-se na periferia das cidades sem qualquer alternativa de trabalho que não fosse o trabalho temporário do bóia-fria em algumas épocas do ano e/ou trabalhos domésticos e braçais na cidade.

Esta é a origem das contradições e dos conflitos no/do território do processo inicial da construção das cidades de Goiânia e Brasília, que mais tarde, apesar de conter outros contextos econômicos, políticos e sociais, repetir-se-ão em Palmas. A bem da verdade, estas cidades não foram planejadas para a fixação da classe trabalhadora, mas para acolher a nova elite urbano-industrial necessária à implantação do projeto de modernização do território.

A classe trabalhadora só era necessária no primeiro momento: o da construção das cidades e o da formação e concentração desta classe nas regiões do Cerrado, o local destinado

à expansão da fronteira agrícola. Todos estes fatores, além de evidenciarem a relação entre mobilidade do trabalho e do capital, também demonstram que o Cerrado é a direção que o capital e o trabalho deveriam seguir, fato que tornará Goiânia e Brasília o destino de diferentes sujeitos.

Entretanto, é no final da década de 1960 e início da década de 1970¹³, na ditadura militar, que acontecem as chamadas mudanças estruturantes do processo de modernização e criam-se as condições para a intensificação da ocupação e mecanização do Cerrado, alcançado, assim, a meta de expansão do capital via modernização do território nos moldes que se tem hoje. A intervenção do Estado é incisiva e decisiva neste processo de ocupação do Cerrado, por meio da regulamentação jurídica que criou o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964) e da criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O governo federal, assim, passa a atuar de forma mais objetiva, leia-se ‘interventiva’, no planejamento regional.

Sobre o assunto, Mendonça *et al.* (2002, p. 2) dirão que:

Compreendendo o processo acentuado nos anos 70 como a tendência decrescente da taxa de lucros, a alternativa se coloca com a reorganização do capital que se efetiva a partir do processo de reestruturação da produção e do trabalho, no sentido de criar as condições necessárias para repor os níveis de expansão e acumulação anteriores, tanto no campo como na cidade.

Nesse sentido é reforçada uma articulação das dimensões fundamentais do sistema – capital-Estado-trabalho – onde as duas primeiras se associam para controlar o trabalho. O afloramento da crise estrutural do capital destaca dois elementos cruciais para a análise proposta, acerca dos rebatimentos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Primeiro, a tendência decrescente do valor de uso a partir da natureza destrutiva do capital, e segundo, a incontabilidade do sistema de metabolismo social do capital (Antunes, 2000). Como resposta à sua própria crise, inicia-se um processo de reorganização do capital financeiro, do capital produtivo e principalmente a reelaboração do sistema ideológico e político, acarretando um processo de reestruturação da produção e do trabalho. As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas, o surgimento de novas categorias de trabalhadores acarretaram mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo e conseqüentemente na ação política dos trabalhadores.

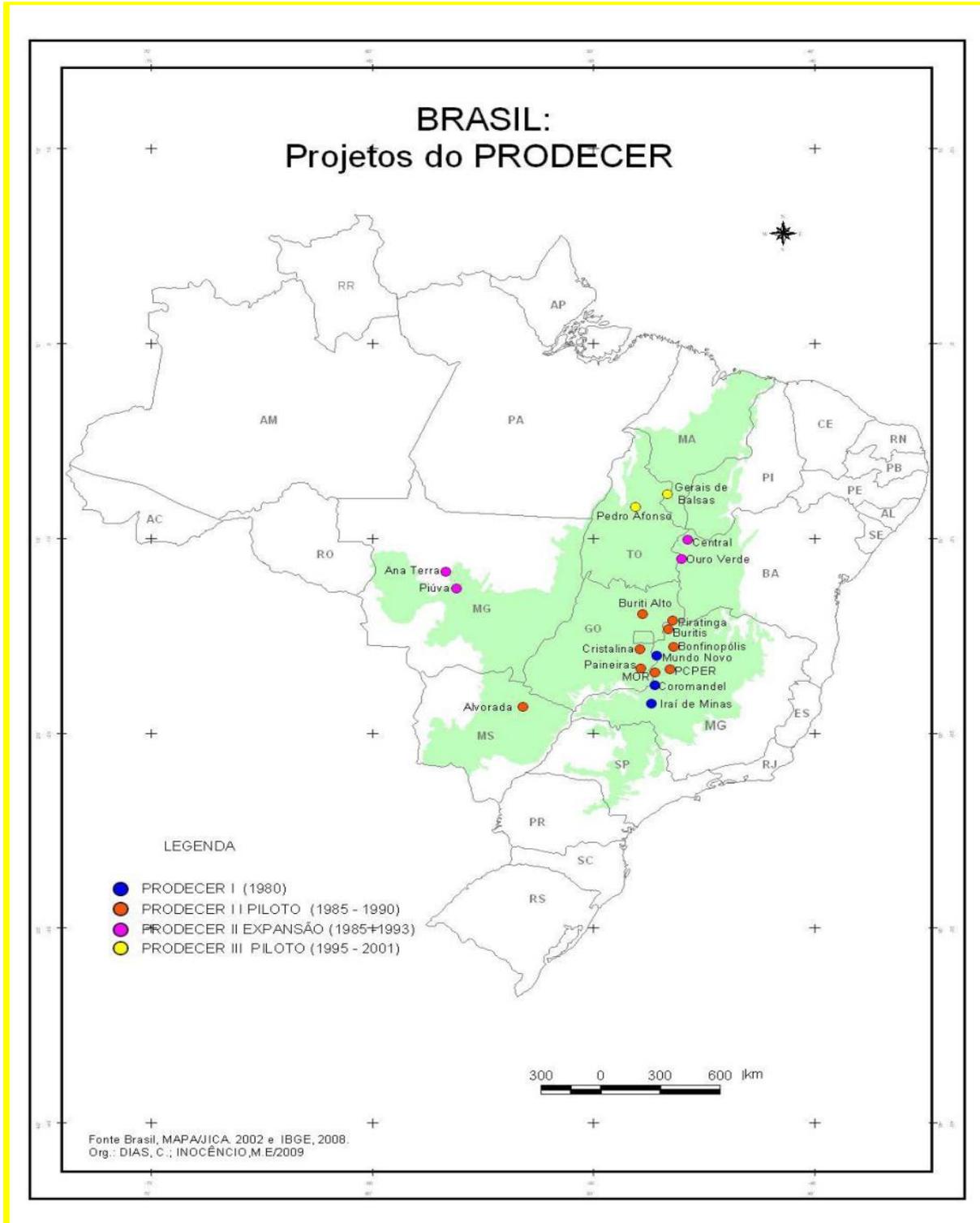
Observa-se, assim, que o Estado neste período torna-se, de fato, o principal agente do capital. Nesta condição, começa a agir na transformação da agricultura e na expansão da fronteira agricultura rumo à Amazônia por meio do sistema de crédito e de programas de

¹³ Segundo Freitas; Chaveiro (2011), este período, que se estende até a década de 1990, foi o marco para a mudança estruturante que ocorreu no território de Goiás e, conseqüentemente, na porção centro-oeste do Cerrado. Percebe-se, assim, a existência de dois períodos até chegarmos ao atual modelo de modernização do território que se tem hoje. O primeiro, de 1930 a 1960, denominado de antecipação da modernização conservadora, e o segundo, de 1970 a 1990, que é o estruturante, uma vez que se caracteriza pela forte intervenção do Estado no território.

desenvolvimento agrário que, ao criarem mecanismos para viabilizar grandes empreendimentos nas áreas do Cerrado, despertarão o interesse do capital nacional e internacional em terras cerradeiras.

Dentre os programas destacam-se o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer, com quatro edições até o ano de 2001, conforme demonstra o mapa 02, a seguir). Ambos contaram com incentivos públicos, como a política de preços mínimos, de subsídios de créditos e de instalação de obras infraestruturais, contribuindo substancialmente para uma nova configuração do espaço regional do Cerrado e implicando transformações socioculturais, econômicas e ambientais.

Mapa 2 – Espacialização dos Projetos PRODECER – 1980 a 2001



Fonte: INOCÊNCIO, 2009.

Da análise do mapa de implantação dos projetos do Prodecfer em terras cerradeiras, pode-se constatar que a construção de Palmas está intrinsecamente relacionada com a implantação e expansão do Prodecfer II, uma vez que o avanço da fronteira agrícola para a

porção norte do Cerrado inicia-se com o projeto do Prodecer II–Piloto entre os anos de 1985-1990, ano (1990) da criação da capital do Tocantins, e intensifica-se com os projetos de expansão do Prodecer II, entre 1985-1993, e do Prodecer III–Piloto, entre 1995-2001. Sobre os objetivos destes programas, Silva E. (2013, p. 19) comenta:

[...] o II PND enxergou na Região Centro-Oeste, onde está boa parte do Cerrado, e na Região Norte a “vocação” para o desenvolvimento da agropecuária, visando atender os mercados interno e externo.

Na Amazônia brasileira essas a es estatais tiveram como resultado o desenvolvimento da agropecuária nas regiões denominadas Amazônia Meridional e Amazônia Oriental, que grosso modo compõem o que se convencionou chamar de Arco do Desmatamento da Amazônia, que faz limite com o Cerrado e até inclui partes deste, abrangidas pela Amazônia Legal (RIVERO *et al.*, 2009; ARRIMA *et al.*, 2005). No restante da Amazônia a expansão da agropecuária se viu dificultada pelas condi es naturais, sociais e políticas, sobretudo pela pressão internacional para sua conserva o. Ao Cerrado, por outro lado, coube o estigma de área desocupada, dotada de fauna e flora menos importante, por isso apropriada para ser usada como “zona de sacrifício”, discurso hoje já combatido, em vista da valoriza o do Cerrado e de estudos científicos acerca da interdependência desses dois biomas (MALHADO *et al.*, 2010).

As contribui es de Silva (2013) e a análise do mapa de implanta o dos projetos do Prodecer nos remetem   conjectura de que Palmas   um núcleo urbano de transi o entre o Cerrado e a Amazônia Legal. Desta forma, pode-se afirmar que uma das finalidades de sua cria o   a de atrair poder econômico e político com o intuito de abrir possibilidades de influenciar as áreas do sudoeste do Maranhão, sudeste do Pará e do Tocantins. Em outras palavras, Palmas   o coroamento deste projeto de expansão, ou melhor, de consolida o do modo de produ o capitalista via moderniza o do território em terras cerradeiras e a porta de entrada da ocupa o planejada na Amazônia legal.

Palmas, como toda fronteira de expansão, é um entremeio. A sua localização demonstra isto, visto que se situa exatamente na região de expansão da nova fronteira brasileira denominada por pesquisadores e estudiosos de Mapito¹⁴. Esta condição, além de coroa-la como o novo projeto de urbano brasileiro, em que as cidades devem se autoconstruir¹⁵, também demonstra que a “modernização” finalmente se consolida em terras cerradeiras. Não só isso, a sua edificação representa o atual momento econômico, político e sociocultural do país que esta sob a égide do capital liberal.

Para melhor apreensão deste processo de modernização e de transição entre capital monopolista e capital liberal recorre-se, aqui, às arguições de Freitas; Chaveiro (2011, p. 12 *apud* BORGES, 2007, p. 16, 17) que dirão que *a rentabilidade da acumulação simples é lenta, compartilhada, ligada apenas à produção da existência. A rentabilidade liberal deve ser inteligente, planejada, calculada e individualista*. No portal de informações e serviços do governo do Tocantins, disponível na internet, há uma área destinada aos empresários – Tocantins para investidores – que demonstra exatamente esta nova tendência de exploração e organização econômica baseada no capital liberal.

Com efeito, na primeira parte da página é ressaltada a política de incentivos fiscais e a localização estratégica do estado, fatores necessários à produção mais competitiva:

O Tocantins é um cenário sem igual para receber investimentos. Condições naturais privilegiadas aliadas à política de incentivo fiscal do estado fazem o agronegócio crescer e atraem novas indústrias e agroindústrias. [...] Além disso, o Tocantins conta com uma posição geográfica favorável, localizado exatamente no centro do Brasil. Assim, o estado é o mais competitivo economicamente em relação ao transporte de cargas para qualquer região brasileira. A infraestrutura também conta a favor.

¹⁴ Segundo Silva, E. B (2013), Mapito é o acróstico para se referir aos estados de Maranhão, Piauí e Tocantins, que são as áreas de expansão da fronteira agropecuária onde estão ocorrendo desmatamentos recentes no bioma Cerrado. [...] Nesses espaços, segundo a autora que se baseou em Sauer; Leite (2012), a produção agropecuária moderna tem-se instalado rapidamente em função da escassez relativa de novas terras em áreas onde a agropecuária já se consolidou (centro-sudeste do bioma) e da alta demanda por *commodities* no mercado interno e externo.

¹⁵ Como já apontado anteriormente, sabe-se da dialética que existe em torno deste conceito (coletivo e exploração). Aqui, o que se ressalta é o uso do conceito ideologicamente para exploração e precarização da mão de obra do trabalhador, conforme exemplifica a geógrafa Valéria Cristina Pereira da Silva, que dirá: “surge, em algumas entrevistas, a afirmação de que o próprio arquiteto Oscar Niemeyer teria criticado o projeto de Palmas por não ter um plano de massa e por não seguir os princípios modernistas, por não ter uma paisagem urbana homogênea, produzindo uma identificação, o que parece explicar-se pela ideia do Governo [estadual] e dos arquitetos de que Palmas se autoconstruísse com o dinheiro dos lotes. O próprio *slogan* do estado [do Tocantins] preconizava a iniciativa liberalizante, mas atando-a a uma ideia de bem-estar social: O Estado da livre iniciativa e da justiça social. As ideologias políticas multiplicam-se e confundem-se no espaço” (SILVA, V., 2010, p. 80).

No trecho a seguir transcrito os destaques são para as malhas viárias e ferroviárias e para as facilidades de escoamento e logísticas, ambas necessárias à exportação de grãos, carne e hortifrúti.

Hoje o Tocantins possui 4,5 mil quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas, integrando praticamente todas as suas cidades. Enquanto isso, 1,5 mil quilômetro de rodovias federais faz sua ligação com os demais estados. Até 2010 o Tocantins ganha a modal de transporte ferroviário, com a conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul em seu território. Assim, o estado se colocará no centro da malha ferroviária do Brasil e estará muito mais próximo dos consumidores da Europa e Estados Unidos que outros estados brasileiros de economia mais tradicional. São fatores que fazem as exportações do estado avançarem, chegando à marca dos 31 países consumidores e de US\$ 154,9 milhões arrecadados em 2007, com a venda de soja (74,81%), carne e derivados (21,18%) e abacaxi (0,98%). Entre 2003 e 2007, o superávit da balança comercial do estado superou os US\$ 515,6 milhões.

Já neste trecho fica evidente a tendência da energia como um dos principais produtos a serem exportados:

PIB – Compõem o Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins os setores de serviços (77%), a agropecuária (15%) e a indústria (8%).
Energia – No Tocantins, também há energia elétrica suficiente para mover as indústrias. Hoje, o Tocantins possui três usinas hidroelétricas (Lajeado, Peixe/Angical e Isamu Ikeda) e 11 pequenas centrais em funcionamento. Além disso, outras duas grandes hidrelétricas estão em construção (São Salvador e Estreito). Assim, o estado produz muito mais energia do que consome (exportando 1.420 mega watts, enquanto seu consumo é de 136 mega watts (TOCANTINS¹⁶, 2013).

Esta lógica liberal é o ápice do projeto de expansão do capital via modernização do território cerrado, por isso transitório. Nesse sentido, é importante compreender que este momento de acumulação liberal – que começa no final da década de 1980 e início da década de 1990, período da criação do estado do Tocantins e da construção de Palmas, e vigora até os dias atuais – extrapola o modelo inicial do agronegócio que tinha como base estruturante a mercantilização da agricultura e da pecuária.

Esse modelo liberal, ao agregar a exploração de recursos naturais como a água (leia-se energia elétrica) e o minério, pode representar o retorno às “origens”¹⁷ do período da colonização, que, como dito, já estava traçado desde o final da Segunda Guerra Mundial em

¹⁶ Disponível em: <<http://portal.to.gov.br/empresario/tocantins-para-investidores/447>>. Mesmo constando o ano de 2010, as informações são atuais.

¹⁷ Ressalta-se que concebemos a construção histórica como um movimento em espiral; por isso, ela, a história, repete-se, mas jamais do mesmo modo.

que o Brasil, na divisão internacional do trabalho, teria como função abastecer com matérias primas e alimentos os países “desenvolvidos”.

O economista Guilherme Delgado (2010, p. 113) tem alertado que este modelo pode levar o Brasil a uma possível primarização da economia.

Temos uma armadilha grave nesse quadro estratégico. [...] As condições da expansão agrícola, vinculadas a uma inserção externa dependente; ao perfil da dupla super exploração dos recursos naturais e do trabalho humano e a uma forma de extração do excedente econômico, fortemente vinculada à renda fundiária, configuram novos ingredientes de uma questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura. Em última instância, caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento que se repõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso. Mas a caracterização dessa questão agrária é mais geral e mais profunda. Integra a essência do projeto nacional de subdesenvolvimento e requer um enfrentamento dentro e fora do modelo agrícola hegemônico.

Delgado adiciona a este cenário a precarização da mão de obra do trabalhador e a questão em torno propriedade da terra, que, aliás, nunca deixou de existir. Esses fatores são importantes pressupostos para que se compreenda que o conflito pelo direito à cidade e pela habitação advém do conflito pela luta da terra, que é um traço do processo de construção do território brasileiro; por isso não se pode ignorar que a luta pela cidade tem sua origem na luta pela terra que era travada no campo. É a relação campo-cidade que não se pode desprezar.

Estas premissas levam à constatação de que, enquanto Goiânia e Brasília desempenharam o papel político de colocar em cena a “nova” burguesia industrial-urbana e o novo modelo de produção agrícola, Palmas cumpre o papel da rearticulação da elite fundiária, que, aliás, nunca deixou ter força no país. A criação do Tocantins, e conseqüentemente de Palmas, significa uma reorganização da bancada ruralista no cenário nacional. Vale lembrar que as áreas antropizadas naquela região ainda são menores do que as próximas ao estado de Goiás e o Distrito Federal, conforme se demonstrou no mapa 1.

Em vista disso é que ora se defende que a escolha de criar uma nova capital em meio a terras “esquecidas” do antigo norte goiano não passa só pela vontade política ou pela vaidade de seus idealizadores e construtores. Fabricar uma cidade em meio ao “nada” tem um significado político, econômico e ideológico que não pode ser desconsiderado. Goiânia, Brasília e Palmas mostram a que vieram. Os preceitos e conceitos que as acompanham, como autoconstrução, sustentabilidade, cidades promissoras, locais de melhores condições de vida, entre outros, estão diretamente ligados aos preceitos ideológicos que, como já apontado, fazem com que uma cidade projetada e planejada ganhe, ilusoriamente, vida própria e se torne uma possibilidade de melhores condições de vida para todos.

Não obstante, conforme assinala Martins (2010), esta possibilidade anunciada pelo capitalismo é inalcançável para a classe trabalhadora. E o encantamento inicial que é criado em torno das possibilidades de melhores condições de vida em uma capital planejada transformar-se-á na grande frustração desses sujeitos sociais que se deslocaram do campo ou de uma cidade sem a urbanização almejada. Tais frustrações convertem-se em movimentos de luta e de resistência contra a ordem estabelecida pelo capital, que expõe as contradições e desigualdades existentes na concepção e criação dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas.

É exatamente destas desigualdades e contradições que nasce a luta entre os sujeitos pelo direito à cidade. Ou seja, é neste abismo que se perceberá a relação dialética entre capitalismo, possibilidade e frustração; entre cidade, campo e urbano; entre ideologia, política e economia.

Esta constatação irá corroborar com a afirmativa de que o desenvolvimento do urbano será a contrapartida da desruralização do produto, e de que Goiânia, Brasília e Palmas, ao se tornarem os moldes e os modelos de urbanidade, urbanização e urbano do espaço moderno brasileiro, tornaram-se o destino de diferentes sujeitos que acreditam que conseguirão melhores condições de vida, principalmente da classe trabalhadora e dos camponeses que viram, e ainda veem nestas cidades, a perspectiva do trabalho, da (re)territorialização, de moradia, do estudo, enfim, a oportunidade de se tornarem, de fato, “cidadãos”, no sentido estrito da palavra.

Diante disso, sobreleva dissertar sobre os operários construtores das cidades-capitais do Cerrado, uma vez que foram eles os principais sujeitos do processo inicial de formação e transformação dos espaços planejados de Goiânia, Brasília e Palmas.

1.3 Trabalhadores construtores: entre a exclusão, a resistência e a (Re)Existência

Este tópico tem início com a seguinte argumentação: o movimento dos trabalhadores construtores para se especializarem em Goiânia, Brasília e Palmas os tornaram os principais sujeitos desviantes do processo inicial de construção das cidades-capitais projetadas no Cerrado, fato que demonstra que este processo de espacialização não foi tranquilo. Muito pelo contrário: é marcado por lutas contra a exclusão, a segregação, a desigualdade, o controle, em síntese, por uma lida diária destes sujeitos para conquistar um pouco de dignidade e um pedacinho de chão nestas cidades.

Tais lutas, ao mesmo tempo em que revelam as contradições – entre o espaço concebido e o espaço vivido; entre o tempo histórico e o tempo social; entre a alienação e a criação; entre a frustração e a possibilidade; entre a dominação e a insurgência – no processo de construção dessas cidades-capitais projetadas, demonstram que os seres humanos, no caso específico os trabalhadores-construtores, não são passíveis de alienação total. Eles lutam, criam, modificam e resistem e (Re)Existe, rompendo a ordem estabelecida e criando uma nova (Des)ordem.

As legendas abaixo reforçam esta alegação ao esclarecer que:

- a condição de preteridos da cidade “oficial” e relegados à ilegalidade (no caso de Goiânia e Brasília) ou à legalidade segregada (no caso de Palmas, em assentamentos precários e desprovidos de infraestrutura urbana – saneamento, água encanada e tratada, luz, acessibilidade viária etc.) confirma a situação de sujeitos não desejados no espaço planejado;

- até os primeiros anos de construção destas cidades-capitais, os trabalhadores-construtores representavam o maior contingente populacional; nem por isso a questão da “provisoriedade” de suas estadas foram resolvidas;

- as benesses, “públicas e coletivas”, produzidas pelo trabalho social desses operários foram desfrutadas, primordialmente, pelos grupos que se fixaram na parte “legalizada” da cidade;

- apesar de a força de trabalho desses sujeitos ser imprescindível à edificação das novas cidades-capitais, eles, em sua maioria, não desfrutaram da produção das obras e serviços resultantes dos seus trabalhos;

- a luta e a resistência para se fixarem nestas cidades-capitais evidenciaram a relação dialética que há entre trabalho, alienação e criatividade;

- a repressão do Estado sobre a classe trabalhadora e o mutirão – como uma ação de resistência e (Re)Existência desta mesma classe – evidenciam como as práticas socioculturais tradicionais penetram em um espaço que deveria ter uma imagem eminentemente moderna;

- as diferentes estratégias usadas, nas cidades-capitais projetadas, tanto pelos agentes do planejamento (para conter a periferização) como pelos sujeitos não desejados (para garantir a espacialização) demonstram como o aprimoramento das estratégias de controle ou de resistências acompanha as transformações econômicas, políticas e socioculturais.

Este cenário de contradições, opressões e resistências remetem a alguns questionamentos. O primeiro: quem são estes homens e mulheres que largam a sua terra natal, alguns suas famílias, e viajam centenas ou milhares de quilômetros, em condições extremamente precárias, em busca do desconhecido? Outro: o que leva estes homens e

mulheres a enfrentarem tamanha adversidade sem ao menos contar com alguma garantia de se fixarem nestas cidades? Por último: qual a chama que, depois de tanta frustração e opressão, retroalimenta a esperança de uma vida mais digna destes homens e mulheres nestas cidades?

Algumas proposições e embasamentos teóricos já expostos assinalam o caminho para as respostas a estas indagações, principalmente as relacionadas à terra, ao trabalho e ao capital, visto que estes são os pontos cruciais para o entendimento das contradições e das lutas entre as classes sociais desde os primórdios da formação do território brasileiro.

Contudo, pretende-se aqui responder a estas questões a partir das vivências dos trabalhadores-construtores durante esse processo, visto que eles, ao representarem o maior contingente populacional destas cidades no início de suas construções, tornaram-se os principais responsáveis pela concretização das cidades concebidas nas pranchetas e nos acordos para as cidades reais. São sujeitos e autores, pois, ao mesmo tempo que deram vida a estas cidades, vislumbravam outra vida para as suas vidas.

Desse modo é que, independentemente de a historiografia oficial não os considerar, os sujeitos não desejados também são construtores destas cidades, tais quais Pedro Ludovico, Juscelino Kubitschek, Siqueira Campos, Armando de Godói, Atílio Correa Lima, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Grupo Quatro e tantos outros. Denominam-se goianienses, brasilienses, palmenses e o são por direito e pela veemência histórica, socioespacial, cultural e simbólica que representam.

A declaração de ‘Seu A.’ (2008), ao sintetizar, emocionadamente, a sua trajetória percorrida ao longo de seus 87 (oitenta e sete) anos de vida, dos quais 62 (sessenta e dois) foram vividos na capital goiana, exemplifica esta assertiva

“Pra mim, Goiânia é a melhor cidade pra se viver hoje, no Brasil, quiçá no mundo. Porque ela cresce. [...] Eu admiro muito o povo dessa Goiânia e é a cidade que mais progride no mundo. [...] Quando eu saio de Goiânia, eu fico doido pra voltar aqui pra Goiânia”.

Este sentimento de pertencimento pelo território vivido e conquistado mistura-se à percepção de dever cumprido, conforme expressa ‘Dona. R.’ moradora da cidade de Palmas desde 1991:

“[Palmas] É muito bonita, muito boa. Assim, é muito interessante a gente ver uma cidade crescer, porque a gente conhece a cidade. A gente conhece a cidade de ponta a ponta. Eu conheço a cidade por onde hoje está cidade e que não era. Era o lugar onde nós pegávamos saibro, que hoje não se fazem paredes com saibro, se fazem com areia. Naquela época em que chegamos aqui, pegávamos uma areia chamada saibro. Hoje, já é cidade, já é um bairro. Eu tenho gosto, tenho prazer de morar hoje

aqui, porque a gente sofreu, mas a gente conseguiu. [...] Minha cidade de origem, que é a cidade em que quase não nasci, mas me criei, eu a amo. Mas hoje a minha vida é Palmas”.

‘Seu D.’ e ‘Dona R.’, ao falarem sobre a saga de suas vidas e das cidades que ajudaram a “erguer”, exprimem pertencimento, dor, afetividade, realização e orgulho, sentimentos dignos dos sujeitos que não são vítimas ou donos da história, mas parte dela. Como eles, há tantos outros cujas memórias de vida se entrecruzam com as memórias de construção destas cidades-capitais.

Banidos de suas terras natais, ou por falta de emprego, ou por falta de terra ou de condições mínimas de sobrevivência, a migração para outros estados, principalmente para uma cidade-capital em construção, representava uma das poucas possibilidades de adquirir melhores condições de vida, conforme se pode constatar dos depoimentos a seguir.

O primeiro depoimento é de ‘Dona A’, migrante nordestina, que está em Goiânia desde 1952.

Eu sou de Barreiras e minha prima veio morar aqui. Aí ela foi lá passear e me convidou. Minha mãe não queria deixar, mas como gostava muito dessa prima, ela falou: “Não, vou deixar, como ela está indo trabalhar e tal...”. E eu vim. Vim de caminhão. [...] Vim trabalhar. Pensei, vou trabalhar, porque em Barreiras era pobre não tinha emprego, não tinha em que trabalhar. Bordava, mas não ganhava quase nada, a vida era difícil. A vida era pobre. Porque lá a gente não tinha um emprego. [...] Era uma vida, assim, apertada. Não passava fome porque eu tinha um tio que açougueiro. A carne ele dava todos os dias pra gente. Mas era uma vida apertada. Não era fácil. Tinha dia que comia só a carne com farinha ou com feijão. Arroz na Bahia era mistura.

‘Dona Z.’, migrante baiana que foi para Brasília em 1973, também relata o motivo pelo qual migrou para a nova capital:

Eu morava na roça. Meu marido morava aqui. Morava aqui, já trabalhava no clube da Aeronáutica. E eu morava lá em casa, na casa da minha mãe, na Bahia. Ele me deixou lá com três filhos. Quando ele me deixou lá, meu menino de 34 anos estava com 6 meses, quando ele me deixou. Aí, ele já estava aqui, mas não tinha como mandar dinheiro pra mim. [...] Ele já tinha uns quatro anos aqui. [...] Veio trabalhar. Ele trabalhava na construção. Aí, ele me deixou lá. Com 18 anos, eu era mãe de três filhos. Aí, ele me deixou lá na casa da minha mãe.

O depoimento de ‘Dona R.’, que é do interior do Tocantins, diferentemente das outras duas migrantes que são nordestinas, também expõe o porquê de sua migração para a capital tocantinense:

“Eu vim de Pium pra aqui. Pium é uma cidadezinha pequena, daqui a uns 160 quilômetros. Me criei lá no Pium. E quando começou Palmas, a gente veio pra cá. Eu vim aqui ver como é que era. Aí, eu pensei: tenho que vir pra aqui, porque é o futuro. Não era o futuro meu, porque também não sou mais criança, mas eu tenho minhas filhas e hoje já tenho neto, agora já tenho bisneto. Aqui, podia melhorar, podia estudar, podia crescer, que a capital começava. E começava com muita dificuldade. Quando eu cheguei aqui era muita barraca de lona, não tinha lona, não tinha água, energia também não tinha. Era lugar, assim, confinado, por exemplo, ao redor do palácio, que tinha já estrutura melhor. Mas tudo era chão. Não tinha nada de asfalto, era pouco asfalto que tinha”.

As declarações das três migrantes, além de evidenciarem que o trabalho é um dos principais fatores de migração destes trabalhadores, também revelam a força de atração do urbano. Força tamanha que, aliada à dura realidade de miséria a qual estes migrantes estavam submetidos e às doses de esperança de uma vida melhor, os faziam enfrentar quaisquer tipo de adversidades. A explanação de ‘Seu. D’¹⁸, que chegou a Goiânia em 1945 em busca de trabalho e levou 45 dias, a pé, de Barreiras até a nova capital goiana, exemplifica esta afirmativa:

“Meu pai era um viajante. E ele veio pra cá naquela época, ele veio a pé, de Barreiras até chegar a Goiânia. Chegando aqui, começou-se a trazer a capital e ele começou a trabalhar com o Pedro Ludovico. Ele foi um dos que ajudaram a trazer a capital de Goiás pra Goiânia. Aí, ele trabalhou três anos aqui e voltou. [...] Ele trabalhava em braçal. Aí, ele foi até lá e voltou. Aí, minha mãe não quis ficar mais não. Aí, ele trouxe nós pequenos. Nós viemos a pé, de Barreiras, até chegar aqui. [...] Nós levamos 45 dias. Nós viemos seis famílias. Um bocado já morreu. Da turma que veio com nós, só tem duas pessoas. Meu pai morreu, minha mãe morreu, todo mundo morreu. Aí, eu sou um dos fundadores da capital. Aí, nós chegamos em agosto... Julho, de 1945. Aí, ficamos aqui”. (Seu D., 2008).

Abaixo, outra declaração da migrante nordestina que, mesmo depois de mais de duas décadas em sua cidade natal, também enfrentou dificuldades e incertezas durante a sua jornada para a nova capital do país, tudo para fugir de uma situação de precariedade e miséria humana que estava submetida em Buritirama - BA:

“Passamos 26 dias na estrada, lotado o caminhão, que se chamava até Mão Branca. Eu vim porque não estava dando conta mais de ficar sozinha naquele deserto sofrendo com tanta fome. Porque era uma fome! A fome não era brincadeira não. Eu tinha esperança de uma vida melhor. [...] Eu nem imaginava que eu viria pra Brasília, eu não sabia, porque nem notícia tinha do pai dos meninos. Nem sabia onde achava. Um ano e seis meses sem ele me dar notícia. Aí, peguei caminhão e disse: “Mãe, eu vou-me embora atrás do pai dos meus meninos.” Ela disse: “Minha filha, num vai não.” Eu disse: “Eu vou, porque não aguento mais.” E vim. Vim com uma cabacinha de água... A cabaça ainda tem, uma cordinha quebrou. A água acabou no meio do caminho. Mas, no meio do caminho, tinha chovido. Nós chegamos aqui em

¹⁸ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2008.

outubro. Tinha chovido e tinham aqueles poços de água. Quando a água era limpinha, o caminhão parava, nós enchíamos a cabaça e seguíamos caminho. Pra comer, era farofa e biscoito. Nós rolamos 26 dias.” (Dona Z, 2012).

É importante destacar aqui o papel da ideologia neste processo, uma vez que na maior parte das entrevistas é detectada a “ilusão” de que a migração para estas cidades seria a solução dos seus problemas de sobrevivência e de classe social. Este conceito da cidade como sujeito, embasado no pensamento liberal estadunidense, defende que as cidades teriam a capacidade de crescer e equilibrar-se naturalmente pela lei da oferta e da demanda, em um sistema no qual tanto os mais privilegiados como os mais pobres encontrariam seus espaços com as diferenciações “naturais” de qualidade, inerentes à própria lógica do capitalismo (FERREIRA, 2005).

No entanto, esta posição de transferir todas as responsabilidades de crescimento material, e até imaterial, para o plano individual nada mais é do que a tentativa de naturalizar a coisificação das relações sociais e escamotear a alienação do trabalho promovida pelo modo de produção capitalista. O capitalismo, conforme apregoa Martins (2008), anuncia a possibilidade, mas alcançá-la é o grande problema.

Esta incongruência entre possibilidade e aquisição alcançará o âmago da existência dos sujeitos sociais, pois ela irá refletir no processo de realização de vida na vida. Ou seja, o sentimento de frustração estará intrinsecamente conectado ao de realização. ‘Seu D.’, migrante nordestino, entrevistado em 2008, aos 80 anos de idade, e que começou a trabalhar aos 11 como ajudante de pedreiro na construção de Goiânia, expressa este sentimento ao dizer que: “Eu sei que Goiânia, eu que cheguei na época [emocionado, chorando] ... poderia ter ampliado mais a minha situação financeira; não ampliei, mas sou um homem muito feliz, porque eu vim a pé, vim pequeno, cheguei aqui e encontrei a minha vida”.

Nas palavras de ‘Seu D.’, fica notório que, a partir das estratégias e dos instrumentos ideológicos utilizados pelos planejadores neste processo, é produzido um encantamento em torno da aquisição das coisas, que passa a ser fundamental para viabilizar uma organização produtiva e social por meio do trabalho assalariado, que captura os sujeitos sociais e os fazem gerar riquezas para os outros. Esta foi e ainda é a lógica utilizada na constituição dos espaços urbanos das cidades-capitais projetadas no Cerrado.

Dona F. retrata bem esta situação ao relatar os primeiros anos seus e de seu marido em Goiânia:

Ele trabalhava na construção, de pedreiro, enquanto estava aqui em Goiânia. [...]. O Palácio ele ajudou a construir. Aí, ele foi pra Rio Verde, trabalhar no ministério. Nós

casamos e viemos pra cá de novo. No ministério, ele era motorista. Ganhava um salário muito baixo e eu trabalhava, fazia tricô, costurava para confecção, para ajudar na despesa da casa. Eu costurava a semana inteira, dia de sábado eu entregava a costura. [...] Eu não passeava. Meu tempo era curto. Eu levantava antes das 7, cedinho eu estava na faculdade. Às 7 eu estava lá. Aí eu vinha...levantava 4 horas da manhã pra fazer a comida pros meninos. Deixava o almoço prontinho.

Veja-se esta outra conjuntura:

Quando eu trabalhei na... eu fazia três virada na semana. [...] Entrava segunda-feira trabalhava de segunda, o dia de segunda-feira ou a noite para amanhecê na terça e dormia o dia. Passava o dia dormindo quando era noite eu entrava outra vez, trabalhando a noite e o dia de quarta-feira. Aí eu ia folgá outra vez da noite de quarta para quinta. Quando era sexta-feira eu entrava de manhã e trabalhava até o sábado. Sábado a gente recebia uma mixaria e ia descansá (poceiro).¹⁹ (SOUSA, 1983, p. 35, 36).

A declaração acima não é de nenhum operário inglês do início da revolução industrial, e sim de um dos milhares de operários que construíram Brasília. Iludidos pela proposta de melhores condições de vida e de oportunidades de trabalho assalariado, tiveram os seus sonhos desviados. As tão propagadas possibilidades e coletividades anunciadas pelos agentes da construção só existiam na forma de organização da produção baseada na socialização, mas a distribuição era, e ainda é, eminentemente concentradora e elitizada.

As possibilidades e os desfrutes destas obras, tanto na esfera pública como na privada, eram privilégio de poucos – os “patrões” e seus agentes – e não para a maioria da população, representada pela classe trabalhadora. A esta classe foram reservadas árduas jornadas de trabalho, exclusão socioespacial e condições deploráveis de vida. Os depoimentos de dois migrantes nordestinos, ‘Seu E.B.L.’ e ‘Dona D.’²⁰, que moram na Vila Nova (Goiânia) desde a década de 1950, ao descreverem as condições de extrema precariedade e de total falta de infraestrutura a que eram submetidos ao chegar na nova capital goiana, evidenciam esta premissa: “Num tinha o asfalto, num tinha nada, aí a Vila Nova aqui era muito barraco, era aquelas casinhas velhas e cheio de barraco, era tudo cheio de gente, gente morando”, explica ‘Seu D.’.

Acrescentam-se a este sentimento de indignação a amargura e a decepção, conforme se constata da descrição de ‘Dona D.’ sobre seus primeiros anos como moradora da Vila Nova:

¹⁹ Entrevista realizada entre fevereiro e julho de 1978 por Nair Rosa Bicalho de Sousa. SOUSA, R.B. de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Vozes: São Paulo, 1983.

²⁰ Entrevistas concedidas à autora em agosto de 2008.

“Aqui era um martírio. Eu chorei, porque saí da minha terra, sem conhecer ninguém, vim pra aqui pra esse lugar, prum barracãozinho que nem porta tinha; nós não podia por, pra falar a verdade. Com tanta gente matando, tiro na rua. Eu fiquei muito nervosa, muito assustada, entendeu? Não tinha rua. Era buraco. Quando chovia dava cada buraco nessa rua! Quando passava a chuva, era poeira que tinha que pó na tampa da panela, de tanta poeira. E eu chorava noite e dia. Arrependi milhões de ter casado. Saí da minha terra... Lá não era bom, mas aqui estava pior. Só de poeira, buraco, matança, sem conforto, não tinha rua, só tinha um trieiro. Formigueiro aqui na oficina era assim, faltava carregar nós. Matava os cachorros e escondia. Maldito mau cheiro, aquele maldito mau cheiro” (‘Dona D.’, 2008).

Esta conjuntura retratada pelos pioneiros de Goiânia não foi exclusiva dos migrantes construtores daquela capital: em Brasília e em Palmas também a encontraremos. A descrição de ‘Dona Z.’, moradora da Vila Planalto desde 1973, sobre a sua primeira impressão de quando chegou no lugar em que seu marido estava “morando” em Brasília, é um exemplo:

Quando eu cheguei no lugar, que eu vi o lugar em que ele morava, eu comecei a chorar: “Meu Deus, o que eu vim fazer aqui? Lá em casa, nós tínhamos uma casa digna, esse negócio aqui é de madeira.” Todo de madeira, feito de pedaço pau, que era de resto de construção. Aí, cheguei num quartinho que eu vou contar pra vocês. Um quartinho que era esse quadrado aqui assim, dentro tinha uma cama de madeirite. Tinha uns dois metros, só a conta da cama mesmo e encostar a portinha assim, eles trocaram de roupa. Meu irmão trabalhava de dia e ele trabalhava à noite. De dia ele dormia, de noite meu irmão dormia. [...] O barraco da frente não era diferente do de trás não.

‘Seu J.R.’, morador de Taquaralto desde 1991, explicita a mesma realidade vivenciada em Palmas. Segundo ele,

[n]o início, quando cheguei aqui, em 91, a gente encontrou aqui muita dificuldade. Estava no início, na realidade, estavam se iniciando todas as construções, principalmente a área de construção civil, pavimentação, enfim, tudo estava sendo iniciado. O que encontrávamos aqui era poeira, mosquito e falta em tudo, porque comércio não tinha. Tudo era início, nós estávamos dentro de um cerrado. O Siqueira veio, implantou a capital dentro de um cerrado e, dali, iniciou a capital. E nós encontramos aqui, em tudo, muita dificuldade. E daí por diante foi cada uma pessoa; vinham os imigrantes de outros estados.

As declarações dos migrantes explicitam que a tão propagada e desejada prosperidade estava longe da realidade encontrada. Ao descrever os seus cotidianos, revelam uma vida dura, cercada por violência, sujeira e mau cheiro. A imagem de cidade descrita por eles é caótica e está bem distante da obra coletiva e promissora anunciada pela elite construtora. É o outro lado do processo de construção destas cidades, que foi vivenciado, principalmente, pelo grupo dos operários da construção civil e suas famílias, os não desejados no espaço planejado.

Esta vivência contribuiu para que os trabalhadores, ou pelo menos parte deles, compreendessem e criticassem este processo. ‘Seu D.’ demonstra esta consciência crítica:

“[a] Vila Nova só tinha esse pedaço da Quinta Avenida pra cá, a 212, esse quarteirão aqui, da Quarta Avenida pra cá. E tinha o colégio, só esse quarteirão aqui. Aí, a gente passava pra Goiânia por uma pinguela que tinha dentro da mata. Era uma barreira na cidade”.

A barreira entre a cidade legal e a ilegal, além de ser notória para alguns destes migrantes, também foi motivo de muita repulsa. Na continuação do depoimento de ‘Seu J.R.’, sobre Palmas, reforça-se essa constatação:

Pra gente que chegou aqui na época, que tinha... Tinha não, ainda há muito terreno disponível ali no centro, é constrangedor a gente chegar e ser jogado lá pra fora, pros subúrbios pra lá, com mais dificuldade. Tudo era difícil pra gente, ter acesso ao centro, pra trabalhar, enfim, tudo era difícil. Então, pra gente, foi uma maneira muito constrangedora a gente chegar a esse ponto. Mas o que fazer? [...] Porque pobre junto com rico só funciona assim: ele hoje tem aqui, rico chega e *impresa* ele ali, ele vai vender pros empresários e com aquele valor ele vai construir outra melhor do que a que ele tinha lá, porque ele agora tem o poder aquisitivo mais alto um pouquinho. E aqueles que ficaram lá, muitos deles melhoraram: melhor do que eu e outros que aqui estão. Que a gente veio de lá, ficou com medo da pressão do governo. Ficamos com medo e hoje estamos aqui.

E como se esta situação de exclusão, de falta de infraestrutura e de precariedade de vida humana não bastasse, acrescenta-se a este pacote a ação repressora e de controle do Estado sobre a classe trabalhadora, principalmente para que não se fixasse nestas cidades. As estratégias iam desde a derrubada de barracos, a presença de “jagunços” nos acampamentos até a formação de barreiras para impedir a entrada e a permanência dos sujeitos não desejados nestas cidades.

‘Dona Z.’, ao narrar que o caminhão que a trouxe de Buritirama até Brasília tinha que parar em Planaltina de Goiás, expõe esta conjectura:

“Porque não entrava com gente, que a polícia não deixava. Era uma fronteira. O caminhão chegava até Planaltina de Goiás, no posto policial. Do posto policial, ele não passava; tinha até uma lista; se não tinha o nome naquela lista, não passava. Aí, nós que tínhamos que nos virar pra achar os familiares. Planaltina é muito longe”.

‘Seu J.R.’ reforça esta situação ao responder à pergunta de que se quando chegou a Palmas, havia um lugar no espaço planejado para os trabalhadores construtores.

Havia ‘sim’. Havia muita mudança, média de 50 a 60 caminhões, pau-de-arara, chegando com famílias. Mudança direto, direto, direto. E ia se acumulando ao redor do palácio. Chagava ao Centro, a primeira coisa que a gente encontrava ali era o palácio. Começamos ali com a construção das secretarias. E o povo ia se acampando ali. “É Palmas?” “É Palmas.” E aí ficava. E foi se acumulando debaixo dos pés-de-

árvore. Aí, o governo começou a botar a polícia pra tirar fora. Pra onde? Taquaralto. Era tudo empurrado pra Taquaralto. Foi justamente na época em que a primeira-dama Aurenny mandou construir umas casinhas aqui no Aurenny 1 e Aurenny 3, pra acomodar esse pessoal que estava chegando, pessoal pobre, e foi colocando esse pessoal pra vir morar aí. Ele não poderia ficar lá no Centro, na área ali próxima do palácio. [...] E com essa mudança do pessoal chegar até aqui, os outros que foram chegando, já havia barreira de um lado e do outro pra não deixar passar tanta gente; então, os que foram escapando das barreiras chegaram a Taquaralto e começaram a se acomodar por aqui mesmo. Fazendo barraco e invadindo. Barraco, barraco, barraco. Era só lona preta.

A descrição do migrante sobre como eles regiam, burlavam e resistiam às ações de repressão e segregação socioespacial implantadas pelo Estado traz à tona a relação dialética deste processo. É a outra face da moeda sendo desvelada por meio das ações e estratégias que foram usadas pelos sujeitos não desejados para conquistarem o direito de permanecer nestas cidades-capitais. Esta outra face elucidada que o possível, contrariamente ao que é apregoado pela ideologia capitalista, está no real e no realizado.

Com efeito, o real e o realizado só podem ser percebidos na dimensão do espaço vivido, pois é aí que se distinguem as outras formas de ações e relações existentes no espaço social que, além de extrapolar a ordem preestabelecida, também reafirma a dimensão histórica e sociocultural que há em qualquer obra humana. Harvey (1998) contribui com esta afirmativa ao dizer que o novo não existe sem o antigo.

Por isso é que no Brasil urbano, seja pelas questões relacionadas à terra e ao trabalho, seja pelas ações de repressão do Estado ou pelas ações de resistência da classe trabalhadora, haverá reminiscências do Brasil rural. E os trabalhadores construtores, ao se perceberem, novamente, como excluídos socioespaciais e políticos, tentaram reproduzir nos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas (como uma alternativa integradora e de sobrevivência) alguns dos padrões socioculturais que remontam aos das comunidades do meio rural (origem da maioria). A relação sujeito/sociedade é feita, então, por meio dos grupos de relações primárias (família, vizinhança, congregação religiosa). Eles aparecem como tentativas de reconstrução da sociabilidade antiga (CAVIGNAC, 1997).

Neste relato de ‘Seu D.’, ainda sobre como enfrentaram esta situação em Goiânia, verifica-se esta premissa:

Mutirão. Pra fazer mutirão nós juntávamos os pedreiros, fim de semana; quem não tinha nada, eles compravam o material. Ali no Botafogo, no Setor Universitário, nós invadíamos muito terreno e fazíamos casa para os operários. Juntávamos aquela turma de pessoas e fazíamos, invadíamos. Levantávamos no sábado, no domingo à noite podia mudar, quando eles chegavam a casa já estava pronta. [...] Tinha um tal de Luizão, que era jagunço, e andava com outros dois jagunços – ele já morreu também – e chegava, queria derrubar. Os homens iam trabalhar, ficavam só as

mulheres com os filhos, aí eles não derrubavam, porque só tinha criança. De noite, quando eles voltavam, o pessoal já saía da casa, pra eles não derrubarem a casa.

Esta luta pela conquista da moradia na cidade e, indiretamente, pelo direito à cidade, nada mais é do que a antiga e louvável luta contra a sua expropriação da terra, a exploração do trabalho e pelo usufruto equânime da produção coletiva que milhares de brasileiros travam há décadas contra as elites dominantes. Ou seja, a luta de classes que existia no campo também veio na bagagem destes migrantes e, por isso, é reavivada a partir das ações e estratégias de oposição e enfrentamento de que a classe trabalhadora se utiliza para combater qualquer tipo de controle e segregação que a elite dominante tentará a ela imputar.

Na narrativa de ‘Dona A.’, moradora da Candangolândia, evidencia-se esta realidade:

[...] eles estavam querendo arrancar a Candangolândia. Que a Candangolândia era pra ser uma área nobre. Eu fiz parte da associação de moradores, eu era secretária, na época. Foi por volta de 80, mais ou menos. Essa área era pra ser extensão do Lago Sul. Não era pra ser Candangolândia. Inclusive, quando o coordenador da associação, José Everaldo – inclusive, ele já faleceu –, chegava lá e voltava revoltado, porque o pessoal falava assim: “Ali não é área de favela, é área nobre.”. [...] Até 85 foi assim. Foi quando nós fomos transferidos, quando o Ornelas resolveu mandar a gente pra cá. Em 85, era pra gente ir para Samambaia, porque o Aparecido não queria entregar a casa pra gente, que era o próximo governador. Ele não queria. E o José Ornelas, com o administrador do bandeirante José Eustáquio... eles fizeram assim, trouxeram a gente de uma vez. Já transferiu todo mundo pra não ter o problema de tirar a gente daqui.

No relato acima, fica claro que, por mais que se tente, a elite dominante, por meio das cidades e de seus processos urbanos, jamais conseguirá o controle absoluto sobre a classe trabalhadora. Haverá resistências que gerarão deslizamentos e, conseqüentemente, outra ordem nestes espaços urbanos. Harvey (2013, p. 106), ao ponderar sobre como se estão configurando outras formas de organizações na sociedade urbana, que ele denomina de ‘cidades rebeldes’, expressa muito bem esta conjectura:

Ese nivel de control no se alcanza fácilmente, si es que llega a alcanzarse. La ciudad y los procesos urbanos que produce son por tanto importantes focos de la lucha política, social y de clase. Hasta ahora hemos examinado la dinámica de esa lucha desde el punto de vista del capital. Queda por tanto por examinar el proceso urbano -sus aparatos y restricciones disciplinarias así como sus posibilidades emancipadoras y anticapitalistas- desde el punto de vista de todos los que intentan ganarse la vida y reproducir su cotidianeidad en el seno de ese proceso urbana.

Como bem ressalva Harvey (2013), a dinâmica política e social desta luta, que é travada pela classe trabalhadora pela/na cidade, é um importante pressuposto para compreender as outras lógicas de ações e produções que extrapolam a do capital. Este fato é

evidenciado ao se constatar que a cada vez que é construída uma das novas cidades-capitais projetadas, há aprimoramento nas estratégias e ações, tanto por parte dos planejadores como por parte dos trabalhadores construtores, das disputas pelos/nos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas.

O embate inicial entre planejadores e trabalhadores nas cidades de Goiânia e de Brasília dá-se, essencialmente, nas questões relacionadas à transitoriedade da mão de obra dos trabalhadores e na fixação destes em uma área não destinada a eles, fora do espaço concebido. Já em Palmas, no embate inicial entre trabalhadores e planejadores, mesmo não tendo sido superadas as outras questões, percebe-se que nas estratégias de resistências dos sujeitos não desejados há indício de conquistas da espacialização da classe trabalhadora no espaço privilegiado, conforme descreve um dos integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM):

[...] era muito difícil estes trabalhadores morarem nas Arenys, na região de Taquaralto, e vir trabalhar aqui em Palmas. Então, nós começamos a questionar esse modelo e este movimento foi fundado e nós começamos a apoiar várias ocupações espontâneas de trabalhadores que ocupavam aqui. Inclusive nós temos vários exemplos que os trabalhadores resistiam e a Prefeitura tinha que construir moradias. Mas a nossa primeira ocupação organizada foi justamente na fundação do movimento, que nós ocupamos uma área pública aqui no Centro de Palmas, que foi a Arne 15, que foi, é uma quadra que hoje funciona a residência oficial do governo. [...] Na verdade nós conseguimos uma vitória importante porque nós conseguimos reunir mais ou menos umas quinhentas famílias para ocupar esta área e aí nós conseguimos resistir porque ainda não existia um número suficiente de policiais para poder despejar os trabalhadores. Então a gente tinha esta vantagem: Palmas era uma cidade que estava iniciando e a polícia tentava tirar e a gente resistia. Mas aí como era uma quadra para construir a residência oficial do Estado, o Estado chamou a gente para negociar através da antiga Codetins, que era a empresa de organizava estas terras. Então nós recebemos o lote e uma cesta básica de construção para todas as famílias e conseguimos conquistar as Arnes 51 e 61.

A declaração do integrante do MNLM, aliada às de ‘Dona A.’, de ‘Seu J.R’ e de ‘Seu D’, confirmam que, por mais que se tente criar “cercas” no processo de construção e ocupação dos territórios urbanos, eles serão ocupados por todas as classes sociais, independentemente da vontade da elite dominante. As cidades, ao se tornarem lócus das atividades econômicas, políticas, sociais e culturais, passam a ser uma aspiração de todos, pois representam novas possibilidades de poder trabalhar, morar, estudar, ou seja, de uma vida mais digna.

As cidades-capitais projetadas no Cerrado são exemplos desta premissa. Para a maioria dos trabalhadores, estas cidades representavam a oportunidade de uma vida melhor, com trabalho, moradia e direito ao desfrute da urbanidade propagada; ou seja, ao migrarem, traziam em sua bagagem doses de esperanças que, mesmo se misturando às incertezas e

injustiças, transformavam-se em instrumentos de resistências que garantiram o direito de permanecer nestas cidades.

É no seio deste paradoxo entre o desejo da conquista de uma vida melhor, o enfrentamento da segregação socioespacial, a exploração da força de trabalho e a luta para conquistar o direito a permanecer nestes espaços urbanos que se percebem os resíduos da práxis revolucionária, que surgem ao se constatar que, do mesmo modo que a classe trabalhadora será capturada pelo processo alienante do modo de produção capitalista, ela também encontrará mecanismos de escapes para lutar, resistir, (Re)Existir e, conseqüentemente, construir outras cidades em uma mesma cidade.

É importante ressaltar que se tem a clareza da força que a urbanização e o modo de vida por ela apregoado têm hoje no processo de reorganização e reestruturação do modo de produção capitalista, como aponta Harvey (2013, p. 106):

La reproducción del capital pasa por los procesos de urbanización por múltiples vías; pero la urbanización del capital presupone la capacidad del poder de clase capitalista de dominar el proceso urbano. Esto implica la dominación de la clase capitalista, no solo sobre los aparatos de Estado (en particular los aspectos del poder estatal que administran y gobiernan las condiciones sociales e infraestructurales dentro de las estructuras territoriales), sino también sobre toda la población: su forma de vida así como su capacidad de trabajo, sus valores culturales y políticos así como sus concepciones del mundo.

No entanto, ater-se somente a este problema é paralisar no tempo e no espaço. É não compreender que os processos socioespaciais são dinâmicos e que a urbanização, ao se tornar mais importante que a industrialização, gerou outra problemática socioespacial: a problemática urbana. Os motivos são os mais diversos, mas destaca-se, sobretudo, que este modelo de urbanização concentrador, desigual e desumano gerou uma realidade urbana contraditória e desigual. As contradições entre a economia, as forças produtivas e a produção social são latentes e se abroham, evidenciando, assim, que há uma luta de classes por uma nova realidade urbana que há tempos saiu das fábricas e expandiu-se nas/pelas cidades.

Por isso que se quer, aqui, ressaltar a dialética entre alienação e criatividade; dominação e resistência; urbanização e realidade urbana; norma e vida; modernidade e tradição, pois é a partir dessa dialética que se ‘apreende’ que, por mais que se tente, não há trabalho alienável; sobreposição completa de uma cultura sobre a outra; cidades e modo de produção que não passíveis de transformações e, muito menos, uma única forma “urbana” que seja capaz de moldar os seres humanos e controlá-los a tal ponto de destituir os seus sonhos, seus desejos e suas necessidades.

Ora, o movimento da classe trabalhadora, dos excluídos e marginalizados nas cidades e pelas cidades – apesar de a classe dominante tentar desqualificá-lo e, até mesmo, obscurecê-lo – é exemplo concreto deste processo. Nesse sentido é que se desenha a proposta deste livro, de realizar uma análise socioespacial dos espaços urbanos das cidades-capitais projetadas no Cerrado, a partir do movimento da classe trabalhadora. É deste movimento que o urbano, enquanto possibilidade, germina e revela que outras formas de ações e relações socioespaciais que extrapolam a lógica capitalista são viáveis e apresentam-se como a força motriz da construção de uma nova realidade urbana.

Desse modo, é que se reafirma aqui que as cidades-capitais projetadas no Cerrado não são apenas cidades produzidas para e pelo capital. Elas, como qualquer outra obra humana, são uma produção social e, como tal, são contraditórias e estão em movimento constante. É exatamente aí que se percebe a imbricação entre a cidade idealizada (pelo capital e para o capital) e a cidade materializada (como produção social).

A cidade real engloba tempos, espaços, memórias, enunciados e relações diferentes; por isso é que, algumas vezes, apresentam-se de maneira nebulosa, pois de uma mesma cidade, ou de um mesmo lugar nestas cidades, encontrar-se-ão diferentes vivências e análises. É a disputa de classes na e pela cidade que se revela por meio de suas formas, suas cores, seus odores, suas vias, seus traçados, seus objetos, seus pontos de contato e de convergência e, especialmente, pelas ações e relações que seus habitantes estabelecem entre si e entre eles e a cidade.

Contudo, não nos enganemos. A força dos códigos e das normas, especialmente por serem, em última instância, linguagens do poder e das pretensões daqueles que os manipulam e os manietam, não pode ser desconsiderada, uma vez que esses códigos estão presentes em todo o processo de constituição de qualquer espaço geográfico. Desvelar o alcance, as consequências e os impactos históricos, econômicos, espaciais e socioculturais desta força no processo de constituição dos espaços urbanos das cidades-capitais planejadas no Cerrado é que pretende no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS: entre processos, concepções e poderes

2.1 As cidades como o *lócus* político, territorial e sociocultural da sociedade urbana brasileira

Em uma rápida olhada nos dados da divisão de população da ONU, observa-se que entre 1950 e 2011, enquanto a população mundial passou de 2,5 bilhões de habitantes para 7 bilhões, a população urbana passou de 730 milhões (29%) para 3,6 bilhões de habitantes, ou seja, 51% da população mundial estão nas cidades. Não só isso: as projeções indicam que em 2050 haverá uma população mundial de 9,3 bilhões de habitantes, sendo 6,3 bilhões no meio urbano, o que significará cerca de 70% da população mundial vivendo em cidades.

Já no Brasil, os dados do Censo 2010 mostram que entre 1950 e 2010, enquanto a população total passou de 55,2 milhões para 191 milhões, a população urbana passou de 19 milhões para 162 milhões, ou seja, 84% da população do país vivem hoje nas cidades.

Os dados revelam que a cidade hoje se apresenta, indiscutivelmente, como o *lócus* das atividades de produção e reprodução da vida humana, como já dito. Do mesmo modo, demonstram que ela, sem sombra de dúvida, é o elemento chave para o entendimento do mundo moderno, mais precisamente da sociedade urbana brasileira, visto que, além de abrigar a maioria da população do país, também expressa as contradições do processo de industrialização, urbanização e expansão das relações capitalistas de produção no Brasil. Tais contradições não são exclusivas do processo de industrialização e urbanização do Brasil, conforme demonstra Lefebvre (2001, p. 9), ao refletir sobre o sentido histórico deste processo na sociedade moderna:

Temos à nossa frente um duplo processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade e, no entanto, o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas, sim, estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos.

As reflexões apresentadas por Lefebvre demonstram claramente que tanto a cidade moderna como o urbano, apesar de diferentes, estão dialeticamente interligados e são induzidos pelo processo de industrialização. O urbano, assim, é o sustentáculo do modo de

vida do processo de industrialização e urbanização, à medida que é concebido como realidade social, fruto das relações e ações que são e serão (re)construídas pelo pensamento. Por isso, é possibilidade e porvir. Já a cidade é a realidade prático-sensível, vivida e concretizada. Por isto, é também complexa e conflitante.

Possibilidade e controle, desigualdade e oportunidade, modo de vida e vida, enfim, está posta a complexidade conflitante e a dialética que se estabelecem entre o espaço concebido, o percebido e o vivido. Por isso é que urbano e cidade são inseparáveis na sociedade moderna. A separação só pode ser realizada em caráter didático-pedagógico no campo das análises teóricas.

Não menos importante, e que vem ao encontro da proposta aqui apresentada, é que estas contradições, desigualdades e complexidades que se configuraram no território e na sociedade brasileira não podem ser obscurecidas; ao contrário, são características essenciais para a sua compreensão. Por isso, faz-se necessário compreender que tanto o arranjo como a dinâmica socioespacial atual das cidades brasileiras são frutos deste processo.

Wierderhecker (1998, p. 26), ao transportar esta premissa para o processo de criação do espaço moderno no Brasil, dirá que:

A sociedade industrial elege como o seu espaço preferencial, o urbano, num sentido amplo. No processo de desenvolvimento, ela leva a urbanização, seu modo mais complexo de produção do espaço, tendencialmente ao limite, estendendo-a inclusive sobre o campo ao subordinar, por um lado, o processo da produção agrária à tecnologia gerada e desenvolvida na cidade; por outro, ao disseminar um modo de vida urbano, alimentado pelo consumo, em escala cada vez maior, de produtos nela produzidos. Assim, esse espaço urbano não se esgota na cidade, ainda que ele seja sua forma exemplar.

Essas asserções levam a duas reflexões. A primeira é a de que o movimento e o desenvolvimento provocados pelo processo de urbanização das cidades, apesar de induzidos pela industrialização, passam a ser a questão central para o entendimento da sociedade urbana, visto que, conforme elucida Carlos (2011, p. 90), esse entendimento da cidade na sociedade capitalista e/ou urbana

deve ser feito tendo como pano de fundo o movimento da sociedade urbana em processo de constituição, portanto, em movimento. Significa, na perspectiva geográfica, pensar a cidade a partir da espacialidade das relações sociais em sua natureza histórica e social.

Desse modo, é preciso compreender que, mesmo a cidade se transformando em epicentro do poder político e das relações de produção na sociedade moderna, não haverá um

rompimento por completo com o campo e muito menos a supressão da elite fundiária. Em outras palavras: apesar da transformação de propriedade imobiliária para propriedade mobiliária (a do dinheiro e do capital), a lógica da propriedade e da renda fundiária da terra persevera e irradia-se na construção dos espaços urbanos do país (LEFEBVRE, 2009).

Goiânia, Brasília e Palmas são exemplos concretos deste processo, ao ponto de Moraes (2003) denominar os espaços das novas cidades-capitais de ‘agrourbanos’. Segundo a autora,

[...] [d]o ponto de vista de uma ótica social poderíamos imaginar que os novos territórios urbanos seriam terras de interesse social, acessíveis aos trabalhadores que buscavam novas cidades em construção. No entanto, pensada a questão em perspectiva capitalista, o Estado passou a comercializar suas propriedades junto aos especuladores imobiliários que acreditavam no sucesso dos novos empreendimentos: as futuras capitais. E, contraditoriamente, [...] os trabalhadores que participaram da construção das cidades foram obrigados a construir seu hábitat fora do espaço planejado. Portanto, a terra urbana das novas cidades transformou-se numa mercadoria que não atende ao interesse social de sua população, seguindo os mesmos conceitos da propriedade fundiária do Brasil Colônia. [...] Assim pensando, o novo espaço agrourbano passa a fazer parte da produção capitalista [...] (op. cit., p. 178).

As ponderações apresentadas reafirmam o pressuposto já aqui defendido de que, mesmo a cidade se convertendo em lócus do poder político e das relações de produção na sociedade moderna, não haverá um rompimento por completo com o campo e muito menos a supressão da elite fundiária. O que haverá, frisa-se, é uma rearticulação política, econômica e sociocultural do território brasileiro para melhor fruição do modo de produção capitalista. Estes fatores, além de serem as bases da construção da lógica urbana e, por conseguinte, da nova elite urbano-industrial do país, também são um dos principais motivos dos conflitos e desigualdades no Brasil moderno e, de efeito, de Goiânia, Brasília e Palmas.

A segunda reflexão sobre este processo de construção do espaço moderno brasileiro é a de que a cidade na sociedade urbana, mesmo contendo o agrário-rural na sua estrutura dinâmica socioespacial e em seu cotidiano, torna-se uma categoria universal. A cidade constitui-se a própria centralidade por ser objeto de desejos materiais e imateriais; polo de atração de riquezas e necessidades de diferentes ordens; o lugar da diversidade cultural e étnica; o caldeirão efervescente da produção de conhecimento técnico e científico; o ponto de pauta da mídia e da inspiração dos poetas; a arena da luta de classes, por retratar e

materializar a complexa contradição do modo de produção capitalista entre obra (com valor de uso) e produto (com valor de troca)²¹.

Nos dizeres de Lefebvre (1999, p. 109):

A cidade atrai tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situação. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. O urbano, indiferente a cada diferença que ele contém, é considerado frequentemente como indiferença que se confunde com a natureza, com uma crueldade que lhe seria própria.

Desta forma, o valor de uso da cidade é escamoteado, ou mesmo deteriorado, pelo valor de troca, uma vez que o modo e as relações de produção e consumo estabelecidos pelo processo de industrialização da sociedade capitalista extrapolam os muros das fábricas e ganham o chão das cidades, ou seja, é quando a exploração do e no espaço urbano torna-se tão importante, ou até mais que isso, quanto à dominação.

A cidade, desse modo, passa a ser concebida apenas como fábrica ou mercadoria. A cidade e tudo que a envolve – como os espaços públicos ou privados, os signos, a cultura, a arte, os lugares de lazer etc. – passam a ser objetos de realização do capital. Dentro desta lógica, parafraseando Wierderhecker (1998, p. 26), a produção do urbano irá integrar espaços pela desintegração dos seus nexos pré-existentes e desterritorializar populações e, ao concentrá-las nas cidades, nem sempre lhes possibilita o acesso à contrapartida de trabalho, educação, saúde que estavam presentes no horizonte móvel para esse deslocamento.

Esta assertiva pode ser confirmada nos depoimentos das famílias dos trabalhadores construtores das cidades-capitais planejadas do Cerrado, conforme declaração de ‘Dona F’. (2008)²², moradora do Setor Vila Nova²³, Goiânia, desde 1948, que retrata esta situação ao dizer que “água não tinha. Aqui em casa tinha cisterna, eu lavava a roupa aqui. Mas as mulheres, muitas levavam a trouxa na cabeça e lavavam ali” [Rio Botafogo, hoje Córrego Botafogo].

²¹ Segundo Lefebvre (1999, p. 135), valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessas coisas com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas no “mundo da mercadoria”.

²² Entrevista concedida à autora em março de 2008.

²³ Segundo Pelá (2009), o Setor Leste Vila Nova, um espaço público que seria destinado inicialmente para módulos de chácaras de 40.000 m² (SEPLAN, 2008), foi um espaço edificado, desde 1934, à margem do poder oficial, principalmente pelos operários construtores da cidade de Goiânia. Não estava contemplado no planejamento original e surgiu de forma “espontânea”, representando as primeiras ocupações ilegais da nova capital de Goiás.

A urbanidade inicialmente desejada e não alcançada também é retratada nesta outra declaração de ‘Dona A.’ (2011)²⁴, moradora da Candangolândia²⁵, em Brasília, desde 1963. Ao ser indagada sobre como foi o seu dia a dia no processo de construção da cidade, diz: “escola... a gente andava pra caramba. Passávamos num monte casas, tudo apertadinho, tudo amontoadinho, e a gente passava no meio do mato. E era aquele mato altão; a gente pequenininha, ficava perdida”.

O mais interessante é que, mesmo Brasília sendo considerada hoje uma cidade completamente urbanizada, esta situação perdura, conforme se denota da continuação do depoimento de ‘Dona A.’ (2011)²⁶:

Hospital: nós temos um posto de saúde que funciona muito bem. Funciona até 22h. Mas as outras coisas que a gente quer algumas vezes não se encontram. Aí, vamos lá no Plano comprar. Se quiser fazer um compra melhorzinha, a gente tem que sair daqui pra ir pra outro lugar. Apesar de ter supermercado, mas a gente tem que sair daqui pra outro lugar. Escolas: têm crianças que saem daqui e vão pra outras escolas do Plano.

A mesma situação de precarização da vida humana também poderá ser revelada no processo de construção da cidade de Palmas. O relato de ‘Dona R.’ (2012)²⁷, moradora do Aurenny 2²⁸, que chegou em Palmas em 26 de abril de 1991, é um bom exemplo desta argumentação:

Quando eu cheguei aqui era muita barraca de lona, não tinha água, energia também não tinha. Era lugar, assim, confinado, por exemplo, ao redor do palácio, que tinha já estrutura melhor. Mas tudo era chão. Não tinha nada de asfalto, era pouco asfalto que tinha. [...] Foi dia 26 de abril de 91. No começo, dia 26 de abril de 91, eu cheguei aqui. Cheguei e arranchei em cima de uma cova. Tinha uma sepultura bem na porta da Igreja Católica aqui da Nossa Senhora Aparecida, aqui no Taquaralto. E ali eu joguei um fogão, umas coisinhas em cima, que vim com a mudança só pra que a gente chegasse e tivesse o fogãozinho, o colchãozinho, uma vassoura, uma

²⁴ Entrevista concedida à autora em agosto de 2011.

²⁵ A Candangolândia, segundo Costa e Peluzo (2013), foi inicialmente um acampamento provisório construído pela Novacap que deveria ser desmontado na inauguração de Brasília. Nela ficavam os escritórios da empresa; a Caixa Forte, que realizava o pagamento dos trabalhadores; uma escola primária; várias instalações do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI); um posto policial e residências para cerca de 850 pessoas da equipe administrativa e técnica da Novacap, além de alojamentos para seus 1.200 operários e trabalhadores que chegavam a Brasília. Contudo, por causa da resistência dos milhares de trabalhadores, foi mantida, sendo que em 1961 fazia parte da Região Administrativa de Brasília (RA); depois, em 1989, por causa de uma nova divisão administrativa, passa a fazer parte da RA do Núcleo Bandeirantes e, finalmente, em 1994, é emancipada e transforma-se em uma RA.

²⁶ Entrevista concedida à autora em agosto de 2011.

²⁷ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2012.

²⁸ Diferentemente de Goiânia e Brasília, o Taquaralto estava previsto no plano original de Palmas para ser o local de moradia destinado à classe trabalhadora. Situado a aproximadamente 16 km do espaço planejado, é o local que hoje abriga a maior parte da população de Palmas.

lâmpada. Lâmpada porque não tinha energia. Energia era só pra aquele povo que já morava, e tinha uns posteinhos muito poucos ali na Avenida do Taquaralto, que hoje é uma grande avenida comercial. Então, a gente não pôde nem comprar um lote lá, viemos comprar aqui no Aurenny 2. A gente comprou um lote aqui e caro. Na época, era muito caro. E aí ficar aqui, eu fiquei, gosto daqui, é muito bom. Só que foi muito difícil o início de Palmas. (Dona R., 2012).

No entanto, apesar de todos os problemas enfrentados, as três migrantes conquistaram, por meio da luta diária, o direito de permanecer na cidade, ou pelo menos em parte dela. Ao resistirem e (Re)Existirem aos “muros” impostos pelo planejamento inicial e pelas duras condições de sobrevivência, reinventaram as suas vidas e a própria cidade. No relato de ‘Dona F.’ (2008), residente da Vila Nova em Goiânia, tem-se uma pequena amostra desta conquista:

Eu não passeava. Meu tempo era curto. [...] Foi difícil assim, porque tinha que trabalhar demais. O salário do meu marido era baixo, então tinha que trabalhar pra compensar. Então, foi difícil. Eu pus os meninos tudo na faculdade. O primeiro fez engenharia do trabalho... Fez engenharia do trabalho, em Cuiabá, até o quarto ano, depois não quis. Veio embora e fez outro curso. A mais nova fez engenharia elétrica. A mais velha fez medicina em Brasília. A outra fez letras, fez português e francês.

Já no relato de ‘Dona A.’ (2011), residente da Candangolândia no Distrito Federal, fica nítido como foi acontecendo o deslizamento de sentidos no conteúdo e na forma da cidade de Brasília:

A Candangolândia era pra ser uma área nobre. Eu fiz parte da associação de moradores, eu era secretária, na época. Foi por volta de 80, mais ou menos. Essa área era pra ser extensão do Lago Sul. Não era pra ser Candangolândia. Inclusive, quando o coordenador da associação, José Everaldo – inclusive, ele já faleceu –, chegava lá e voltava revoltado, porque o pessoal falava assim: “Ali não é área de favela, é área nobre.” Isso, quando ele ia à Câmara, ao Senado. Ele voltava revoltado, não sei se é porque era estopim-curto, se falavam ‘A’ e ele entendia ‘B’. Aí, quando eles começaram a arrancar gente daqui, eles começaram a mandar pra Taguatinga, pra Planaltina. Era na década de 80. Muita gente foi pra Ceilândia.

Veja-se, ainda, a declaração de ‘Dona R.’ (2012) sobre o seu processo de conquista de território na cidade de Palmas:

[...] Eu não podia ficar parada, porque fui eu que inventei de vir pra cá e trazer as filhas. E eu não podia deixar elas passarem fome. Passei seis meses sustentando a minha família vendendo bolo na rua.[...]. Palmas estava com dois anos de idade, quando eu cheguei aqui. Então, não tinha nada, tudo era início. A gente só pensava assim, vai melhorar. Mas na mesma hora, você voltava: será que isso vai prestar? Era muito difícil. Era mosquito demais, era poeira que você só via poeira, não via Palmas. Chega fazia nuvem de poeira. E ventava muito, quando vinha uma chuva era braba, e arrancava um barraco de lona, as casas de telha brasilite ficavam tudo no chão. Derrubava tudo. Era, assim, uma coisa que era uma cidade nova e estava valente ainda, a coisa tava braba. Então, eu, nessa luta, fui conseguindo emprego pra minhas meninas que chegavam. E a gente morava em barraco de lona. Aí, fui

vendendo o que eu tinha no Pium, e fomos construindo aqui. Então, moro aqui há 20 anos. Meus netos, que eu trouxe pra cá pequenos, hoje já são pais de família. Hoje, eu estou criando os bisnetos. É uma cidade boa de morar, porque hoje tem educação de qualidade em Palmas, muito boa. Ainda temos pendente a saúde. É muito pendente, porque hoje a saúde, no mundo inteiro e no Brasil, é pendente, a gente ainda tem dificuldade com a saúde. Mas não é a pior de todas.

Os três relatos evidenciam que, apesar da exclusão, da desigualdade e da tentativa de institucionalização da vida estabelecidas pelo modelo hegemônico de produção, o urbano é dialético. Os sujeitos, ao criarem – por meio de suas práticas e relações socioculturais – válvulas de escapes econômicas, políticas, sociais e culturais, demonstram que a subjetividade e a força de trabalho são elementos viscerais às construções de alternativas de (Re)Existência, (re)invenção ou (re)adaptação da vida.

O urbano não se apresenta indiferente à vida, mas como o próprio movimento da vida. Nos dizeres de Lefebvre (1999, p. 109),

o urbano não é indiferente a todas as indiferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação dos diferentes procedentes do conflito ou levando ao conflito.

São exatamente estes conflitos de classes na cidade e pela cidade que demonstram que a dialética do movimento do urbano é fundamental para a construção de refúgios na cidade do valor de uso que, conforme Almeida (2011), constituem-se espaços desviantes, visto que, apesar da atual ordem economicista, utilitarista e funcionalista implantada na cidade, há uma reorganização dos arranjos espaciais por meio de lógicas de apropriações que fogem às concepções espaciais de controle e domínio do espaço impostos pelos modo de produção capitalista e pelos grupos sociais que os representam.

Nesse sentido, a cidade, planejada ou não, irá materializar-se na forma os conteúdos das ações e relações humanas. O espaço urbano, assim, torna-se mediador entre forma e conteúdo. Esta tese, apresentada por Santos e Almeida (2011, p. 11) a partir de uma releitura de Milton Santos e Lefebvre, assevera que

[o] espaço não é apriorístico, ele se revela por meios das disposições das formas. As formas são repletas de conteúdos, os quais correspondem às espacialidades vivenciadas na prática cotidiana dos grupos sociais. Qualquer proposta de separação forma-conteúdo incorre num equívoco epistemológico e analítico, o que redundaria em puro formalismo academicista.

Frente a esta assertiva é possível afirmar que o espaço urbano, por conseguinte a cidade e o urbano, não são suporte nem reflexo da ação da sociedade, mas uma construção histórico-geográfico-social, e a sua leitura tem que ser feita de forma integral para não incorrer no erro da análise fragmentada e reducionista, de modo a não desconsiderar a dialética, apontada por Harvey (2011), entre legados histórico-geográficos e diferenças geográficas que são eternamente produzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio dos processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem atualmente.

Nesse contexto é que a seguir será realizada uma breve e concisa digressão às gêneses do processo civilizatório, no intuito de encontrar as matrizes deste processo de constituição da cidade e do urbano.

2.2 Antes das cidades, do espaço geográfico e do urbano

A cidade nem sempre existiu. Mais do que isso, as cidades, o espaço geográfico e a sociedade urbana nem sempre existiram. Então, quais são os fatores que levaram as cidades, principalmente as brasileiras, a terem tamanha importância e complexidade?

O que se pode constatar, por meio de estudos e pesquisas realizadas, é que a história da construção das cidades, do processo civilizatório e de espacialização da humanidade é intrinsecamente conectada desde os tempos alhures; por isto, pode-se afirmar que tanto a dinâmica como os arranjos socioespaciais das cidades brasileiras, hoje, são consequência do processo de constituição do território e da sociedade brasileira.

No entanto, surge outra indagação: de onde vieram as matrizes iniciais que constituíram a sociedade e o território brasileiro? Poder-se-ia, superficialmente, responder que se originam da inter-relação nada tranquila entre o modelo civilizatório e econômico europeu, que tinha como base o eurocentrismo e o mercantismo e os modelos comunitários e espontâneos, que se fundamentavam na coletividade e na troca simples.

Contudo, apesar da inter-relação, das resistências, (Re)Existências de ontem e de hoje e do incremento do modelo estadunidense no planejamento e gestão territorial, as bases do modelo europeu ainda predominam tanto na sociedade como no território brasileiro, o que remete a mais uma indagação: quais as gêneses desse modelo que o fazem dominante por tantos séculos e que garantem uma constante reestruturação e reacomodação sem romper, de fato, com as suas estruturas?

Seria plausível, mais uma vez e brevemente, encontrar a resposta nos eventos das revoluções burguesa, na França, e industrial, na Inglaterra. Porém, surgirão outras perguntas

e, conseqüentemente, outras respostas que simplificariam o processo ou, até mesmo, o aniquilariam. E por se defender aqui exatamente o contrário – uma análise socioespacial integrada e processual que consiga, ao mesmo tempo, articular as escalas mundiais, nacionais, regionais e intraurbanas, bem como os vetores econômicos, políticos e socioculturais – é que, como já anunciado, será feita uma digressão às origens do processo civilizatório, com o objetivo de desvendar a gênese do processo de constituição da cidade e do urbano.

Para o início desta digressão parte-se do pressuposto de que os modelos de sociedade, espaço e modo de produção, predominantemente no século XXI no Brasil e no mundo, têm suas sementes históricas e geográficas no período paleolítico que, apesar de caracterizar-se pelo nomadismo, já demonstrava as primeiras manifestações do ser humano em se relacionar com algum lugar.

Essas manifestações podem ser reconhecidas por meio de dois eventos específicos, conforme destaca Sposito (2010), ao apresentar uma releitura de Lewis Mumford. A primeira é pela respeitosa atenção que o homem paleolítico dispensa a seus mortos, preocupando-se com que eles tivessem um lugar, uma “moradia”, apesar do caráter itinerante e inquieto dos vivos. Já a segunda é a relação do homem paleolítico com a caverna, visto que, embora não se constituísse moradia fixa, significava o lugar da segurança, dos rituais, dos primeiros impulsos criativos, do acasalamento; enfim, já havia indícios da relação de afetividade, de pertencimento e de singularidade que o ser humano estabelece no/com o espaço e que mais tarde serão motivos de fixação na cidade.

Desta forma, conclui-se que a relação do ser humano com o lugar, mesmo que não seja fixo, antecede o espaço geográfico, e que o sentimento de pertença e as práticas socioculturais são os primeiros elementos que ligariam o ser humano ao que denominamos hoje de “espaço geográfico”. Não se pretende, com isso, dizer que não se consideram, aqui, os indícios de trabalho humano neste processo, pois ele existe, principalmente nas manifestações de culto aos mortos. Intenciona-se apenas ressaltar a importância das práticas socioculturais neste processo de formação de espacialização humana.

Mais à frente, no período mesolítico, é que se fincam – por meio do domínio do fogo, da domesticação dos animais e da agricultura – as raízes para que o ser humano se fixe em um determinado espaço, bem como se dão as condições iniciais para o surgimento do urbano e das cidades. É nesse período que, conforme divulga Moreira (2005), surgem o primeiro espaço geográfico e a primeira aglomeração humana: as aldeias.

No entanto, a aldeia, apesar de ser considerada a primeira forma concretizada de “organização humana” em um local fixo, ainda não pode ser denominada de ‘cidade’ e muito

menos de ‘urbano’, visto que não havia institucionalização do poder e do saber nem divisão social do trabalho (não há classes diferenciadas) e a atividade econômica era a agrícola para o sustento (primária – troca simples).

Mas, então, o que caracterizará a cidade? Segundo Sposito (2010), em releitura de Mumfort e Singer, é a complexa organização social que acontece quando há divisão do trabalho e institucionalização da sociedade. Ou seja, para ser cidade é necessário que haja divisão social do trabalho e institucionalização das práticas socioculturais.

Essas características não existiam, inicialmente, nas aldeias, mas foram criadas ao longo do tempo na medida em que algumas delas se desenvolvem e começam a produzir excedentes na agricultura e, por conseguinte, liberam alguns homens para exercer outras atividades que não seja a agrícola. No entanto, não poderia ser qualquer homem; ele teria que ser forte para cumprir um duplo papel: o de proteger a aldeia contra os ataques dos outros povos que não conseguiram ter êxito na construção de suas aldeias e o de controlar o bom funcionamento das suas próprias aldeias.

A respeito, Sposito (2010, p. 15, 16) pondera:

Alguns homens na aldeia, os fortes caçadores, ficaram desobrigados de desenvolver atividades de produção alimentar em troca do trabalho da proteção que ofereciam aos seus habitantes [...] Essa evolução natural do caçador, tornando-se chefe político, provavelmente abriu caminho para sua ulterior subida o poder. [...] Desta maneira, podemos dizer que o elemento superado da economia anterior, que tinha sido o caçador, tornou-se figura importante na comunidade agrícola, passou a desempenhar uma tarefa maior. Por isso, Mumford afirma que: “a cidade, pois, se interpreto suas origens corretamente, foi o principal fruto da união entre a cultura neolítica e uma cultura paleolítica mais arcaica. Esta união também se manifestou também na origem das cidades, numa volta ao papel preponderante do macho, através da exaltação da força do caçador. A mulher, que até então tinha sido uma figura fundamental na aldeia neolítica, pelo seu papel no desenvolvimento da atividade agrícola, volta à condição secundária.

Eis, aqui, o processo em que se deu a institucionalização das práticas socioculturais e que confirma como a cultura é um dos elementos fundantes do processo da relação ser humano-natureza-espaco geográfico e na constituição das cidades. Essa institucionalização da cultura, aliada à política e ao excedente, cria as bases necessárias para a relação de dominação de um homem sobre o outro e para a divisão social do trabalho, por conseguinte, de classes. Tal fato irá demonstrar, segundo Sposito (2010), que a cidade na “sua origem não é por excelência o lugar da produção, mas o da dominação”.

A cidade, assim, contrariamente ao pensamento de alguns, não terá a sua nascitura vinculada ao comércio, mas ao sociocultural e à política, fatores que sustentam a ideia de que,

como as ações e relações humanas são contraditórias (e, de uma forma ou de outra, espacializam-se), a cidade, na sua gênese, também representará, ao mesmo tempo, o lugar das possibilidades de realização da vida. Ou seja, a cidade dialeticamente já nasce como o lugar da dominação e da realização.

Vale ressaltar que não se está desconsiderando o papel que a produção ou a economia assumirão ao longo dos séculos em relação à cidade. No entanto, o que se enfatiza aqui é a importância de uma análise integrada da cidade que considere que a relação entre infraestrutura e superestrutura é dialética, e não hierárquica.

Deste modo é que a cidade, de uma forma ou de outra – mesmo na condição de lugar da dominação –, ao aglomerar diferentes classes, estará aglomerando, também, diferentes anseios e territorialidades; por isso, quando estas diferenças se transformam em desigualdades, haverá disputas de território e de modos de vidas.

A cidade, assim, é uma das formas concretizadas da vida humana, e a sociedade a institucionalização de como devem ser os modos de vida ou as práticas socioculturais naquele momento da história. Por isso, haverá diferentes formas e conteúdos de cidades e sociedades ao longo da história da civilização humana. Para cada momento histórico-social haverá um modelo hegemônico de cidade.

É a relação dialética entre norma e vida, forma e conteúdo. No entanto, é essa diferença que possibilita a dominação e a luta contra a dominação, bem como floresce o sentimento da utopia, do porvir. É ela que nos leva à inventividade e possibilita criar, destruir e (re)criar. Ou seja, é inerente à condição humana e só será percebida a partir das relações e ações estabelecidas entre os diversos sujeitos, ou seja, a partir das práticas socioculturais.

Desta forma, a cidade, como obra humana, nos dizeres de Carlos (2007, p. 11), é

[...] um produto histórico-social; nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico desenvolvido por uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas ao mesmo tempo, já que o futuro se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

É esta dialética que permitirá compreender as diferenças e as imbricações que existem entre cidade, urbano e urbanização. A cidade é a forma concretizada da urbanização, o lugar do vivido e da proximidade; a urbanização é o processo; o urbano um modo de vida que reproduz, em escala mundial e local, a urbanização e, por isso, é dialético, uma vez que ao se

apresentar como o próprio movimento de (re)produção da vida, possibilitaria a transformação da realidade.

É o que se depreende da lição de Carlos (2007, p. 12) ao fazer uma releitura de Lefebvre sobre este processo:

Tal caminho implica pensar o urbano enquanto reprodução da vida em todas as suas dimensões – enquanto articulação indissociável dos planos local/mundial – o que incluiria, necessariamente, as possibilidades de transformação da realidade (a dimensão virtual). Já a cidade permitiria pensar o plano do lugar revelando o vivido e a vida cotidiana através dos espaços-tempo da realização da vida. Para Lefebvre, a cidade constituiria a “ordem próxima”, enquanto o urbano se referiria ao que chama de uma “ordem distante” e nesta dimensão o urbano revelaria o processo de generalização da urbanização e da formação de uma sociedade urbana enquanto possibilidade posta no horizonte, capaz de superar a realidade urbana cindida, tal qual vivida hoje.

O não entendimento deste processo entre ações e relações humanas, cidade, urbano e urbanização faz que para alguns ele seja apenas um modelo de exploração que conjuga desenvolvimento tecnológico, eurocentrismo e modo de produção capitalista. Para outros, uma possibilidade. Para nós, as duas coisas: exploração e possibilidade. Por esta razão é que se busca nesta pesquisa analisar a dimensão da intervenção das práticas socioculturais dos chamados sujeitos não desejados na forma e no conteúdo dos espaços planejados de Goiânia, Brasília e Palmas.

Longe de querer propor uma metalinguagem, ou metafilosofia, ou uma metageografia, acredita-se que, ao analisar-se a cidade via sujeitos e suas práticas socioculturais, estar-se-á estabelecendo a intersecção que Harvey (1997) levanta entre as diferentes ciências, principalmente entre a sociologia e a geografia, que ultimamente vêm estudando a cidade de forma fragmentada: a sociologia, por meio dos cientistas sociais, peca em fazer uma análise da sociedade ‘a-espacial’; a geografia, por meio dos planejadores urbanos, tende a elaborar projetos, estudos e pesquisas a partir do ecologismo, que despreza as diferenças e as contradições, ou da teoria da localização, que despreza a dinâmica socioespacial.

Nessa esteira de argumentação, Carlos (2007, p. 19) proporrá a necessidade de articulação entre teoria e prática:

[...] a análise do mundo deve considerar uma articulação necessária entre teoria e prática, uma vez que a crise prática revela-se como uma crise teórica. Portanto, a Geografia Urbana deve contemplar, em sua análise sobre o fenômeno urbano, uma crítica à formulação do saber sobre a cidade, porque é impossível separar a produção social do espaço da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade; como escreve Lefebvre, “a teorização não suprime a problemática do mundo moderno, ela contribui para colocar as questões com mais força”. Assim, a análise da cidade deve

passar pela amplitude de uma dupla dimensão crítica que abarque tanto a crise teórica quanto a prática.

Sabe-se que formas, conteúdos e processos são acontecimentos diferentes, porém não indissociáveis. É esta dialética que permite compreender que a heterogeneidade, as contradições e as complexidades que existem tanto no espaço como na sociedade estendem-se pelas teorias e práticas organizadas por nós, seres humanos, fato que será explorado no próximo subitem.

2.3 Os teóricos e as suas concepções sobre cidade

Definir cidade não é uma tarefa simples. Implica tanto a compreensão das diferentes teorias sobre sociedade e humanidade, como o entendimento sociohistórico, cultural, econômico e político das transformações socioespaciais geradas pela relação homem-natureza-espaço. Deste modo, as percepções e concepções sobre o que seja cidade, além de não serem inócuas, visto que representam uma concepção e uma postura política frente às questões relacionadas à natureza, ao humano e ao processo socioespacial, também estão em constante e ininterrupta construção.

Sobre este assunto, Cunha (2008, p. 13) afirma que:

Construída através de uma ligação dialética entre espaço e sociedade, a definição de cidade acompanha o progressivo movimento de sedentarização do homem em sua atividade de instrumentalização da natureza até a contemporaneidade. Deste modo, tem seu caráter alterado continuamente através do aumento das funções desenvolvidas em seu interior e da transformação dos elementos determinantes de sua forma, tais como as relações de comunicação, troca e organização societária, o que torna sua definição sempre frágil à ação do tempo, sobretudo no mundo atual em permanente devir.

Nessa linha de entendimento, têm-se, como exemplo, os diferentes arranjos espaciais que os seres humanos foram produzindo ao longo do seu processo civilizatório. Segundo Souza (2011), provavelmente o primeiro assentamento urbano a merecer o nome de ‘cidade’ foi Jericó, surgido há aproximadamente 8.000 anos antes de Cristo, às margens do Rio Jordão, na Mesopotâmia, durante a Revolução Agrícola no período neolítico.

Como consequência deste processo de enraizamento a partir do domínio de técnicas e conhecimentos que propiciaram o desenvolvimento da agricultura, depois de milhares de anos, abrolharam-se outros núcleos urbanos, como as cidades de Çatal Huyuk, no sul da

Anatólia (atual Turquia); Harappa e Monhejo-Daro, no vale do rio Indo (atual Paquistão); Ur, na Mesopotâmia (atual Iraque), e Susa, na Pérsia (atual Irã).

Não eram cidades com tamanha complexidade social, econômica, política, cultural e espacial como as vivenciadas atualmente, mas foram os embriões deste processo de assentamento humano/urbano. Da relação entre agricultura, excedente, mercado, organização do trabalho, hierarquização socioeconômica, técnica, artes, cultura, conhecimentos e modos de produção foram surgindo diferentes arranjos espaciais, por conseguinte, diferentes formas, estruturas, funções e conteúdos de cidades.

Cidades políticas, comerciais, escravocratas, medievais, modernas e contemporâneas, todas elas, de uma forma ou outra, carregaram ou carregam a história e espacialidade do desenvolvimento civilizatório. Há quem diga que é a mais extraordinária e eloquente obra humana. Entretanto, o que agora importam são as cidades modernas²⁹, uma vez que, após as revoluções burguesa e industrial, tornam-se o lócus dos interesses, desejos e atividades humanas.

Desde então, geógrafos, filósofos, sociólogos, arquitetos, educadores, economistas, cientistas políticos, entre outros especialistas, miram e conduzem as suas lentes para a cidade moderna no intuito de compreender a função, a forma, a estrutura, o conteúdo, o movimento e a dinâmica desta complexa forma de organização socioespacial.

As leituras são as mais diversas possíveis: transitam pelo materialismo histórico de Marx e Engels, que (i) apregoa que a cidade é o lócus da luta de classes, visto que é o espaço que evidencia a exploração a que os trabalhadores estão submetidos e onde, dialeticamente, tal exploração será superada pela revolução operária, e (ii) perpassa o racionalismo/idealismo de Max Weber que concebe a cidade capitalista moderna como tipo-ideal, ou seja, o lócus da racionalidade, visto que para o autor (1968, p. 310)

[d]ecisivamente, o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do direito racional. A tudo isso se deve adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia.

²⁹ Apesar de sabermos da importância e da efervescência que permeiam as discussões e debates acadêmicos sobre modernidade, pós-modernidade e contemporaneidade, não entraremos neste debate, uma vez que não é o foco principal desta obra, e trataremos as cidades objetos como cidades modernas.

Apesar das divergências teóricas entre os autores, ambos colocam a concretude histórica como o cerne analítico para o entendimento da sociedade capitalista, conseqüentemente da cidade moderna.

Em uma linha oposta viu-se florescer, em meados dos anos de 1920, principalmente na Escola de Chicago³⁰, um pensamento darwinista que, ao defender que as cidades teriam a capacidade de crescer e equilibrar-se, naturalmente, pela lei da oferta e da demanda, em um sistema no qual tanto os mais privilegiados como os mais pobres encontrariam seus espaços com as diferenciações “naturais” de qualidade, inerentes à própria lógica do capitalismo, promoveu uma espécie de “desnaturalização” da análise da produção do espaço urbano (FERREIRA, 2005; SOUZA, 2010).

É nessa lógica que, normalmente, o Estado e os planejadores-gestores urbanos respaldam as políticas públicas de ordenação, (re)produção e (re)ocupação do espaço urbano. Modelos e mais modelos de cidades serão (re)criados sob esta égide, que nada mais é do que a escamoteação da luta de classes, da transformação da cidade em mercadoria e dos mecanismos de controle e dominação socioterritorial do Estado sobre a população.

Mais recentemente, autores como Lefebvre (1968), Harvey (1980) e Castells (1983) irão resgatar a leitura histórica das cidades apontada por Marx e Engels, colocando, entretanto, as práticas sociais no cerne da questão. Segundo Souza (2010), aqueles autores irão encarar os espaços urbanos como produto social e os “problemas urbanos” como problemas relacionados à dinâmica de produção e à estrutura de poder na sociedade capitalista.

Na esteira desta linha teórica, apesar de divergirem em alguns pontos, transitam inúmeros geógrafos brasileiros, como Carlos (1990), que apontará que a cidade é produto das contradições de classe e envolve interesses e necessidades diversas. Assim, o espaço é produzido por meio das lutas que ocorrem na cidade.

³⁰ A **Escola de Chicago é o marco inaugural da Sociologia Urbana. Foi criada por** sociólogos americanos do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago que sentiram a necessidade da elaboração de novas teorias, conceitos sociológicos e procedimentos metodológicos para compreender os problemas sociais urbanos, de expansão urbana e crescimento demográfico da cidade de Chicago desencadeados pelo acelerado desenvolvimento industrial das metrópoles do meio-oeste-norte-americano. Surge, aí, o conceito de “ecologia humana” que, segundo Ferreira (2005, p. 6), apregoa que “a cidade apenas refletiria, no âmbito espacial, a lógica da “mão invisível” e da auto-regulação, frutos do *laissez-faire* econômico. Assim como supostamente ocorreria no âmbito econômico da regulação dos preços e do emprego, as cidades teriam a capacidade de crescer espontaneamente, equilibrando-se naturalmente, pela lei da oferta e da demanda, em um sistema no qual os mais privilegiados encontrariam seus espaços, assim como os mais pobres acabariam achando o seu, com as diferenciações “naturais” de qualidade inerentes à própria lógica do capitalismo”. É este pensamento que será, desde então, a base teórica do pensamento liberal do urbanismo moderno. Ou seja, é base fundante da institucionalização do pensar, gerir, analisar ou conceber a cidade apenas como uma mercadoria ou pelo economicismo.

Igualmente, o geógrafo carioca Corrêa (2003, p. 11) irá destacar que a produção do espaço urbano e da cidade é intrinsecamente ligada à da luta de classes promovida pelo modo de produção capitalista; todavia, trará à cena o ‘sujeito’ como produto e produtor deste processo. Segundo ele,

[...] o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classes que dela emergem.

Já Souza (2011, p. 22), em tom propositivo em defesa de um planejamento crítico, pondera que a necessidade de se compreender corretamente a cidade e as causas de seus problemas é uma condição prévia indispensável à tarefa de delinear estratégias e instrumentos adequados para a superação desses problemas.

Apesar das divergências de metodologia e estratégias, estes autores trazem duas questões cruciais para o entendimento da cidade moderna. A primeira é que a análise deve ser dentro do contexto da sociedade capitalista e a segunda é que tem que ser via práticas e relações sociais dos sujeitos, uma vez que se convertem em práticas espaciais. Em outras palavras, estes autores analisam a cidade a partir das ciências geográficas, por meio das lógicas do movimento, das contradições e da interação universal dos fenômenos, buscando, acima de tudo, a compreensão da essência do real, isto é, do espaço vivido.

Corroborando com esta argumentação, Chaveiro e Pelá (2012, p. 74) assinalam que:

[...] [e]ssas práticas sociais transformadas em práticas espaciais são conduzidas por imersões no mundo cultural, investido de relações com a economia, com a política e com outros campos que dizem respeito à vivência humana, lograda histórico e espacialmente. Assim, não é possível pensar essas práticas apenas no invólucro do que se tem denominado “espaço intraurbano”, como também não convém interpretar (a cidade) deixando de lado as práticas que lhe dão concretude.

Desta forma, esses autores contribuem ao dizer que

[é] salutar, então, interpretar a realidade da cidade brasileira atual de acordo com o modelo de acumulação integral que a impacta e dinamiza. E junto convém averiguar as diferentes funções, a sua história própria, suas diversas interações com a região de que faz parte e o enorme contingente de práticas que a constitui cotidianamente (op., cit., p. 74).

A partir destas contribuições teóricas, pode-se asseverar que a cidade hoje é a completa representação da complexificação da nossa sociedade. Deste modo é que, como já apontado, defende-se uma análise integrada que visa restabelecer a dialética como fundante no processo de análise socioespacial. Para tanto, é necessário estabelecer uma relação entre as dimensões política, sociocultural, econômica e ideológica e entre as escalas mundiais, nacionais, regionais e interurbanas, bem como compreender a especificidade e o limite de cada dimensão e de cada escala no processo de interpretação socioespacial.

Compreende-se que somente assim será possível sair das visões pessimistas, caóticas e unilaterais que apresentam a cidade como caos, produto, um ‘beco sem saída’, ingovernável, completamente fragmentada. Mais ainda: para nós, este é o caminho para se compreender, de fato, que a cidade é a representação prático-sensível das relações e ações humanas, é produto e produtora, é obra e mercadoria; enfim, a cidade, conforme apregoa Chaveiro (2009), cumpre um papel: atualizar, no lugar, o tempo do mundo; apresentar para o mundo, a partir de seu lugar, o que é do local.

Assim, a cidade medeia a inovação com as coisas do lugar e o faz expressando os problemas do modo de produção, como o desemprego estrutural, os problemas ambientais, a fome, a violência etc. Por isso, não há caos: há contradições que fazem parte de um ordenamento social.

Acrescenta-se, aqui, a conjuntura que se vive neste início do século XXI, que é a atual fase espacial do Brasil. Como bem denomina Moreira (2005), trata-se de um momento ímpar, visto que se está a vivenciar a privatização da gestão do território que, ao gerar uma “formação espacial complexa” – por meio da eliminação das separações setoriais (primário, terciário etc.) e espaciais (cidade-campo, cidade-região) –, está proporcionando mudanças tanto na morfologia das cidades como nas relações de trabalho da classe menos favorecidas.

Na morfologia destaca-se a posição de alguns autores como Monclús (1998), Sposito (2009) e Catalão (2013), que tratam estas mudanças como uma nova fase das cidades, a que denominam de ‘cidades dispersas’, principalmente no que tange às configurações das metrópoles e das regiões metropolitanas brasileiras. Ou seja, esta complexidade gerada pela privatização do território tem ocasionado uma dispersão do tecido urbano que indica possíveis mudanças na relação cidade-urbano. Não só isso: é uma situação conflituosa, ou melhor, esquizofrênica, pois se trata de uma relação dialética entre concentração populacional e ordenação-dispersão territorial.

Apesar de comungarmos com esta posição, principalmente quando se trata de análises socioespaciais sobre as metrópoles e as regiões metropolitanas, sobrevém o receio de que tal

análise seja abordada apenas sob o prisma morfológico ou de ordenamento e gestão territorial, cometendo-se, assim, mais uma vez, o equívoco de se incorrer em um exame reducionista e economicista que só serve à classe hegemônica. Desse modo, criam-se “conceitos” e fórmulas para que se justifiquem as desigualdades e as injustiças socioterritoriais, econômicas e políticas, bem como reforça-se a imagem da cidade como uma simples mercadoria.

Tal imagem vem contribuindo para que se eternize o modo de produção capitalista e se elimine, por completo, o devir ou alguma possibilidade de mudança e alteração nas estruturas sociais. O mundo da mercadoria não é onipresente; muito pelo contrário, é transitório e contraditório. E é justamente desta contradição que, a partir das práticas socioculturais e do trabalho, serão desveladas e materializadas outras formas de ações e relações, conforme novamente elucidada Lefebvre (1999, p. 135, 136):

Esse “mundo da mercadoria” tem sua lógica, sua linguagem, que o discurso teórico encontra e “compreende” (dissipando conseqüentemente ilusões). Tendo sua coerência interna, esse mundo quer espontaneamente (automaticamente) se desenvolver sem limites; e pode fazê-lo. Ele se estende ao mundo inteiro; é o mercado mundial. Tudo se vende e se compra, avalia em dinheiro. Todas as funções e estruturas, por ele engendradas, entram nesse mundo e sustentam-no. No entanto, este mundo não chega a se fechar. Sua coerência tem limites; suas pretensões decepcionarão aqueles que apostam na troca e no valor de troca como absoluto. Com efeito, uma mercadoria escapa ao mundo da mercadoria: o trabalho, ou antes, o tempo de trabalho do trabalhador (proletário). Ele vende seu *tempo de trabalho* e continua, em princípio, livre; mesmo se crê ter vendido seu trabalho e sua pessoa, ele dispõe de direitos, de capacidade, de poderes que minam a dominação absoluta do mundo da mercadoria sobre o mundo inteiro. Por essa brecha podem entrar os “valores” repelidos, o valor de uso, as relações de associações etc. Não é uma brecha ocasional; é mais e melhor; a contradição se instala da coesão do capitalismo.

As argumentações de Lefebvre vêm ao encontro do que é aqui defendido até o momento. Mais que isso: elas robustecem a nossa proposição de que é o movimento dos sujeitos não desejados, por meio das práticas socioculturais e do trabalho, ao entrarem no universo/espço planejado, que estabelece deslizamentos de sentidos que alteram a construção e ocupação dos espaços urbanos das cidades-capitais do Cerrado (Goiânia, Brasília e Palmas) e promovem uma nova (Des)ordem nestas cidades.

Por isso a nossa ‘aposta’ é exatamente na elucidação das relações, dos processos, das complexidades e das contradições, pois o desvendar do conteúdo na forma e da obra na mercadoria possibilita enxergar os resíduos da práxis. Esse fato revela que esta “formação espacial complexa”, apontada por Moreira (2005), também comporta a dialética, visto que permite, principalmente, aos grupos sociais menos favorecidos o soltar das amarras da criatividade capturada no processo de alienação do trabalho.

A criatividade, segundo Pelbart (2003, p. 23), “não é prerrogativa dos gênios nem monopólio da indústria ou da ciência; ela é a potência do homem comum” capaz de possibilitar a criação de novas alternativas de cooperação, associação e relação que lhe permitem driblar as normas e os mecanismos estabelecidos pelo poder hegemônico que, de maneira subliminar, alienam a subjetividade, o trabalho e o desejo dos sujeitos sociais, bem como os excluem econômica e socioespacialmente.

É esta inventividade, aliada às capacidades de (re)adaptação, de enfrentamento, de (Re)Existência e resistência, que outorga aos sujeitos não desejados – como os sujeitos não desejados das cidades de Goiânia, Brasília e Palmas – o direito, “de fato”, de se (re)territorializarem, considerando que, apesar das dificuldades, contradições e desigualdades, são estas prerrogativas que, congregadas ao desejo de prosperidade e à necessidade de melhores condições de vida, os constituem sujeitos de suas histórias e, conseqüentemente, da história destas cidades.

Reterritorialização: nada mais é do que a conquista do direito à cidade, conforme explica Carlos (2007, p. 12):

Na apropriação se colocam as possibilidades da invenção que faz parte da vida e que institui o uso que explora o possível, ligando a produção da cidade a uma prática criadora. Isto porque o homem habita seus espaços como atividade de apropriação (mesmo comprando um valor de troca, como uma casa, por exemplo, em que a importância para seu habitante recai sobre o uso que se faz dela para realização da vida e a partir dela para a apropriação dos lugares da cidade), o que significa que esta se refere a um lugar determinado no espaço, a uma localização e distância construída pelo indivíduo e a partir da qual se relaciona com outros lugares da cidade, atribuindo-lhes qualidades específicas.

Deste modo, pode-se afirmar que não há como separar as cidades dos sujeitos, pois elas não são apenas coisas, mas também relações. Como construção social, elas possuem contornos, formas, particularidades, coletividades, histórias, memórias etc. O trabalho social, à medida que as constrói e as transforma, as situa diferentemente nos conjuntos espaços-temporais, mesmo quando são projetadas e planejadas.

São exatamente estes pressupostos que permitem reafirmar que Goiânia, Brasília e Palmas, antes de serem cidades projetadas e planejadas pelo/para o capital, são construções sociais advindas das relações e ações humanas. Por isso, as contradições e complexidades desta atual fase espacial do Brasil, que também permeiam estas cidades-capitais, não podem ser tratadas como caos, mas como uma importante ferramenta de (re)invenção da vida e de resistência, fato que permite asseverar que a cidade é dialeticamente obra humana –

mercadoria e espaço da dominação e da realização, por conseguinte, um espaço social, um território em disputa.

É preciso compreender que há múltiplas forças que levam à criação das cidades e que as apropriações de seu espaço, seu uso e desuso constituem diferentes territórios. Nesse sentido, o espaço urbano é mais que um palco onde se manifestam as relações humanas. Ele se transforma em território constantemente disputado por diversos grupos sociais que misturam suas territorialidades na estrutura deste espaço, constituindo elementos sociais que se cristalizam no tempo e no espaço.

Esta disputa, travada pelos diferentes sujeitos sociais, materializa-se na feição e no conteúdo dos espaços urbanos (a paisagem) em forma de objetos. Estes objetos, de sua feita, como bem elucida Barthes (2001) ao se referir sobre a sua semântica, são o ser humano agindo sobre o mundo, modificando o mundo, estando no mundo de maneira ativa; o objeto é uma espécie de mediação entre a ação e o homem e, portanto, não é inócuo, sempre fornece sentidos.

Desse modo é que a cidade, hoje, mostra-se concomitantemente como o lugar da reprodução do capital, o lugar da dominação e o lugar da possibilidade de realização e apropriação da vida humana; por isso, é o espaço, por excelência, da luta de classes. No entanto, outra indagação pode florescer, visto que as cidades tratadas nesta obra são planejadas. O que diferencia uma cidade planejada das demais na sociedade urbana moderna?

2.4 Cidades Planejadas: entre mitos, ideologias e relações sociais

Inicia-se este subtópico a partir da seguinte síntese: o que diferencia uma cidade planejada de uma não planejada não é o planejamento em si, mas as relações sociais que são estabelecidas durante os seus processos de produção. Estas relações não são uniformes nem no tempo, tampouco no espaço. Dependem da realidade política, econômica, social, histórica e geográfica, ou seja, do contexto em que se realizam. Por isso, do mesmo modo que as cidades se igualam, ao representarem uma das formas de organização socioespacial da humanidade, elas se diferenciam. Têm funções, estruturas, localizações, imaterialidades, entre outras características que as tornam particulares.

Isto não quer dizer que elas são coisas, e muito menos ahistóricas. Não o são, por certo. São resultantes da relação entre homem e natureza que, mediada pelo trabalho humano, torna-se concomitantemente obra e produto. Ou seja, têm forma e conteúdo, valor de uso e valor de troca, abstração e materialização, o que as faz produtos e produtoras sociais, por

consequente, uma construção sociohistórica. São essas as condições fundamentais para eliminar a ilusão de isolamento, perenidade e de imutabilidade que alguns imputam incessantemente às cidades, principalmente às cidades-capitais projetadas no Cerrado.

É o sentido vivo e dialético da produção a que Marx se refere, ao dizer que a produção extrapola a simples produção das coisas e dos objetos materiais para mostrar a produção do humano. Em ambos os processos, aparece como produção sociohistórico e, por isso, como condição civilizatória (CARLOS, 2011).

Neste sentido é que não há como separar os objetos, tão menos as cidades, dos sujeitos sociais, pois elas não são apenas coisas, mas fundamentalmente relações. Como coisas elas são analisadas apenas pelos seus contornos, formas, particularidades e aparências imediatas, e ater-se somente a este ponto é sublimar o produto em detrimento da obra. Não só isso: é enaltecer a ilusão imediatista, idealista, ideológica, paralisante e economicista que se criou em torno do produto final, como se ele – produto final – tivesse vida própria e não fosse resultante de um processo: o trabalho social.

Ora, só há cidade porque há produção humana. Só há produção humana porque há trabalho social. E só há trabalho social porque há relações e ações humanas! Ações e relações que são processuais e realizadas em um tempo histórico e em um determinado lugar. Sem esta conexão não há objeto, cidade, planejamento, modos de produção, modos de vida e, menos ainda, forças produtivas.

As forças produtivas, como os modos de produção e de vida, também são relações resultantes dos processos sociohistóricos e espaciais. Por isso, não há como separá-las, tampouco ignorar que a cidade, como realidade prático-sensível do espaço, é uma produção social. E como tal é que mesmo as cidades-capitais projetadas no Cerrado se produzem e reproduzem em conexão com as forças produtivas e as relações de produção. Deste modo, não há qualquer razão em separar a obra do produto (LEFEBVRE, 2013).

Esta reflexão remete a algumas indagações. A primeira: por que, então, esta cisão entre obra e produto é tão difundida? A segunda: a quem esta cisão beneficia? Outra: quais são as estratégias que garantem esta imaginária “cisão” e quase a tornam um axioma? E, por último, qual a relação deste processo com as chamadas cidades planejadas, principalmente com Goiânia, Brasília e Palmas?

Um primeiro argumento é que esta cisão entre obra e produto tem a ver com as concepções de cidade já aqui abordadas, ou seja, ela está conectada às concepções da relação homem-natureza-espaco. Por isso, serão encontrados embasamentos tanto no idealismo histórico Hegeliano que, segundo Lefebvre (1971, p. 53), *defende a filosofia do Estado*, o ISBN: 978-85-68122-11-2

Estado legitimando (implícita e explicitamente), pela filosofia, a filosofia como instituição e serviços públicos; [e]rige a identidade do real e do racional em inteligibilidade suprema; [c]omo a filosofia, aceita a lógica e o sistema do Estado – como nas teorias da Escola de Chicago, que, como exposto, promoveu a desnaturalização da análise da produção do espaço.

Nestas concepções os sujeitos existem a partir dos objetos e os objetos transformam-se em coisas e, em consequência, a cidade ganha vida própria. É a coisificação tanto dos seres humanos como de seus processos produtivos, que terá como sustentáculo o idealismo e a ideologia, ambos essenciais para garantir a ilusão do predomínio da mercadoria sobre a obra. Nesta perspectiva, os processos (socioculturais, históricos e geográficos), as contradições e qualquer possibilidade de alteração da ordem estabelecida são eliminados, ou melhor, escamoteados. É exatamente esta lógica idealista que dominará o pensamento moderno, principalmente entre os urbanistas e os arquitetos pós - ‘Movimento Moderno’, e que defenderá que a técnica, a forma e a racionalidade modelaram a vida. Em consequência, uma nova civilização emergirá (CORRÊA, 2005).

Ora, esta é uma visão teológica e determinista da natureza, do espaço e do humano. É a transformação da técnica, da racionalidade e da ciência em deuses e dogmas. Cidades e civilizações emergindo das formas e do acaso nada mais são do que a “mágica” da ideologia anunciando o fim da história e a nascitura do divino mundo neo-hegeliano, que germina *sem as forças da contestação e de negação que o roem, fora da crítica radical que contesta teoricamente; é o neo-hegeliano profundamente e, todavia, sem profundidade histórica. Pelo contrário: liquidando-a, conservando apenas o seu resultado* (LEFEBVRE, 1971, p. 54).

Não há como negar que esses preceitos aliados aos da Escola de Chicago e do modernismo, influenciaram as edificações das cidades-capitais projetadas no Cerrado. São neles que as linguagens do poder se amparam e forjam uma estratégica cisão entre o espaço concebido e o espaço vivido. Nessa cisão, o planejamento arquitetônico e urbanístico ganha um poder sobrenatural ao ponto de, ilusoriamente, criar um cenário mágico onde emergem cidades do meio do nada; relações sociais são dissolvidas; mitos e seres iluminados brotam de um estalar de dedos e, o mais fantástico, interesses e estratégias de poder se transformam em ideais de vida, de organização espacial, de Estado, de Nação e de modo de produção e de vida.

E é exatamente essa ‘lógica ilógica’ que permeará as implantações das cidades-capitais projetadas no Cerrado. Goiânia, Palmas e Brasília deveriam representar (cada uma a seu modo e no seu tempo histórico) um novo tempo, um novo espaço e uma nova civilização.

Para isso, as linguagens do poder, abastecidas de argumentos, estratégias e instrumentos, espalharam-se pelo país em formas de discursos, propagandas e simbolismo.

Nesse trecho do editorial “Um homem e Uma Obra”, que versa sobre a construção de Goiânia, é possível constatar esta assertiva:

Pelo papel a que está destinada a desempenhar em nossa economia, devido a sua esplêndida localização geográfica; pela função social que está exercendo, de integradora de nossos hábitos e costumes [...]; pela atuação política, que em consequência de tudo isso vai desenvolvendo, altamente nacionalizante, porque aproximando grupos populacionais variados, que aqui se amalgamam social e biologicamente, possibilitando a formação de uma democracia social e biológica, tão da essência do Estado Nacional, Goiânia se situa, no Brasil, como uma cidade ímpar, e o seu fundador adquire, por isso, o relevo dos gênios. (REVISTA OESTE³¹, 2001, p. 197, reedição).

A matéria publicada na revista oficial do Governo do Estado demonstra claramente como as linguagens do poder foram utilizadas para se construir toda uma atmosfera de novo, esperanças e oportunidades em torno da construção da nova capital de Goiás. Destaca-se a estratégia da criação de dois mitos³²: Pedro Ludovico, como o herói construtor, e Goiânia, como cidade-sujeito; ou seja, uma total inversão de sentidos, em que o objeto transforma-se em sujeito e o sujeito só é visível no objeto (CHAVEIRO, 2001).

Esse caráter mitificador, por conseguinte, ideológico, no qual se submerge a edificação de Goiânia, também pode ser percebido na construção de Brasília. Contudo, neste caso, o mito transpassa a cidade e abrange a nação, conforme evidencia o sociólogo Márcio de Oliveira (2005, p. 257).

A construção de Brasília assinalou um recomeço ou talvez o recomeço. A história deveria, então, tomar um novo rumo, o país recomeçaria nesta nova capital. JK repetiu à exaustão: antes e depois de Brasília. [...] Em nenhum momento Brasília foi chamada a evocar apenas uma outra capital. Ao contrário, foi chamada a ser o trampolim para a conquista da região amazônica, o começo da colonização do Brasil central, a reunião pelo interior de um país definitivo e integrado. Uma nova era de progresso econômico e social. Um país desenvolvido e industrializado, cômico de sua importância e orgulhoso de seu grande destino continental. É através desta lógica mítica que se pretendeu compreender por que a cidade tão singelamente construída pode ser legítima contra tudo e a despeito de tantos.

A argumentação do sociólogo leva à compreensão de que a construção da nova capital nacional não é apenas um mero projeto arquitetônico e urbanístico, mas, sobretudo, um

³¹ A revista Oeste foi editada pela imprensa oficial do Governo do Estado de Goiás e circulou entre os anos de 1942 e 1945. Foi reeditada em CD-ROM pela AGEPEL em 2001.

³² Vale ressaltar que este sentido mítico não é o antropológico clássico, visto que é inexistente o “mito de cidade planejada e moderna” no universo mítico.

projeto político e econômico de uma nova nação que terá no uso da ideologia, como a remodelação do mito fundador da nação, a sua grande estratégia. Os discursos e os espetáculos em torno do novo, do moderno, da integração e do desenvolvimento são as insígnias para se chegar ao desígnio: o capital, e colonizar a porção Centro-Oeste do Cerrado até chegar às terras amazônicas faz parte deste processo.

Por este motivo que, apesar de o tom dos discursos ser outro em virtude da diferença de grandeza demográfica e de origem histórica, não há surpresa alguma quando se encontra esta mesma conjectura de mitificação e ideologização em torno da construção de Palmas.

As semelhanças existentes entre Palmas e Goiânia e, principalmente, entre Palmas e Brasília, saltam aos olhos de qualquer observador e parecem ter proporcionado um reforço à ideologia reducionista vinculada a Palmas e ao próprio carisma do “pai-fundador”. Reordena-se novamente tanto a história regional como nacional, e Palmas passa a representar também um novo passo na marcha para o oeste e na ocupação da Amazônia, tal qual Goiânia e Brasília o fizeram anteriormente, estabelecendo portanto, uma continuidade entre a construção destas cidades e a epopéia bandeirantes pelos Sertões do Brasil (SOUZA, 2004, p. 23)

As três explanações, além de ratificarem os argumentos expostos até o momento, igualmente evidenciam a fabricação ideológica em torno das cidades planejadas, fabricação esta que visa, entre outras características, validar e enraizar a versão da realidade social desenvolvida pela classe dominante, já que, como bem diz Ferreira (2007, p. 48), “a ideologia³³ age como instrumento para fazer destas ideias, ideias universais e, por isso mesmo, ideias dominantes que acabam por esconder os conflitos inerentes à sociedade de classes”.

Deste modo, a ideologia cumprirá um duplo papel neste processo. O primeiro será o de tentar mascarar, por meio da inteligência urbanística, do planejamento, do *marketing* institucional etc., qualquer “resíduo” que possa equiparar as novas cidades-capitais à “antiga sociedade brasileira”. O segundo é tentar consubstanciar a urbanização, ou melhor, a sua falta, mediante o ideal urbano. Ou seja, a ideologia será uma estratégia de tentar frear tanto as

³³ Apesar de ter-se ciência e considerar-se extremamente salutar a discussão teórica em torno do conceito de ideologia, não é a intenção, neste livro, contemporizar o debate. Busca-se, apenas, esclarecer que o matiz teórico no qual se embasa o conceito de ideologia é o de Marx e Engels. Nesta acepção, a ideologia – além de ser um conceito intrinsecamente ligado ao da luta de classes e da divisão social do trabalho – é um dos mecanismos de poder criados pelas classes dominantes que visam construir e disseminar uma falsa representação da realidade, por conseguinte, uma consciência social que a aceite e a legitime. Acredita-se, no caso, que tal visão se aplica ao processo de constituição e ocupação dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas, uma vez que o espaço urbano é fruto e reflexo das relações de produção e (re)produção social.

contradições como as possibilidades que surgiram a partir desta nova (re)ordenação política, econômica, cultural e socioespacial.

Mais do que isso, a ideologia é a grande arma para ocultar a humanidade que há neste processo, ou seja, as relações sociais. Nesse sentido é que a ideologia torna-se um dos principais instrumentos a ser usado pela elite hegemônica para diferenciar uma cidade não planejada de uma planejada, principalmente em torno do planejamento arquitetônico e urbanístico das cidades-capitais projetadas no Cerrado.

Contudo, não há ideologia que consiga apagar o processo de construção do espaço. O espaço, como construção social e coletiva que é, de uma forma ou de outra materializa – em formas e em conteúdos – as práticas sociais. Por isso é movimento. Tem capacidade de produzir, reproduzir e transformar dialeticamente as contradições, as disputas e, acima de tudo, a própria história socioespacial.

A produção dos espaços de Goiânia, Brasília e Palmas corrobora com esta argumentação. Esses espaços, apesar de toda essa ideologização de um novo tempo em um novo espaço, trazem as marcas (econômicas, socioculturais e políticas) do Brasil colonial. As citações a seguir, sobre o processo de construção e ocupação do espaço urbano de Palmas³⁴, cooperam com esta argumentação.

A primeira, de um dos arquitetos do GrupoQuatro³⁵, expõe os problemas enfrentados entre o que se planeja e as barreiras políticas e econômicas que surgem no processo de implantação do projeto:

O primeiro problema em que nós esbarramos aqui foi o problema de que os ritos da desapropriação das diversas partes não são todos nem imediatos e nem ocorrem da maneira como você gostaria, para poder ocupar. Porque há todo um procedimento jurídico que cerca a desapropriação, a discussão de benfeitoria, problemas relacionados à qualidade e existência dos documentos. [...] O segundo problema disso aí é o problema de que, sobre aquilo que é planejado, prevalece a decisão de caráter político. São decisores políticos que tomam essa decisão. Então, o governo aqui, em um momento, resolveu que ia colocar pessoas de maneira absolutamente contrária à indicação de quem estava planejando, porque ele ia colocar pessoas fora daquela coisa do plano diretor[...]. O governo encarou os lotes da cidade de uma maneira muito capitalista, no nosso caso aqui: queria vendê-los, pra ter o retorno pra pagar a infraestrutura. Então, ele entendendo que gente de menor renda não poderia dar esse resultado, acabou colocando essas pessoas fora do plano diretor, o que criou

³⁴ Mesmo sabendo que estas cidades foram construídas em períodos histórico-geográficos diferenciados, elegemos a cidade de Palmas como exemplo porque foi a única capital que, por ter apenas 23 anos, possibilitou fazer entrevistas com os diferentes sujeitos que participaram do processo. Destaque para um dos arquitetos responsáveis pelo plano arquitetônico e urbanístico da cidade, um acadêmico e um representante do Movimento pela luta à moradia.

³⁵ O GrupoQuatro foi o responsável pela concepção e implantação do plano arquitetônico e urbanístico de Palmas. Esta entrevista foi concedida à autora em janeiro de 2012.

um vazio urbano enorme que até hoje dá problemas para a administração da cidade. Mas o que eu localizaria como maior problema é que, ao planejar, nós não incluímos as decisões que são tomadas em relação ao mercado fundiário, o mercado de terras. [...] Então, o que é planejado é planejado de uma forma e é implantado de outra forma. É implantado como mercado, e as decisões políticas entendem que deve ser assim.

A declaração do arquiteto-urbanista, além de apontar que antes da implantação o plano já sofre deslizamentos de sentidos, aponta que os deslizamentos não são só um processo ocasionado apenas pelos sujeitos não desejados. Suas palavras também assinalam algumas conjecturas importantes para esta análise, como: a relação dialética entre norma e vida; o papel intervencionista do Estado em favor da classe dominante; a contradição entre o espaço concebido e o espaço vivido; a transformação, por meio da parceria público-privado, do solo urbano e, conseqüentemente, da cidade em mercadoria; a decisão política de segregação socioespacial dos sujeitos e, por fim, a relação intrínseca entre gestão estatal, ordenamento territorial e capital.

Entretanto, não se pode deixar de ressaltar que, apesar da declaração do arquiteto-urbanista sobre os limites entre concepção e implantação do plano original, a elaboração do plano não é inócua e, de uma forma ou de outra, contribui para o projeto político, sociocultural e econômico pretendido pelos diferentes agentes hegemônicos. Nesta segunda declaração de um geógrafo³⁶ que acompanhou o processo de implantação da cidade de Palmas, fica evidente esta premissa:

[...] Você vai ver que o plano diretor não tem o poder de centralizar toda a construção da cidade, em função das regras que a determinam, que os arquitetos e planejadores determinaram. Então, vai haver intervenção aqui e acolá, ora intervenções populares, ora intervenções privadas. Então, vai acontecendo o ‘desplanejamento’ dos dois pontos de vista: do privado, que eles acreditavam muito na iniciativa privada, e do popular, que eles acharam que iam proibir. Então, se pensou numa cidade controlada, embora os arquitetos falem que não, mas se pensou numa cidade controlada tipo Brasília, e que não foi o que aconteceu. Embora alguns aspectos sejam muito claros, você tem a Vila União e Vila Maria Rosa, como Brasília tinha Vila Planalto etc. Então, vai ser o mesmo processo. Eu acho que o próprio Siqueira, que morou em Brasília mais de 30 anos como deputado, tinha essa ideia de Brasília na cabeça. E a primeira Vila que se cria bota o nome da esposa dele, Vila Aurenny. Vila Aurenny 1, 2, 3 e 4. São espaços de muita pobreza urbana. Muitos problemas urbanos nestes espaços. São espaços de exclusão social mesmo. Você exclui as pessoas, não deixa morar na cidade. Vai morar em outra cidade. Você planeja uma cidade e exclui e constrói políticas para construir mais uma cidade, mais outras cidades. E essas cidades não são beneficiárias da área urbana, como a maioria das cidades, são cidades discriminadas num espaço discriminatório.

³⁶ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2012.

A declaração do geógrafo nos remete à afirmação de Harvey (2011) de que a produção do espaço é algo central na reprodução do capitalismo e, como a cidade é a realidade prático-sensível deste processo, ela, a cidade, irá materializar a cisão. Nessa perspectiva da produção do espaço para o capital, as cidades já nascem totalmente fragmentadas e excludentes, ou seja, são aspiradas como meras mercadorias. Por isso que, conforme exposto por Ciccolella (2012, p. 13),

[o] planejamento tenta se contentar com suas próprias fragilidades ao fragmentar, causar mais conflitos nos cenários de reconstrução urbana, promovendo uma modernização sem desenvolvimento, sem tendências claras para a homogeneização social. Assim nos chama a atenção Carlos Vainer (2000): a população marginal, os pobres e os setores populares não podem ser tomados simplesmente como um entorno que rodeia o objeto ou o sujeito do planejamento. Esse tipo de intervenção desintegradora não vai gerar um desenvolvimento duradouro. Enfim, a separação rígida entre o público e o privado, segundo Vainer, significa uma participação direta, sem mediações dos empresários nos processos de decisão e execução das políticas territoriais. Essas evidências levam a repensar os processos, as estratégias, as políticas, os instrumentos ou as ações do desenvolvimento urbano numa etapa do capitalismo dominada por tendências para um maior incremento da fratura social e territorial, onde há divergência entre o espaço das empresas e o espaço dos cidadãos, do povo.

Estes fatores abordados por Ciccolella contribuem para desmistificar toda ideologização que há em torno das cidades planejadas e demonstram o porquê dos conflitos sociais e das disputas territoriais entre as classes. Contudo, recorrendo mais uma vez aos ensinamentos de Harvey (2011, p. 98), é importante ressaltar *que condições desiguais oferecem abundantes oportunidades de organização e ação política*. Esta premissa pode ser constatada nesta declaração³⁷ de um dos fundadores do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), ao relatar o processo de mobilização dos sujeitos não desejados no espaço planejado de Palmas pela conquista ao direito à cidade:

Logo no início muitas ocupações espontâneas começaram a existir aqui, né, aqui no centro, principalmente, em uma região que é denominada Vila União, que são as ARNO 31,32 e 33, aonde os trabalhadores fizeram várias tentativas de ocupações, a partir de 91, e conseguiram resistir, né. E, então, a partir destas lideranças que moravam nesta região, nós resolvemos então instituir o Movimento Nacional de Luta pela Moradia que na verdade foi fundado em agosto de 95. E a ideia era justamente reunir os trabalhadores e questionar este modelo segregado. Por que não ocupar o centro de Palmas que foi planejado para isto – para a construção de habitação popular em todas as quadras residências –, já que tinha um artigo no plano diretor que previa este tipo de ocupação? De tanto o movimento cobrar isto, realizar denúncia junto ao Ministério Público Estadual e à Justiça, a Câmara municipal resolveu retirar este artigo do plano diretor sem debater com a sociedade.

³⁷ Entrevista concedida à autora em abril de 2013.

A declaração evidencia a efemeridade que existe por detrás do planejamento e como a “norma” favorece as classes hegemônicas. Como bem diz Ribeiro (2001): direitos sem instrumentos são direitos inexistentes, da mesma forma que instrumentos sem sujeitos sociais são *folhas ao vento*. Por isso que, conforme anuncia Ciccolella (2012),

[...] paralelamente, também como resposta lógica aos limites e à fragilidade da ação estatal, revitalizam-se alguns movimentos sociais e mecanismo de autogestão que começam a construir territórios diferentes e a formular projetos de bairros alternativos àqueles de poder econômico.

Um exemplo concreto desta argumentação é a continuidade da declaração do representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Palmas ao narrar como se deu o processo de luta e de conquista de uma parte da cidade planejada pelos trabalhadores:

[...] Aí, em 95 nós resolvemos fazer uma reunião apoiada pelas pastorais sociais e por esses militantes que já faziam parte de organizar esses trabalhadores e questionar este modelo segregado porque era muito difícil estes trabalhadores morarem nas Arenys, na região de Taquaralto, e vir trabalhar aqui em Palmas. Então, nós começamos questionar esse modelo e este movimento foi fundado e nós começamos a apoiar várias ocupações espontâneas de trabalhadores que ocupavam aqui. Inclusive nós temos vários exemplos que os trabalhadores resistiam e a prefeitura tinha que construir moradias. Mas a nossa a primeira ocupação organizada foi justamente na fundação do movimento que nós ocupamos uma área pública aqui no Centro de Palmas, que foi a Arne 15, que é uma quadra que hoje funciona a residência oficial do governo.

As argumentações e declarações expostas até o momento evidenciam a fragilidade de um modelo de planejamento calcado nos preceitos do modo de produção capitalista e no viés único de defesa dos interesses das classes dominantes e detentoras da terra, bem como comprovam o quanto as cidades planejadas não estão isentas da luta de classes; ao contrário, ela – a luta de classe – antecede os primeiros borrões do projeto. Cidades planejadas não são inertes, muito menos inócuas. Não são apenas mercadorias. Igualmente, são obras, por isso têm sentidos, estão em movimento e definem-se como território em constante disputa.

Para amparar esta reflexão, serão acrescentadas como adjutórias as ponderações de Souza (2004, p. 13) sobre a relação dialética entre planejamento urbano, Estado e ativismo social:

Em uma sociedade capitalista, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, o papel do Estado, em princípio, não é de contrapor a essa situação de injustiça “estrutural”, mas de colaborar para manter as “regras do jogo” que, justamente, criam as disparidades e privações relativas. Existe a possibilidade, porém, de que em determinados momentos se estabeleça uma correlação de forças políticas que permita que o Estado exerça um papel diferente; isso vai depender, e

muito, do grau de conscientização e mobilização da sociedade civil. Portanto, não só ativismos sociais devem, eles próprios, envolver-se com o planejamento, tentando elaborar e sistematizar possíveis propostas; mas, submetido às pressões e à fiscalização exercidas na sociedade civil, não se pode descartar que o planejamento feito pelo Estado possa ter, às vezes, um efeito positivo de diminuir desigualdades materiais e poder.

Apesar de não comungarmos com parte das ideias apresentadas pelo autor – uma vez que entendemos que o planejamento urbano não resolverá os problemas de desigualdade econômica e exclusão socioespacial na sociedade capitalista, que tem o Estado burguês como um dos principais agentes deste processo, não se dando no/com o Estado, mas contra ele e tudo mais que ele representa e agencia como modos de produção e de vida –, é imprescindível reafirmar que a relação entre estrutura e infraestrutura nas relações de produção e reprodução do espaço é dialética, e não hierárquica.

Esta condição é fundamental para compreender que a cidade, enquanto realidade prático-sensível do espaço, é uma produção social. Não há ideologia que elimine os processos sociais, principalmente quando estes processos estão sob a égide de um modo de produção (o capitalismo) que se retroalimenta a partir das desigualdades, da exploração do trabalho humano e da expropriação da terra da classe trabalhadora. Há aí um inegável abismo econômico e social entre a produção coletiva e a apropriação desta produção. Pelo contrário, este abismo deve ser desvelado, pois é exatamente nele que se revela a dialética deste processo, visto que, ao mesmo tempo que ele, abismo, é a mola propulsora deste sistema, é também o seu “calcanhar de Aquiles”.

É daí que surgem as contradições do modo de produção capitalista e a luta entre as classes sociais que afloram na sociedade, por conseguinte, nas cidades-capitais projetadas no Cerrado. Ora, quem produz quer desfrutar de sua produção. E quem está ganhando com esta relação desigual, entre produção coletiva e apropriação privada desta produção, usará de todos os instrumentos (ideológicos, políticos, econômicos, entre outros) para que essa situação perdure. É justamente nesse embate entre as classes que se percebe que há movimento, há história, há disputa e há possibilidades.

A cidade, assim, apresenta-se como um território em disputa. Como tal, materializa as intervenções e alterações dos sentidos iniciais para as quais foram planejadas e construídas, já que as normas – que codificam o objeto e o uso – não se impõem à vida e nem a vida se sujeita, incondicionalmente, às normas; o que há são intersecções. Por isso, não há como separar o sentido da obra e do produto (mercadoria), visto que ambos fazem parte de um

mesmo processo: o de produção. Esta cisão, frisa-se, só serve para ocultar as tramas e os dramas das relações sociais que existem no processo de produção das cidades.

Nesse sentido, é oportuno reafirmar que não é o planejamento que diferencia Goiânia, Brasília e Palmas das demais cidades, mas os processos e os contextos em que este planejamento foi implantado, processos e contextos estes que, ao demonstrarem que as criações destas cidades-capitais estão conectadas às políticas gerais de colonização das fronteiras agrícolas e às necessidades de expansão e modernização territorial para fins geopolíticos, evidenciam que o planejamento é estratégia e consequência: assim, não é inócuo, muito menos perene. Ele, o planejamento, é um fazer contínuo que, de uma forma ou de outra, permeia a gestão e o ordenamento territorial de qualquer cidade na atualidade.

Não se quer dizer com isso que Goiânia, Brasília e Palmas não foram pensadas, arquitetadas, projetadas e planejadas. Elas o foram, mas dentro de um contexto sociohistórico e geográfico. Adequar o território brasileiro às novas necessidades do modo de produção capitalista era parte desse contexto. Por isso, analisá-las somente a partir dos preceitos e dos simbolismos da inteligência urbanística e arquitetônica é anular – frisa-se – os processos e as relações em detrimento do produto final.

Não é por acaso, como já exposto, que estas cidades-capitais se localizam no Cerrado brasileiro, mais especificamente na sua porção Centro-Oeste/Norte. Integrar o litoral ao sertão modernizado era fundamental para o desdobramento das políticas desenvolvimentistas alimentadas por ideologias do progresso e civilizatórias. Desse modo, fica claro é que o planejamento não tem esta dimensão divina a ele imputada: a de barrar as relações. Não é o planejamento que garante a exclusão ou a equidade que haverá em uma cidade. Ele, apesar de toda a ideologia que o cerca, é mais um dos instrumentos das estratégias políticas e socioeconômicas que permeiam as gestões socioterritoriais.

Planejar e arquitetar também são práticas sociais e, como tal, ao se materializarem em cidades, ruas, praças, monumentos públicos, redes de transporte, urbanização, entre outros elementos, sempre fornecem sentidos socioespaciais, econômicos, políticos e culturais produzidos e vividos em épocas distintas.

Os traçados e os centros cívicos de Goiânia, Brasília e Palmas, cidades-capitais, são exemplos concretos desta assertiva. A forte monumentalidade arquitetônica em torno dos edifícios públicos que se distribuem ao longo ou em torno de praças e grandes eixos, o formato das avenidas largas para o uso dos automóveis, a forma de seus espaços públicos e todas as outras características que as fazem moldes e modelos do espaço moderno brasileiro não simbolizam apenas o uso da inteligência urbanística e arquitetônica, que passam a

integrar estrategicamente as políticas de planejamentos e de gestões dos espaços urbanos brasileiros. Simbolizam muito mais do que isso. Simbolizam a imagem do “novo”, da “oportunidade” e de um futuro “próspero e promissor”.

Estes são alguns dos fatores que contribuem para que Goiânia, Brasília e Palmas, bem como os estados e as regiões onde se localizam, tenham um alto índice de crescimento populacional desde as suas criações. Não apenas isso: esses fatores também ajudam na compreensão de que Goiânia, Brasília e Palmas, como qualquer outra cidade brasileira, enfrentam, desde as suas construções, os problemas estruturais de uma sociedade erigida sob a lógica de um desenvolvimento combinado e desigual.

Em face disso, mesmo que a classe dominante tente desviar o foco, ao colocar que a problemática das cidades são apenas as questões relacionadas à mobilidade, à violência, à moradia, à falta de planejamento etc., é inegável que estes problemas são decorrentes dos abismos existentes entre a produção social e a distribuição dos resultados desta produção. Dito de outro modo, o que está em crise e gera esta disputa não é a cidade enquanto produção social, e sim o modelo de cidade-mercadoria que produz uma lógica urbana excludente, elitista, espetacular, centralizadora, privatista e individualista.

Por este fator é que as disputas nas e pelas cidades projetadas no Cerrado vão desde o modelo de cidade até o modo de vida e de relações que se estabelecem nelas e por elas. Não é por acaso que as histórias socioespaciais de Goiânia, Brasília e Palmas são permeadas por diferentes sentidos e relações socioculturais, políticas, educacionais, de vizinhança, institucionais, econômicas e emocionais que são estabelecidas e vivenciadas nas cidades e fazem parte tanto das memórias individuais e coletivas dos sujeitos como das memórias históricas destas cidades.

Tais memórias não são meras e ingênuas recordações, mas representações sociais, simbólicas e políticas feitas pelos diferentes sujeitos sociais da vida da cidade que revelam a imaterialidade como componente do espaço e de sua inserção no mundo. As reflexões de Halbwachs (2006, p. 170) sobre a relação entre espaço, tempo e memória contribuem para esta argumentação:

O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem uma às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria das lembranças reapareça.

Assim, acolhe-se a inseparabilidade do tempo e do espaço na memória. No entanto, deve-se ficar atento, como bem lembra Abreu (1988, p. 86), para o fato de que a vivência da cidade dá origem a diversas memórias coletivas, que podem ser distintas uma das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade.

É exatamente aí que se nota a intersecção entre o espaço urbano, a história e a memória que, como construções sociais que são, tornam-se importantes instrumentos da luta de classes travadas na/pela cidade. Contudo, não cabe ilusão quanto a isso, pois há disparidade na produção, no uso e no alcance destes instrumentos entre as classes sociais, uma vez que, como apregoa Marx e Engels (2009, p. 67),

[a]s ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe, que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe, assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média às ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. [...]

As preposições levantadas por Marx e Engels – por mais que alguns autores, principalmente os que se automeiam pós-modernos, as considerem ultrapassadas, uma vez que se referem ao processo inicial da implementação da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista na Inglaterra –, para nós são atualíssimas e, por isso, imprescindíveis para embasar como se dá a disputa entre as classes sociais nas/pelas cidades-capitais do Cerrado, uma vez que, conforme apregoa Catalão (2013, p. 35), as *formas espaciais criadas cumprem o papel de orientar o cotidiano urbano dos habitantes, tornando-se mediação da sociabilidade ou limitação desta*.

Um bom exemplo desta argumentação é como estas cidades-capitais são representadas e apresentadas pelos seus gestores, conforme adiante demonstrado.

2.5 Goiânia, Brasília e Palmas: sob a ótica e a concepção do poder

Para iniciar este tópico, tomar-se-á como contribuição a seguinte afirmação de Abreu (1988, p. 86):

As classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas

instituições e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de “memória urbana”, são eles, também, expressões de poder. Como afirmou Foucault (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro.

A asserção acima apresentada culmina, ao lado de algumas proposições apontadas anteriormente, na constatação sobre como a classe hegemônica tem-se apropriado da história e da memória urbana do processo de produção dos espaços de Goiânia, Brasília e Palmas. O que se observa é a tentativa de cristalizar uma memória oficiosa de que estas cidades projetadas são mágicas, foram criadas em um estalar de dedos, estão imunes às desigualdades e às contradições do modo de produção capitalista, que não há disputas de classes sociais e, por consequência, de território, e que foram concebidas por verdadeiros heróis.

Um bom exemplo desta argumentação são as informações do *site* da Prefeitura Municipal de Goiânia, em que consta a seguinte apresentação da cidade:

Goiânia é nacionalmente reconhecida como um dos melhores lugares para se viver no Brasil.

Por duas vezes a Capital figurou entre as cidades brasileiras com melhor Índice de Qualidade de Vida (IQV). Urbanização privilegiada, ruas limpas e bem estruturadas, pavimentação asfáltica de qualidade, riqueza em serviços e abundância em área verde são alguns dos fatores que levaram as boas condições de vida da cidade ao primeiro reconhecimento público, em 2005, por meio de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

Na ocasião, o município apareceu na vice-liderança de IQV, atrás apenas de Brasília, com pontuação 27,92% acima da média da população nacional. O segundo indicativo que atestou a importância do planejamento urbano da Capital goiana foi registrado em 2008, quando a cidade atingiu o topo do ranking. A excelência em qualidade de vida, dessa vez, foi apontada por levantamento da Brasil Américas em parceria com o sistema Fibra, Jornal do Brasil e Associação Nacional dos Municípios Produtores.

Para chegar ao resultado, consideraram-se aspectos como renda, condições de moradia, poluição causada por trânsito ou indústria, violência, quantidade e qualidade da alimentação, além de serviços de água, iluminação, fornecimento de energia.[...] Além disso, a cidade detém o melhor projeto de iluminação do País, conforme atesta o prêmio Procel, da Eletrobrás (GOIÂNIA, Prefeitura, 2013).

Goiânia é apresentada acima como uma das melhores cidades para se viver no país. A cidade iluminada dos parques, da inteligência urbanística, da qualidade de vida, da ordem, enfim, uma cidade que representa o próprio “Éden”, pois não há conflitos, violência ou desordem. É a cidade que outrora foi mitificada pela ideologia da cidade-sujeito e que agora é “ideologizada” pelo *marketing* urbano e, assim, apresenta-se estática sem demonstrar as diferentes práticas socioculturais e histórias da vida ou os modos de produção e a espacialidade de diferentes e diversas épocas que estão cravadas e esculpidas na paisagem.

As imagens estampadas no site (fotografias 01 a 08) ilustram essa condição, ou melhor, a complementam.

Fotografias 1 e 2 – Antiga estação ferroviária e Praça e Viaduto Latif Sebba, Goiânia/GO



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2013.

As fotografias acima simbolizam as duas fases da imagem da modernidade e da prosperidade pretendida à nova capital goiana. A primeira, que retrata a antiga estação ferroviária, simboliza o começo da nova era do estado de Goiás. É a expansão capitalista chegando pelos trilhos e anunciando que o tempo rápido veio para substituir o carro de boi e inserir a economia agrária regional na dinâmica capitalista do sudoeste brasileiro. Não só isso: os trilhos anunciam um indício de uma Goiânia cosmopolita que, ao acelerar as informações, as trocas, as idas e vindas de produtos e de pessoas, estabelece um diálogo cultural e econômico com outras regiões.

Este indício será confirmado décadas mais tarde, quando os viadutos, com arquitetura de alta tecnologia (fotografia 02), invadem a cidade, retratando a imagem de uma cidade-capital conectada com o mundo. É a era da globalização invadindo a capital goiana e demonstrando que a cidade continua promissora e próspera. Contudo, esta é apenas uma das diversas faces de Goiânia.

As imagens do bucólico e da “natureza”, tão em voga hoje em dia, também fazem parte deste pacote. Aliás, ter qualidade de vida hoje em dia, segundo esta lógica, é poder desfrutar da “tranquilidade” do campo e do interior no meio de uma cidade competitiva. Não é por acaso que de quatro em quatro anos assiste-se ao surgimento de uma nova imagem de cidade em que o “novo sempre vem” e a única memória que é “preservada” é a do poder hegemônico.

A cidade, que já foi batizada como a capital brasileira das praças, do *country*, do pequi, dos congressos, entre outros atributos, conta também com um aparato normativo. É o

caso da lei municipal nº 278 de 14 de agosto de 2007, que sanciona o seguinte conteúdo: “todos os eventos constantes do Calendário Oficial de Eventos do Município deverão utilizar-se do Slogan ‘Goiânia, a Capital Mundial do Verde’, quando de sua divulgação”.

As fotografias de 03 a 06, que também estão estampadas no site da Prefeitura de Goiânia, confirmam esta argumentação:

Fotografias 3 e 4 – Avenida Goiás e Bosque dos Buritis, ambos revitalizados



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2013.

Fotografias 5 e 6 – Coreto da Praça Cívica e Parque Vaca Brava



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2013.

Goiânia, aí, mostra-se como uma cidade dos objetos onde os monumentos oficiais (modernos e contemporâneos), as praças e os parques são mais valiosos que os sujeitos que os compõem. É uma cidade das paisagens, e não do espaço urbano. É um produto editado que, ao não mostrar as contradições e as relações, elimina os sujeitos, o movimento da vida humana-urbana, o espaço geográfico e, até mesmo, a cidade. Uma natureza morta digna dos “planejadores, gestores e urbanistas” modernos que, ocupados em preconizar um modelo de cidade e de habitante ideal, desprezam a cidade e o habitante real.

Esta passagem do texto “Formulário de um novo urbanismo”, de Gilles Ivain³⁸ (2003), expressa bem o que o urbanismo pode – enquanto uma proposta de poder, controle, fragmentação e normatização do espaço e da vida – representar para as cidades e seus habitantes:

Todas as cidades são geológicas e não se pode dar três passos sem esbarrar em fantasmas, armados de todo o prestígio de suas lendas. Evoluímos numa paisagem fechada cujos pontos de referência nos remetem sempre ao passado. Certos ângulos móveis, certas perspectivas fugazes permitem-nos entrever concepções originais do espaço, mas essa visão permanece fragmentária. É preciso procurá-la nos lugares mágicos dos contos folclóricos e dos textos surrealistas: castelos, muros intermináveis, barezinhos esquecidos, caverna do mamute, espelho dos cassinos. Essas imagens obsoletas conservam um certo poder de catálise, mas é quase impossível empregá-las num *urbanismo simbólico* sem rejuvenescê-las, atribuindo-lhes um novo sentido. Nosso imaginário povoado por velhos arquétipos acabou ficando muito atrás das máquinas aprimoradas. As diversas tentativas de integrar a ciência moderna em novos mitos permanecem insuficientes. O abstrato tem invadido todas as artes, em particular a arquitetura de hoje. O fato plástico em estado puro, sem anedota, mas inanimado, descansa os olhos e os refresca. Para além, encontram-se outras belezas fragmentárias e, cada vez mais distante, a terra das sínteses prometidas. Cada qual hesita entre o passado que vive no afetivo e o futuro já morto. Não prolongaremos as civilizações mecânicas e a arquitetura fria cujo termo são os lazeres maçantes. (IVAIN, 2003, p. 70).

É exatamente esta lógica da cidade-espetáculo e cidade-mercadoria que será explorada pelos gestores que divulgam e apresentam a cidade de Brasília, conforme se pode conferir a seguir.

Lazer e negócios estão entre as principais motivações das viagens

A Capital Federal está mais uma vez cotada entre os destinos mais procurados entre os brasileiros que viajam pelo país. Dados do Ministério do Turismo apontam que Brasília é a quinta cidade mais visitada em âmbito nacional, ultrapassando até mesmo destinos do litoral.

A pesquisa tem como base números coletados em 2011 junto a 39 mil famílias brasileiras, nas 27 unidades da federação e em mais de 100 municípios. Entre as principais motivações estão o lazer e negócios. Ao todo, foram realizadas mais de 58 mil viagens no território nacional no ano base, cerca de 18% a mais que a pesquisa anterior, de 2004.

O estudo é feito desde 1998. Brasília sempre esteve entre os sete principais destinos brasileiros, contribuindo para a elevação dos índices econômicos de toda a região. O gasto médio das viagens locais ultrapassa R\$ 1 mil. No Centro-Oeste, representa 4,6% do PIB, acima da média nacional (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Brasília é apresentada pelos seus gestores como um produto a ser consumido; por isso, transforma-se no próprio espetáculo e escamoteia a história e outros conteúdos que permeiam a construção dos objetos e da própria cidade. É a tentativa de aniquilamento da condição da

³⁸ Gilles Ivain é o pseudônimo de Ivan Chtcheglov, que fazia parte da Internacional Situacionista.

cidade como obra pelo *marketing* político, que deixa de lado a dimensão crítica e reflexiva do pensamento e das artes e simplesmente adere à concepção instrumental da cultura urbanística própria de uma cidade planejada na sociedade capitalista.

Na proposta da Secretaria de Turismo da cidade, que convida os visitantes a um caminhar linear pela cidade a partir de roteiros arquitetônicos, além de constatar-se esta condição, também se percebe o que está por trás da política de patrimônio histórico-cultural na nossa sociedade, que é, entre outras coisas, a implantação de uma memória única e elitizada, a escamoteação da luta de classes e a mercantilização e coisificação da cidade e da cultura da cidade (CHAUI, 2006).

ROTEIRO ARQUITETÔNICO

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico rendeu à Brasília o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, o único concedido a uma cidade moderna. Suas curvas inovadoras, ruas organizadas por setores e ampla área verde são admiradas internacionalmente. O diferencial é que a Capital do Brasil foi, de todas, a mais planejada. Sua concepção é assinada por mestres, o que a torna um verdadeiro museu a céu aberto.

Não se tem história de outra cidade cujo desenho tenha nascido de um concurso. Escolhido entre os melhores, com apenas um voto desfavorável, Lúcio Costa trouxe para a Capital da República um conceito de organização, com as entrequadras, quadras comerciais e residenciais, setores hoteleiros e bancários, além das ruas largas e sob a lógica do plano cartesiano. Tudo isso, dentro do formato de uma cruz, que forma o Plano Piloto de Brasília.

A partir dessa concepção, Oscar Niemeyer, convidado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, começou a projetar uma cidade digna de autoridades, conforme a proposta. Palácios, como o do Planalto, do Itamaraty, da Alvorada, o Jaburu e Congresso Nacional, tomaram as ruas aos poucos, dando um ar presidencial. Em seguida, as curvas deram a cara moderna de Brasília. Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Aparecida, a Igreja Nossa Senhora de Fátima e a Igreja Dom Bosco iniciaram a arte sacra da arquitetura na capital.

O marrom cru do cerrado foi quebrado pela paisagem de Burle Max, amigo de Costa e Niemeyer. Enfeitando as tesourinhas, Palácios e jardins das entrequadras, o trabalho do artista consiste na preservação da flora nativa, misturando-as com obras de artes reais, como pode ser observado por todo o Eixo Monumental de Brasília, na Praça dos Cristais, e Palácios do Itamaraty, Jaburu e Justiça.

Completando o conceito artístico, em 1955, o grupo ganhou a colaboração do moicista e escultor Athos Bulcão, ex-assistente de Cândido Portinari. Ainda no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, os azulejos do artista recebem os visitantes com um dos mais belos painéis já criados por ele. Seus trabalhos também podem ser vistos em várias vias e escolas públicas do Plano Piloto, no Parque Sarah Kubitschek, Torre de TV, Teatro Nacional Cláudio Santoro, Universidade de Brasília e muitos outros locais da cidade.

Não há como discordar de que a Capital Federal é realmente uma obra de arte em grande escala. Tendo apenas o cerrado nativo como pano de fundo, aos poucos foi se criando uma cidade inovadora, com pinceladas de beleza e um colorido espetacular. Para completar, ainda tem-se uma população diversificada, dando um toque a mais de cultura e novas tradições. De fato nossa capital é um destino que vale a pena explorar. Não falta história, cultura, lazer, nem vida.

Para facilitar a sua visita, foram desenvolvidas rotas temáticas, contextualizadas, dentro de um mesmo viés. Isso facilitará sua vivência no turismo arquitetônico.

A seguir, exemplo de duas rotas propostas com suas respectivas imagens (fotografias 07 a 08) de divulgação:

ROTA DO CERRADO AO CONCRETO: *Os antecedentes e a construção da capital.*

Da escolha do sítio aos dias de hoje. Esta Rota é um testemunho de todas as etapas da mudança da Capital, desde a colonização do Brasil, a Missão Cruls e a importância da escolha do lugar. A parte mais importante dessa história são os anos da construção de Brasília e da sua inauguração. Pretende-se construir na mente do visitante, a epopeia da mudança da Capital e a necessidade da preservação da cidade, para que ele se sinta herdeiro do patrimônio que elevou, ao mais alto nível, o gênio criativo do brasileiro. Atrativos: Casa Velha do Gama, Ermida Dom Bosco, Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Memorial JK, Museu do Catetinho, Museu Vivo da Memória Candango, Vila Planalto.



Fotografia 7 – Imagem de divulgação da rota: Memorial JK.
Fonte: Acervo da Secretaria de Turismo do GDF, 2013.

A rota ‘Do Cerrado ao Concreto’ explicita o sentido ideológico de ‘outra’ nação que a nova capital do Brasil deveria representar: o de aniquilar tudo que representava as raízes socioculturais do Brasil indígena, negro e camponês. O resgate histórico que se propõe nada mais é que a exaltação do mito colonizador iniciado pelos europeus e que será reeditado com a construção da nova capital federal no Cerrado. Ora, no Brasil moderno e industrial o concreto é o símbolo da prosperidade. É o vendaval moderno que derruba árvores tortas e asfalta a terra pedregosa do Cerrado.

Só assim a imagem do inóspito sertão é varrida do imaginário coletivo. Por isso, os traços e compassos que conseguiram esta proeza devem ser enaltecidos, conforme se observa na próxima rota.

ROTA ARQUITETURA E ARTES INTEGRADAS: *Obras arquitetônicas de relevância*

Aborda a linha de criação do gênio Niemeyer: as curvas, a vida, o homem e suas convicções; o arquiteto e sua obra. Propicia ao visitante conhecer suas obras e as técnicas empregadas, assim como as obras de outros ícones da arquitetura moderna como João Filgueiras, Nauro Esteves, Milton Ramos, Paulo Zimbres, Lúcio Costa e

Alexandre Chan. Atrativos: 1ª Fase – Da Construção: Brasília Palace Hotel, Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, Cine Brasília, Congresso Nacional, Igreja Nossa Senhora de Fátima, Museu Histórico de Brasília, Palácio da Alvorada, Praça dos Três Poderes, Supremo Tribunal Federal, Teatro Nacional Cláudio Santoro, Universidade de Brasília. 2ª Fase – Consolidação: Quartel General do Exército, Memorial JK, Ponte Costa e Silva, Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Palácio Itamaraty. 3ª Fase – Transição Democrática: Centro Cultural Banco do Brasil, Espaço Oscar Niemeyer, Memorial dos Povos Indígenas, Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. 4ª Fase – Democrática: Catedral Militar Rainha da Paz, Conjunto Cultural da República, Procuradoria Geral da República, Superior Tribunal de Justiça.



Fotografia 8 – Imagem de divulgação da rota: Palácio do Planalto

Fonte: Acervo da Secretaria de Turismo do GDF, 2013.

Como se vê, Brasília é apresentada pelos seus gestores, frisa-se, como um produto a ser consumido e, deste modo, transforma-se no próprio espetáculo, mas não um espetáculo qualquer: trata-se de um espetáculo que tem a cidade como um cenário “natural”. Um cenário natural, mas com uma versão completamente editada e oficiosa, visto que as rotas construídas foram edificadas para respaldar os marcos espaciais do poder que contribuíram e ainda contribuem para a mitificação da cidade como sujeito. É a reedição do mito fundador, já antes abordado, que contribui para que o espectador não questione por que as ruas da Capital Federal têm mais carros que sujeitos.

Por que não há uma rota que proponha uma ida às cidades satélites para que os visitantes conheçam como vivem a maioria dos trabalhadores construtores destes museus, catedrais, palácios, memoriais etc.? Por que ao falarem do Cerrado não citam sequer os povos primitivos que ali moraram um dia? Por que ao exaltarem a obra arquitetônica da cidade só mencionam “os heróis oficiais”, como JK, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Max?

Enfim, é preciso desmistificar o sentido político e ideológico que se tem nesta exaltação das linhas e das curvas das cidades projetadas, pois o que está em jogo é o apagamento da história e da memória da classe trabalhadora que construiu e ainda constrói estas cidades. Não menos relevante é o aniquilamento da condição da cidade como obra pelo *marketing* político, que deixa de lado a dimensão crítica e reflexiva do pensamento e das artes

e simplesmente adere à concepção instrumental da cultura urbanística própria da sociedade capitalista.

Há uma distorção da história e uma tentativa de sobreposição cultural. É a denúncia que Chauí (2006) faz deste processo de patrimonialização e museificação das cidades que tem como propósito, a partir de uma atuação pedagógica, propagar e produzir um sentimento “identificador” de civilização que distorce a cultura da classe trabalhadora.

Para isto haverá uma forjada incorporação da cultura burguesa na classe trabalhadora por meio do entretenimento, da urbanização, da agitação cultural e da divisão doutrinária entre cultura de elite e cultura popular. Ou seja, anulam-se os processos pelos quais a cultura da classe trabalhadora é produzida – nas lutas sociais e políticas – para estabelecer um “modelo” civilizatório que é proclamado como um estágio acabado do desenvolvimento social, econômico, científico e político. A cultura produzida pela classe trabalhadora ou pelos homens e mulheres simples passa a ser a barbárie que deve ser combatida pela civilização (WILLIAMS, 2011).

Ora, isto nada mais é do que a ideologia positivista cartesiana que fragmenta o ser – humano-natureza-espaco. Trata-se de uma questão a merecer atenção, uma vez que demonstra o que está por trás das cidades projetadas-modelos. O urbanismo moderno e contemporâneo é utilizado para chancelar a oposição entre civilização e cultura. A cultura, assim, transforma-se em uma mercadoria que deverá ser consumida para se alcançar a civilidade.

Palmas, a mais nova das cidades-capitais projetadas no Cerrado, demonstra bem esta nova roupagem do uso da cultura, aliada à arquitetura e ao urbanismo, para a disseminação de um “modelo” civilizatório. A capital tocantinense, concebida a partir da ideologia do capitalismo liberal, é apresentada com todos os preceitos que o embasam, como oportunidade, sustentabilidade, arquitetura arrojada, cosmopolismo, segurança, turismo e negócios, conforme se pode conferir nas informações a seguir, retiradas do sítio da Prefeitura de Palmas.

Inaugurada em 20 de maio de 1989 e instalada em 1º de janeiro de 1990, a cidade está cravada na exuberante paisagem do cerrado, no coração do Brasil. É conhecida como a Capital das Oportunidades. Esta máxima se ancora em um projeto de desenvolvimento sustentável onde o meio ambiente e o homem estão no centro de estudo. A cidade é dotada de um ecossistema de grande beleza cênica com parques urbanos, jardins e áreas verdes estrategicamente projetadas.

Além de sua arquitetura arrojada, Palmas conta com um lago formado pela UHE Luís Eduardo Magalhães, com 8 Km de largura, onde podem ser praticados diversos esportes náuticos.

Aqui, com a participação de cidadãos de todos os estados brasileiros, criamos uma cidade de braços abertos para todos que chegam para trabalhar e viver. Essa gente é

a força que alavanca a cidade, dona de uma rica diversidade cultural, que a cada dia recebe mais infraestrutura e diversidade seus serviços.

A cidade é propícia ao desenvolvimento do turismo de negócios e eventos e ao ecoturismo. Localizada a 805 km de Brasília-DF é servida pelas principais companhias aéreas.

A Capital do Tocantins, Palmas, é a última cidade brasileira planejada do século 20. Possui uma arquitetura arrojada, com avenidas largas, dotadas de completo trabalho paisagístico e divisão urbanística caracterizada por grandes quadras comerciais e residenciais.

Sua beleza, aliada ao caráter progressista, ajudou a atrair para a mais nova capital brasileiros de todos os estados. O baixo índice de violência (Palmas é a segunda capital mais segura do País em proporção de homicídios, segundo o Ipea) e a qualidade de vida também apontaram positivamente neste sentido (PALMAS, 2013).

Arantes (2007), no livro “A cidade do pensamento único”, chama atenção para este processo ao dizer que a partir da década de 1990 a cultura passou a ser o principal negócio das cidades, em que rentabilidade e patrimônio cultural se dão as mãos nesse processo de (re)valorização urbana. Alguns insistem em chamar, esse momento, de terceira fase da arquitetura urbanística, mas que para ela é a continuação do processo de acomodação do capital globalizado que se inicia a partir da segunda guerra mundial e que perdura até os dias de hoje. As fotografias (09 a 12) que estão expostas no site da prefeitura de Palmas ilustram bem esta asseveração.

Fotografias 9 e 10 – Praia da Graciosa e lixeira de coleta seletiva



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Palmas. Autor: Antônio Gonçalves, 2013.

O turismo, como consumo de espaço, e a coleta seletiva, como representação de uma gestão politicamente correta, são duas formas de propagar que a nova capital do Tocantins já nasce inserida na era da cidade global. São os ideários e as imagens do que seja metropolitano sendo utilizados para antecipar o tempo sociocultural e a dinâmica espacial de uma cidade de grande porte.

A arquitetura de alta tecnologia também faz parte deste pacote da cidade conectada à nova lógica global, conforme retratam as fotografias 11, da ponte Fernando Henrique Cardoso, uma das portas de entrada da cidade, e 12, do Espaço Cultural de Palmas.

Fotografias 11 e 12 – Ponte Fernando Henrique Cardoso e Centro Cultural de Palmas



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Palmas. Autora: Fernanda Alves, 2013.

É importante compreender que estas imagens da cidade não são meras e ingênuas fotografias. Na verdade elas representam a face da cidade-mercadoria que, a partir da imagem, tenta ocultar a cidade vivida. *É como se as pessoas morassem no interior da imagem e comessem imagem. A imagem se tornou, no imaginário da modernidade, um nutriente tão ou mais fundamental que o pão, água e o livro. Ela justifica todos os sacrifícios, privações e também transgressões*, já dizia Martins (2008, p. 36).

Nesse sentido, o que se tem constatado é que esta luta de classes na/pela cidade é desigual e desleal tanto na questão material como na imaterial, pois há uma tentativa da classe hegemônica de sobreposição sociocultural, política, econômica e ideológica tanto no que se refere ao modelo de cidade, como a um modo de vida na cidade, ou melhor, um modelo “fechado” de sociedade urbana e, por conseguinte, ilusório e irreal do que seja o urbano.

Ora, o urbano é o porvir. É uma das possibilidades de construção de uma nova sociedade com outras lógicas materiais e imateriais de produção e relações humanas. E ao se desconsiderar, ou melhor, escamotear os outros modos de vida, de ocupação ou de uso destes espaços urbanos, além de se estar aniquilando grande parte da memória e da história da classe trabalhadora, está-se minando a esperança de transformação e as possibilidades de mudanças. É a aposta no engessamento, na amnésia sociocultural, na alienação, na falta de saída e na transformação social por meio de uma ação política que se utiliza de ideologias e de recursos, como o marketing urbano, como uma maneira de anular a luta de milhares de trabalhadores que, ao ocuparem estas cidades, transformam a forma e o conteúdo dos espaços urbanos.

CAPÍTULO III

ESPAÇOS URBANOS DE GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS: entre desigualdades, contradições, práticas socioculturais e deslizamentos

3.1 As desigualdades dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas

Até o presente momento as argumentações aqui apresentadas demonstram que Goiânia, Palmas e Brasília, embora apresentando diferenças de grandeza demográfica e de origem história (Goiânia, 1933; Brasília, 1960 e Palmas, 1990), equivalem-se nos seguintes pontos:

- são cidades projetadas e impulsionadas, inicialmente, pela industrialização e modernização do território, mas que não são industriais, e sim terciárias (serviços e comércios). Por isso, são cidades com funções político-administrativas;
- são capitais construídas por deliberação do poder público, diretamente associadas às políticas gerais de colonização das fronteiras agrícolas e de expansão para fins geopolíticos;
- apresentam semelhanças na acumulação da inteligência urbanística;
- representam o modelo de urbanidade, urbanização e urbano pretendido pelos agentes responsáveis pelo processo de expansão e consolidação do modo de produção capitalista via modernização do território;
- simbolizam o povoamento e a integração do bravo sertão brasileiro ao litoral;
- fazem parte, a partir de 1930, das “novas” rotas da migração do trabalho no país;
- suas edificações culminam com o início, com a continuidade e com a consolidação do projeto de povoamento e exploração socioeconômica da porção Centro-Oeste/Norte do Brasil, fato que demonstra o caráter estratégico de suas localizações;
- as suas criações contribuíram para a rearticulação geopolítica e econômica da elite fundiária do país;
- tiveram, e ainda têm, um discurso ideológico que imputa à cidade a ilusória condição de sujeito e de provedora e niveladora da classe social, ou seja, o discurso escamoteado da homogeneização e dos espaços isotópicos;
- o uso indiscriminado da ideologia e dos meios de comunicação, por meio do discurso de modernidade, de progresso, de desenvolvimento e de identidade, na tentativa de sobreposição sociocultural de um modo de vida baseado nos moldes do sistema capitalista;
- demonstram as contradições e as lacunas existentes entre o espaço concebido e espaço vivido, bem como a contradição entre a imprescindibilidade da mão de obra dos

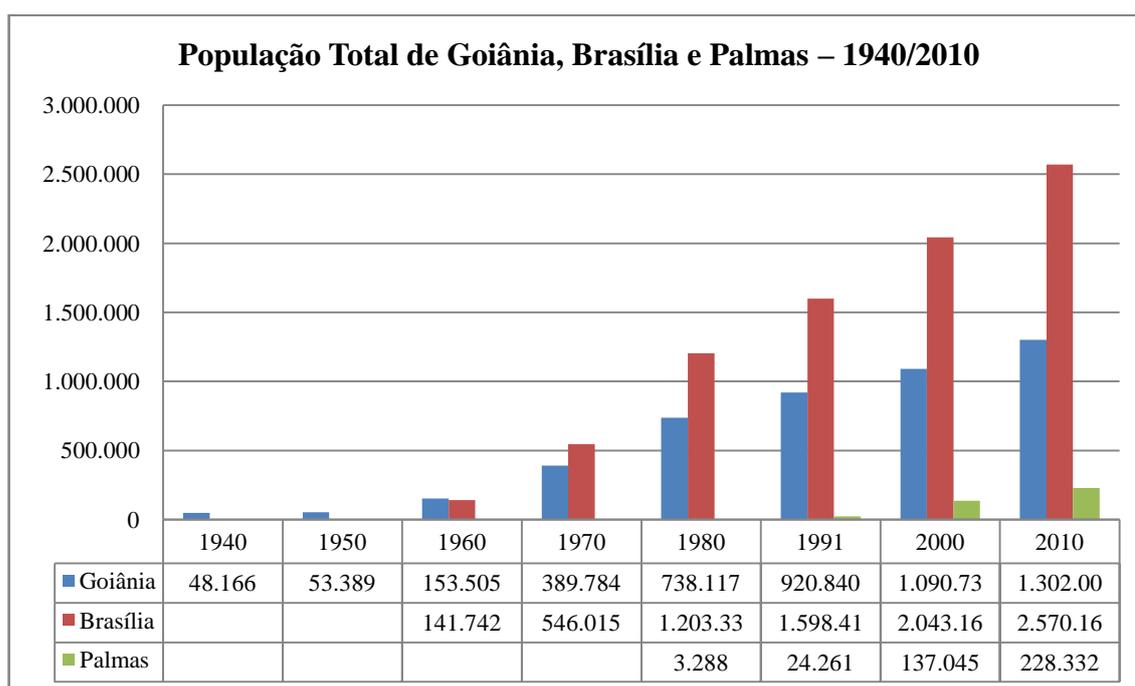
trabalhadores construtores para erigirem o espaço planejado e o banimento desses trabalhadores ao desfrute destes mesmos espaços;

- expõem que o Brasil urbano não eliminou, como propagava seus idealizadores e planejadores, o Brasil rural;

- revelam que as questões relacionadas à terra e ao trabalho, ou melhor, à falta de terra e de trabalho para a classe trabalhadora ou para os camponeses, não foram resolvidas com o deslocamento do poder político e econômico para as cidades.

Todos estes elementos contribuíram para o entendimento das contradições e desigualdades que houve, e ainda há, no processo de constituição dos espaços urbanos destas cidades-capitais, bem como dos fatores que fazem com que estas capitais sejam objeto de desejo de diferentes sujeitos e apresentem, desde suas criações, uma alta taxa de crescimento populacional, conforme se denota do gráfico 2.

Gráfico 2 – Crescimento populacional das capitais do Cerrado



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1940/2010.

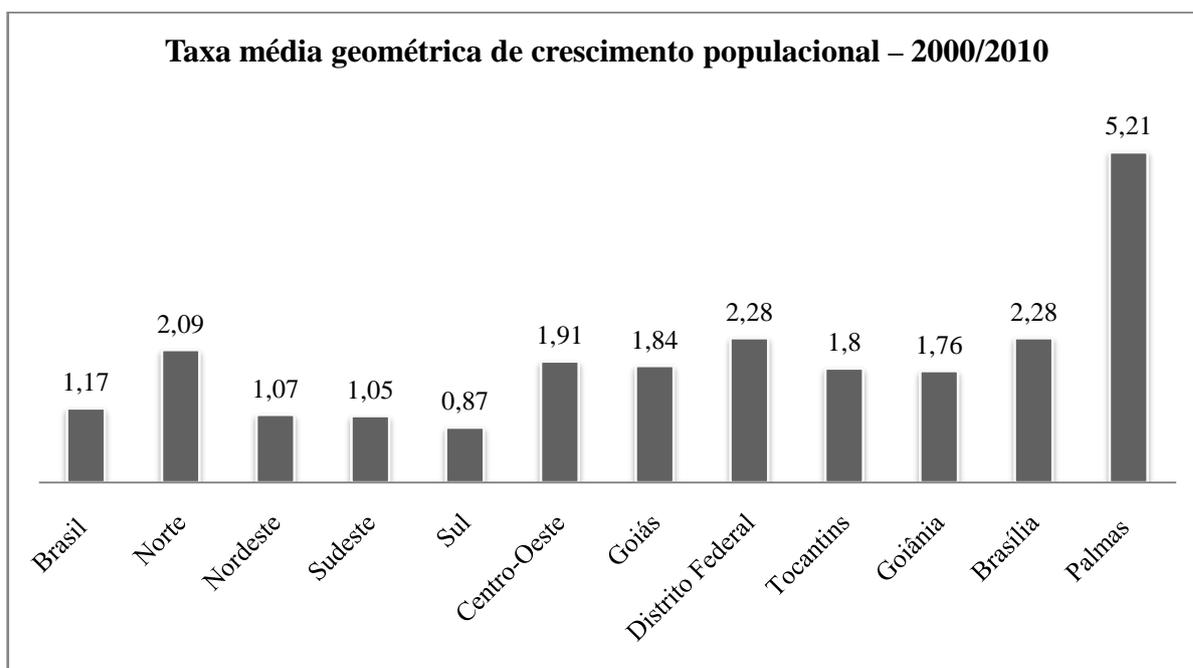
As informações do gráfico 2, além de apontarem a alta taxa de crescimento populacional nas três cidades-capitais projetadas, também demonstram que este fenômeno aconteceu em um curto espaço de tempo. Goiânia, com apenas 80 anos de existência no último censo (2010), já contava com 1.302 milhões habitantes, e Brasília, que completou 54 anos em 21 de abril de 2014, apresenta quase o dobro da população de Goiânia: 2.570 milhões de habitantes. Já Palmas, a mais nova das três capitais, de uma população inicial de 24 mil

ISBN: 978-85-68122-11-2

habitantes na década de 1990, saltou para 137 mil em 2000 e em 2010 já contava com 228 mil habitantes. Em síntese, na última década, Palmas é a cidade que tem, proporcionalmente, o maior crescimento populacional entre as três. De tudo, percebe-se que Goiânia, Brasília e Palmas continuam tendo um alto índice de crescimento demográfico.

Esse último fator é reafirmado ao se observar que enquanto a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, entre 2000/2010, no Brasil é de 1,17%, em Palmas é de 5,21%; em Brasília, de 2,28 e em Goiânia, 1,76%. Esta mesma tendência de crescimento populacional, acima de média nacional, também pode ser encontrada nas regiões e nos estados onde estas cidades-capitais estão localizadas³⁹, conforme denota o gráfico 03.

Gráfico 3 – Taxa média geométrica de crescimento populacional – Brasil / Regiões / Goiás, Distrito Federal, Tocantins / Goiânia, Brasília e Palmas, 2000/2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000/2010.

Os dados do gráfico 3 evidenciam que as regiões Norte e Centro-Oeste são as que apresentam, proporcionalmente, a maior taxa de crescimento populacional do país, bem como o Distrito Federal e os estados de Goiás e do Tocantins, que apresentam uma taxa superior à média nacional. A mesma tendência é seguida pelas cidades-capitais projetadas no Cerrado, igualmente com taxas de crescimento populacional maiores que essa média, com destaque

³⁹ Goiânia é a capital de Goiás e está localizada na Região Centro-Oeste do Brasil; Brasília é a capital do Brasil (DF) e está localizada também na Região Centro-Oeste; Palmas é a capital do Tocantins e está localizada na Região Norte do país.

para Palmas, com crescimento populacional de aproximadamente cinco vezes mais que a média nacional.

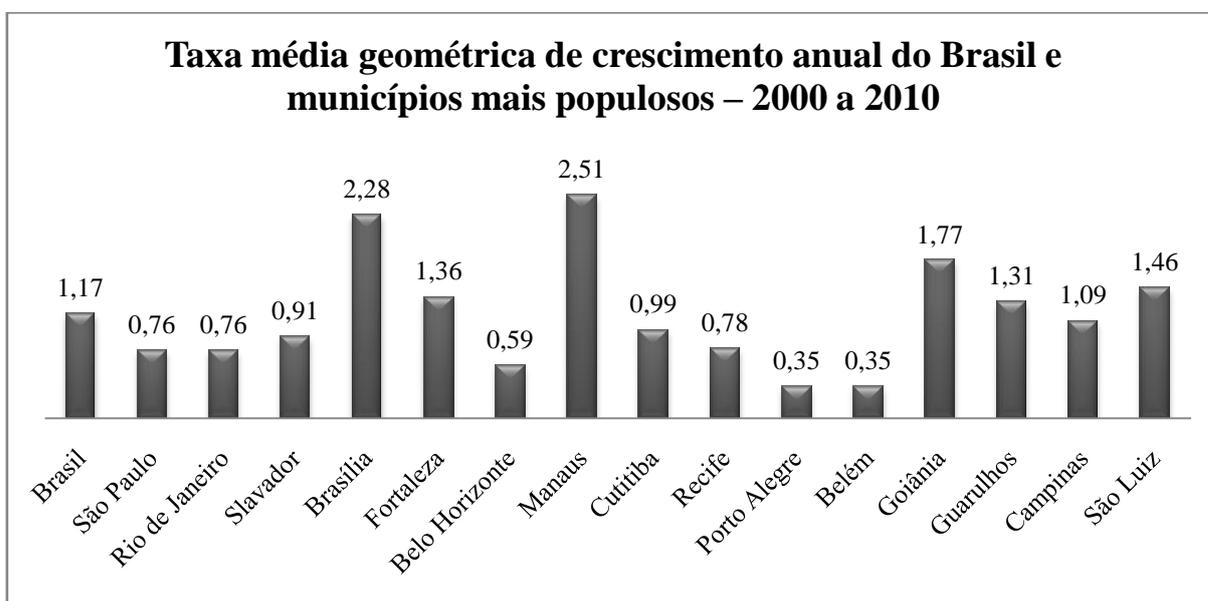
Isto não quer dizer que estas regiões, estes estados e estas capitais sejam os mais populosos do país. Não o são, sabidamente. No entanto, ao indicar uma tendência de um alto índice de crescimento populacional em um período histórico muito curto, reafirmam-se algumas premissas já apresentadas.

A primeira é a necessidade de uma análise socioespacial integrada que consiga abarcar as relações que há entre estas cidades, as suas regiões, o país e a ordem mundial. Isso porque, apesar das particularidades locais e regionais, estas cidades e regiões estão dentro de um contexto histórico-geográfico.

A segunda é que a nova configuração geopolítica do espaço brasileiro também decorre do deslocamento das correntes migratórias e das fronteiras agrícolas e econômicas do país para a região Centro-Oeste/Norte, em decorrência das criações e ocupações de Goiânia, Brasília e Palmas, fato que explica este alto índice de crescimento populacional nestas regiões, estados e cidades-capitais.

Para se ter uma ideia, Goiânia e Brasília configuram, juntamente com seus entornos, uma constelação demográfica de mais de seis milhões de habitantes, formando o quarto cinturão de consumo do país (IPEA, 2010) em um raio de 180 km. Isto, além de levar alguns autores, como Arrais (2007), a dizerem que se está constituindo um novo eixo territorial no país, também explica o porquê de essas duas capitais já se encontrarem entre os 15 municípios mais populosos do país (gráfico 4) que, somados, abrigam 21% da população brasileira.

Gráfico 4 – Taxa média geométrica de crescimento anual Brasil e dos municípios mais populosos – 2000/2010

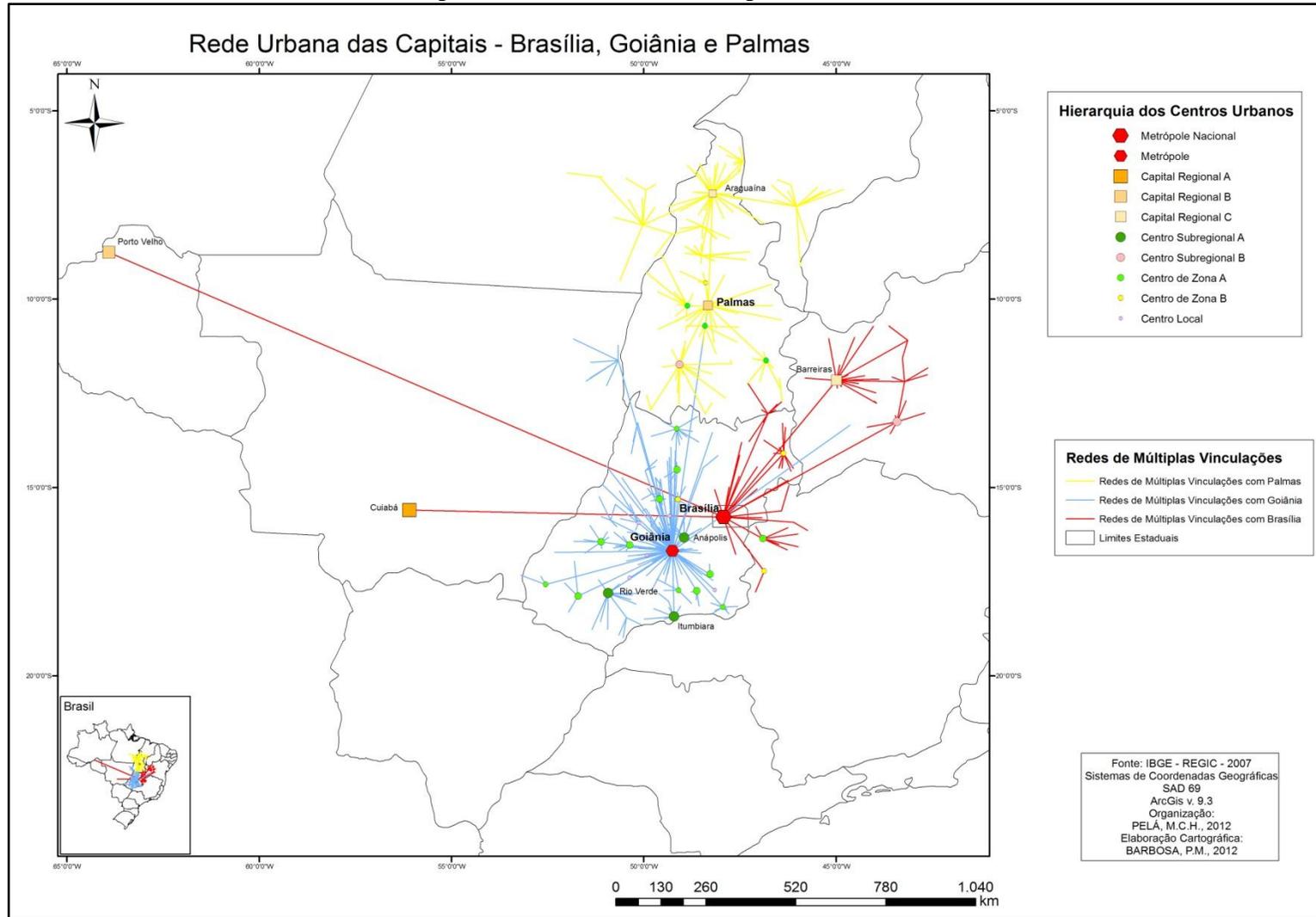


Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000/2010.

A concentração populacional em capitais é uma das contribuições que podem ser extraídas dos dados acima, visto que dos 15 municípios mais populosos do país, apenas Guarulhos e Campinas não são capitais. Este fator demonstra que, apesar de toda discussão sobre a involução metropolitana e o decréscimo populacional atualmente registrados nas capitais ou nas metrópoles brasileiras, ainda há uma tendência de polarização e concentração populacional nas capitais, principalmente em relação a Brasília e a Goiânia que, além de estarem entre as cidades mais populosas do país, também apresentam, consecutivamente, a segunda e a terceira maiores taxas geométricas de crescimento anual.

Estes dados são uns dos elementos que contribuem para que Goiânia e Brasília se apresentem hoje, segundo a classificação do REGIC (2007), respectivamente, como metrópole regional e metrópole nacional. Já Palmas, nesta classificação, é considerada uma capital regional B (vide mapa 03).

Mapa 3 – Redes urbanas das capitais do Cerrado



Não se quer com isso dizer que o que define uma metrópole ou a importância de uma cidade é o seu número de habitantes, pois é sabido que as questões relacionadas à economia, à política, ao trabalho e ao raio de influência que as cidades abrangem em níveis locais, regionais e nacionais são vetores imprescindíveis para o entendimento do desenvolvimento dos espaços urbanos e da dinâmica socioespacial. O que se intenciona destacar é que o crescimento populacional é um importante elemento para que se possa compreender a relação entre processo de formação e ocupação dos espaços urbanos destas três cidades-capitais com os processos de modernização e urbanização do território brasileiro e cerradoeiro.

Deste modo, a concentração populacional nas cidades-capitais planejadas no Cerrado nada mais é do que o resultado das estratégias de expansão do capitalismo via modernização do território que se iniciou nos idos da década de 1930. A cidade, pela sua característica de concentração e densidade, passa a ser o espaço que reúne, quantitativa e qualitativamente, as condições necessárias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ou seja, a cidade, ao promover a aglomeração das forças produtivas em um espaço limitado, permite a intensificação do processo de produção, circulação e consumo do capital. Não menos importante é o fato de que esta nova configuração geopolítica do território brasileiro também possibilita maior controle socioterritorial do Estado sobre a classe trabalhadora.

Ferreira I. (1985, p. 46), em releitura das ideias de Singer (1997) e Pereira (1976), ao falar deste processo de transformação da estrutura produtiva do país, contribui com esta análise, ao expor que

[a] industrialização interliga o mercado nacional e as regiões e redefine a forma de inserção das diferentes partes do território na divisão territorial do trabalho. Se bem que a urbanização precede a industrialização; ambos fenômenos se interligam na fase de desenvolvimento industrial. Não se trata de uma relação linear em que industrialização leva à urbanização e vice-versa, mas ambas decorrem de um mesmo processo de formação da sociedade urbano-industrial. Como coloca Singer, as transformações da estrutura produtiva impõem a urbanização da sociedade, não somente provocando a rápida urbanização, mas também uma forte concentração urbana. [...]. A cidade muda o seu papel transformando-se em local de produção, concentrando as forças produtivas, favorecendo a acumulação do capital pela concentração das atividades econômicas no meio urbano, gerando economias de aglomeração e externalidades. Passa a constituir-se o local de reprodução da força de trabalho assalariada, o que é condição para a própria expansão do capitalismo. Concentrando população torna-se importante mercado consumidor. Não se trata apenas de um aumento quantitativo de consumo pelo crescimento demográfico, mas da generalização de novas necessidades que a urbanização capitalista impõe e, desta forma, mesmo não se industrializando a cidade vitaliza o sistema capitalista de produção e a industrialização.

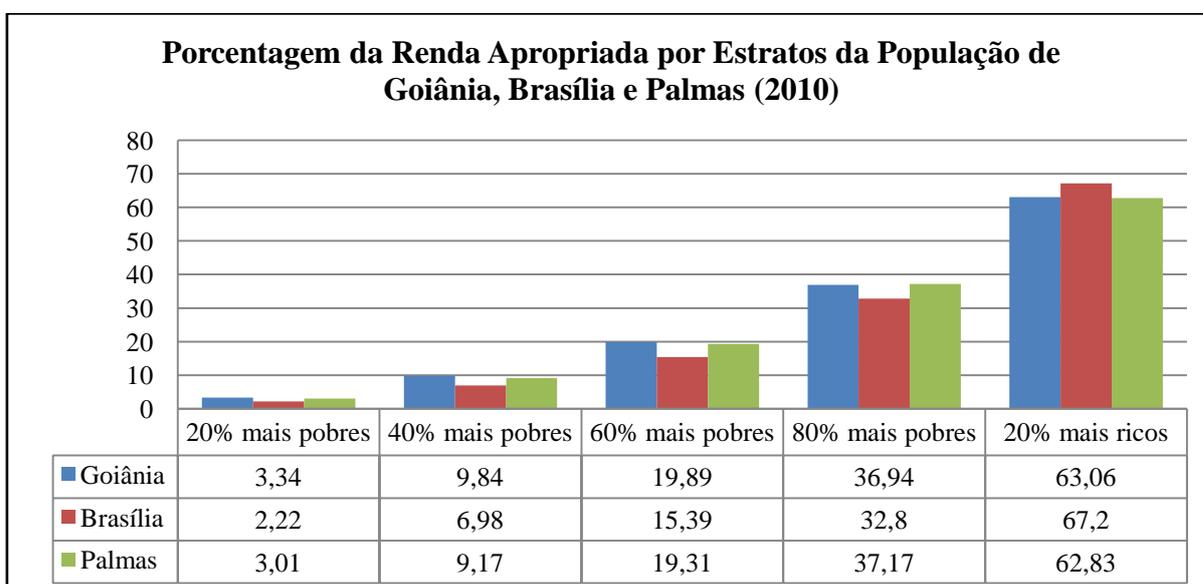
Estes elementos, além de serem dados importantes para a leitura integral ora proposta, vão ao encontro da análise de Oliveira F. (2003) de que a aparente dualidade entre um Brasil

moderno e outro atrasado nada mais é que um dos mecanismos próprios do processo de acumulação industrial que se estabeleceu no país desde 1930, quando da grande crise do modelo agroexportador. Ora, não há dualidade alguma, mas formas diferenciadas de um mesmo processo que continua a favorecer a classe hegemônica.

Não é por acaso que Goiânia, Brasília e Palmas são cidades administrativas e capitais políticas. As suas funções são, acima de tudo, as de contribuir, como moldes e modelos de urbano e urbanidade, para a readequação geopolítica do território brasileiro, iniciado, como já dito, nos idos da década de 1930 por ocasião da grande crise do modelo agroexportador. Esta readequação teve, e ainda tem, como principais metas: ocupar as terras do Centro-Oeste, até então uma reserva de acumulação primitiva do capital global; expandir o mercado consumidor da indústria paulista; alterar a rota de migração brasileira para esta região, principalmente a nordestina, que até então era a grande fornecedora de mão de obra da classe trabalhadora e, por fim, induzir a população camponesa a migrarem destas regiões para as cidades (FARRET, 1985; OLIVEIRA, F., 2003).

Todos estes elementos, além de desmistificarem toda a ideologia que permeia em torno da criação destas cidades-capitais, também auxiliam na compreensão do porquê de as desigualdades e a concentração de renda ainda predominarem nas capitais planejadas do Cerrado, conforme pode constatar-se no gráfico 05, que retrata a distribuição da renda por estratos da população.

Gráfico 5 – Porcentagem da renda apropriada por estratos da população nas capitais do Cerrado



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Os dados dos gráficos 05, ao demonstrarem que os 20% mais ricos da população se apropriam de mais de 60% das rendas de Goiânia, Brasília e Palmas, confirmam como o monopólio (concentração) da terra urbana vai se transformando em renda e, conseqüentemente, revertendo-se em desigualdades socioeconômicas e exclusões socioespaciais. Demonstra-se, assim, que o verdadeiro problema destas cidades está na fragilidade de suas referências e no pender político e socioeconômico para o qual elas caminham, que, por estarem de uma forma ou de outra registrados no espaço e no tempo, delatam as distorções históricas, econômicas e socioespaciais.

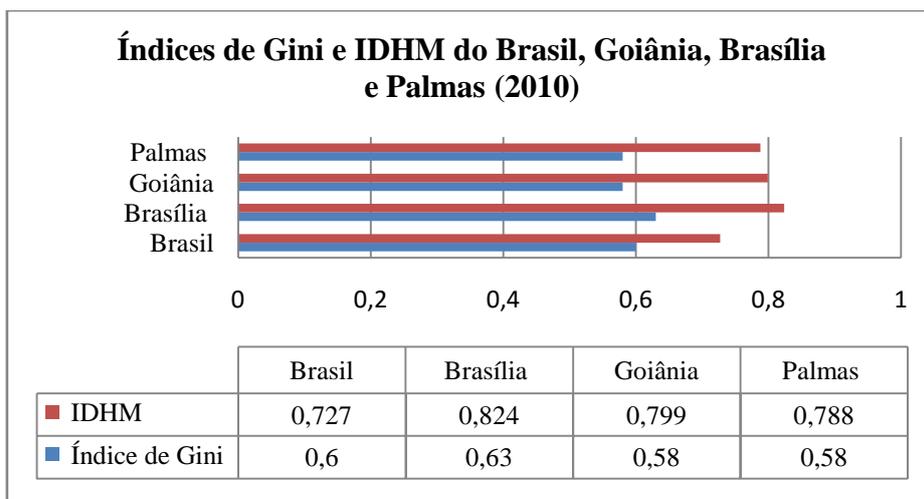
Harvey (2013, p. 139) explica este processo ao dizer que:

Toda renta se basa en el monopolio de algún bien por determinados propietarios privados. La renta de monopolio surge porque ciertos agentes sociales pueden obtener una mayor corriente de ingresos durante un tiempo dilatado en virtud de su control exclusivo sobre algún artículo directa o indirectamente comercializable que es en ciertos aspectos cruciales único e irreproducible. Hay dos situaciones en las que esa categoría cobra mayor importancia. La primera es aquella en que determinados agentes sociales controlan algún recurso, mercancía o lugar con cualidades especiales, lo que les permite, en relación con cierto tipo de actividad, extraer rentas de monopolio de quienes desean usarlo. En el campo de la producción, argumenta Marx, el ejemplo más obvio es el de los viñedos que producen un vino de extraordinaria calidad que se puede vender con un precio de monopolio. En esas circunstancias, “el precio de monopolio crea la renta”.

Não é por acaso que o Relatório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), divulgado em 23 de outubro de 2008, aponta Goiânia, entre 19 cidades de grande e médio porte elencadas pelo Estado Mundial das Cidades 2008/2009, como a cidade de maior concentração de renda na América Latina e no Caribe. Essa situação também é vivenciada em Brasília e Palmas, conforme revelado pelos dados do gráfico 06 que expõem os índices de Gini⁴⁰ e do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil e das cidades-capitais planejadas.

⁴⁰ Índice Gini é uma medida de desigualdade da distribuição de renda da população e varia entre 0 e 1, de modo que, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Os dados foram extraídos das Secretarias de Planejamentos do Estado de Goiás e do Distrito Federal, referentes ao ano de 2008.

Gráfico 6 – Índice de Gini e IDHM do Brasil e das cidades-capitais planejadas



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

O interessante destes dados é que, caso eles sejam analisados separadamente, fica a ilusória impressão de que as cidades-capitais planejadas do Cerrado são sinônimas de qualidade de vida, uma vez que o IDHM – mensurado a partir da expectativa de vida, do acesso ao conhecimento (educação) e da Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, expressa em poder de paridade de compra constante – mascara as desigualdades. Brasília, por exemplo, é a nona cidade brasileira com o maior IDHM; contudo, pelo índice Gini, que mede a desigualdade entre as classes sociais, Brasília passa a ser a segunda capital mais desigual do Brasil, ficando atrás somente de Recife⁴¹.

É exatamente desta relação entre concentração populacional, crescimento quantitativo econômico, concentração de renda e desigualdade socioeconômica que surgem as contradições do espaço, uma vez que

o crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social. Os subúrbios são cidades explodidas e ruralizadas. [...] A urbanização da sociedade é acompanhada de uma deterioração da vida urbana: explosão dos grandes centros, a partir de então privados de vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço. Estamos diante de uma verdadeira contradição. Eu a chamo de *contradição do espaço*. De um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e de decisão política, do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir. (LEFEBVRE, 2008, p. 1).

A reflexão de Lefebvre, além de auxiliar no entendimento do processo que gera as contradições espaciais na sociedade urbana, também clarifica como estas contradições irão

⁴¹ Dados extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. (<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>).

culminar no problema que ele próprio, Lefebvre (1999), denomina de ‘a explosão-implosão da cidade’. Tais problemas serão decorrentes do processo de industrialização brasileira que, ao induzir, ao mesmo tempo, a concentração populacional nas áreas urbanas e um “modelo” de urbanização desigual e concentrador, provocará a extensão do tecido urbano criando, assim, novas centralidades e espaços periféricos e desiguais. Contudo, estas novas centralidades não serão aptas a destituir o caráter de poder e de controle inicial dado a estas cidades-capitais; muito pelo contrário, elas o reforçam.

Deste modo, percebe-se que o crescimento populacional está diretamente relacionado ao processo de formação dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas; por isso, é um importante pressuposto para revelar as contradições existentes em um processo desordenado e desigual de desenvolvimento e ocupação urbana destas cidades-capitais, bem como para evidenciar como se constituem os espaços heterotópicos em um modelo de cidades que privilegia, pelo menos nas pranchetas, os espaços isotópicos.

Oliveira A. e Chaveiro (2008, p. 191), ao falarem deste fenômeno na cidade de Goiânia, argumentam que

[...] o desenvolvimento urbano de Goiânia passou a ser visto como um problema, sendo que em 1980 ele coincidiu com aquilo que Lefebvre (1999b, p. 27) denominou de a *explosão-implosão* da cidade: “*concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano*”. Caracterizava-se, assim, o *fenômeno urbano* em Goiânia, com a aproximação de sua realidade àquilo que este autor chamou de “zona crítica”, o 100% urbano. A este turno, as contradições advindas das formas desiguais de ocupação do solo na cidade que se sucederam a partir de 1950 transformaram-se em movimentos sociais e culminaram em conflitos pela posse da terra. Isto porque, pela lógica do valor diferencial do solo – dominado pelos interesses de mercado – produziu-se uma cidade central, referencial, formal, da bela estética, *isotópica*, ao mesmo tempo em que se produziu também a sua diferença, que vai da estrutura e estatura dos prédios, da largura e da limpeza das ruas, do tipo de movimento que se verifica no sistema viário, ao seu radical contrário: o informe e a informalidade. É a *heterotopia* urbana que, através dos conflitos sociais, revela a sua dimensão paradigmática ao explicitar as oposições e diferenças.

Este fenômeno também pode ser percebido no processo de desenvolvimento e ocupação do espaço urbano de Brasília, conforme elucida Ferreira (1985, p. 50) ao analisar o processo de urbanização e produção do espaço metropolitano da capital federal:

De um modo geral, o rápido crescimento urbano vem acompanhado da desorganização espacial, chegando mesmo ao crescimento caótico das cidades. Em Brasília, no entanto, há dois aspectos particulares: o processo foi deflagrado pela ação do Governo Federal ao dinamizar a construção da cidade; esse crescimento ocorreu juntamente com a implantação do projeto de ordenação espacial da cidade. O resultado é que este extraordinário crescimento não é absorvido nos limites do plano (Plano Piloto). A cidade que estava sendo construída tinha já, *a priori*, a

destinação do centro à função de capital e local de residência da população a ela ligada, bem como as funções para tanto necessárias. A população migrante formava favelas e acampamentos no espaço em construção. Para abrigar essa população foram criados núcleos periféricos ao Plano Piloto, como solução para impedir o crescimento desordenando no centro. Estes núcleos foram criados quase que simultâneos às cidades. [...] Concomitantemente ao surgimento da grande cidade, formam-se os núcleos dormitórios periféricos a ela. Inicia-se, então, um processo de seletividade espacial e segregação. Na periferia da cidade planejada, antes mesmo que ela estivesse concluída, cria-se espaço de reprodução da força de trabalho necessária à construção da cidade e a sua implementação. [...] Assim, fugindo às especificações do próprio plano urbanístico, que previa a periferia numa etapa posterior, por expansão do centro, a mesma surge dentro de uma organização do espaço, que produz diferenciadamente para abrigar as diferentes classes sociais e permitir a reprodução das relações sociais, as quais estão na base do próprio processo de urbanização. O espaço urbano se estende no território, quando sequer a construção do Plano Piloto estava concluída.

A necessidade da formação de uma reserva de mão de obra urbana; a pressão dos movimentos sociais; a manutenção dos vazios urbanos para exploração do mercado imobiliário; a contradição entre espaço concebido e espaço vivido; a formação de espaços hierarquizados – segregadores e segregados; a urbanização induzida e desigual, entre outras características, apontam para a conjectura de que o processo de explosão-implosão de Goiânia e Brasília chega a ser prematuro ou premeditado, uma vez que a extensão do tecido urbano e as criações dos espaços periféricos acontecem concomitantemente com os espaços planejados e antes mesmos que estes sejam totalmente ocupados. É o fenômeno urbano antecipando o tempo da metrópole que antecede a própria metrópole.

Nos dizeres de Santos (2002, p. 101, 102),

[..] [o] tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada outro ponto, nodal ou não, rede urbana ou espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas. Com isso, nova hierarquia se impõe entre lugares, hierarquia com nova qualidade, com base em diferenciações muitas vezes maior do que ontem, entre os diversos pontos do território. [...] Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. [...] Essa é a grande cidade cuja força essencial deriva do poder de controle (sobre a economia e o território) de atividades hegemônicas nela sediadas, capazes de manipulação da informação, da qual necessitam para o exercício do processo produtivo em suas diversas etapas. Trata-se do fato novo, completamente diferente da metrópole industrial.

Esse fenômeno fica nítido na cidade-capital de Palmas que, antes mesmo de ser classificada como uma cidade consolidada, já carrega em sua gênese os traços da metrópole ou do papel metropolitano que deverá desempenhar na nova geopolítica do território brasileiro:

Enquanto cidade planejada, Palmas é materializada como um novo paradigma de hierarquização urbana no interior do Cerrado e no Portal da Amazônia; contudo, apresenta-se com a mesma problemática existente nas demais cidades brasileiras em seus aspectos segregacionistas, homogeneizadores e hegemônicos. Acreditavam seus planejadores que por meio de parcerias público-privadas Palmas se autoconstruía; contraditoriamente, o plano diretor é desestruturado e a malha urbana extrapola a cidade planejada de forma a desenvolver especificidades contraditórias entre o planejamento e a gestão, por atuação impositiva das políticas regionais e a especulação regulada pela capital privado. A partir de 1993 é apresentada uma ocupação desordenada nas proximidades dos principais setores do perímetro urbano, gerando uma aparência de caos na cidade planejada e a formação de guetos com construção dos equipamentos urbanos de forma paliativa. Com a ocupação fora do plano diretor pelos imigrantes, a cidade torna-se desumanizada e gera um sentimento de não pertencimento à cidade. Em Palmas, os espaços vazios conflitam-se com uma verticalização desnecessária e progride a uma contínua reprodução do capital, agregando valor urbano a terras rurais enquanto moeda de troca, promovendo uma diferenciação dos moradores das áreas centrais e não-centrais: como consequência, a população tende a adaptar-se fora da cidade planejada buscando uma maior independência da mesma. (CARVALHÊDO; LIRA, 2009, p. 51).

A explanação dos autores sobre o processo de constituição do espaço urbano de Palmas demonstra claramente como a “antiga” lógica da propriedade privada e da renda fundiária da terra, do Brasil colônia, ainda é presente no Brasil urbano. A terra urbana, diferentemente do que é apregoado pelas elites, não tem como função atender aos interesses sociais de sua população. Muito pelo contrário: ela se transforma em mercadoria e, conseqüentemente, na força motriz para assegurar a velha e a antiga lógica monopolista que garante a concentração da renda nas mãos da elite dominante.

Os vazios urbanos em Palmas e as estratégias utilizadas para garantir os espaços privilegiados em Goiânia e Brasília na mão da elite dominante são exemplos concretos de como o movimento de (re)produção da vida na sociedade capitalista, ao calcar-se na lógica da propriedade privada, do monopólio e da concentração de renda, vai gerando as desigualdades entre as classes sociais.

Contudo, este processo só se sustenta a partir da exploração da mão de obra da classe trabalhadora e do consumo, pois sem estes elementos o ciclo do capital não se completa, uma vez que sem a expropriação do trabalho da classe trabalhadora não há produção da mais-valia, e, por outro lado, sem o consumo em grande escala também não há a circulação necessária da mercadoria para gerar o processo de (re)produção do capital.

Esse cenário é mais um elemento que, além de auxiliar na explicação da importância da criação de cidades-capitais no Cerrado com funções político-administrativas, também evidencia a origem das contradições que geram as disputas pelos e nos seus espaços urbanos. Ora, a classe que é explorada na sua força de trabalho, expropriada de sua terra e excluída da

parte privilegiada da cidade é a mesma que é imprescindível para a sustentação e perpetuação do processo de produção e (re)produção do capital.

Dessa forma é que não compactuamos da premissa de que as cidades-capitais planejadas no Cerrado foram criadas apenas para e pelo capital. O que defendemos é que elas foram criadas sobre a égide do modo de produção capitalista. Parece estar-se tratando da mesma coisa, mas não se está. Primeiro porque nem as cidades, e muito menos os modos de produção, são sujeitos: eles são processos resultantes das ações e relações sociais. Segundo porque tanto as cidades, assim como os modos de produção, não são estáticos e perenes, mas movimentos em um contínuo (re)fazer.

Esta premissa também corrobora com a afirmativa de que o processo de produção espacial na sociedade capitalista não é dual, mas dialético e, como tal, passível de mudanças e transformações. O movimento dos sujeitos não desejados para se fixarem em Goiânia, Brasília e Palmas são exemplos concretos desta dialética, uma vez que, ao produzirem espaços heterotópicos em modelos isotópicos, edificam, concomitantemente, espaços dominantes, espaços segregadores e espaços desviantes na e da cidade.

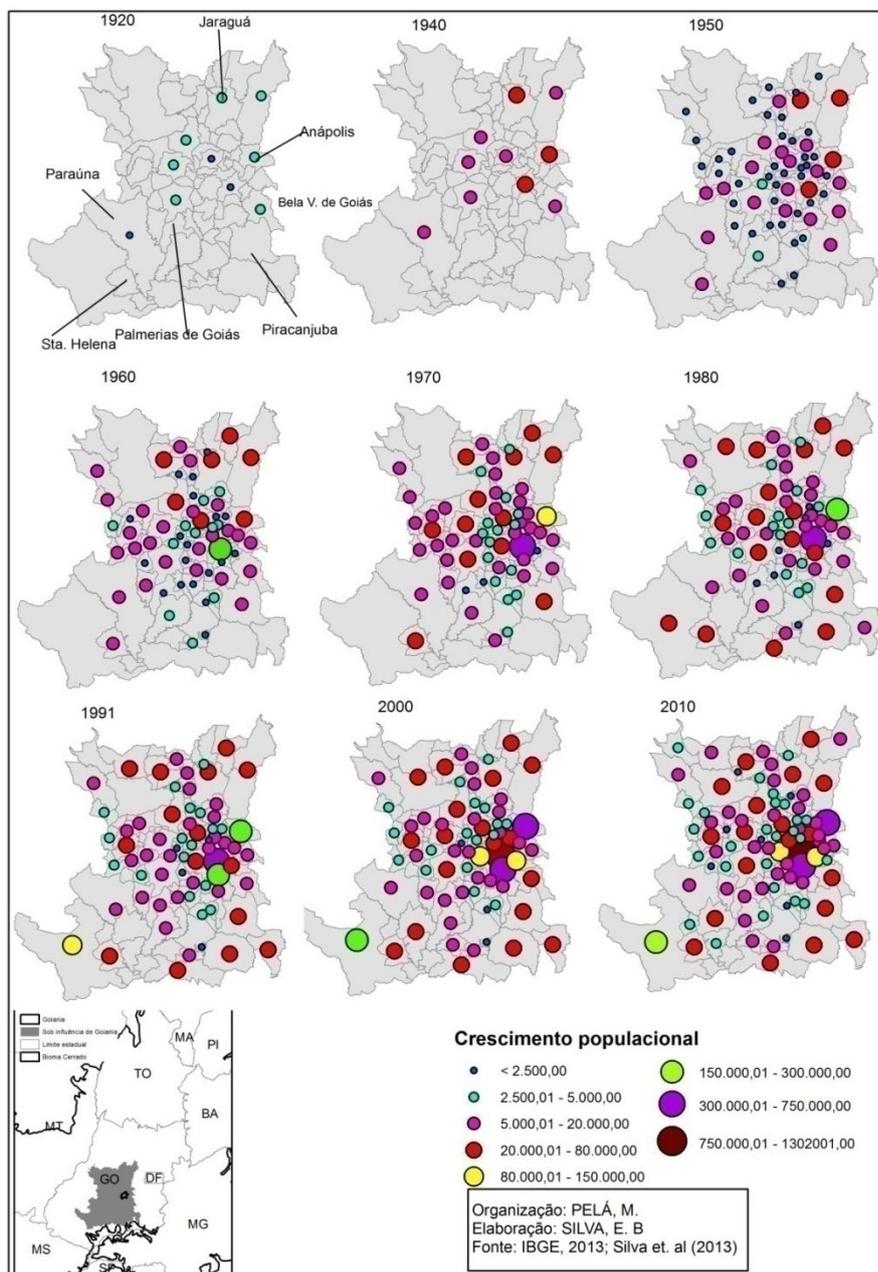
Nesse sentido é que a cidade enquanto mercadoria jamais conseguirá eliminar a cidade enquanto produção social. Muito pelo contrário: a própria cidade-mercadoria necessita da cidade enquanto produção social para existir. Por isso que se perfilha que Goiânia, Brasília e Palmas são concomitantemente obra e produto. Não menos importante, aceitar essa proposição de que Goiânia, Brasília e Palmas são apenas cidades mercadorias é reduzir o urbano a um mero produto da industrialização, negando, assim, toda a sua potência de transformação.

O urbano, já dizia Lefebvre (2008, p. 81), é um continente que se descobre e que se explora à medida que é construído. Deste modo, além de não ser pronto e acabado, também se coloca como potência para construção de outras formas e conteúdos socioespaciais. E, apesar de embarçar-se com a cidade, com a urbanização e com a urbanidade, ele, o urbano, não é o gerador da crise, mas o resultado da própria crise ocasionada pelas mazelas das sociedades agrária e industrial.

Esta última – ao transformar a cidade no epicentro do poder político e econômico do modo de produção capitalista; pregar a urbanidade como o modo de vida a ser seguido; impulsionar o agrupamento da população nas cidades e concentrar a urbanização e os processos urbanos na mão da elite hegemônica – irá fundamentar-se, concomitantemente, nas contradições da sociedade urbana em curso e na força que o urbano adquiriu neste processo.

As figuras⁴² 1, 2 e 3, que retratam a força de atração das cidades-capitais projetadas no Cerrado, demonstram esta assertiva.

Figura 1 – Municípios influenciados por Goiânia por década



⁴² O recorte espacial feito para montar as três figuras teve como critério a proximidade dos municípios com cada uma das três cidades-capitais e o crescimento populacional dos municípios desde a criação daquelas. Outra questão a ser destacada é a relação que há entre as figuras e o mapa 01 (Redes urbanas das capitais do Cerrado e uso-ocupação do Cerrado), visto que as localizações dos municípios que têm maior influência destas capitais coincidem com as áreas mais urbanizadas e antropizadas do Cerrado, fato que corrobora com a afirmativa de que a urbanização e o urbano serão a contrapartida à devastação e desruralização do Cerrado.

A figura 1 vem confirmar algumas argumentações apresentadas até o momento ao demonstrar a centralidade que Goiânia exerce no território goiano. A primeira está ligada ao crescimento populacional nas últimas oito décadas, tanto da nova capital goiana como dos municípios influenciados por ela, o que demonstra que a demografia é fundamental para a análise socioespacial. A segunda, ao apontar o aumento de municípios no estado de Goiás desde a criação da nova capital, confirma que, além de Goiânia ser molde e o modelo inicial da nova configuração geopolítica do Brasil urbano, a cidade torna-se, principalmente a partir da década de 1950, o lócus do poder do território goiano.

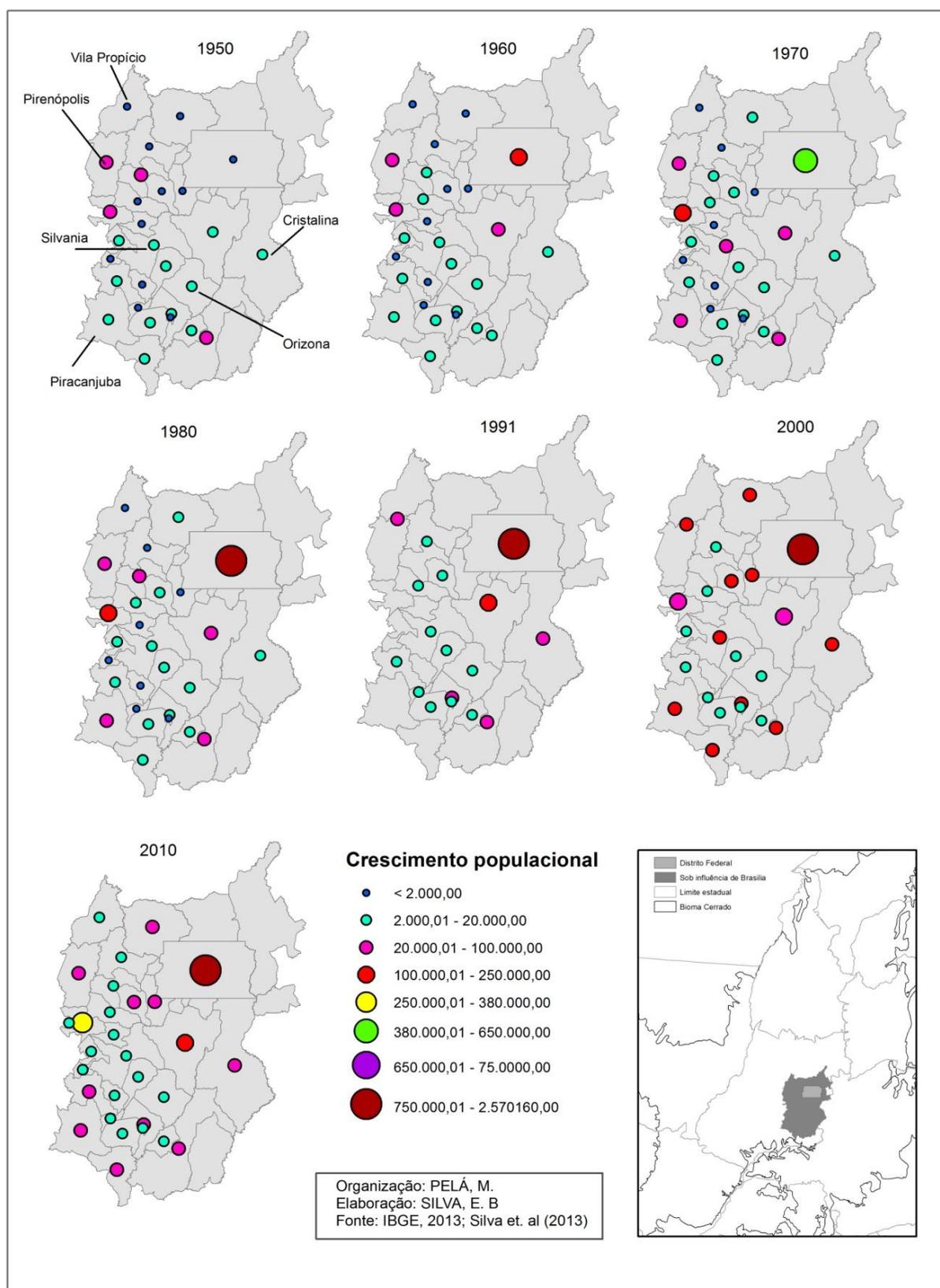
Cabe, ainda, ressaltar as contradições que há neste processo de urbanização, principalmente entre concentração populacional e fragmentação-polarização territorial, já que a urbanização, apesar de ser um fenômeno global e extremamente necessário para o atual estágio do modo de produção capitalista, não irá acontecer de maneira homogênea durante o processo de modernização do território brasileiro.

Este fator é imprescindível para compreender que a urbanização – ao tornar-se um fenômeno eminentemente econômico –, em vez de eliminar as desigualdades do e no território brasileiro, irá acentuá-los. Deste modo é que a desigualdade, além de constituir-se o principal produto da urbanização, também será um elemento fundamental para entender as diferenças (temporais e espaciais) que existem entre as regiões brasileiras, principalmente entre o litoral e o ‘sertão’.

Por isso é que se defende, aqui, que os processos de transformações das dinâmicas socioespaciais, oriundos da urbanização do território brasileiro, não devem ser analisados de forma linear e, muito menos, hierarquicamente. Como já dito e repisado, o desenvolvimento do território brasileiro foi gerado a partir de crescimento histórico-geográfico desigual e combinado. Desta forma, não há como desconsiderar a dialética entre legados histórico-geográficos e diferenças geográficas que são constantemente (re)produzidas e (re)configuradas.

Goiânia e Brasília são exemplos disso, visto que, em razão de suas particularidades territoriais, temporais, político-administrativas, entre outros elementos, o processo de urbanização é diferenciado, conforme pode constatar-se na figura 2 que retrata os municípios influenciados por Brasília desde a sua criação.

Figura 2 – Municípios influenciados por Brasília, por década

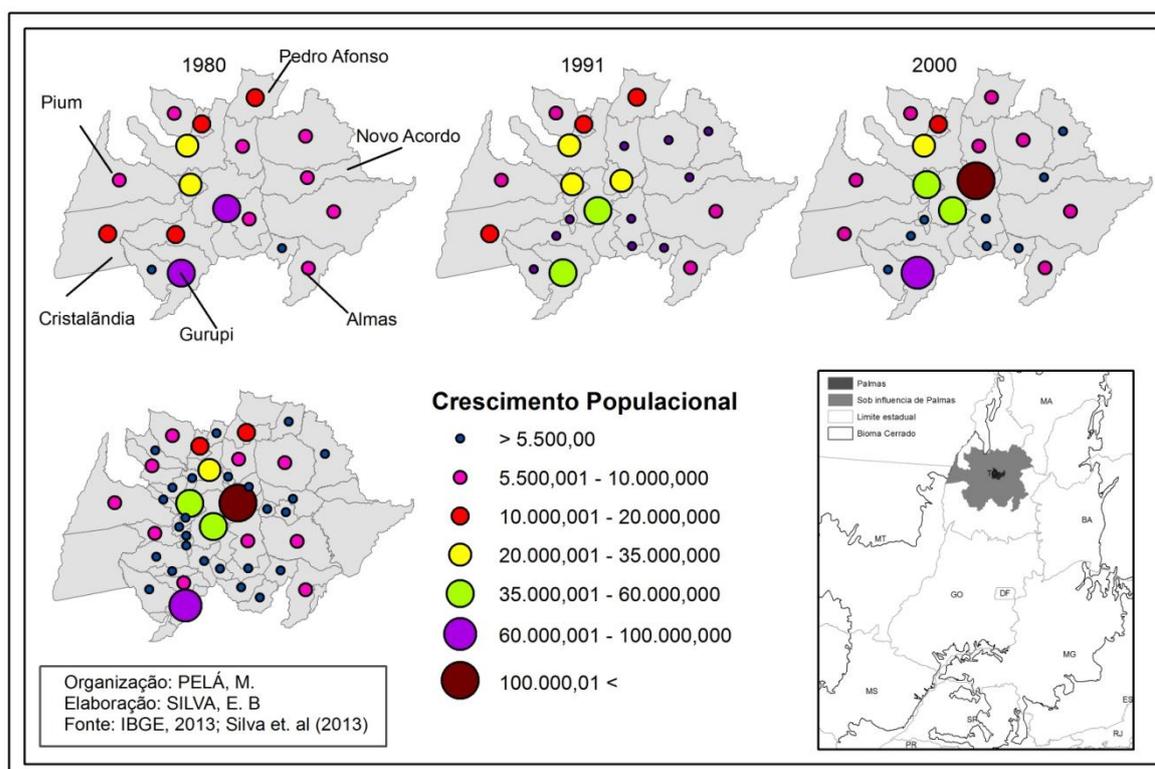


A figura 2, ao retratar os municípios goianos influenciados por Brasília desde a sua criação e o aumento populacional que houve na nova capital federal e nestes municípios durante este período, reafirma os argumentos expostos na análise feita sobre Goiânia, principalmente nas questões relacionadas à centralidade, à cidade e ao urbano. Contudo, em Brasília, pela sua condição político-administrativa de Distrito Federal, a espacialização da área de influência da nova capital federal diferencia-se sobremaneira de Goiânia, já que os municípios que sofrem a sua influência não se encontram tão concentrados em seus limítrofes.

Isso não quer dizer que o seu poder de centralização é menor do que o de Goiânia. Não o é, como se pode constatar no mapa 3 – Redes urbanas das capitais do Cerrado –, que retrata o alcance e a dimensão da sua rede de influência. O seu território, contudo, é restrito e a complexidade entre polarização-fragmentação territorial e concentração populacional ocorre com mais força dentro dos seus limítrofes, como será demonstrado mais adiante.

Já em Palmas, a mais nova das três capitais, pode-se perceber nitidamente que, apesar de ser classificada, segundo o REGIC, como uma capital regional B, já que a sua área de influência é de âmbito regional e a sua população é de 232 mil habitantes, a urbanização urde o processo de metropolização, conforme se observa na figura 3.

Figura 3 – Municípios influenciados por Palmas, por década



É importante destacar que apesar de Palmas e o estado do Tocantins não terem um grande adensamento populacional, devido ao tempo de criação e ao fato de localizarem-se no final da área de interesse de exploração do Cerrado e de entrada da Amazônia legal, são, como já demonstrado, a capital e o estado que proporcionalmente apresentam a maior taxa de crescimento populacional. Significa dizer que Palmas ilustra a argumentação de que as cidades-capitais ainda têm um poder de atração tanto populacional como empresarial e do capital.

Estas questões ajudam a explicar que a cidade, independentemente de ser metrópole ou não, ainda é um elemento fundamental para a análise socioespacial. Não apenas isso: auxiliam no entendimento de como a cidade, e, conseqüentemente, o urbano, vão se firmando como realidade historicamente construída no território cerradoeiro. A cidade, assim, passa a ser a expressão material desta sociedade, e o urbano a representação mental, visto que são objetos de desejos e de realizações materiais e imateriais dos diferentes sujeitos sociais.

Desse modo é que se ressalta a força do urbano neste processo. Força porque o urbano, ao aparecer e manifestar-se no processo de explosão da cidade, permite reconsiderar – e mesmo compreender – certos aspectos desta, que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a cidade como obra; enfim, o urbano permite que as relações fiquem em evidência. Por isso, mesmo sendo uma virtualidade, expõe a contradição plena de sentido entre as segregações, a centralidade urbana e o habitat, essencial à prática social (LEFEBVRE, 2008).

É no bojo desta contradição que eclodem as insurgências que geram os deslizamentos que, por sua vez, produzem outra ordem espacial que extrapola a lógica do capital. Contudo, não se pode esquecer que os fatores que geram estas insurgências estão diretamente ligados às disputas entre as classes sociais, que passam desde a luta por terra, trabalho e território, como pelo modo de vida, disputas estas que têm as suas origens nos primórdios da formação do território brasileiro.

3.2 Matrizes da formação, dos conflitos e dos deslizamentos do/no território brasileiro

Parte-se da seguinte premissa: as contradições, disputas e deslizamentos não são fatores exclusivos do Cerrado e das cidades-capitais projetadas que nele se localizam, e sim herança e, conseqüentemente, continuidade do processo da formação espacial do Brasil, que ao ter, como elucida Moreira (2011), a sua gênese baseada na tríade ‘terra, território e senhorio político’ edificará, ao longo dos séculos, arranjos espaciais disciplinadores,

ISBN: 978-85-68122-11-2

excludentes, concentradores, centralizadores, desiguais e a serviço da classe hegemônica, seja ela a coroa, os coronéis ou o Estado burguês.

Em outros termos, os diferentes arranjos espaciais construídos ao longo dos séculos no Brasil foram e são tecidos, prioritariamente, a partir da lógica de reprodução do capital, seja ela “simples” ou “acumulada”, por conseguinte, fundamentados na exploração e expropriação do trabalho e do território da classe trabalhadora (inicialmente índios e escravos e, recentemente, camponeses e operários).

Na esteira da argumentação de Moreira sobre a origem das contradições e desigualdades do processo de formação do território e da sociedade brasileira, convergem inúmeros autores, como Bosi (1992, p. 22), que irá, numa tentativa de síntese sobre este processo, dizer que

“A barbarização ecológica e populacional acompanhou as manchas colonizadoras entre nós, tanto na zona canavieira quanto no sertão bandeirante; daí as queimadas, a morte ou a preação dos nativos. Diz Gilberto Freyre, insuspeito no caso porque apologista da colonização portuguesa no Brasil e no mundo: “o açúcar eliminou o índio”. Hoje poderíamos dizer: o gado expulsa o posseiro; a soja, o sitiante; a cana, o morador. O projeto expansionista dos anos 70 e 80 foi e continua sendo uma reatualização em nada menos cruenta do que foram as incursões militares e econômicas dos tempos coloniais”.

É novamente nesta ‘lógica ilógica’ que foram sendo erigidos espaços ‘de dentro’ destinados para ‘os de fora’ e se constituindo uma sociedade hierárquica e vertical baseada no autoritarismo e conservadorismo, como bem formulou Prado Jr. (1981) ao dizer que o sistema inicial de exploração do período de colonização, baseado nas sesmarias, capitânicas hereditárias e no *plantation* (que se caracterizava pela monocultura, trabalho escravo e mercado externo), foi fundante no desenvolvimento econômico, territorial, político e sociocultural do Brasil moderno.

Tal fato aclara a relação intrínseca que existe até os dias de hoje entre fazenda-cidade-fábrica, bem como a persistência no latifúndio, na monocultura (leia-se ‘agronegócio’), nas desigualdades regionais, no crescimento geográfico desigual e combinado, na economia voltada para a exportação, nas velhas e novas oligarquias políticas, na luta pela terra e pela casa própria: eis o “sentido da colonização” no Brasil de outrora e sua herança no de agora.

No entanto, é importante destacar que estas análises pautam-se na contradição e na dialética e encontram resistências e barreiras, visto que, conforme elucidada Chauí (2001), são confrontadas por duas ideologias: a do “caráter nacional brasileiro” – que apresenta a nação sem contradições de classes, por isso totalizada homoganeamente – e a da “identidade

nacional”, que arquiteta uma totalidade lacunar que depende do outro (no caso, os países desenvolvidos) para se completar; ou seja, ambas ufanam o nacionalismo e contribuem para o que a autora citada denomina de mito fundador⁴³, visto que se baseiam na tríade Natureza-Deus e Estado e, por conseguinte, fundam-se em uma ideologia “nacionalista”, positiva ou negativa, que irá pintar uma aquarela verde-amarela de uma nação unificada por negros, brancos e índios ou uma nação “abençoada por Deus e bonita por natureza”, que possibilita a todos igualmente o direito de ascensão socioeconômica e igualdade étnica, cultural, racial e de gênero.

Sobre o assunto, Chauí (2001, p. 57) acrescenta:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muita marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação uma e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.

A reflexão da autora possibilita compreender os elementos que fundaram e retroalimentam a ideologia de nação que permeia a sociedade brasileira e que ao longo dos séculos tem como principal objetivo naturalizar a opressão; banalizar e neutralizar a resistência e (Re)Existência dos camponeses, indígenas, povos cerradeiros, favelados, entre outros explorados e oprimidos; mascarar a divisão social do trabalho; enaltecer o latifúndio, a monocultura e seus senhores; enlevar o público com o privado; criar mitos humanos, como Olavo Bilac, Vargas, JK, Pedro Ludovico etc.; transformar jogadores, cantores e apresentadores de TV em reis e rainhas; aniquilar a singularidade em nome de uma forjada

⁴³ Chauí (2001, p. 6) esclarece que “o mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente”.

nacionalidade; transformar em baderneiros e preguiçosos quem luta para sair da sobrevivência; espetacularizar a pobreza; denegrir o camponês ou o agricultor que persistem com a policultura que desde outrora sustenta as famílias brasileiras e equilibra a economia nacional; sujeitar as cidades e objetivar os sujeitos; enfim, acobertar as contradições e a luta de classe do processo de produção do espaço e de formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido é que são acrescentadas as práticas socioculturais como vetores indispensáveis à qualquer análise socioterritorial, uma vez que não há história, nem modo de produção, nem poder, nem espaço geográfico e, muito menos, território, sem seres humanos. São eles, ou melhor, nós, seres humanos, que, a partir de nossas ações e relações – por mais injustas e desiguais que sejam a produção e distribuição das riquezas coletivas – damos as formas, as cores, os tons e os sons deste mosaico chamado espaço geográfico.

É a partir das disparatadas paisagens produzidas neste mosaico que, em um primeiro momento, irá se perceber como as disparidades econômicas produzem e (re)produzem diferentes territórios, formas e conteúdos no espaço geográfico. É a partir destas disparidades que se constata que o espaço, enquanto construção e vivência coletiva, não é tecido apenas pelos sujeitos sociais hegemônicos e pela lógica do capital. Ele, o espaço, também é tecido pelos sujeitos não hegemônicos e por outras lógicas que extrapolam a do capital.

Destarte, é possível afirmar que as práticas socioculturais, os valores, os costumes, as crenças, os modos de relação e organização das classes sociais, principalmente da classe trabalhadora, não podem ser eliminados, tampouco isolados no processo da análise socioespacial. Eliminá-los é desconsiderar o espaço vivido, é amputar a realidade social vivenciada e a lei dos contrários e da totalidade.

Deste modo, é preciso reafirmar que as práticas socioculturais, aliadas à economia e à política, municiam-nos de elementos que permitem desvendar e compreender que a inventividade, conforme já abordado, é um dos principais mecanismos de resistência e (Re)Existência. É exatamente na conjunção destas ações que acontecem os deslizamentos de sentidos e conteúdos nos arranjos espaciais oficiais, que culminaram na construção de uma nova (Des)ordem em sua dinâmica. São os espaços de sublevação e:

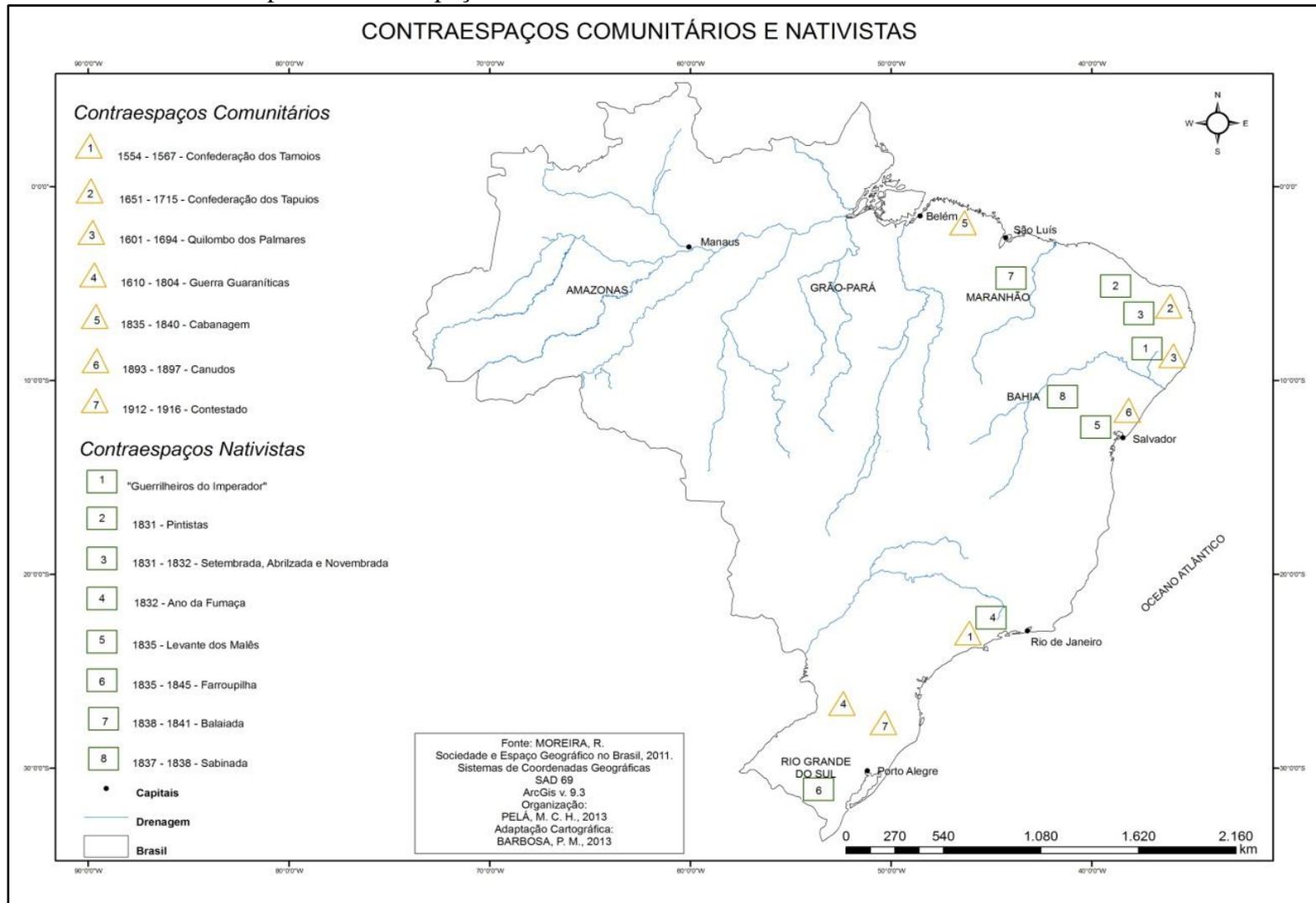
- os espaços de esperanças, conforme nomina Harvey (2004) ao falar da possibilidade de inversão da lógica dos desenvolvimentos geográficos desiguais produzidos pelo capital;

- os espaços desviantes, como cunhou Santos (2011) em sua tese ao apontar como as comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia) são capazes de recriar, a partir das vivências espaciais, formas totalizadoras na mediação entre ser humano, cultura, sociedade e natureza;

- os contraespaços, como designa Moreira (2011) ao espacializar os conflitos que aconteceram entre os modelos comunitários concebidos espontaneamente e o modelo de sociedade almejada pela classe dominante.

Apesar das nomenclaturas e perspectivas diferentes das análises, os autores supracitados têm em comum o esforço em espacializar ou demonstrar as contradições entre o modelo socioespacial pretendido pela classe dominante e as diversas e diferentes alternativas socioespaciais da classe dominada no processo de ocupação e formação do território brasileiro, conforme se observa no mapa 04, que pontua os contraespaços comunitários e nativistas entre os séculos XVI e XX.

Mapa 4 – Contraespaços comunitários e nativistas criados entre os séculos XVI e XX



A análise do mapa possibilita o entendimento de algumas questões importantes sobre a dinâmica de formação socioterritorial do espaço brasileiro. A primeira é que os conflitos que se estabeleceram e ainda se estabelecem no país indicam uma insatisfação com o modelo político e econômico de sociedade almejada pela classe hegemônica, que, em nome do lucro e dos interesses do capital (primário ou acumulativo), desapropriam comunidades inteiras de suas terras e territórios e expropriam o trabalho.

Essas insatisfações, como se pode notar no mapa, terão, prioritariamente, como vetores a luta pela terra, pelo território e pelo trabalho, visto que os primeiros levantes situam-se nas principais áreas de ocupação e desenvolvimento inicial econômico do país: a costa brasileira. Os movimentos que desencadeiam os contraespaços comunitários e nativistas foram realizados, principalmente, pelos sujeitos sociais mais explorados e expropriados no início da colonização: os povos indígenas e os escravos negros.

Esta luta, que se estende até os dias de hoje, atingirá diferentes grupos sociais: outrora índios e negros, depois imperialistas e republicanos, agora camponeses, ribeirinhos e trabalhadores urbanos. Ou seja, a luta pela terra, território e trabalho não é uma luta apenas contra a monarquia ou contra o Estado burguês, mas uma luta contra os arranjos espaciais e o modelo de sociedade delineado pelo modo de produção capitalista. É por esta razão que, dependendo do momento histórico, político e econômico, os vetores são os mesmos, mas os sujeitos subjugados serão outros. Nada que mude a essência da luta entre classes.

Outra questão de relevância que o mapa aponta, aqui já citada, é que é a partir do movimento dos sujeitos não desejados para garantir terra, território e territorialidade que se promoverão os deslizamentos de sentidos nas formas e nos conteúdos dos espaços delineados e delimitados pelos atores hegemônicos. É deste movimento que nascem os espaços de sublevação, ou deslizantes, ou os contraespaços. Todo este processo engendrará uma nova (Des)ordem nos arranjos espaciais oficiais.

Em outras palavras: são nas ações de enfrentamento, de resistência e (Re)Existência por terra, trabalho e território que se estabelecem os deslizamentos de sentido e conteúdo nos arranjos espaciais planejados pela classe dominante, pois a mão que constrói e edifica os arranjos espaciais, sejam eles urbanos ou rurais, pertence a um corpo e tem uma “alma” que igualmente deseja ter poder e direito à sua obra. É exatamente este movimento que hoje se presencia nas terras cerradeiras.

Tal movimento evidencia que a luta de classes não se findou, ao contrário do que anunciam os defensores do pós-modernismo, e expõe as contradições inerentes ao modo de

produção capitalista, geradas a partir da relação entre trabalho, terra, capital ou salário, renda e lucro.

Não só isso. Também assinala que, apesar da máxima deste sistema, de transformar terra, modo de vida, cultura, obras e sujeitos em mercadorias, haverá resistência e (Re)Existências dos sujeitos sociais trabalhadores/produtores que historicamente viviam nestas áreas e constituíram outras formas de uso da terra. Este fator evidencia que as disputas passam pelas questões materiais e imateriais, evidenciando que as práticas socioculturais são um importante vetor para que se possa compreender este processo.

3.3 Práticas socioculturais: vetores de dominação, resistência e (Re)Existência da sociedade urbana em curso

A seguinte proposição inaugura este tópico: não há produção gerada pelo trabalho dissociada da produção de relações socioculturais, como também não há relações socioculturais que não se transformem em práticas espaciais. Estas noções de como se dá a produção da existência dos sujeitos sociais no espaço são imprescindíveis para compreender como as práticas socioculturais, aliadas ao trabalho, é um dos principais vetores de propagação, imposição, resistência e (Re)Existência da/na sociedade urbana em curso.

Propagação porque, de um lado, assiste-se ao urbano irradiar-se nos campos e nas cidades no intuito de difundir e garantir um modelo de vida e de sociedade que esteja dentro das necessidades e da lógica produtivista e consumista do modo de produção capitalista. As práticas socioculturais, assim, passam a ser um meio de dominação e alienação dos sujeitos, uma vez que há uma clara tentativa de sobreposição de um modelo cultural sobre o outro. É a lógica idealista de um modelo civilizatório que concebe o ser humano como uma tábula rasa, por isso passível de alienação total.

No entanto, esta lógica encontra resistência porque a humanidade não é dada, mas construída a partir das ações e relações em sociedade, ou seja, das experiências individuais e coletivas dos sujeitos sociais, segundo Thompson (1998), essências para que os sujeitos desenvolvam e incorporem valores. Esses valores não podem ser compreendidos apenas como uma imposição, mas como criação, subjetivação, ressignificação. Nos costumes, no cotidiano observam-se férteis exemplos de resistência e luta, não somente nos fóruns institucionais. Por isso, não há uma alienação total, e sim uma resiliência.

É exatamente neste movimento dialético e intrincado entre dominação e resistência que os sujeitos (Re)existem e (re)adaptam os seus costumes, os seus modos de vida, as suas

crenças, a sua cultura, enfim, as suas práticas socioculturais que se materializam no espaço, por conseguinte, nas terras cerradeiras.

Estes elementos indicam que tanto a cultura como o espaço são elementos de disputa de poder. No entanto, deve-se atentar às questões subliminares presentes neste processo, visto que, como evidencia Chauí (2006), há uma incorporação da cultura burguesa na classe trabalhadora por meio do entretenimento, da agitação cultural e da divisão doutrinária entre cultura de elite e cultura popular. É esta incorporação que igualmente contribui para a disseminação do modelo civilizatório apregoado pelo modo de produção capitalista, bem como para o enfraquecimento das lutas contra este modelo.

Um bom exemplo desta constatação são as fotografias 13 e 14 dos alojamentos de uma Agroempresa localizada no território cerradeiro, que retratam as outras fases da ‘urbanidade’ no campo.

Fotografias 13 e 14 – Vila Operária e alojamentos dos trabalhadores rurais na Fazenda Barra Mansa, do Grupo Agrofava, em Campo Alegre de Goiás/GO



Fonte: Elaborada pela autora, 2008.

As fotografias revelam o uso dos preceitos funcionalistas da arquitetura moderna para garantir a reprodução de verdadeiras vilas operárias nas “antigas fazendas” e a construção de alojamentos que reportam à organização militar e ao modelo fordista de produção. Por trás das formas há uma imposição de um modelo “ideal” de modo de vida à classe trabalhadora, apregoado pelo modo de produção capitalista.

Este modelo visa, entre outras coisas, educar o corpo e “alma” dos trabalhadores para que não se rebelem e deem mais lucros, ou seja, é o refinamento da exploração e do controle social por meio da imposição de outras práticas socioculturais. Não só isso. Como ainda é muito comum encontrar nestas agroempresas trabalhadores em condições precarizadas, até

mesmo com características de escravismo, esses alojamentos passam a simbolizar qualidade de vida e de trabalho completamente ilusória.

Mas que não haja engano: estas chamadas ‘melhorias’ na vida do trabalhador fazem parte de uma estratégia de poder, a exemplo da própria Agrofava (fotos acima), que só construiu os alojamentos por ter sido notificada, no ano de 2004, por trabalho escravo em razão das precárias condições que abrigavam os seus trabalhadores. A notificação lavrada influenciou, entre outras coisas, em negativa imagem comercial da empresa, o que implica menos lucratividade.

Conclui-se, assim, que por trás da forma funcionalista e ordeira há estratégia de poder que ao impor um modelo de morar e de alimentar, comumente caracterizado pelo sentimento de pertencimento, contribui para confundir a classe trabalhadora sobre os reais mecanismos de exploração e dominação. Sobre o assunto, Debord (2003, p. 43, 44) dirá que:

Vivemos uma crise essencial da história, em que a cada ano aparece mais nítido o problema da dominação racional das novas forças produtivas e da formação de uma civilização à escala mundial. [...] O capitalismo inventa novas formas de luta - dirigismo do mercado, aumento do setor de distribuição, governos fascistas; apóia-se no enfraquecimento de suas lideranças operárias, maquia, com a ajuda de diversas táticas reformistas, as oposições de classes. Assim, conseguiu manter até o momento as antigas relações sociais na maioria dos países [...] O estilhecimento da cultura moderna é o produto, no plano da luta ideológica, do paroxismo caótico destes antagonismos. Os novos desejos que se definem estão mal formulados: os recursos da época permitem a sua realização, mas a estrutura econômica retardatária é incapaz de valorizar esses recursos. Ao mesmo tempo, a ideologia da classe dominante perdeu toda a coerência, pela depreciação de suas sucessivas concepções de mundo, o que a inclina ao indeterminismo histórico; pela coexistência de ideias reacionárias escalonadas cronologicamente, e em princípio inimigas, como o cristianismo e a social democracia: pela amálgama também dos contributos de várias civilizações estrangeiras ao Ocidente contemporâneo, das quais só recentemente se reconheceram os valores. O objetivo principal da ideologia da classe dominante é, portanto, a confusão.

A confusão propositada, ao tentar implantar uma memória única e elitizada, visa, entre outras coisas: escamotear a luta de classes; mercantilizar a cultura; criar as condições ideais para a exploração e controle da classe trabalhadora e, por fim, aniquilar a memória e a história de outras práticas socioculturais que não condizem com a “modernidade” pretendida. Apesar disso, como já apontado, as práticas socioculturais são construídas e (re)significadas ao longo das experiências de vida, individuais e coletivas, dos diferentes sujeitos sociais, o que as tornam, ao mesmo tempo, instrumento de dominação e de resistência contra a dominação.

A cultura, a memória, a história e os modos de vida não se apagam com um estalar de dedos. Eles são parte da humanidade que há em cada sujeito social e, de uma forma ou de outra, materializam-se no espaço. Por isso, da mesma maneira que os moldes e modelos

urbanos dos agentes do capital invadem o campo, os modos de vida vivenciados e praticados na fazenda, neste caso específico, dos camponeses, também invadem as cidades.

Um bom exemplo disso é a prática do mutirão. Herança e costume do meio rural, o mutirão é um processo de trabalho calcado na cooperação entre os sujeitos, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho.

Contrariamente à essência das vilas operárias instaladas nas agroempresas, voltada a exploração e à “educação” do corpo para render mais lucratividade, a essência do mutirão, conforme explica Coelho (2010), ao fazer uma releitura de Maricato (1979), é calcada em um compromisso, frisa-se, de troca de favores, em bases espontâneas, apesar de ditado pela necessidade, e baseia-se na solidariedade entre os sujeitos para que estes usufruam, de uma forma ou de outra, da produção de suas obras.

Para robustecer esta ideia, insiste-se na análise de Coelho (2010, p. 181) que expõe, mais uma vez, uma reflexão de Maricato (1979):

Seja para a construção de casas, seja para o tratamento da colheita, no meio rural, o mutirão [...] implicou frequentemente festas com danças e bebidas, num acontecimento que coroava o fim do dia, ou do processo de trabalho. A festa era uma forma de o pequeno produtor retribuir uma parte da ajuda prestada, sendo que a outra parte seria retribuída em forma de trabalho, quando da convocação de um novo mutirão. **Através dele firma-se um compromisso de troca de favores, em bases espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade**⁴⁴.

Esta prática milenar do mutirão⁴⁵ demonstra que os sujeitos, mesmo sendo desterritorializados de suas terras, levam em sua bagagem as suas práticas socioculturais, demonstrando, assim, que não há norma nem forma que resistam ao movimento da vida, uma vez que é a partir dela que será possível transformar uma prática tipicamente rural em um potente mecanismo de luta, de resistência e (Re)Existências urbanas. Foi este o instrumento

⁴⁴ Grifo da autora.

⁴⁵ É importante ressaltar que temos ciência de que a prática do mutirão e ou da autoconstrução foi “cooptada” pelos governos populistas das capitais do Cerrado com o intuito de explorar a mão de obra da classe trabalhadora, tanto no plano coletivo (que é o da construção das cidades planejadas), como no plano individual (que é o da construção de suas moradias). Maricato (2011, p. 20) expõe bem este processo ao dizer que: “afinal, jogar para os ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução da cidade por meio da autoconstrução das casas e das ocupações irregulares do solo é parte intrínseca da condição capitalista periférica de barateamento da força de trabalho, de um lado, e manutenção de um mercado residencial restrito ao “produto de luxo” do outro. Contudo, esta prática, como todas as outras práticas sociais, é dialética. Por isso, ainda carrega outros sentidos, como a coletividade e a solidariedade, que extrapolam a lógica capitalista de produção.

usado pelos sujeitos não desejados nas cidades-capitais projetadas do Cerrado para garantir a conquista do direito de alguns, pelo menos provisório⁴⁶, de permanência na cidade.

Os depoimentos de ‘Seu D.’, migrante nordestino de Barreiras, que veio para Goiânia em 1945, novamente merecem transcrição, pois é um exemplo desta realidade:

“Fazia mutirão. Pra fazer mutirão, nós juntávamos os pedreiros, fim de semana, quem não tinha nada, eles compravam o material. Ali no Botafogo, no Setor Universitário, nós invadíamos muito terreno e fazíamos casa para os operários. Juntávamos aquela turma de pessoas e fazíamos, invadíamos. Levantávamos no sábado, no domingo à noite podia mudar, quando eles chegavam a casa já estava pronta. [...] Nós juntávamos e coordenávamos um com o outro. Os mestres-de-obras coordenavam um com o outro. [...] A pessoa pedia e a gente fazia. [...] Foi feita a maioria das casas de mutirão, pra conquistar o espaço.” (‘Seu D.’, 2008).

Neste outro depoimento de ‘Dona Z.’, migrante nordestina e moradora da Vila Planalto em Brasília, também é possível constatar esta situação:

Eu morava na roça. Meu marido morava aqui. Morava aqui, já trabalhava no clube da Aeronáutica. E eu morava lá em casa, na casa da minha mãe, na Bahia. Ele me deixou lá com três filhos. Quando ele me deixou lá, meu menino de 34 anos estava com 6 meses, quando ele me deixou. Aí, ele já estava aqui, mas não tinha como mandar dinheiro pra mim.[...] Fazíamos mutirão. Aí, fizeram meu barraco[...] de madeira. Aí, não tínhamos dinheiro pra fazer o de cimento. Aí, eu falei: Não, nós ficamos assim mesmo. E era naquele barro de chão batido. O meu irmão pegou uns pedaços de madeirite e fez umas camas, bem-feitinhas.

Os depoimentos de ‘Seu D.’ (2008) e ‘Dona Z.’ (2012) revelam como o mutirão foi um instrumento de resistência contra a tentativa de transitoriedade almejada pelo poder público em relação à permanência da classe trabalhadora nestas cidades. Ou seja, mesmo sendo imprescindível a mão de obra destes trabalhadores nestas cidades, eles não eram – e ainda não são – desejados nos espaços planejados do/para o capital. No entanto, como já demonstrado, há deslizamentos que geraram (e geram) espaços de sublevação e que provocaram uma nova (Des)ordem nestas cidades.

⁴⁶ Provisório porque se acredita que, em uma análise global, a conquista da moradia não ameniza as desigualdades socioeconômicas geradas pelo sistema capitalista. É como fazer reforma agrária sem dar as condições materiais para o manejo da terra. Sobre este assunto, Lefebvre (2008), ao comentar sobre a crise da habitação para os oprimidos e explorados em seu livro Espaço e Política, recorre a Engels (1969) e cita: “A crise da habitação para os trabalhadores e uma parte da pequena burguesia nas grandes cidades modernas é um dos inumeráveis males de importância menor e secundária que resultam do atual modo de produção capitalista. Ela não é, de modo algum, uma consequência direta dos trabalhadores, enquanto tais, pelo capitalismo. Essa exploração é o mal fundamental que a revolução social quer abolir suprimindo o modo de produção capitalista”. (ENGELS, 1969, p. 26, *apud* LEFEBVRE, 2008, p. 91).

Eis aqui mais um exemplo do anacronismo neste processo, revelado na produção dos espaços do/para o capital que, de um modo ou outro, transformam estas cidades. É exatamente neste movimento que surgem os espaços heterotópicos que são tratados pelos gestores públicos como problemas urbanos das cidades. No entanto, estes problemas urbanos gerados pela explosão-implosão das cidades, que têm como um dos principais motes a famigerada crise habitacional, atingem prioritariamente a classe trabalhadora, que é justamente a força motriz de produção e de garantia do funcionamento dos espaços do/para o capital.

Por isso é preciso compreender este movimento do mutirão como uma ação política e, conseqüentemente, como um dos mecanismos de poder usados por estes sujeitos para garantir o direito à cidade, que se aperfeiçoam e se modificam conforme as transformações históricas, econômicas e socioculturais.

É a lógica da (Re)Existência que se pode constatar na cidade de Palmas que, por ser construída no período em que a sociedade brasileira já esta sob a égide do capitalismo liberal e caracterizada como urbano-industrial, contará com o movimento social organizado, mesmo de caráter provisório⁴⁷ e algumas vezes até proselitista, como a principal ação política de luta e resistência pelo direito à cidade. No relato de ‘Dona R.’, moradora de Palmas desde 1992, confirma-se esta ideia:

Aqui na minha rua era um monte de terra. E o barraquinho de lona, que a gente morava debaixo. Então, o pessoal me cobrou eu ser representante do bairro pra trazer água, pra trazer essas coisas. E eu sem saber, não tinha nem noção do que era ser presidente de uma associação. Mas assim mesmo o pessoal me colocou. E eu fui eleita, foi feita uma votação. Na época não tinha energia, tinha um motor aqui no bairro, chamava até “o motor da casa do Seu Sebastião”. E lá nesse lugar os líderes fizeram uma reunião e eu fui participar. E lá me colocaram e eu fui eleita nessa época. Foram três eleitos, eu fui eleita em primeiro lugar. Foi em 92, logo no início, quando cheguei aqui. [...] Aí, com seis meses, eu me envolvi com a associação. E não tive mais tempo de fazer nada, o povo não deixou mais. Então, comecei a correr atrás de governo, atrás das autoridades, pra poder resolver o problema. E assim foi resolvendo. Tinha dia em que eu chegava aqui em cima de cinco caminhões-pipa pra colocar água na porta da casa do povo. Não tinha vasilha, eu consegui com a Codetins, que era um órgão do governo. A gente chegava e ia brigar por um caminhão-pipa pra vir deixar água, porque não tinha água encanada ainda. Se lavava roupa era no córrego, que hoje acabou. Quando a cidade cresce, o povo acaba com tudo. Então, nessa época eu consegui arrumar os caminhões-pipa rapidamente. Aí, eu fui me envolvendo com o governo.

Veja-se, ainda, o relato de ‘Seu M.’, migrante do Maranhão que vive em Palmas desde 1989:

⁴⁷ Pelas pesquisas e entrevistas, estes movimentos têm como principal ponto de reivindicação a moradia.

Aqui, você sabe, vai criar um município ou criar um estado, a primeira que os políticos vão é nas entidades mais carentes. Aí, nós nos organizamos. Na época eu não fui porque tinha a associação, nós fazíamos parte, junto com o nosso Augusto João do Vale, que faleceu. Foi a primeira associação que criou aqui, e eu fazia parte como membro. [...] No começo tinha valor, hoje não tem mais, porque todo mundo já está intitulado. Quando vinha qualquer político de Brasília, o governador, o presidente da República, outras pessoas que vieram visitar a capital, muitos presidentes de associação se deslocavam daqui, às vezes até a pé, para o aeroporto ou pra outro lugar, pra ajudar a fazer homenagem pra adquirir alguma coisa pra cá. Já hoje está diferente. Hoje aqui já estabilizou, presidente de associação aqui não tem muito valor. Já está todo mundo de bem.

Os depoimentos dos dois migrantes, além de revelarem a prática política populista deste processo, a força da organização social e a temporalidade da organização social urbana, tendo como reivindicação principal a moradia, também demonstram que os camponeses e a classe trabalhadora, conforme Marx já havia mostrado, fazem suas próprias histórias, mas não como querem, e sim sob as circunstâncias que encontram ligadas e transmitidas pelo passado. Evidencia-se, assim, que na rotina alienadora da produção há momentos de iluminação e criação, de invasão do cotidiano e do senso comum pela realidade e pelo conhecimento que revoluciona o cotidiano (MARTINS, 2008).

A partir desta síntese, conjuntamente com as demais premissas, e pelas fotografias expostas neste subitem, é possível constatar a proposição inicial formulada: as práticas socioculturais, conjuntamente com o trabalho, são um dos principais vetores de imposição, resistência e (Re)Existência da sociedade urbana em curso, o que nos permite afirmar que apesar da força política e econômica da classe hegemônica, haverá contradições e deslizamentos de sentidos e conteúdos em todo e qualquer processo de ordenação territorial que se basear na exploração da força de trabalho, na expropriação da terra e do território e, por fim, na sobreposição política e sociocultural de uma classe sobre outra.

Outra questão importante a ser destacada é que é possível, igualmente, concluir que a cultura, por meio das práticas socioculturais, revela-se em qualquer situação; no entanto, a sua interpretação pura e simples, descolada do contexto econômico e histórico da época e do objeto em estudo, acarreta um entendimento reducionista da realidade. Nesse sentido é que se reforça a premissa de que toda prática sociocultural espacializa-se e é por meio desta espacialização que se torna possível compreender que a discussão e as análises socioespaciais do Cerrado e de seus sujeitos passam necessariamente pelo campo e pela cidade, uma vez que as disputas são pelos modos de produção e de vida que abrangem todo o território brasileiro.

É exatamente este axioma que guiará a análise a seguir sobre os deslizamentos de sentidos nas cidades-capitais planejadas no Cerrado.

3.4 Os deslizamentos de sentidos nas cidades-capitais planejadas no Cerrado

A seguinte premissa inaugura este tópico: o movimento da classe trabalhadora (sujeitos não desejados) para fixar-se nas cidades-capitais planejadas no Cerrado promove deslizamentos de sentidos nas formas e nos “conteúdos” pretendidos pelos idealizadores e planejadores, criando espaços heterotópicos. Este fato demonstra que, apesar de toda a ideologização em torno do planejamento – que, embasado nos preceitos do urbanismo moderno, apregoava uma cidade homogênea sem conflitos e lutas de classes –, estas cidades materializam as contradições, as complexidades e o próprio movimento do processo sociohistórico de formação do território brasileiro.

Deste modo, cabe ressaltar que esta forma de apropriação e ocupação “espontânea” – por isso, não planejada oficialmente – dos sujeitos não desejados não é nova: ela é resultante de uma trajetória de “desenvolvimento” que, desde o período colonial, baseia-se em um modelo econômico e político elitista, excludente, conservador e, acima de tudo, concentrador. Conforme esclarece Ferreira (2005, p. 5),

Mesmo que não fosse ainda regida pelas dinâmicas do capitalismo industrial, a cidade já tinha por marca a diferenciação socioespacial, pela qual a população mais pobre, via de regra, era excluída para as áreas menos privilegiadas. Segundo Maricato (1997:27), o Rio contava, em 1888, ano da abolição, com mais de 45 mil pessoas vivendo em cortiços, sendo a maioria escravos libertos. A insalubridade, as epidemias, decorrentes da ausência de infraestrutura, como por exemplo, o saneamento básico, a violência, a alta densidade urbana, eram marcas de uma parte da cidade, e já mostravam a tônica do que viria a ser a cidade brasileira do século XX.

A ponderação feita por Ferreira (2005) remete a algumas reflexões sobre as construções das cidades-capitais projetadas.

A primeira é que não há economia, nem plano arquitetônico, nem ideologia que consigam extinguir as raízes históricas e socioculturais de qualquer processo espacial. Isso porque, apesar de Goiânia, Brasília e Palmas serem edificadas sobre a égide do novo, da prosperidade e da igualdade de oportunidades, o processo de urbanização concentrado e desigual, ao evidenciar que ainda há uma estreita relação entre terra e poder, remonta às matrizes histórico-geográfico-social do Brasil colonial,

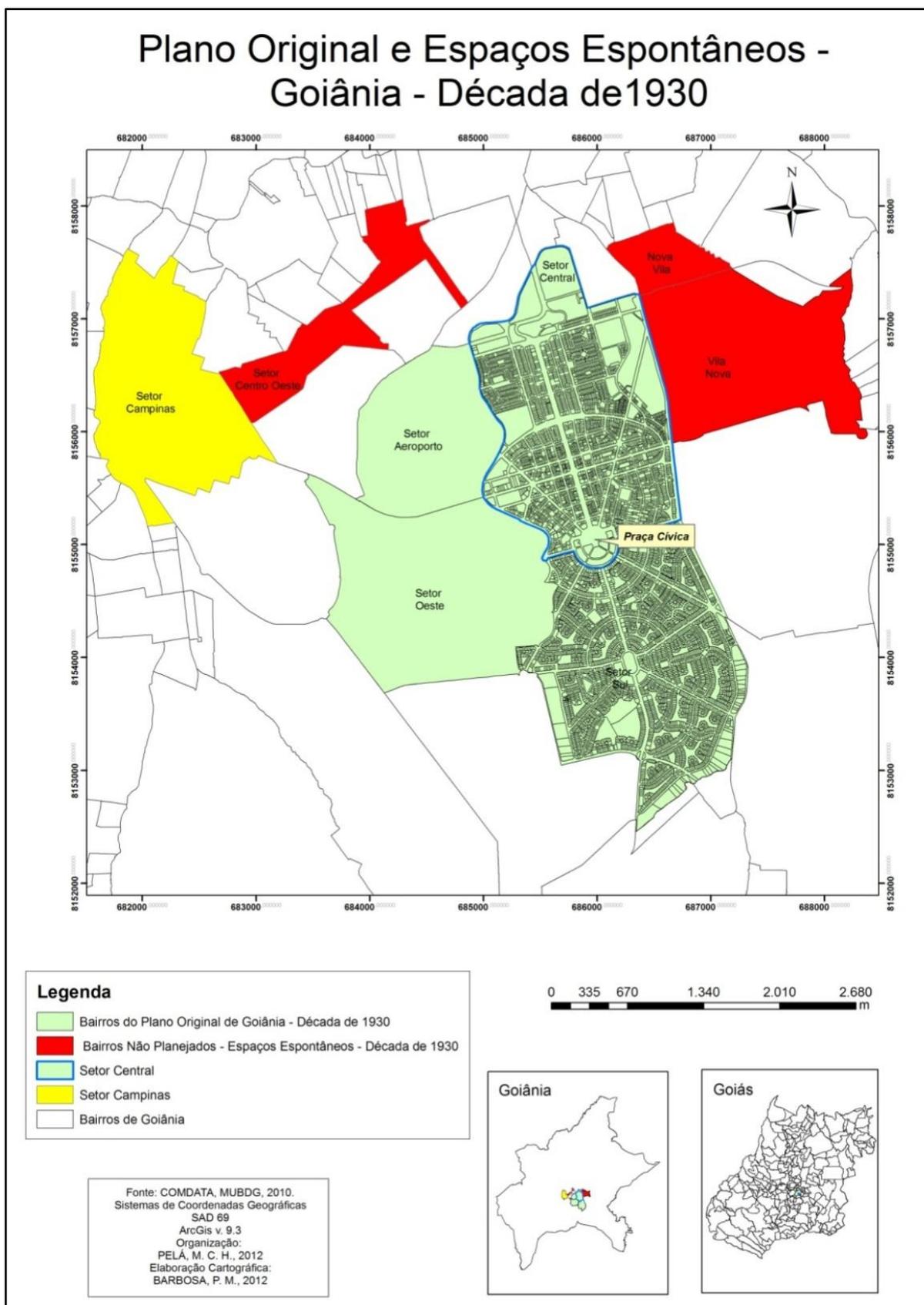
A segunda é que as incongruências de um planejamento embasado nos preceitos de um modo de produção que se retroalimenta na acumulação, na exploração e na expropriação do trabalho sempre virão à tona. A contradição entre a imprescindibilidade da mão de obra dos trabalhadores construtores para erigirem os espaços planejados destas cidades-capitais e o

banimento desses trabalhadores nestes mesmos espaços é um bom exemplo desta assertiva. Por último é que, a despeito de os planos originais destas cidades não conceberem, em hipótese alguma, os trabalhadores em seus espaços privilegiados, bem como a construção de periferias proletárias perto destes espaços, não haverá determinismo geográfico ou normatização que deterão o movimento dos sujeitos não desejados. Os sujeitos não desejados, de um modo ou de outro, espacializaram-se nestas cidades e promoveram deslizamentos de sentidos na forma e nos conteúdos dos espaços urbanos.

Em outras palavras: tais quais os seres humanos, a sociedade e as dimensões espaciais, as cidades projetadas também são mutáveis; por isso, na mesma medida que há normas, repressões e planejamentos também haverá deslizamentos, insurgências e reordenação dos e nos espaços urbanos.

Os mapas a seguir apresentados – Goiânia (mapa 5), Brasília (mapa 6) e Palmas (mapa 7) – e suas análises têm como objetivo retratar e elucidar o processo de deslizamentos de sentidos nas cidades-capitais planejadas no Cerrado.

Mapa 5 – Deslizamentos em Goiânia no início de sua construção



O mapa 5 retrata que o deslizamento de sentidos na forma e no conteúdo da cidade de Goiânia inicia desde a sua construção. Em destaque, as áreas dos setores Vila Nova e Nova Vila que, em desacordo com o Decreto 90-A do primeiro plano diretor de Goiânia, que as destinava para módulos de chácaras de 40.000 m² (SEPLAN, 2008), foram as primeiras áreas ocupadas e edificadas à margem do poder oficial, principalmente pelos operários construtores da cidade.

Sem um lugar fixo destinado a eles, sem condições para comprar um lote e sem recursos para morar em Campinas⁴⁸ (como fazia a maioria dos que chegavam), foram nestas áreas que os operários fixaram-se e construíram, inicialmente, alojamento e ranchos simples de lona, palha e madeira. Em 1945, após muitas retaliações e lutas, essas ‘invasões’ foram legalizadas; uma delas é hoje um bairro localizado na zona central da cidade de Goiânia: o Setor Leste Vila Nova. Sobre o assunto, Gonçalves (2002, p. 95) dirá que

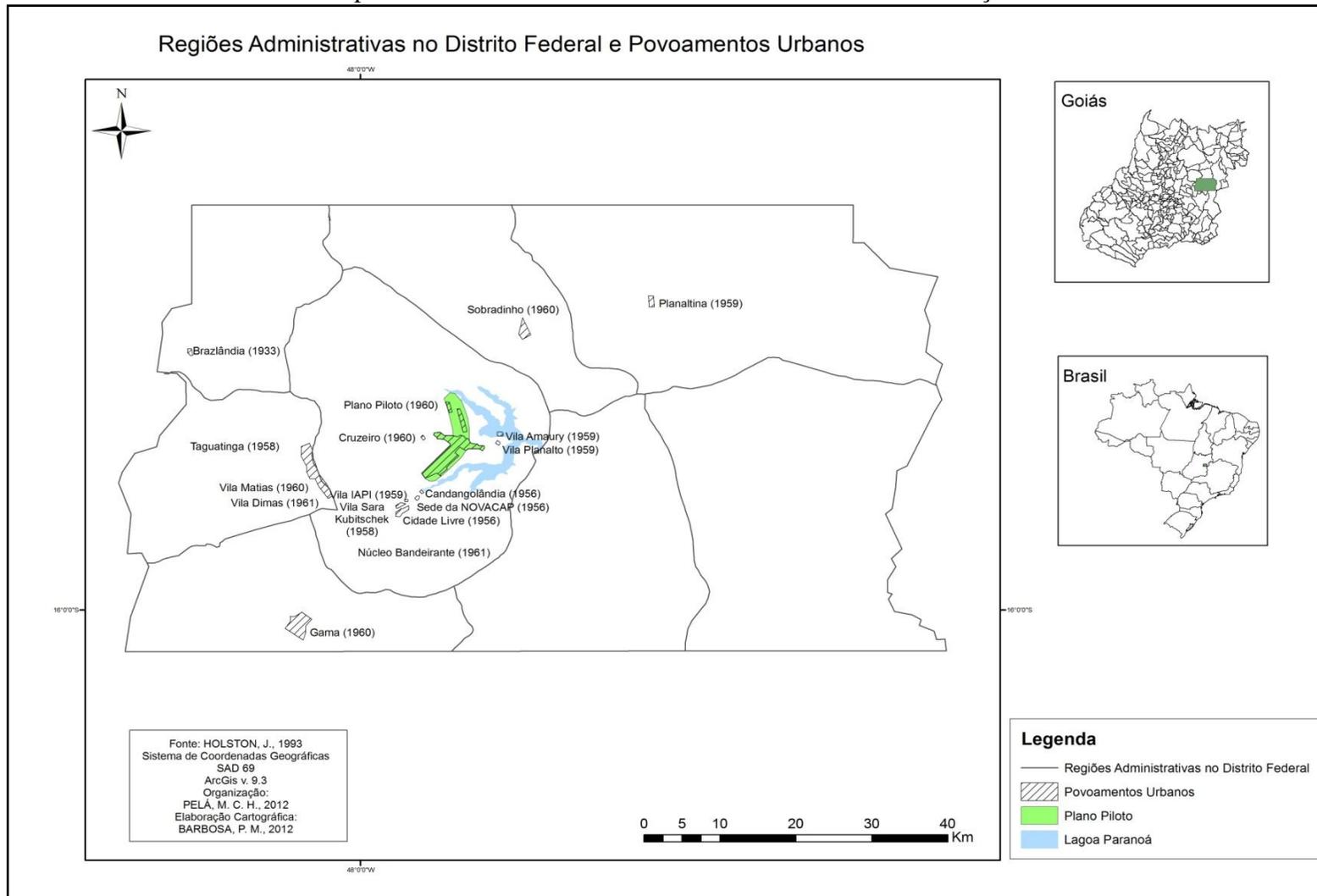
[e]m 1938, a ocupação já estava sedimentada, apesar da vontade do Estado em desocupar a área. [...] Mesmo sendo proibida qualquer construção naquela área, por estar em desacordo com o Plano Diretor aprovado pelo Decreto 90-A, o Estado concedeu paulatinamente alguns benefícios àquela população, devido às pressões sociais constantes. No início da década de 1940, a Vila Nova e o “Bairro Botafogo” se apresentavam como uma realidade incontestável. O número de famílias que lá residiam demonstravam ser praticamente impossível viabilizar um processo de remoção.

A declaração de Gonçalves (2002) e as argumentações tecidas demonstram que o caráter de provisoriedade que os planejadores da cidade almejavam tanto em relação à fixação dos operários na cidade (principalmente em uma área tão próxima ao espaço planejado) como em relação à utilização de sua mão de obra foi-se esvaindo com o passar dos anos. Abona-se, assim, a nossa premissa de que as contradições entre terra, trabalho e capital são inerentes ao modo de produção capitalista. Por isso, não há como negar as bases sociohistóricas do território Brasileiro nem a luta de classes que se estabelecerá nele e por ele e, muito menos, os deslizamentos de sentidos no plano original.

É a partir deste movimento que será possível vislumbrar que outras formas de ações e relações sociais, além da pretendida, imposta pelo capital, irão se estabelecer. Na construção de Brasília, esta situação assoalhar-se-á com muito mais força, conforme observado no mapa 06 que retrata os deslizamentos do início de sua construção.

⁴⁸ O núcleo populacional de Campinas já existia anteriormente à fundação de Goiânia. Em 1907, era uma vila mantendo jurisdição sobre o Patrimônio de Barro Preto – povoação que corresponde à atual cidade de Trindade. Em 1914, Campinas passou a dispor do *status* de município, o qual perderia em 1935 em razão da sua incorporação ao então nascente município de Goiânia.

Mapa 6 – Deslizamentos em Brasília no início de sua construção



Das informações do mapa 6 – que exhibe: a espacialização inicial dos trabalhadores construtores por meio dos acampamentos oficiais (áreas ligadas ao acampamento da NOVACAP, hoje Candangolândia, e as áreas de acampamentos ligados às construtoras particulares, hoje Vila Planalto); as invasões (Vila Sara Kubitschek que originou a cidade satélite Taguatinga, em 1958); os núcleos provisórios (Vila Amaury que originou a cidade satélite Sobradinho, em 1960; os loteamentos (Cidade Livre que originou o Núcleo Bandeirantes, em 1961) –, é notório que o processo de fixação dos sujeitos não desejados em Brasília foi bem mais complexo que em Goiânia.

Este é um dos indícios de que o processo de deslizamento também ocorrerá com mais força e complexidade na nova capital brasileira. Outro indício, que vem se somar a este, é o de que, apesar de não se poder afirmar com completa exatidão, a experiência dos planejadores com os deslizamentos de sentido na forma e no conteúdo de Goiânia, principalmente o exemplo da Vila Nova que representava uma “favelização” prematura da nova capital de Goiás, foi um alerta para os planejadores de Brasília.

Holston (1993) e Paviani (2006), em obras distintas que analisam o processo de ocupação dos trabalhadores na nova capital, sinalizam para esta conjectura ao dizer que nem o projeto de Lúcio Costa nem as diretrizes originais da Novacap previam a criação de cidades satélites na nova Capital Federal. Pelo contrário, assinalavam para a construção de um plano piloto que acomodasse 500.000 habitantes até o ano 2000. Estas especificações, segundo Holston (1993), constam na lei 1.830, de janeiro de 1953. Além disso, no artigo 17 do plano destacava-se que “*deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana como na rural*”.

Importante ressaltar, aqui, a intenção e o sentido desta lei. Ela, além de ser excludente e reafirmar a mitificação que se tem em torno das cidades-capitais projetadas do Cerrado, que deveriam ser os moldes e os modelos do espaço moderno do Brasil, também expõem a fragilidade e inoperância de planos que não levam em consideração as contradições históricas que existem na formação do território brasileiro. Ora, fica nítido que negar aos operários construtores o direito de permanecerem nas cidades que estavam construindo nada mais é que uma tentativa de negar o inegável.

Holston (1993) faz uma brilhante análise deste contexto ao expor que esta negação do direito à cidade aos trabalhadores dava-se em virtude de os planejadores pretenderem evitar que o Brasil representado por aqueles fincasse raízes na nova capital federal. Contudo, na tentativa de assegurar esta situação, os “planejadores” usaram de mecanismos, como a

estratificação social e a repressão da sociedade, que reafirmam a sociedade que estavam tentando negar.

Por isso que, como já exposto, é imprescindível levar em consideração como as práticas socioculturais influenciam, juntamente com as questões econômicas e políticas, o processo de formação dessas cidades-capitais. É esta relação dialética entre infraestrutura e superestrutura que evidencia que não há planejamento, e muito menos normatização, que deem conta do movimento da vida pela vida, ainda mais na construção de uma nova capital de um país que terá no invólucro do seu plano original toda a ideologização de oportunidade, prosperidade e melhores condições de vida.

É evidente que esta cidade atraía uma massa de trabalhadores e despossuídos que tentarão a sua grande sorte. E, ao contrário do desejo dos planejadores de que suas estadas fossem temporárias, eles (os sujeitos não desejados) lutaram para se fixar e deslizaram o plano desde o seu início.

A cidade satélite de Taguatinga expressa bem este cenário. Sobre o assunto, Paviani (2006, p. 37) dirá que:

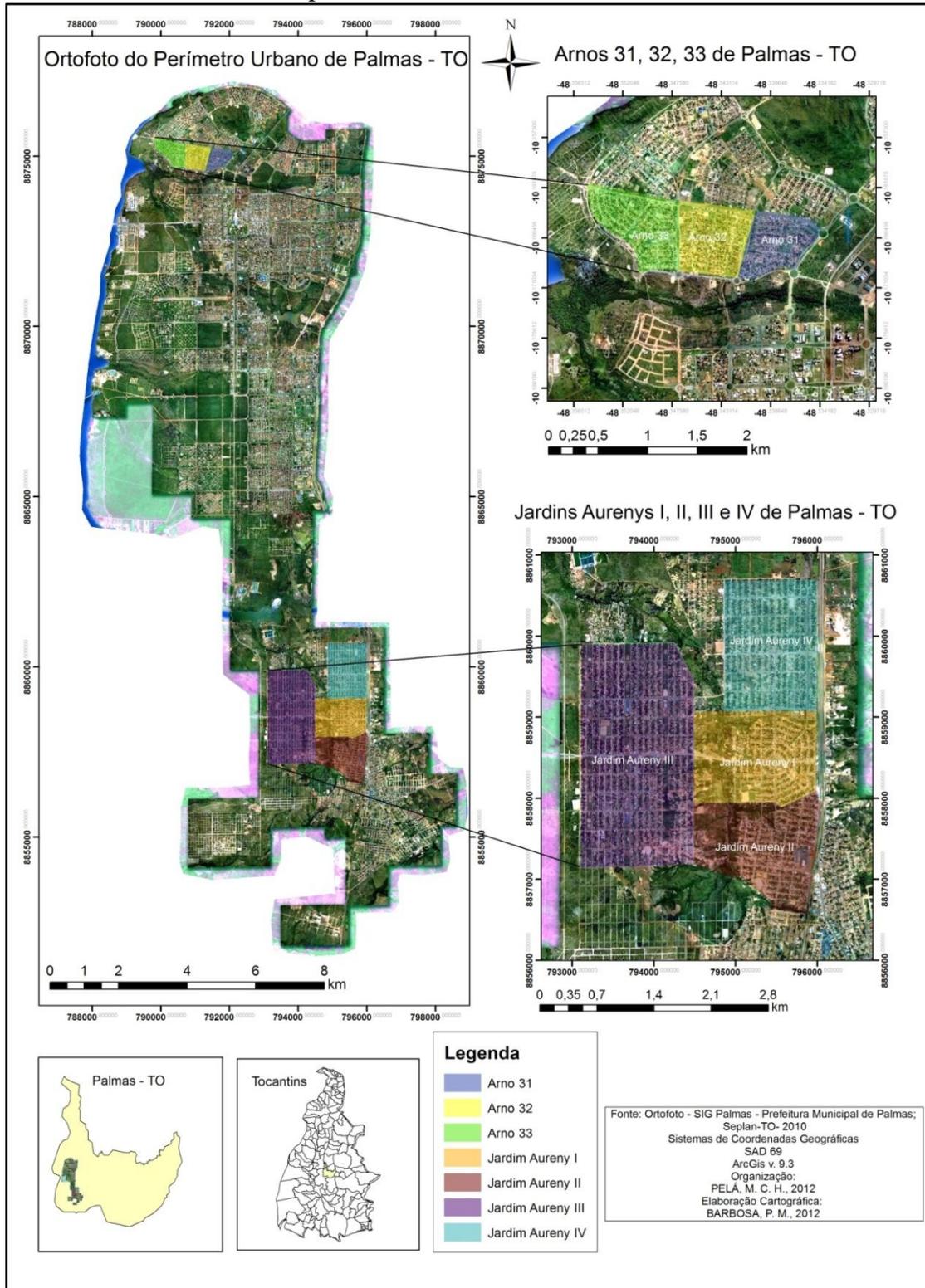
[...] extrapolando as previsões, a imigração intensa ensejou que se alterasse a proposta inicial. Para evitar a favelização prematura da Capital, os governantes abriram espaço, em 1958, para o primeiro núcleo periférico – Taguatinga. Para essa cidade-satélite foram transferidos os milhares de trabalhadores que ocupavam as favelas próximas à Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) e os alojados nos acampamentos das construtoras. O incremento da imigração, todavia, exigiu uma continuada ação para transferir favelados. Com isto, também continuamente, novas satélites foram criadas: Gama, Guará, Sobradinho, Ceilândia e muitas outras.

As informações de Paviani, aliadas aos dados do IBGE (2010) e do Anuário Estatístico de Brasília (2012), revelam que, em menos de um ano de sua fundação, o Distrito Federal, contrariamente ao previsto no plano inicial, já contava oficialmente com oito Regiões Administrativas: Brasília (integravam esta região: o Plano Piloto, os Lagos Sul e Norte, o Setor Militar Urbano, a Vila Planalto e as áreas do Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Cruzeiro e Guará), Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá e Jardim. Estes dados só vêm reafirmar a nossa propositura de que os deslizamentos de sentidos acontecem desde o início da implantação das cidades projetadas.

A Vila Planalto, o Núcleo Bandeirantes e a Candangolândia, já assinalados no início desta obra, também são exemplos deste processo. Contudo, como a intenção aqui é a de demonstrar que há deslizamentos desde o início da construção, não iremos aprofundar em como se deu este processo de fixação dos trabalhadores nestas áreas. O que importa aqui é

dizer e demonstrar que as informações e os contextos sobre o processo de ocupação inicial de Brasília, apesar de apresentarem formas e estratégias diferentes, assemelham-se substancialmente aos de Goiânia e aos de Palmas, conforme se constata no mapa 7.

Mapa 7 – Deslizamentos em Palmas



Como já dito, o processo de deslizamento de sentidos no processo de ocupação da cidade de Palmas pela classe trabalhadora diferencia-se da forma e das estratégias usadas nas cidades de Goiânia e Palmas, mas se iguala no conteúdo. As diferenças nas formas e estratégias dão-se principalmente porque no projeto inicial de Palmas havia um local destinado para abrigar, em definitivo, a classe trabalhadora; melhor dizendo, parte dela, como se demonstra logo adiante.

Tudo indica que, devido às experiências anteriores das construções de Goiânia e Brasília, os planejadores já estavam cientes de que não conseguiriam barrar a permanência da classe trabalhadora na capital planejada do Tocantins. Deste modo, elegeram Taquaralto, um município que já existia e se localiza a 16 km do local do Plano Diretor Básico, como o distrito urbano que iria abrigar a classe trabalhadora. Este fato altera a questão da provisoriedade em relação à permanência da classe trabalhadora em parte da cidade, mas não elimina a natureza de periferação, exclusão e segregação socioespacial dos planejadores e construtores em relação a esta classe.

Muito pelo contrário, esta “nova ação” nada mais é que a institucionalização da segregação e da exclusão socioespacial, bem como a tentativa de ordenamento e controle do tecido urbano. Ora, o distrito urbano de Taquaralto, como já exposto, além de estar a 16 km de distância do espaço oficial e planejado, também não contava, e ainda não conta, com infraestrutura e, muito menos, aparelhos urbanos para receber esta massa de trabalhadores.

Recobra-se que a urbanização é um fenômeno puramente econômico que, ao ter a acumulação como desígnio, evidencia a estreita relação entre terra e poder. É justamente nesta conjunção entre caráter econômico e relação entre terra e poder que se percebe que os conteúdos da construção de Goiânia, Brasília e Palmas igualam-se. A cidade-capital de Palmas, tanto quanto as outras duas cidades-capitais projetadas no Cerrado, teve, e ainda tem, como princípio ser uma cidade construída pelo e para o capital.

Sobre este assunto, Kran e Ferreira (2006, p. 124) ressaltam que:

[...] em Palmas, diferentemente dos padrões de outras cidades-capitais, cujo processo de exclusão sócio-espacial e periferação decorre da expansão desordenada e não planejada do tecido urbano e por pressões posteriores do mercado imobiliário, similarmente ao que ocorreu no Distrito Federal, a expansão periférica e a segregação sócio-espacial foram instituídas pelo próprio poder público, num processo legitimado através de legislações urbanísticas, de políticas de ocupação e, indiretamente, pelos investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos. O acesso à terra urbana e às melhores condições de moradia, na cidade, não se difere dos padrões das demais cidades brasileiras, constituindo um bom exemplo de como as cidades planejadas também encerram a insatisfatória condição de produtoras de espaços segregados.

Não obstante, como já exposto, não há planejamento, nem lei, nem ordenamento territorial que eliminarão as contradições do modo de produção capitalista e a luta de classes travada pela apropriação da produção social da cidade. Os expropriados e excluídos deste processo irão lutar ou implementar outra ordem que gerará deslizamentos e mudará a forma e o conteúdo inicial idealizado pelas classes dominantes.

Em Palmas não foi diferente. A classe trabalhadora – tendo sido, e ainda sendo⁴⁹, o maior contingente populacional da nova capital, sem condições para adquirir um lote no espaço planejado e sem local de moradia digna (a área destinada inicialmente a eles, além de não comportar todos por causa da falta de infraestrutura básica, também já sofre pressão da especulação imobiliária) –, mobilizou-se e fez pressão social para fixar-se na cidade.

Esta situação “forçou” o Governo do Estado⁵⁰ – contrariamente ao que estava previsto no Plano Diretor Básico, que era ocupar a cidade a partir da sua região central – a criar novos bairros na região sul de Palmas para abrigar a classe trabalhadora. Estes bairros, a saber, os Jardins Aurenny I, II e III e IV (vide mapa 7), representam o primeiro deslizamento de sentidos na forma e no conteúdo da cidade de Palmas provocado pela classe trabalhadora, uma vez que, segundo Kran e Ferreira (2006), a ocupação da região sul de Palmas estava prevista apenas para a quinta fase de expansão no Plano Diretor original.

Já o processo de ocupação das ARNOS 31,32, e 33, hoje Vila União, foi feito a partir, principalmente, de “invasão” de terrenos pelo movimento social organizado. Esta área de ocupação, conforme se verifica no mapa 07, por localizar-se no espaço planejado de Palmas, demonstra que a classe trabalhadora também aprimora as estratégias de resistências à exclusão e à segregação socioespacial. Ao ocupar uma área no espaço privilegiado, evidencia-se que a luta hoje vai além da questão da moradia e acena para a possibilidade do direito à cidade.

Não só isso. A ocupação da classe trabalhadora nesta parte nobre da cidade de Palmas evidencia as diferenças, e não só as econômicas, mas dos modos de vida. Segundo Lucena *et al.* (2011), a Vila União, que tem uma população de aproximadamente de 20.967 habitantes, é o único lugar na região central de Palmas que se configura como um bairro, cujo cenário sugere uma cidade para os seres humanos.

⁴⁹ A classe trabalhadora até hoje, depois de vinte e três anos de sua construção, representa o maior contingente populacional da cidade de Palmas. Para ser ter uma ideia, a Região Palmas Sul, onde se localiza o distrito urbano de Taquaralto, abriga, segundo dados do IBGE 2010, aproximadamente 40% da população de Palmas e conta hoje com 17 bairros satélites.

⁵⁰ Segundo Lucena *et al.* (2011), na época o Governo do Estado doou 1500 lotes residenciais e 78 casas para os trabalhadores morarem no Jardim Aurenny.

Este contexto revela como a disputa entre as classes, na e pela cidade, aprimora-se no decorrer dos anos. O aprimoramento das estratégias existe tanto por parte dos gestores como por parte da classe trabalhadora. Por isso que, à medida que há alterações nas formas políticas, econômicas, de gestão e ordenamento do território, também haverá alteração nas formas de resistências, de luta e, automaticamente, dos seus deslizamentos. São estas questões que, juntamente com as imateriais, estabelecem, ao mesmo tempo, as diferenças e as relações que existem entre as cidades-capitais projetadas no Cerrado.

É justamente este movimento o foco principal desta obra, pois, a partir dele, conforme evidenciado e argumentado nos mapas 5, 6 e 7, é possível conjecturar que: a cidade planejada como algo pronto e acabado é um mito; o deslizamento de sentidos na forma e no conteúdo no plano original destas cidades, desde a sua implantação, desmistifica esta ideologização; a luta pela espacialização dos sujeitos não desejados nos espaços planejados os caracteriza como os principais sujeitos desse processo deslizante; os Setores Leste Vila Nova e o Bairro Botafogo, em Goiânia; a Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirantes), a Vila Sara Kubitschek (originou a cidade satélite de Taguatinga), o Núcleo Provisório Vila Amaury (originou a cidade satélite de Sobradinho), as áreas de acampamentos ligados à NOVACAP (hoje Candangolândia) e as áreas de acampamentos ligados a construtoras particulares (hoje Vila Planalto), em Brasília; e as Arns 31, 32 e 33 e os Jardins Areny I, II, III e IV, em Palmas, são exemplos de espaços desviantes.

Todos estes elementos evidenciam como os preceitos do urbanismo moderno, ao apregoar um modelo de cidade racionalizada, funcionalista, e desconsiderar a participação humana e o movimento da vida no processo de apropriação da cidade, estavam completamente equivocados. Os deslizamentos em Goiânia, Brasília e Palmas são exemplos da derrota do urbanismo moderno, já apregoadá desde 1957 pelos Situacionistas⁵¹. O urbanismo, na visão dos Situacionistas, também é prática social e, como tal, ao espacializar-se será incapaz de construir uma cidade-máquina totalmente inerte (ANDRADE, 2003). A vida

⁵¹ Os situacionistas são os membros da Internacional Situacionista: um movimento criado por Guy-Ernest Debord, de 1957 a 1969, e que tinha adeptos de vários países, entre eles: Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Argélia. O grupo teceu críticas contundentes aos urbanistas “racionalistas e funcionalistas” que elaboraram a Carta de Atenas. Segundo Jacques (2003, p. 29), o grupo defendia “a ideia de colagem, de mistura e de diversidade contra o excesso de racionalidade e funcionalidade moderna e contra a separação de funções (*zoning*). Contra a generalidade, a impessoalidade, simbolizadas pelo Modulador corbusiano e pela Tábula Rasa; eles propunham a busca da identidade, da individualidade e da diversidade, sobretudo de pessoas comuns e reais das ruas das cidades existentes. Contra a homogeneidade e simplicidade de ideias modernas, eles propunham a heterogeneidade e a complexidade ligadas à vida cotidiana. Contra a grande escala e a autoridade do Estado e dos próprios urbanistas ligados às pretensões modernas, eles propunham uma volta à pequena escala, à escala humana, e a participação dos habitantes”.

que pulsa na cidade não é a das pranchetas, mas a dos seres humanos que a compõem, até mesmo daqueles que fizeram os riscos e traços na prancheta.

A respeito do assunto, Jaques (2003, p. 14, 15) apresenta uma reflexão de Asger Jorn (1954):

[...] Pode-se chegar a uma concepção dinâmica das formas, pode-se ver esta verdade: toda forma humana esta em transformação contínua. Não podemos mais, como os racionalistas, evitar estas transformações. A falha dos racionalistas foi não ter compreendido que a única maneira de se evitar a anarquia da transformação consiste em entender as suas leis internas.

A reflexão acima permite elucubrar que por mais que se almeje uma total ordenação da vida humana a partir da ideologização do urbanismo – e todas as suas derivações, como cidade planejada, planejamento urbano, ordenamento territorial, moradia etc. –, não é possível eliminar a subjetividade humana. É ela quem nos capacita de toda esta inventividade de transformar, de dominar, de resistir, de (re)inventar. Só há cidade porque há humanidade e onde houver humanidade haverá contradições, disputas, insurgências, tentativa de controle, mas, acima de tudo, coletividade.

É a vida anunciando o seu movimento. Movimento que moveu, e ainda move, a existência humana e toda a sua produção; por isso, onde houver ordem também haverá (Des)ordem. Esse entendimento nos remete a novos questionamentos: qual é a dimensão do movimento [(Des)ordem] ocasionado pelos sujeitos não desejados nos conteúdos e nas formas dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas? Existe alguma conexão entre a (Des)ordem, os resíduos das práticas transformadora e a sociedade urbana em curso? Encontrar as respostas a estes questionamentos é o que se pretende a seguir.

CAPÍTULO IV

A DIALÉTICA DE TUDO ISSO

4.1 Pressupostos iniciais

Até o presente momento, as argumentações aqui travadas remetem à constatação de que Goiânia, Brasília e Palmas são fruto do desenvolvimento histórico- geográfico do território brasileiro. Projetadas inicialmente com objetivos e funções políticas, administrativas, econômicas e socioculturais específicas, passaram, cada uma a seu modo e a seu tempo, a ser moldes e modelos do projeto de modernização dos territórios brasileiro e cerrado. Em outras palavras: Goiânia, Brasília e Palmas, além de representarem a nova geopolítica do território brasileiro, também servem como representações prático-sensíveis do espaço moderno nacional, visto que a cidade, dentro desta conjectura, será o lócus do epicentro político, econômico e sociocultural do Brasil urbano e industrial. Não menos importante é que esta é uma condição *sine qua non* para a expansão do modo de produção capitalista em terras brasileiras.

Estes são alguns dos fatores que fazem com que certos autores as considerem cidades-capitais planejadas para e pelo capital. Contudo, como já exposto, esta é uma visão unilateral do processo, uma vez que, ao tratar estas cidades-capitais como mera mercadoria e privilegiar a exterioridade do espaço geográfico (espaço concebido) em detrimento do espaço vivido, elimina a condição do espaço como produção social. Não se olvide, ainda, que esta é uma visão que, ao colocar o modo de produção capitalista e o modelo civilizatório apregoado por ele como algo imutável, elimina o movimento, as disputas, as contradições e a dialética existentes neste processo.

Não menos importante é que esta visão da cidade como mera mercadoria só serve à classe hegemônica, pois é dela que surge a falsa ideia de que não há como alterar a ordem estabelecida. Ou melhor, é a partir dela que as contradições e as alterações da ordem estabelecida são tratadas como caos, e não como possíveis resíduos de uma práxis transformadora. Estes resíduos, apesar de pontuais e de ainda não terem uma dimensão generalizada, são elementos fundamentais para compreender que a norma jamais elimina o movimento da vida. Muito pelo contrário, a norma, por ser uma das ferramentas do poder, é um dos elementos que instiga os movimentos de insurgências e das disputas pelo e no espaço concebido.

Nesse sentido é que Goiânia, Brasília e Palmas não podem e não devem ser analisadas como algo externo aos sujeitos sociais que as construíram, constroem, modificaram e modificam diariamente. É do uso que estes sujeitos, principalmente os não desejados, fazem destes espaços urbanos que se encontram os elementos necessários para o entendimento de que esses espaços urbanos destas cidades-capitais planejadas, como qualquer outro espaço, são construções histórico-geográficas. Por isso, não haverá norma, ideologia, planejamento urbano e arquitetônico que conseguirão eliminar o movimento da vida.

Exemplos desta asseveração são os deslizamentos de sentidos na forma e no conteúdo dos espaços urbanos destas cidades-capitais provocados pelo movimento de espacialização da classe trabalhadora desde suas criações.

Este fator demonstra que, mesmo estas cidades-capitais tendo o planejamento territorial e a inteligência urbanística e arquitetônica como um dos principais elementos de representação da espacialidade e do modo de vida pretendidos pelo poder oficial, a forma de espacialização e territorialização da classe trabalhadora nestas cidades-capitais revela que o planejamento e o ordenamento territorial não conseguem barrar as alterações no plano original e, muito menos, as contradições do espaço, sobretudo em uma sociedade que se desenvolve sob a égide de um modo de produção que se sustenta a partir da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e da expropriação da terra desta mesma classe.

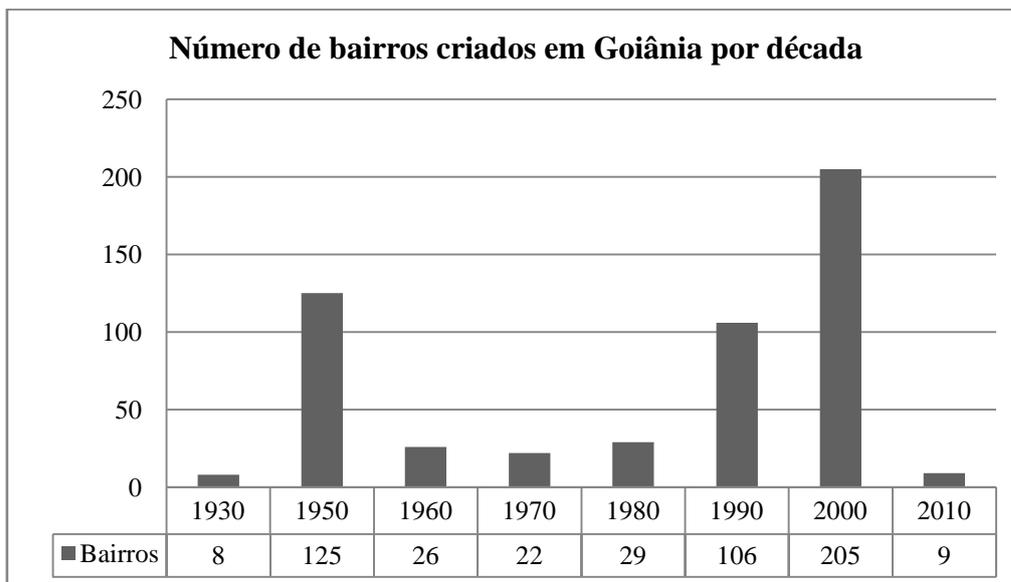
Deste modo é que o planejamento e ordenamento territorial, ao contrário do que comumente é difundido, fazem, em muitas situações, aflorar essas contradições e impulsionar as transformações socioespaciais. Os motivos são os mais diversos possíveis: vão desde as necessidades de espacialização e sobrevivência da classe trabalhadora, relegada neste processo, até as artimanhas do capital para que o espaço seja tratado com uma mera mercadoria. São as contradições entre o lucro e a sobrevivência; entre a troca e o uso; entre a produção e a apropriação do espaço que geram as disputas entre as classes sociais às quais assistimos diariamente nas cidades-capitais planejadas no Cerrado.

Tais disputas auxiliam a desmistificar que o estado caótico que muitos designam à realidade urbana de Goiânia, Brasília e Palmas nada mais é que o movimento de formação e ocupação destas cidades. Por isso, o crescimento demográfico e a fragmentação territorial, além de fazerem parte de um mesmo processo, também são elementos fundamentais para compreender como os espaços urbanos destas cidades vão sendo desordenados.

4.2 Do movimento à desordem no espaço urbano de Goiânia

Para o melhor entendimento de como o movimento é uma constante no processo de constituição do espaço urbano goianiense, inicia-se este tópico demonstrando que da mesma forma que houve um significativo crescimento populacional em Goiânia nos últimos oitenta anos, de 48.116 habitantes, em 1940, para 1.302.000 habitantes, em 2010, também houve um aumento exorbitante do número de bairros na capital goiana. Segundo os dados do Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Goiânia, entre 1940 até 2010 foram criados 436 novos bairros, sendo 24% na década de 1950 e 61% a partir da década de 1990, conforme se pode constatar no gráfico 7.

Gráfico 7 – Número de bairros criados em Goiânia por década (1930 a 2010)



Fonte: Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2013.

O gráfico acima corrobora com algumas informações sobre a constituição do espaço urbano de Goiânia. A primeira é a de que foi exatamente na década de 1950, quando há um aumento significativo do número de bairros na cidade, que a especulação imobiliária apropria-se do seu espaço urbano e, por consequência, o Estado não consegue mais segurar o desmonte do espaço planejado (CHAVEIRO, 2001). Este fator vem fortalecer a argumentação de que os deslizamentos de sentidos na forma e no conteúdo da cidade de Goiânia não foram ocasionados apenas pelos sujeitos não desejados, bem como de que os espaços heterotópicos serão os que predominarão na nova capital goiana.

A segunda é a de que a década de 1990, quando se nota claramente o reinício deste processo de fragmentação territorial, é exatamente o período que, como já abordado, marca a transformação do processo de acumulação simples para a acumulação liberal, fato que demonstra como a rentabilidade liberal está diretamente relacionada com a urbanização e com o ordenamento territorial.

Cabe, todavia, destacar que é a partir de 1950 que a urbanização extrapola o limite do espaço planejado e começa a expandir-se pela cidade. Conforme exposto, como a urbanização é um fenômeno eminentemente econômico, ela irá atingir sobremaneira a classe trabalhadora que até então se localizava nas proximidades do espaço planejado, conforme explica ‘Seu B’, morador da Vila Nova, que vivenciou este processo de urbanização:

[...] Era 6 cruzeiros, 8... Era dinheiro de IPTU. Aí, aumentou meu IPTU pra 30, eu tenho o papel bem aí dentro do cofre. Quando cheguei lá ele disse: “oi, ninguém tá pagando, você veio pagar?” Eu digo: “eu vim”. Porque 30 mil cruzeiro não é tanto, num é mesmo para pagar o IPTU. Paguei. Aí, nada. E ele com dificuldade e tudo, pra poder tocar mesmo alguma coisa porque não tinha renda, era o IPTU. Era baixo demais. O Íris recebe a prefeitura em 66, tem os talões bem aí dentro, no primeiro ano o meu veio 130 cruzeiros, o segundo ano que veio 270 cruzeiros. Gente lá no Novo Mundo, Palmito, o rapaz em tempo de chorar me disse: – “O homem é doido, passou meu barraco lá pra 75, o IPTU. 75! Eu moro lá em dois cômodos”. Eu digo: pois é votar no homem! Aí, tudo bem. Aí, ele naquela ganância. Aí, ta tocando, mexendo, mexendo. Aí, só fazendo a propaganda, a propaganda danada e ó... o IPTU botado lá em cima mesmo pro povo.

O aumento significativo dos impostos será um dos fatores que expulsará a classe trabalhadora para as áreas periféricas da cidade e, por conseguinte, incitará um movimento de resistência desta classe para permanecer na cidade. É no final da década de 1970 e início da década 1980 que este processo será evidenciado com mais força, visto que, apesar de não haver um crescimento acelerado de bairros, haverá um aumento considerável de urbanização nas áreas próximas do espaço planejado. É o fenômeno urbano de explosão-implosão da cidade atingindo a nova capital goiana.

Oliveira A. e Chaveiro (2008, p. 193) sintetizam este processo dizendo que:

Ao longo da década de 1980, quando o fenômeno urbano se revelou a Goiânia, a reivindicação da cidade feita pelas camadas sociais segregadas pelo autoritarismo do capital – com destaque aqui ao capital imobiliário – as colocou no espaço público. Movimentos sociais foram responsáveis por uma nova ordem da cidade, a ordem dual: de um lado, a cidade planejada pelo Estado – na institucionalidade do poder público municipal –, expressante de uma lógica de ordenação excludente, na qual as camadas populares se viam restritas ao acesso da urbanidade. De outro, a cidade resultante da ação cotidiana destas mesmas camadas, que na busca de garantia de sua sobrevivência, reinventaram a cidade na produção de seus espaços de referência, contraditórios com a centralidade; produziram uma heterotopia conformada à feição das desigualdades socioespaciais. Porém, a produziram na polifonia de suas ações

coletivas, rompendo com a mordada imposta pelo regime militar. As camadas populares se fizeram sujeitos da cidade, da *polis*, buscando definir uma situação de cidadania.

Apesar de concordarmos com parte das premissas dos autores, não cremos que esse processo é dual, e sim, dialético. Dialético porque, conforme já exposto, esta aparente dualidade entre um espaço urbanizado e outro “atrasado”, na verdade, nada mais é do que faces diferenciadas de um mesmo processo e, por isso, da mesma forma que favorece a classe hegemônica, também é o seu ‘calcanhar de Aquiles’. Ou seja, ao mesmo tempo em que este movimento é crucial para a (re)ordenação do capital, ele também será basilar nas outras ordens que extrapolam e contestam a lógica de produção e relação capitalista do e no espaço.

É preciso compreender que o movimento é um processo inerente a qualquer relação e ação social e, como tal, ao mesmo tempo em que alimenta um modo de produção, ele também o devora. É justamente aí que se localizam as contradições no/do processo de planejamento, ordenamento e gestão territorial, bem como se percebe que a disputa não é pelo movimento em si, mas pelo seu controle.

A exclusão socioespacial e a luta da classe trabalhadora contra esta exclusão são frutos de um mesmo processo, visto que, enquanto a classe hegemônica luta pelo controle do movimento da cidade e da classe trabalhadora, os trabalhadores lutam contra este controle. É daí que se constata a dialética que há nas disputas que se afloram na/pela cidade. Em decorrência destas disputas, pelo e contra o controle socioespacial, é que surgem as lutas por moradia, trabalho, mobilidade, aparelhos urbanos, enfim, pelo direito à cidade.

A forma como foi sendo ocupada a região noroeste⁵² de Goiânia pelos sujeitos não desejados nos espaços privilegiados exemplifica bem esta situação. Segundo Moysés (2014), este processo inicia-se com a invasão da Fazenda Caveiras e tem três etapas:

A primeira, ocorrida em julho de 1979, pode ser considerada a mais importante, pois foi a que deu origem ao bairro denominado Jardim Nova Esperança, hoje um bairro consolidado. Esse processo de ocupação marcou a luta pela moradia em Goiânia, na perspectiva da luta coletiva pelo direito de morar.

Na segunda etapa, aqueles que não haviam conseguido instalar-se no Jardim Nova Esperança reorganizaram-se e invadiram outra área que recebeu o nome de Jardim Boa Sorte, também um espaço da Fazenda Caveiras. Essa invasão ocorreu em abril de 1981, mas não se efetivou. A prefeitura agiu rápida e violentamente, conseguindo abortar o movimento e impedir que uma nova invasão se consolidasse.

Em junho de 1982, ocorreu a terceira etapa da ocupação, desta vez chegando a reunir mais de quatro mil famílias. O espaço ocupado também pertencia à Fazenda Caveiras e foi denominado pelos invasores de Jardim Boa Vista. Essa tentativa de

⁵² Conforme será demonstrado mais adiante, a região noroeste de Goiânia é um dos locais da cidade que tem o maior número populacional da classe trabalhadora.

ocupação também não se concretizou. Mais uma vez a polícia agiu com violência contra os invasores, provocando, inclusive, uma morte. Mais de três mil famílias, entretanto, foram assentadas pelo governo estadual em outra área próxima, iniciando-se, assim, o processo efetivo de ocupação da Região Noroeste de Goiânia. Todo esse processo revestiu-se de grande relevância, na medida em que, como acontecimento político-social, obrigou o Poder Público a buscar uma solução para o problema de moradia que, em Goiânia, assumia proporções alarmantes. O conjunto de ações adotadas pelo Poder Público, se por um lado contribuiu para minimizar o problema de moradia, por outro desencadeou uma série de graves consequências para o meio ambiente. Além da cobertura vegetal, que começou a ser seriamente afetada, também a bacia hidrográfica que fornecia e ainda fornece água potável à cidade passou a ficar ameaçada. É neste contexto que se forma o urbano na Região Noroeste de Goiânia (op. cit, p. 1, 2).

As reflexões de Moysés demonstram nitidamente que é no bojo das disputas da classe trabalhadora pelo direito à cidade que nascem a polifonia e a polissemia existentes nos espaços urbanos da capital goiana, uma vez que clarificam que o movimento de reação dos sujeitos não desejados, além de torná-los cada vez mais sujeitos da história socioespacial de Goiânia, também produz espaços diferenciados dos planejados e pretendidos pela classe hegemônica. Mais do que isso: ratifica a premissa de que não há plano arquitetônico, tampouco planejamento urbano, que deem conta de solucionar os problemas decorrentes das desigualdades socioeconômicas, pelos menos não quando o Estado é conivente com este processo de exploração e expropriação.

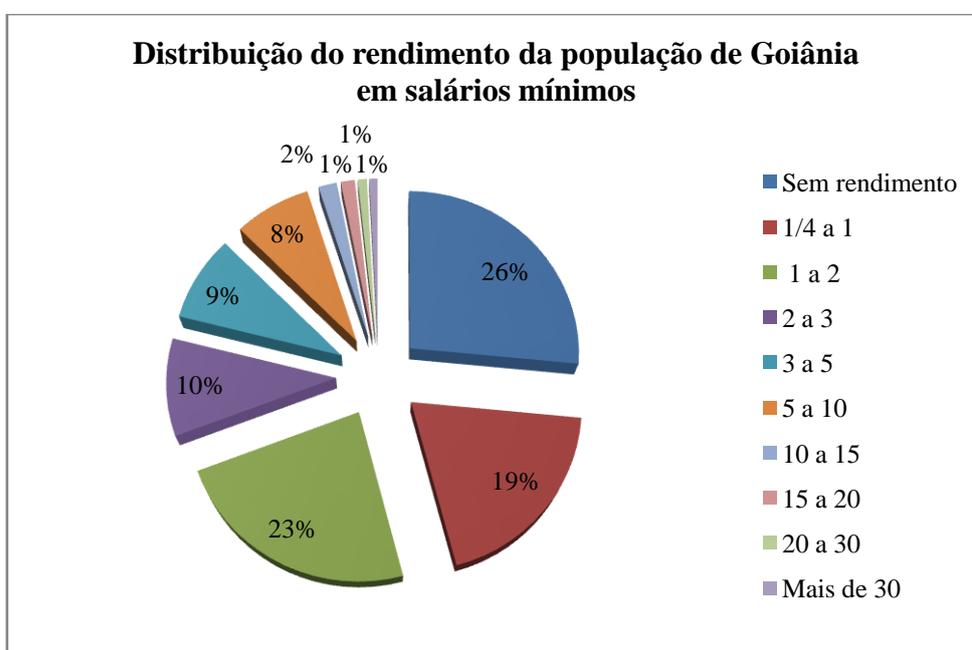
Este fato permite concluir que as desigualdades, ao se materializarem nos espaços urbanos, transformam-se em disparidades socioespaciais e, em consequência, é inevitável que outras formas de ação e relação, além da impressa pelo capital, surjam nos espaços urbanos da capital goiana. Estas ações, que driblam a lógica hegemônica, sempre existiram na história da humanidade. Os sujeitos, independentemente do modo de produção, agem, resistem, (re)significam e (Re)Existem exatamente para atender às suas necessidades básicas de morar, trabalhar, comer, divertir, enfim, de conquistar ‘um lugar ao sol’.

É daí que se percebe como e por que a (Des)ordem vai sendo estabelecida no espaço urbano da capital goiana, e como os resíduos da práxis transformadora são produzidos na sociedade urbana. Ou seja, a exclusão socioespacial, inevitável na sociedade capitalista, por ser contraditória e volátil também pode ser um elemento que incita a organização da classe trabalhadora na e pela cidade. Não se está aqui fazendo uma apologia à pobreza e à exclusão socioespacial. Ao contrário, o que se busca demonstrar é que este processo de fabricação da “pobreza” e da exclusão socioespacial, apesar de ser uma artimanha do poder hegemônico, também é frágil e, por isso, pode ser desmontado.

A espacialização da classe trabalhadora em Goiânia é um exemplo concreto desta premissa. Primeiro porque, ao contrário do foi apregoado pelos seus idealizadores, a nova capital goiana, projetada para ser molde e modelo de prosperidade e desenvolvimento, terá que abrigar, desde a sua fundação, a periferia proletária. E segundo, diretamente ligado ao primeiro fator, porque a classe trabalhadora, mesmo não sendo desejada na cidade, será, contraditoriamente, o maior contingente populacional de Goiânia.

O gráfico 8, que exhibe a distribuição do rendimento da população de Goiânia, contribui com este apontamento.

Gráfico 8 – Distribuição do rendimento da população de Goiânia em salários mínimos⁵³



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os dados do gráfico 8 contribuem com a proposição anterior ao expor que 68% da população goianiense ganham até 2 salários, sendo que, deste percentual, 26% não têm rendimentos e 19% recebem até 1 salário mínimo. Estas informações, além de reafirmarem a argumentação de que a classe trabalhadora é o maior contingente populacional de Goiânia, também levam à reflexão de que os excluídos socioespacialmente da cidade são os mesmos tão necessários para que ela funcione.

⁵³ Notas: 1 - A categoria '**sem rendimento**' inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios. 2 - **Salário mínimo** utilizado: R\$ 510,00 (IBGE, 2010).

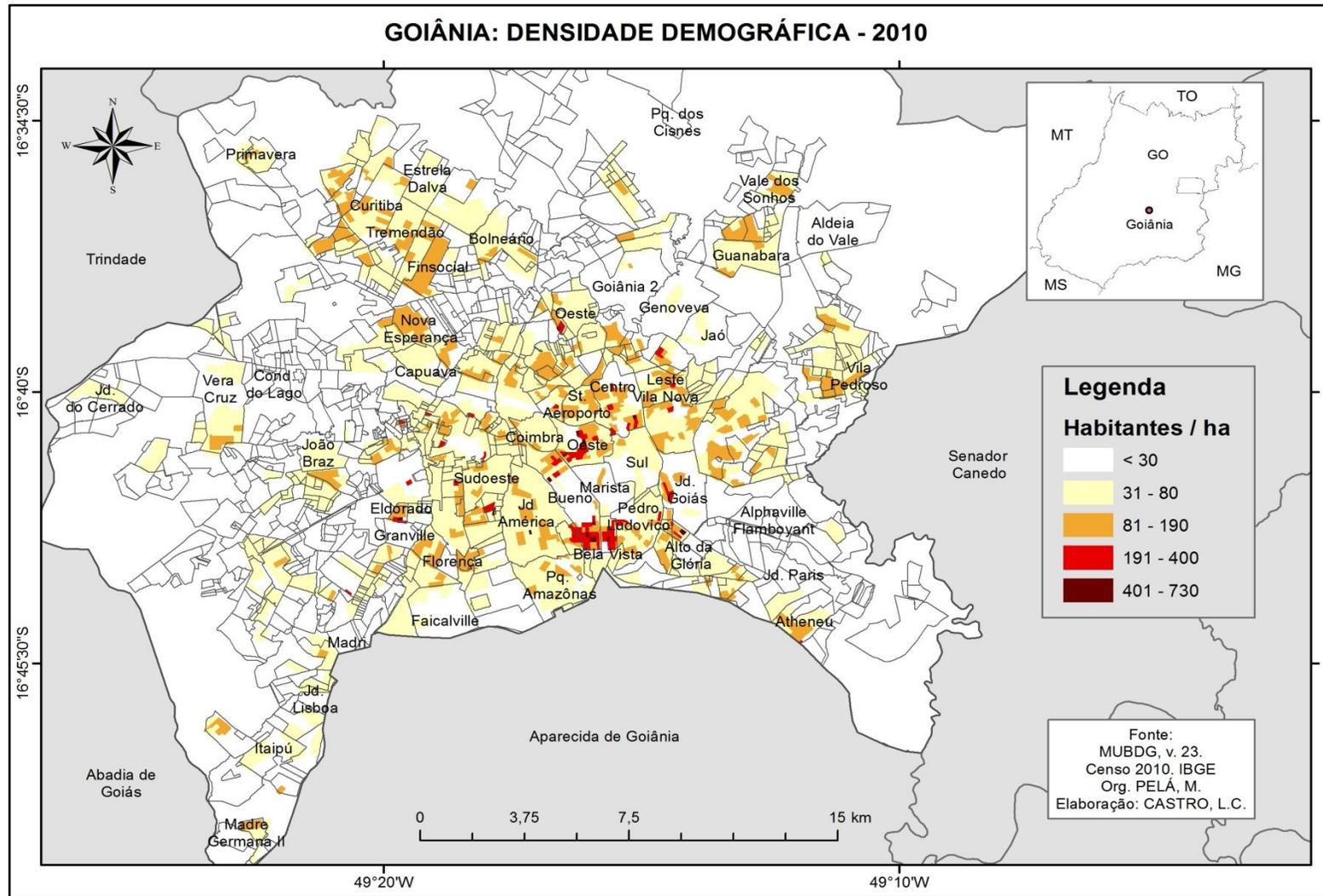
É da sua força de trabalho que a mais-valia é produzida. Sem isso, não há modo de produção capitalista e, muito menos, a expansão do capitalismo via modernização do território. Tudo sem mencionar que a urbanização e a renda fundiária da propriedade imobiliária, que hoje são uma das principais formas de alimentar o processo de concentração de riqueza, têm que se expandir e se retroalimentar.

É a lógica da produção capitalista do espaço apontada por Harvey (2001). Contudo, é preciso compreender que o modo de produção pode ser hegemônico, mas ele não é totalizante. Ele gera a pobreza e tenta controlar a dinâmica socioespacial; no entanto, não consegue barrar o movimento. Desse modo é que a pobreza e/ou exclusão socioespacial, ao se tornarem produtos da urbanização, apresentam-se como os principais responsáveis pela (Des)ordem que vai sendo estabelecida no espaço urbano da capital goiana.

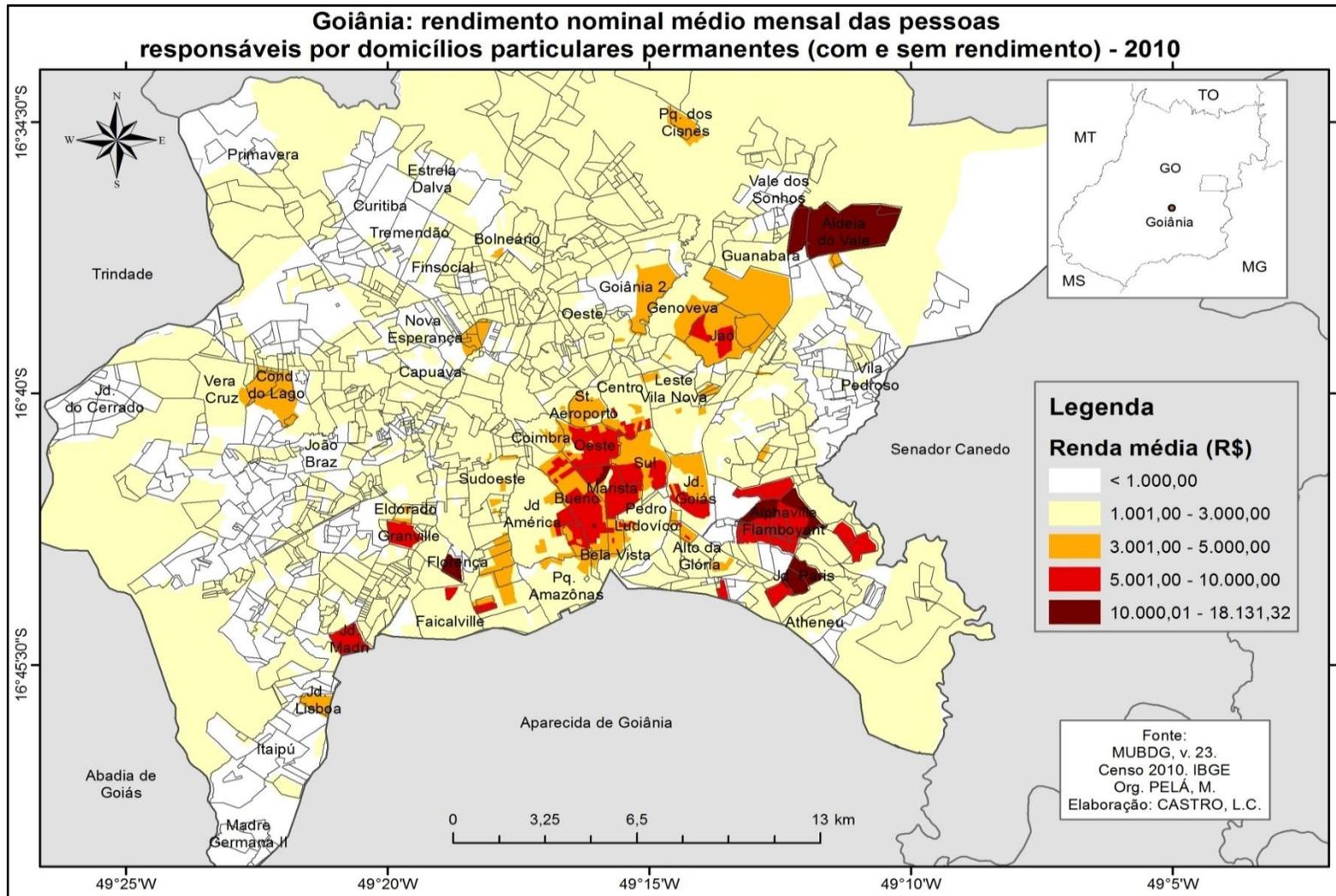
Goiânia hoje está longe daquele desenho traçado pelos seus idealizadores, bem como não se identifica mais com os preceitos que embasaram a sua construção. As suas formas e os seus conteúdos iniciais também se movimentaram e, por isso, foram sendo desviados e (des)ordenados desde o momento em que os sujeitos sociais que a ocuparam/ocupam e a construíram/constroem, estabeleceram/estabelecem a relação de uso do seu espaço urbano.

Os mapas 8 e 9, que retratam a densidade demográfica e a espacialização da população goianiense conforme a renda mensal, demonstram claramente esta premissa.

Mapa 8 – Densidade demográfica de Goiânia em 2010



Mapa 9 – Espacialização da renda da população goianiense



Uma leitura comparativa entre os mapas possibilita compreender que a cidade que foi idealizada para não abrigar a classe trabalhadora e não conter a periferia proletária só existe nos discursos ideológicos. Goiânia é uma reedição ‘moderna’ da estrutura conservadora, concentrada e desigual do Brasil de outrora, só que em menor proporção e com uma característica singular decorrente da sociedade urbana: a concentração da população de baixa renda em uma porção territorial reduzida.

Essa premissa é elucidada quando se constata nos mapas 08 e 09 que, enquanto a elite dominante concentra a renda e a terra de Goiânia em seu poder, a concentração na classe trabalhadora só existe no quesito populacional. É notório que a classe trabalhadora está espacializada em uma área reduzida onde as principais características são alta densidade demográfica e a baixa renda. Como exemplo, vale destacar a região noroeste da cidade, onde se localizam o Jardim Nova Esperança, Vila Mutirão, Jardim Curitiba, entre outros bairros, porque além de ser o local que, conforme já revelado, marca o início do processo do fenômeno urbano de explosão-implosão de Goiânia, também é a região em que a concentração populacional e a baixa renda apresentam-se com mais força.

Outra questão que merece ser evidenciada a partir das análises dos mapas é o deslocamento da elite para a parte periférica da cidade que, além de confirmar as questões relacionadas à concentração da terra e da renda na mão de uma pequena parcela da população, também demonstra a tendência de espacialização desta classe em condomínios fechados⁵⁴. *São as novas paisagens do poder e do dinheiro*, de que falam Moysés e Borges (2010), que invadem a capital goiana a partir da década de 1990 e que, conforme retratam os mapas 08 e 09, são hoje as principais áreas da cidade com as características de baixa densidade demográfica e alta renda. Em destaque: o complexo Alphaville Flamboyant (na região sudeste), o Residencial Aldeia do Vale (na região norte), o Residencial Granville e os Jardins Madri e Florença (na região sudoeste).

Este fator corrobora, mais uma vez, com as argumentações já tecidas de que Goiânia, apesar de todo o discurso ideológico de novo, prosperidade e mudança, é fruto das estratégias

⁵⁴ Bernardes e Soares Júnior (2007, p. 212), em releitura de Tramontano (1999, p. 21), afirmam que a concepção de condomínio surgiu nos EUA na década de 1950, quando os arredores das cidades foram invadidos por casas de campo. No Brasil, inicialmente, os condomínios surgiram ao redor da cidade de São Paulo, ocupando grandes glebas, ao longo das rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares, [...] [s]endo que o Alphaville constitui a experiência mais conhecida e de maior sucesso desse tipo de habitação no Brasil e está instalado hoje em várias cidades brasileiras, além de contar com uma unidade em Lisboa, Portugal. Esse modelo habitacional está assentado no tripé: casa própria–autoconstrução–loteamento periférico.

de poder para o desenvolvimento do capitalismo via modernização do território e, por isso, as questões de concentração de terra e renda persistem.

Contudo, como já dito, o movimento não é unilateral e, por isso, apesar de todo este processo de exclusão e autoexclusão, a antiga configuração de proximidade que havia no início da ocupação de Goiânia entre a periferia proletária – no caso, o Setor Vila Nova –, e o espaço privilegiado – no caso, o Centro de Goiânia –, ainda é reproduzida na capital, conforme evidenciado na região norte da cidade, onde está localizado o Residencial Aldeia do Vale, que apresenta uma baixa densidade populacional e alta concentração de renda, e seu vizinho, o Residencial Vale dos Sonhos, que, contrariamente, apresenta uma alta densidade demográfica e baixa renda.

Este fator é fundamental para a compreensão de que a pobreza e a riqueza fazem parte de um mesmo processo. Aliás, a pobreza também alimenta a riqueza. Deste modo é que, apesar da fragmentação, da exclusão e da autoexclusão socioespacial, não há espaço urbano na sociedade capitalista que só contenha uma classe social. O modo de produção capitalista, da mesma forma que necessita das contradições espaciais para se retroalimentar, também necessita da exploração da mão de obra da classe trabalhadora.

É justamente nesta contradição que se percebe a dialética do movimento à desordem, movimento e desordem tais que também podem ser percebidos em Brasília.

4.3 Do movimento à desordem no espaço urbano de Brasília

Em Brasília, como em Goiânia, o fenômeno de crescimento populacional foi acompanhado pelo processo de fragmentação territorial. Nos seus cinquenta e seis anos de existência, contrariando todas as previsões iniciais sobre a densidade populacional, houve um salto de 141.742 habitantes, em 1960, para 2.570.016 habitantes, em 2010. Já das sete Regiões Administrativas (RAs)⁵⁵ iniciais (Plano Piloto, Gama, Taguatinga, Planaltina, Brazlândia, Sobradinho e Paranoá), o Distrito Federal, segundo informações da Secretaria de Planejamento (CODEPLAN), conta hoje com 31 RAs, conforme demonstra o quadro abaixo:

⁵⁵ Apesar da lei Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe, no art. 9º, *que oficialmente o Distrito Federal é dividido em Regiões Administrativas (RAs) para fins de descentralização e coordenação dos serviços de natureza local* e do decreto nº 19.040 de 1998, *que proíbe a utilização da expressão "satélite" para designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF*, até os dias de hoje é comum as regiões administrativas serem chamadas de cidades-satélites.

Quadro 1 – Divisão administrativa de Brasília por data de criação das RAs⁵⁶

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL		
Número das RAs	Regiões administrativas	Ano de criação
RA-I	Brasília (Plano Piloto)	1964
RA-II	Gama	1964
RA-III	Taguatinga	1964
RA-IV	Brazlândia	1964
RA-V	Sobradinho	1964
RA-VI	Planaltina	1964
RA-VII	Paranoá	1964
RA-VIII	Núcleo Bandeirante	1989
RA-IX	Ceilândia	1989
RA-X	Guará	1989
RA-XI	Cruzeiro	1989
RA-XII	Samambaia	1989
RA-XIII	Santa Maria	1992
RA-XIV	São Sebastião	1994
RA-XV	Recanto das Emas	1993
RA-XVI	Lago Sul	1994
RA-XVII	Riacho Fundo	1993
RA-XVIII	Lago Norte	1994
RA-XIX	Candangolândia	1994
RA-XX	Águas Claras	2003
RA-XXI	Riacho Fundo II	2003
RA-XXII	Sudoeste/Octogonal	2003
RA-XXIII	Varjão	2003
RA-XXIV	Park Way	2003
RA-XXV	SCIA	2004
RA-XXVI	Sobradinho II	2004
RA-XXVII	Jardim Botânico	2004
RA-XXVIII	Itapoã	2005
RA XXIX	Setor de Indústria e Abastecimento	2005
RA XXX	Vicente Pires	2009
RA XXXI	Fercal	2011

Fonte: Anuário Estatístico do GDF, 2012.

Uma das reflexões que podem ser feitas a partir dos dados do quadro 1 é de que o processo de fragmentação territorial do Distrito Federal tem similaridade com o de Goiânia,

⁵⁶ Conforme explicação do GDF, em 2010, o censo considerou somente dezenove Regiões Administrativas, em função do não estabelecimento oficial dos limites geográficos das novas RAs, cujo projeto ainda está tramitando na Câmara Legislativa do Distrito Federal. São elas Brasília (Plano Piloto), Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia.

uma vez que a maior proporção de criação das Regiões Administrativas dar-se-á a partir da década de 1990, período que marca a transformação do processo de acumulação simples à acumulação liberal. Este é um dos fatores que demonstram a relação que há entre os processos locais, regional e nacional. No entanto, esta característica não elimina as particularidades do processo de formação do espaço urbano de Brasília.

A primeira a destacar-se é a própria forma de divisão administrativa do Distrito Federal. A oficialização das Regiões Administrativas em 1964, no entorno da cidade, com características urbanas destinadas a abrigar a classe trabalhadora, fugia de todas as previsões e pretensões de seus idealizadores e planejadores, já que representava a institucionalização da tão temida periferia proletária. Segundo Cidade (2003), esta legalização das cidades-satélites em RAs significou uma primeira ruptura com a racionalidade modernista, visto que houve uma expansão não planejada do tecido urbano da cidade para abrigar os operários construtores nas áreas periféricas.

Esta premissa, como já exposto, está explícita tanto no artigo 17 do projeto de Lúcio Costa – que recomenda o impedimento da criação da periferia proletária tanto na área urbana como na área rural – como nas diretrizes originais da Novacap, em que consta que as áreas em que foram edificadas as regiões administrativas do Gama, de Taguatinga, de Planaltina, de Brazlândia, de Sobradinho e Paranoá estavam reservadas à instalação de cooperativas agrícolas. Não só isso: a criação dessas cooperativas era uma das opções para absorver um terço da mão de obra dos trabalhadores construtores da cidade. Para os outros dois terços, as previsões eram de que uma parte seria absorvida nos serviços comerciais e a outra voltasse para a sua terra natal.

Lúcio Costa, em entrevista concedida em 2005 à arquiteta Giovanna Ortiz de Oliveira, explicita esta afirmação ao responder se havia uma previsão de expansão do Plano Piloto para a cidade. Segundo o urbanista:

Não. Aí está, eu previa, mas a tese era a seguinte: a cidade estava planejada para 500 a 700 mil habitantes; quando fosse se aproximando deste limite, seriam criadas na periferia cidades satélites, pequenas, complementares, para evitar aqueles fragmentos suburbanos que são sempre desagradáveis, desmoralizantes... A cidade estava bem definida; depois surgiriam nessa periferia pequenas cidades, esse foi o esquema.

O engenheiro, Sr. Pinheiro, que era o responsável pelas obras, uma pessoa excepcional, com a NOVACAP, tinham considerado três possibilidades: uma vez terminada a fase inicial, dos 3 anos iniciais de trabalho intensivo, 1/3 da população obreira que tinha ido a Brasília para construir a cidade, chegado o momento da inauguração voltaria para o seu "país" de origem; o outro terço seria absorvido pelas próprias atividades locais urbanas; para o terceiro terço – como eram quase todos operários de tradição rural- a solução seria criar um cinturão verde, agrícola, em torno da cidade. Esse era o programa, mas não deu certo porque todos quiseram

continuar em Brasília. E a NOVACAP ficou com aquele problema: os operários tinham criado verdadeiras favelas próximas aos canteiros de obras. Embora eles houvessem declarado que não levariam as famílias, depois de 15 dias do mês, estavam todos lá, precisando morar e criando favela em torno de cada grande canteiro.

Uma vez inaugurada a cidade – abril de 1960 – não podia ficar assim, tinham que transferir essas pessoas. Aí surgiu a idéia de criar núcleos na periferia (COSTA, 2005, p. 4).

A declaração do urbanista responsável pelo projeto de Brasília reafirma algumas ponderações já aqui reveladas. A primeira é que tanto a cidade como o urbano serão a nova realidade da sociedade brasileira, independentemente de sua classe social. A segunda é que a urbanização será a contrapartida da desruralização da sociedade brasileira, e, como a desigualdade passa a ser o principal produto da urbanização, os espaços urbanos carregaram as marcas das desigualdades em suas formas e conteúdos.

Nesse sentido é que os gestores, ao serem obrigados pela circunstância, e, principalmente, para não perder o controle do movimento na e pela cidade, ao institucionalizar a periferia proletária na nova capital federal, irão concentrar as suas estratégias elitistas e segregacionistas para valorizar o espaço privilegiado.

Paviani (1989) contribui com esta asserção ao dizer que:

Nos primórdios da década de 60, iniciaram-se a venda de terrenos e a abertura de novos espaços de terras públicas para a construção de conjuntos residenciais. Esta fase descaracterizou os planos originais para a cidade, onde a terra urbana possuía fins eminentemente sociais, em tese, e abriu possibilidades para a ação dos mecanismos do mercado privado, encarecendo a terra e alijando a população de baixa renda para periferias cada vez mais distantes, mais evidentes em uma cidade planejada do que em outros grandes centros urbanos de crescimento espontâneo. Esta discriminação se processou de forma mais acentuada através do encarecimento dos aluguéis ou da inflação dos preços dos imóveis, tanto no centro como nas cidades-satélites.

Em vista disto, a população de baixa renda se deslocou para habitação mais barata ou para favelas: 300 mil pessoas viviam em cômodos sublocados em barracos das cidades-satélites e favelas, segundo notícias do Jornal de Brasília de 22 de junho de 1979 (op.cit, 1989, p. 42,43).

Uma questão que pode ser destacada a partir da reflexão de Paviani (1989) é a capacidade de resiliência que há no modo de produção capitalista, pois o planejamento urbanístico e arquitetônico não deixará de ser mais um dos instrumentos para promover a concentração da renda e a valorização fundiária do espaço inicialmente planejado. É a dialética do movimento e da contradição do espaço que faz com que o desenvolvimento, os vazios urbanos, a urbanização e a estratificação econômica e socioespacial sejam faces diferentes de uma mesma moeda, ou seja: é a contradição histórica que há em torno da função

da terra sendo (re)contextualizada na sociedade urbana. Em outras palavras: é a dialética entre a cidade como obra e a cidade como simples mercadoria.

Os períodos que marcam a constituição do espaço brasiliense demonstram claramente esta proposição. O primeiro período, de 1956 a 1973, é o da construção da cidade. Esta fase, segundo Carvalho Júnior (2011), em releitura de Steinberger (2003) e Cidade (2003), é marcada: pelo grande fluxo migratório, principalmente da classe trabalhadora; pelo Estado, como o grande planejador, promotor, construtor, financiador e proprietário do solo urbano e rural; pela institucionalização da periferia proletária por meio da criação das primeiras cidades-satélites e pelas ausências de planos de uso e ocupação do solo. Ou seja, esta fase caracteriza-se, principalmente, pelo processo de deslizamentos de sentidos na forma e no conteúdo do projeto original, decorrente do movimento de espacialização dos operários construtores.

O segundo período, compreendido entre os anos de 1974 a 1985, é o de consolidação da cidade. Neste momento, os primeiros traços do que viria a ser a metrópole brasiliense já estavam delineados, visto que a necessidade de urbanização das cidades satélites consolidou a dispersão do tecido urbano fazendo com que o Distrito Federal adquirisse a feição polinucleada. É importante ressaltar, aqui, que este processo também está diretamente relacionado com a exclusão socioespacial da classe trabalhadora e especulação imobiliária.

Catalão (2008, p. 30, 31) contribui com este entendimento ao ratificar a posição de Paviani (1985) e Gonzales (1985):

Esse fenômeno não tem a ver com saturação e perda de qualidade de vida no centro, dada sua baixa densidade de ocupação – já que havia ainda 49% de áreas desocupadas no Plano Piloto em 1976 –, nem com a desconcentração industrial, haja vista tratar-se de uma metrópole terciária (PAVIANI, 1985a) que nunca teve indústrias significativamente desenvolvidas, mas como a saída encontrada para resolver a questão habitacional das classes mais baixas, já que a elitização das áreas centrais impossibilitou financeiramente a estas classes de adquirirem moradias mais centralmente localizadas (GONZALES, 1985).

A reflexão do autor expõe mais uma vez a dialética que há no processo de implosão-explosão da cidade, visto que da mesma forma que contribui para regularizar e delimitar novos espaços urbanos que irão abrigar a classe preterida econômica, cultural e socioespacialmente do espaço planejado, ela também cooperará para a concentração de renda, terra e poder na mão da elite dominante. Não é por acaso que nessa fase a iniciativa privada, por meio da especulação imobiliária, passará a ser o principal agente do uso e ocupação do solo no Distrito Federal.

É importante enfatizar que esta fase foi influenciada pelas políticas geoeconômicas do governo militar – que priorizavam a regionalização como estratégias de controle territorial, solução dos problemas gerados pelo incessante fluxo migratório – e pelo processo de urbanização desigual e concentrada. Destaca-se o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB, criado na metade da década de 1970, no âmbito do II PND,

tendo em vista a preocupação das autoridades ligadas ao Governo Federal e ao Estado de Goiás com o acelerado crescimento migratório para a região que circunscreve a capital (PELUSO, 1983). O objetivo principal do programa era criar estratégias para promover o desenvolvimento da região sob influência direta de Brasília, visando, sobretudo, evitar a ampliação da dependência das cidades contíguas. Além do Distrito Federal, sua escala de abrangência territorial atingia 88 municípios goianos e mineiros, tais como Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Planaltina, Pirenópolis, em Goiás, e Unai, em Minas Gerais, entre outros (CATALÃO, 2008, p. 55).

A não legalização de qualquer RA neste período reflete esta conjuntura, visto que havia claramente a intenção de preservar o papel de Brasília como centro político-administrativo e cidade planejada e, por conseguinte, barrar o seu processo de metropolização. Por isso, o PERGEB tinha como meta prover moradias, infraestruturas e empregos na Região Geoeconômica (CATALÃO, 2008).

Contudo, este programa não deu certo. Primeiro porque não conseguiu barrar o fluxo migratório da classe trabalhadora para a nova capital. Segundo pela própria condição de Brasília como cidade-capital política e administrativa. E, por último, em virtude de sua própria contradição que, ao propor medidas de desenvolvimento regional e valorização socioeconômica da região de influência direta de Brasília, irá favorecer a ampliação da urbanização da capital para uma escala regional e, de consequência, alimentar o processo de produção metropolitana (CATALÃO, 2008).

Esta realidade será evidenciada entre 1986 a 1989, período marcado pela redemocratização do País, quando serão oficializadas mais 6 RAs, entre elas a de Samambaia, que fica em uma das portas de entradas de Brasília, e a de Ceilândia, a RA que tem a maior concentração populacional do Distrito Federal e da classe trabalhadora⁵⁷.

Cabe ressaltar que, segundo Carvalho Júnior (2011), a principal nuance da gestão do território no Distrito Federal nesse período é a especulação por meio dos parcelamentos

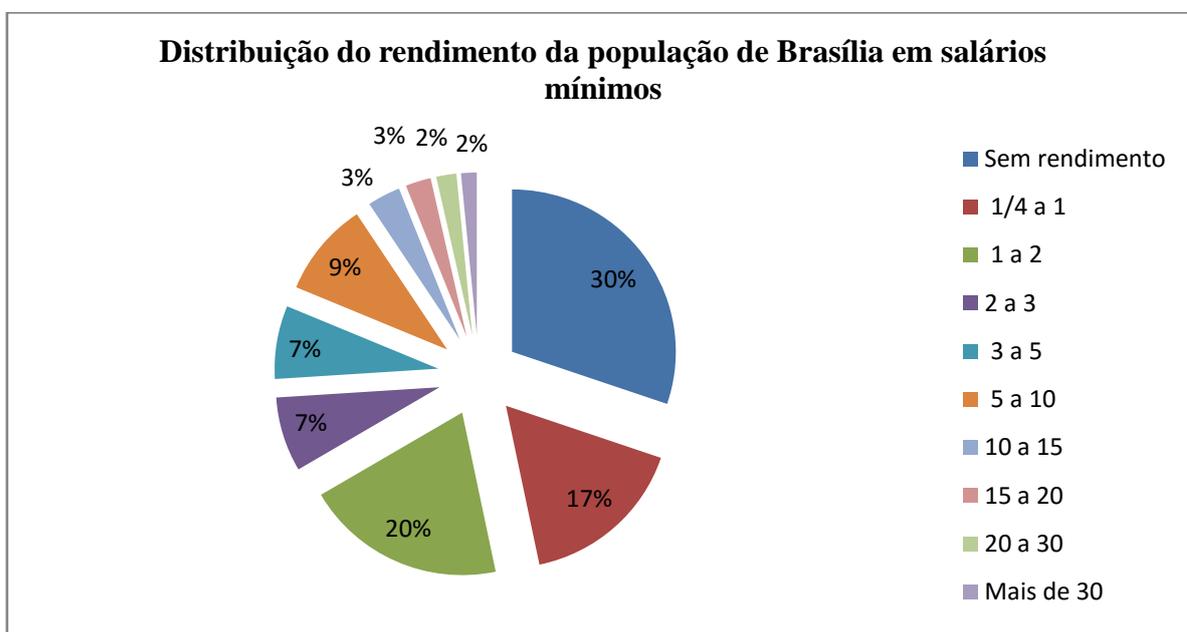
⁵⁷ Segundo o censo de 2010, enquanto a população do Plano Piloto é de 209.855 habitantes, a da RA da Ceilândia é de 402.729.

irregulares de terras. Destaca-se, também, que este período é o momento de transição entre a ditadura e a redemocratização do país, cuja lógica da acumulação liberal prevalecerá no espaço brasileiro, conseqüentemente, em Brasília.

Esse período, que vai de 1990 até os dias atuais, é caracterizado pela consolidação de Brasília como metrópole, uma metrópole que destoa completamente dos preceitos iniciais para os quais fora planejada, visto que o seu espaço urbano, diferentemente da utópica ideia europeia de coesão social, carrega as marcas das desigualdades e das contradições do processo formação do território brasileiro.

É o espaço vivido demonstrando, mais uma vez, que o espaço concebido, ao tornar-se realidade, sempre sofrerá intervenções das relações e ações sociais, as quais, de sua feita, explicitam-se de várias formas. Uma delas consiste no retrato da maioria da população da nova capital federal, composta prioritariamente pela classe trabalhadora, conforme pode constatar-se no gráfico 09, que exibe que apenas 19% de seus habitantes recebem mais que 5 salários mínimos.

Gráfico 9 – Distribuição do rendimento da população de Brasília em salários mínimos⁵⁸



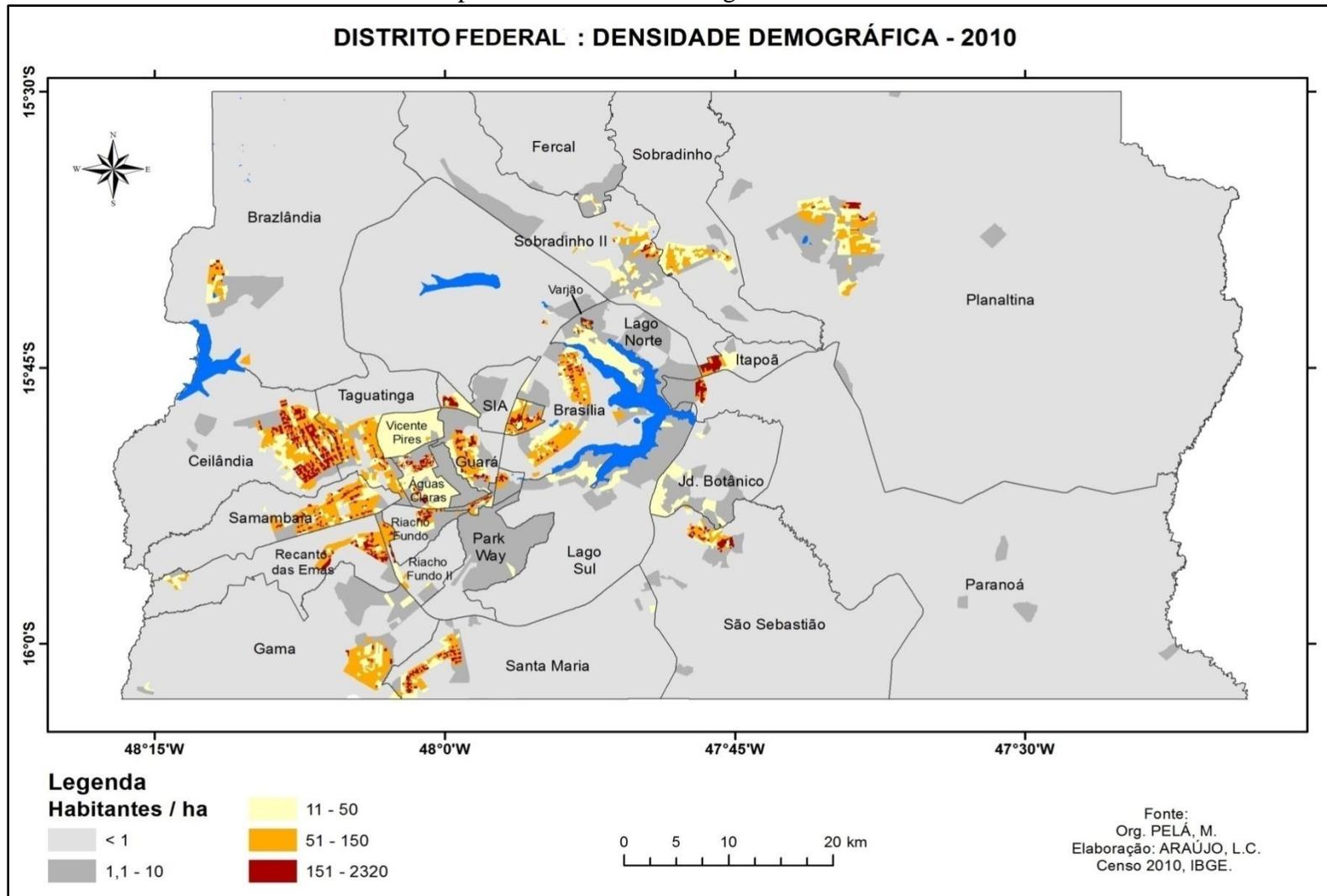
Fonte: IBGE, 2010.

A concentração de renda é uma das características que a iguala a Goiânia e que reafirma o abismo econômico e social que há entre a produção coletiva e a apropriação desta

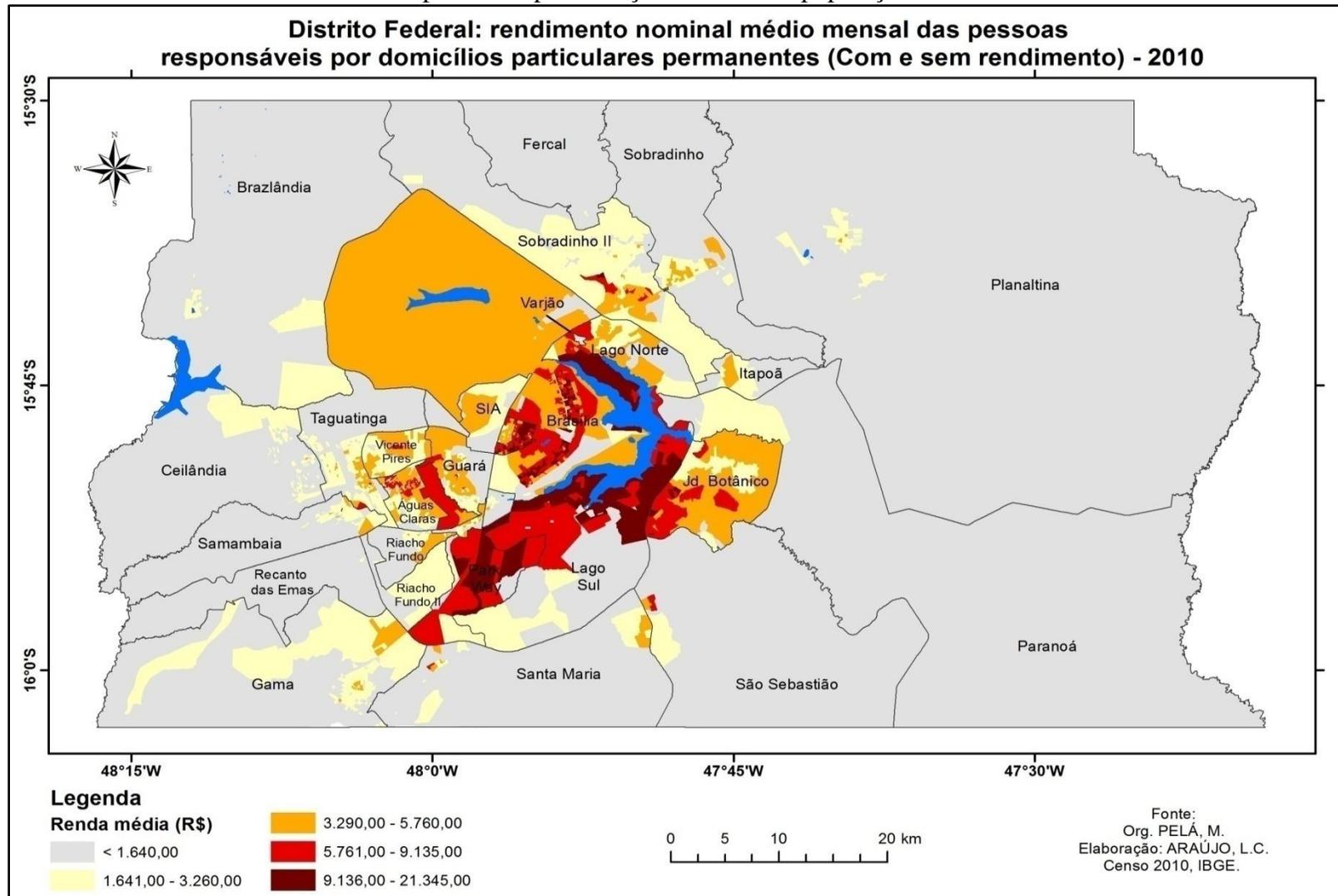
⁵⁸ Como o censo foi realizado em 2010, o salário mínimo calculado é o de R\$ 510,00.

produção no processo de constituição do espaço urbano de Brasília. Contudo, os dados, ao demonstrarem que a classe trabalhadora é o maior contingente populacional da nova capital, explicitam que, quando a desigualdade se torna o principal produto da urbanização, não haverá traços e compassos que conseguirão barrar a sua materialização no espaço, conforme se constata nos mapas 10 e 11, que retratam a densidade demográfica e a espacialização da população brasiliense conforme a renda mensal.

Mapa 10 – Densidade demográfica de Brasília em 2010



Mapa 11 – Espacialização da renda da população brasileira



Uma análise comparativa dos mapas 10 e 11 contribui para reafirmar as argumentações tecidas até o momento sobre o processo de produção do espaço urbano de Brasília. Brasília é uma cidade desigual onde a concentração de renda e terra está na mão da elite, e a concentração populacional e a exclusão socioespacial são traços da espacialização da classe trabalhadora.

Outra questão que pode ser ratificada, a partir das análises dos mapas, é a capacidade de resiliência do modo de produção capitalista e de seus agenciadores em manter os benefícios da produção coletiva do espaço na mão de uma pequena parcela da população. Após a década de 1990, apesar da fragmentação do espaço planejado – em que a RA de Brasília (Plano Piloto) é dividida em mais quatro RAs (as RAs do Lago Norte e do Lago Sul, em 1994, e as RAs do Park Way do Sudoeste/Octogonal, em 2003) –, esta área continua a ter as características de baixa densidade demográfica e desconcentração de renda.

Este fator demonstra que tanto o capital como a classe que o representa e o gere também se movimentam, movimento que pode ser encontrado no planejamento, nas políticas públicas, na especulação imobiliária, na criação de novas ideologias e de novas formas na e para a cidade, enfim, nas ações que visam preservar as benesses da renda fundiária, da acumulação de renda e da exploração da mão de obra da classe trabalhadora.

Contudo, os mapas também evidenciam que Brasília, hoje, é uma cidade que tem muito mais espaços deslizados do que planejados, visto que grande parte das RAs se desenvolveu ao redor do racional Plano Piloto, sem falar que a maioria das RAs é composta pela classe trabalhadora. Ambos fatores corroboram com o argumento de que nem o uso da inteligência nem as ações advindas do planejamento territorial conseguem determinar, em sua totalidade, o processo de construção e ocupação do espaço urbano da nova capital do Brasil.

A espacialização da classe trabalhadora em periferias proletárias demonstra isso. Mais que isto, demonstra que a pretensão, por parte dos planejadores do uso temporário da mão de obra desta classe, de criar um ‘oásis’ europeu em terras cerradeiras foi frustrada pela necessidade, pelo desejo e pela esperança destes trabalhadores em conquistar o direito à terra, ao trabalho e a uma vida mais digna por meio da cidade e do urbano.

Não há racionalidade e, muito menos, traços e compassos que consigam barrar o movimento da classe trabalhadora, tampouco eliminar o sentido histórico-geográfico que há em qualquer processo de produção espacial. O espaço, já dizia Lefebvre (2008), não é neutro nem indiferente. Não é algo pronto a preencher-se de formas e acontecimentos. Por isso, jamais será indiferente àquilo que recebe. Se não se acentuam o político, o sociohistórico e o estratégico da ocupação do espaço, os reais motivos de seu processo de produção de uma

forma ou de outra virão à tona. E como a acumulação do capital, a concentração da terra e a exploração da força de trabalho são os principais motivos da produção espacial na sociedade capitalista, este processo será marcado por contradições e disputas entre a classe que explora e a classe que é explorada.

Em Palmas, este processo de contradições, disputas e movimento também marcaram a constituição do seu espaço urbano.

4.4 Do movimento à desordem no espaço urbano de Palmas

Os princípios e conceitos que acompanham o processo de construção da cidade de Palmas têm como fundamento o pensamento modernista de planejamento e a economia liberal, visto que, de um lado, a cidade conta com um plano urbanístico inicial idealizado sob os preceitos da funcionalidade do uso e da ocupação do solo, tendo o discurso ecológico e humanitário como base de sustentação, e, de outro, é criada sob a égide da produtividade e da competitividade em que o livre mercado é a estratégia para o processo de construção e ocupação de seu espaço urbano.

Esta estratégia da livre concorrência fez com que, desde o início, a função social da terra fosse subjugada pela sua condição enquanto mercadoria, uma vez que o Governo desapropriava a terra rural e a vendia como terra urbana, já valorizada pelas ações políticas, jurídicas e de urbanização implantadas pelo Estado. Deste modo é que o poder público, como o principal proprietário fundiário, agente definidor, regulador e responsável pela sua construção, “arrecadava recursos com a venda de terras urbanas e também as utilizava para pagamento dos serviços prestados na implantação de infraestrutura básica na cidade” (BAZOLLI, 2007, p. 15).

Esta ação foi uma das principais responsáveis para que o solo urbano da capital tocantinense, desde a sua fundação, estivesse, em sua grande maioria, em poder da iniciativa privada e fosse alvo de uma crescente especulação imobiliária. Coriolano (2011, p. 1, 2) complementa este contexto ao dizer:

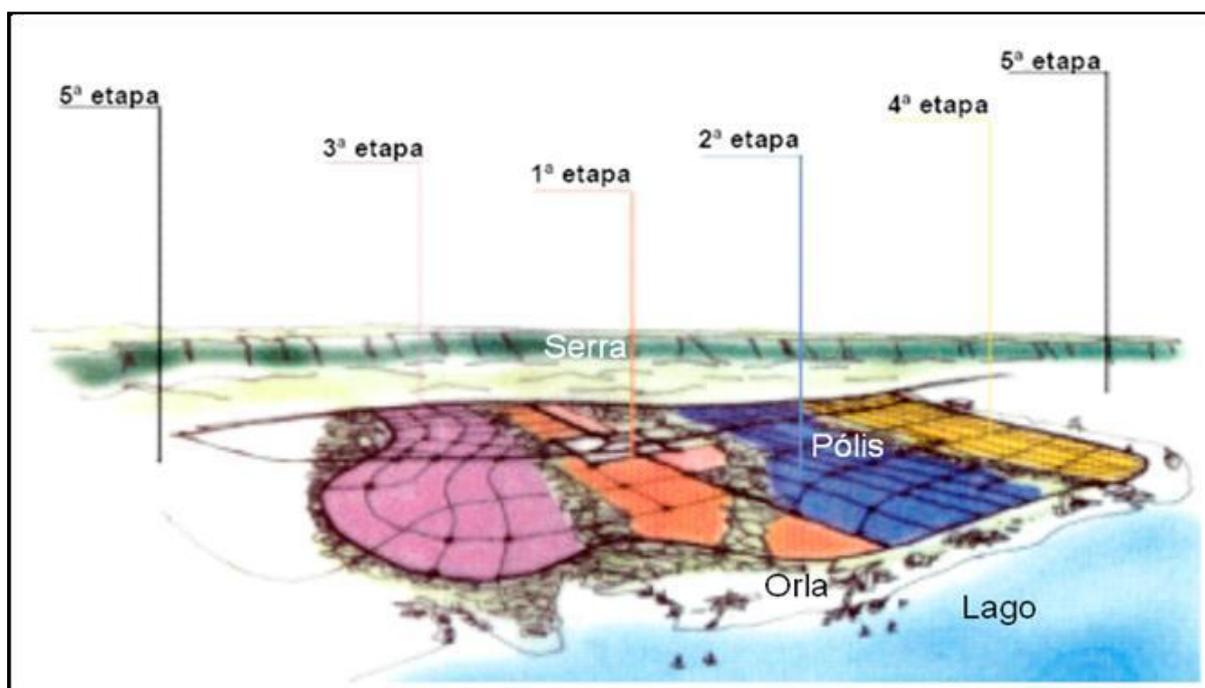
Numa perspectiva de mercado capitalista, o Estado comercializava as propriedades fundiárias junto ao capital imobiliário, que apostava na certeza do empreendimento. O Estado se utilizava também das terras urbanas para negociar o pagamento das empreiteiras responsáveis pelas obras de construção da cidade. Enquanto isso, contraditoriamente, os trabalhadores que atuavam na construção civil da cidade, erigindo os seus primeiros espaços de gestão, moradia e sociabilidade, eram obrigados a construir suas moradias longe da urbanidade do espaço formal. A

perversidade desse movimento é comum às cidades que, no modo de produção capitalista, foram construídas mediante planejamento prévio.

As reflexões apresentadas pela autora, aliadas às argumentações travadas até o momento, levam à constatação de que as contradições relacionadas à terra, ao trabalho e ao capital também estão presentes no processo de produção do espaço urbano de Palmas. Como já exposto, a primeira consequência deste processo foi o deslizamento de sentidos da forma e do conteúdo do seu plano original, provocado tanto pela ação estatal como pelo movimento da classe trabalhadora para espacializar-se na cidade.

Conforme o plano urbanístico elaborado pelo GrupoQuatro, a previsão para implantação e ocupação da cidade era para acontecer de forma ordenada e sequencial, sendo que se iniciaria a partir do núcleo central (espaço planejado), no sentido leste-oeste, “obedecendo à declividade mínima do sítio, em direção ao lago, reduzindo o custo com sistema de drenagem” (PALMAS, 2005, p. 52).

Figura 4 – Proposta de ocupação urbana sequenciada de Palmas



Fonte: Caderno Revisão do Plano Diretor de Palmas (2005).

Conforme o plano de ocupação, a cidade era para ser construída e ocupada do centro em direção à periferia, tendo como prioridade a área central (Palmas Centro); as áreas periféricas seriam as últimas etapas. Todavia, como já demonstrado ao se falar dos deslizamentos no processo de ocupação do espaço urbano de Palmas, isto não aconteceu, uma

vez que a classe trabalhadora, sendo o maior contingente populacional e sem condições para adquirir um lote no espaço planejado, “forçou” a ocupação das áreas periféricas da cidade, principalmente a Região Sul, desde a 1ª etapa da construção de Palmas. Como será visto mais à frente, as áreas que foram projetadas para ser ocupadas nas 1ª e 2ª etapas são hoje os locais que concentram a maior quantidade de vazios urbanos na cidade.

Esta situação remete a uma reflexão: a de que, mais uma vez, os traços e compassos que arquitetaram Palmas, assim como Goiânia e Palmas, ao não levarem em consideração as raízes histórico-geográficas do processo de produção territorial do Brasil, cometeram a mesma ilusão de desvincular o espaço concebido do espaço vivido. Ora, já está mais do que provado que o urbanismo por si só não dá conta de determinar o processo de ocupação espacial.

O espaço é uma produção social e, por isso, é preciso compreender que nem o urbanismo nem o planejamento urbano determinarão a produção do espaço. As forças a serem consideradas no processo de produção espacial, por conseguinte, no planejamento arquitetônico e urbanístico, são outras: a política, a econômica, a sociohistórica, a cultural e, principalmente, as ações e relações humanas. A técnica não consegue eliminar a vida e, muito menos, o movimento. Ora, não há como construir cidades ecológicas e humanitárias em um país onde a concentração da terra, a exploração da classe trabalhadora e a desigualdade social são as principais características. Puros idealismo e ilusão, principalmente quando se misturam os moldes de vida de coesão social europeia com os modelos econômicos da livre iniciativa americana.

Não há como obter coesão social por meio da arquitetura e do planejamento caso não se eliminem, ou pelo menos se diminuam, a concentração de terra e de renda e a exploração da força de trabalho – forças motrizes de sustentação do sistema. Por isso, dentro desta lógica de produção não há como construir pretensos oásis, pois sem a classe trabalhadora as cidades não funcionam, tão menos são construídas. É principalmente da sua força de trabalho que este motor gira.

Deste modo, torna-se cada vez mais necessário, tanto nas análises socioespaciais como nas ações e propostas delas decorrentes, levar em consideração as questões sociais, históricas e geopolíticas. O Brasil urbano e emergente ainda continua sendo um país completamente desigual que, segundo o relatório das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), carrega o status de quarto país mais desigual da América Latina em distribuição de renda e ainda conta com mais de 20% da população vivendo em situação de pobreza ou indigência. Esta situação é reforçada quando, de um lado, o censo de 2010 aponta que 80% da população, por

classe de rendimento mensal, recebem até dois salários mínimos e, do outro, segundo o Banco Mundial, o país, desde o ano de 2010, está entre as dez maiores economias mundiais.

Estes dados, em conjunto com os já comentados de que 84% da população do país vivem em cidades, permitem concluir que as cidades brasileiras são desiguais e que a maioria da população brasileira que nelas se concentra é formada pela classe trabalhadora. Tal fato demonstra que o desenvolvimento e a urbanização beneficiam apenas uma pequena parcela da população e, por isso, repita-se, não há projeto arquitetônico, planejamento urbano e ordenamento socioterritorial que resolvam as questões das desigualdades nas cidades, principalmente quando estas ações são usadas para privilegiar a classe hegemônica.

Deste modo é que o processo de construção espacial brasileiro, mesmo nas cidades ditas planejadas, será marcado por disputas entre as classes sociais – balizadas pelas disparidades – e, em consequência, os espaços urbanos serão desordenados. Dois pesos e nenhuma medida. À classe hegemônica cabe a detenção dos meios de produção e comunicação, a concentração das riquezas e o Estado, como o seu grande agenciador. À classe trabalhadora cabe a negociação da sua força de trabalho, a luta, a resistência e a organização social e a coletividade para a conquista de um pedaço de chão na cidade e um mínimo de dignidade.

Nesse sentido é que a classe trabalhadora, imprescindível à construção e sustentação de qualquer cidade, não aceitará a temporalidade do uso de sua mão de obra e criará outras ações e relações que extrapolam a do modo capitalista de produção. São justamente nestas ações de resistências que encontraremos os resíduos da práxis transformadora.

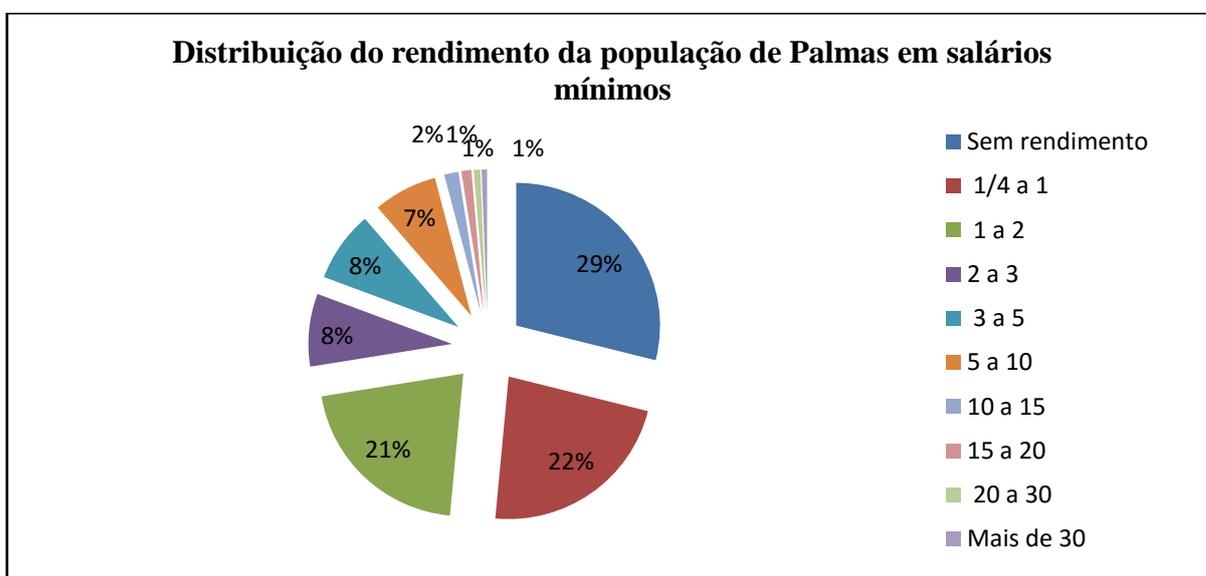
A necessidade de morar, trabalhar e o desejo de melhores oportunidades e condições de vida são os fatores que a fazem migrar. Palmas era, e ainda é, uma dessas promessas e por isso continua a ser polo de atração desta classe. Contudo, apesar de toda esta situação adversa, é necessário ressaltar que não se pode desprezar a função que a inteligência urbanística, associada à ideologia de cidade e urbano que a acompanha, cumpriu no processo de construção de Palmas. O urbanismo, ao representar, a partir da imagem, o ideal de cidade e urbano, passou a ser modelo de prosperidade e de vida melhor.

Por isso, o uso da inteligência urbanística – com toda a ideologia e *marketing* político que apregoava que Palmas é a cidade do futuro, o caminho da esperança e de uma vida melhor – foi um dos chamarizes para atrair a mão de obra necessária à construção da nova capital. É nesta hora que se percebe que a ideologia passa a ser um problema para a própria classe que a cria e a sustenta, pois a classe trabalhadora, ao acreditar nesta falsa ilusão de planificação social a partir da cidade e, por conseguinte, lutar para ocupar o território

tocantinense, irá forçar alterações nos planos iniciais e em todos os outros que não a considerarem parte integrante deste processo. É a disputa da e na cidade, que se reflete nas desordens do espaço urbano.

Nesse sentido, verifica-se que houve, há e ainda haverá deslizamentos de sentidos e desordenamento no seu espaço urbano. Não é por acaso que, também contrariando as expectativas iniciais, o maior contingente populacional de Palmas, desde a sua construção e até os dias de hoje, é a classe trabalhadora. Para se ter uma ideia, 80% da população da cidade de Palmas têm uma renda inferior a três salários mínimos, sendo que destes 80%, 29% não têm renda, 22% têm renda de até um salário mínimo e 21% até dois salários (vide gráfico 10).

Gráfico 10 – Distribuição do rendimento da população de Palmas em salários mínimos⁵⁹



Fonte: IBGE, 2010.

Esta realidade faz com que Palmas, em apenas vinte e três anos de existência, tenha outras formas e outros conteúdos que se diferem do inicialmente planejado. Primeiro porque este fato de a cidade ser composta em sua maioria pela classe trabalhadora já indica que o processo de ocupação de Palmas foi completamente diferente do previsto. Palmas hoje (vide mapas 12 e 13) tem a sua ocupação concentrada nas áreas periféricas da cidade, principalmente na região sul (Palmas Sul), onde fora reservada a área de Taquaralto para abrigar esta classe. Já a área central do espaço planejado (Palmas Centro), onde eram previstas as primeiras etapas de ocupação, caracteriza-se pela grande quantidade de espaços vazios.

⁵⁹ Como o censo foi realizado em 2010, o salário mínimo calculado é o de R\$ 510,00.

Para se ter uma ideia, a área onde se localiza Palmas Sul, cuja ocupação estava prevista apenas para a quinta fase de expansão no Plano Diretor original, engloba, atualmente, um conjunto de 17 bairros, onde residem aproximadamente 40% da população da cidade. Este processo de expansão da cidade para esta região iniciou-se já nos primeiros anos de sua fundação e, por isso, tem como uma das características ocupações desordenadas e irregulares, conforme explica Bazolli (2007, p. 90) ao dizer que:

[...] a partir do ano de 1992 a expansão periférica se fortaleceu e não pode mais ser contida [...] Esse processo pode ser constatado a partir da criação dos Jardins Aurenys I, II, III e IV, em 1991, posteriormente com o surgimento dos loteamentos: Jardim Aeroporto; Jardim Bela Vista; Jardim Janaína; Jardim Maria Rosa; Jardim Morada do Sol; Jardim Sol Nascente; Jardim Santa fé; Jardim Taquari; Jardim Vale do Sol; Jardim Irenilda e outros tantos loteamentos clandestinos ou irregulares, que não constam oficialmente por não fazer parte do cadastrado formal na prefeitura. Essa ocupação da periferia na região Sul da cidade se estendeu por uma área de 11.743 hectares, espaço urbano maior que os 9.369 hectares, do plano original de Palmas, denominado atualmente como Palmas-centro, enfim surge uma nova cidade que se torna maior do que a original planejada.

As ponderações de Bazolli nos levam a duas reflexões: a parte periférica de Palmas, principalmente a região sul, é a primeira que sofre o processo de fragmentação territorial devido à concentração populacional da classe trabalhadora; Palmas, antes mesmo de ser totalmente ocupada, já sofre um processo de expansão territorial. Esta conjuntura demonstra a contradição que há no processo de construção e ocupação de seu espaço urbano, uma vez que, mesmo a sua densidade demográfica sendo baixa⁶⁰, a cidade já passou por duas expansões urbanas.

Esta situação remete à seguinte indagação: por que uma cidade, que foi projetada para ter uma população de 800 mil habitantes em 2006⁶¹ e que, em 2010, passados oito anos deste prazo, contava com menos de 240 mil habitantes, necessita de expansão urbana?

As respostas a essa pergunta estão em algumas constatações já apresentadas neste subtópico. Uma delas é a incongruência entre o espaço concebido (planejamento arquitetônico e urbanístico) e os reais motivos (geopolíticos, econômicos e socioculturais) da produção do espaço urbano de Palmas.

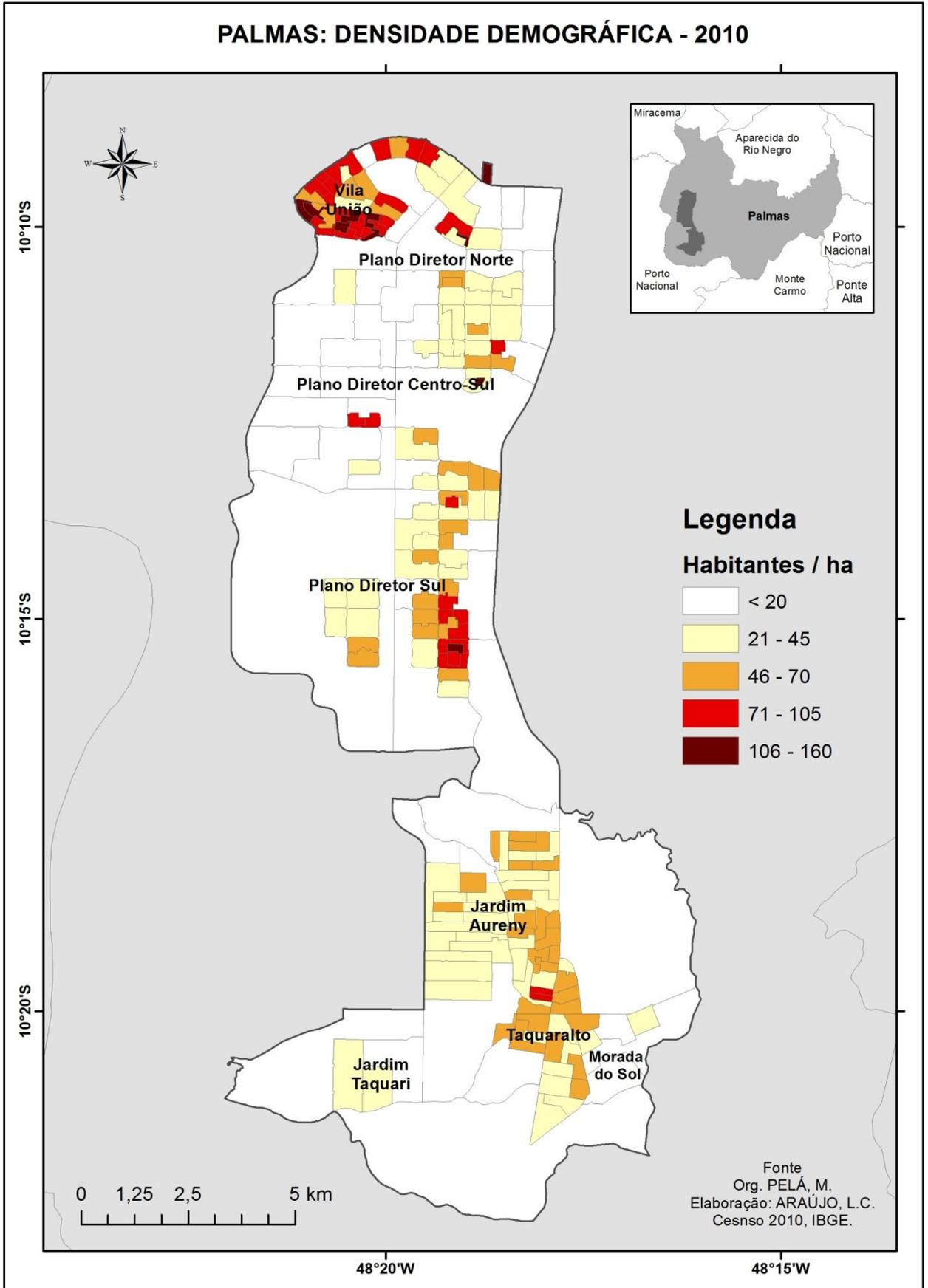
⁶⁰ A projeção do IBGE para o ano de 2005 era de que a densidade populacional urbana de Palmas fosse de 7,3 habitantes por hectare, muito abaixo da prevista no seu plano original de implantação, estimada de 300 pessoas por hectare (BAZOLLI, 2007).

⁶¹ Segundo Bazolli (2007), as previsões de ocupação da cidade eram de que até o 15º ano Palmas teria uma área urbanizada de 1.624 hectares, com a seguinte estimativa escalonar de números de habitantes: no 5º ano seriam 120 mil; no 10º, 200 mil, e no 15º ano, 800 mil.

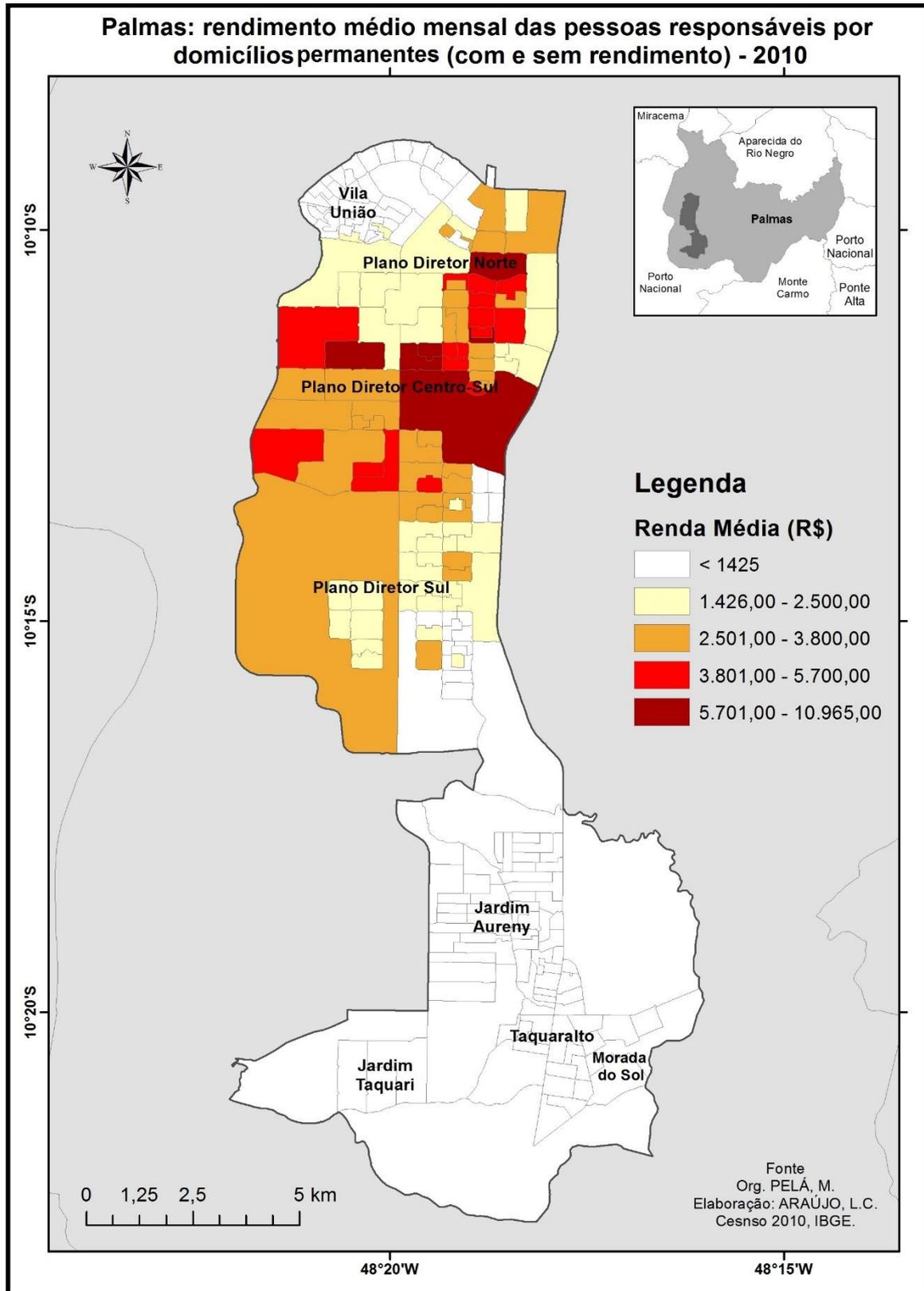
A outra é a ação do Estado que subjugou a função social da terra e a usou como a principal mercadoria de troca e pagamento dos serviços prestados à construção da cidade. Esta ação, além de promover a concentração da maior parte das terras do espaço planejado na mão das empreiteiras, também ocasionou uma supervalorização destas terras, visto que estas foram utilizadas como reserva de mercado pela incorporação imobiliária que apostou na sua crescente valorização que seria proporcionada pela urbanização.

Em outras palavras: a expansão urbana de Palmas e a concentração da população de baixa renda na periferia de Palmas estão diretamente relacionadas com a transformação da propriedade e da renda fundiária em propriedade imobiliária e em propriedade mobiliária (a do dinheiro e do capital). É a confirmação de que a lógica da propriedade e da renda fundiária do Brasil colonial preserva-se e irradia-se na construção dos espaços urbanos do país. A consequência disso é que o espaço privilegiado de Palmas será caracterizado por vazios urbanos, baixa densidade demográfica e alta concentração de renda, conforme se denota dos mapas 12 e 13.

Mapa 12 – Densidade demográfica de Palmas em 2010



Mapa 13 – Espacialização da renda da população de Palmas



Os mapas vêm ilustrar e confirmar as argumentações levantadas até o momento sobre o processo de formação do espaço urbano de Palmas. Em destaque, a região sul da cidade que, além de ter o maior adensamento populacional, também é a área que está ocupada, prioritariamente, pela população de menor renda. Esta situação também pode ser detectada na Vila União que, apesar de localizar-se na região planejada, foi uma das áreas invadidas e ocupadas pela classe trabalhadora. Este fator significa, como já aqui exposto ao se falar do processo de deslizamentos de sentidos em Palmas, que as estratégias de resistências à exclusão e segregação socioespacial da classe trabalhadora também se aprimoram ao longo do tempo. A luta hoje ultrapassa as questões relacionadas à moradia e acena para a possibilidade do direito à cidade.

Outro ponto que pode ser levantado a partir da análise comparativa entre os mapas é que o contraste socioespacial e econômico em Palmas assemelha-se ao de Goiânia e Brasília; contudo, Palmas ainda apresenta uma característica de cidade em construção e com baixa densidade demográfica: os vazios urbanos na região planejada. Por outro lado, Palmas hoje, assim como Goiânia e Brasília, é ocupada prioritariamente pela classe trabalhadora.

Este fato permite testificar que, mesmo excluída socioespacial e economicamente, a classe trabalhadora é imprescindível para o funcionamento das cidades e, como não há norma ou coibição que contenham totalmente o movimento desta e de qualquer outra classe, a classe trabalhadora, de uma forma ou de outra, irá espacializar-se nos espaços urbanos. Goiânia, Brasília e Palmas são exemplos desta premissa; aliás, como já exaustivamente demonstrado, a classe trabalhadora é o maior contingente populacional destas cidades-capitais “planejadas”.

Este componente é fundamental para repisar-se que não há planejamento e ordenamento territorial que deem conta do movimento da vida, principalmente quando as contradições são fundamentais para alimentar os interesses e as estratégias de quem detém o poder e o seu controle. Por isso, é necessário compreender que não há só desigualdades. Há também diferenças. Estas diferenças, além de não poderem ser tratadas como desigualdades, também são os indícios de que outras formas de ação e relação são possíveis na sociedade capitalista. São delas, das diferenças, que a falsa homogeneidade do modo de vida apregoado pela sociedade capitalista é desmascarada, visto que o uso que os diferentes sujeitos sociais fazem da e na cidade não são iguais. Eles se diferenciam devido às realidades e às circunstâncias econômicas, políticas, socioespaciais e culturais.

É neste momento que o espaço se desvenda como produção social e, como tal, terá na dimensão do vivido a sua expressão mais concreta, visto que, por meio do movimento de vida pela vida, é nesta dimensão que se compreende a primazia do ser humano sobre os objetos, ou

melhor, sobre a mercadoria e as ideologias que há em torno de sua produção. Por isso que é nesta dimensão do vivido que o espaço se torna um campo de possibilidades para a construção de outra sociedade, conseqüentemente, de outras formas socioespaciais. Ao se opor ao concebido (que representa a norma, o isotópico, a mercadoria e o homogêneo) e contemplar o uso (que representa a obra, as lutas, os desejos, os deslizamentos e a heterotopia), estar-se-á criando um espaço diferencial (o da insurgência, o da (Des)ordem e o da virtualidade).

Goiânia, Brasília e Palmas vividas são completamente diferentes das cidades concebidas; contudo, elas se entrecruzam demonstrando que de uma mesma cidade há diferentes formas, vivências, espacializações e relações socioculturais, políticas, educacionais, de vizinhança, institucionais, econômicas, emocionais que são estabelecidas e fazem parte tanto das histórias individuais e coletivas dos sujeitos como da história socioespacial da cidade.

Deste modo é que as cidades-capitais planejadas no Cerrado se configuram polissêmicas e polifônicas. Essas polissemias e polifonias não se apresentam apenas na morfologia destas cidades. Elas também são encontradas nas ações e relações cotidianas que os seus sujeitos sociais estabelecem entre eles e deles com a cidade. Por isso, nossa aposta é enaltecer o movimento da classe trabalhadora na luta da e pela cidade. É nela que se enxergará que as diferenças, quando não tratadas como desigualdades, podem ser indícios de possibilidades da construção de uma nova sociedade urbana.

E aí que a cidade do capital também se revela como a cidade dos seres humanos. A luta da classe trabalhadora para permanecer na cidade exige criatividade, perseverança, resistência, (Re)existência; exige, enfim, outras ações e relações que, ao extrapolarem a lógica do capital e do modo de vida que ele apregoa, possibilitam compreender que as classes sociais exercem uma ação própria e que a vida social, cultural e política se territorializa em uma relação dialética entre organização e espontaneidade, troca e uso, oficialidade e realidade, entre outros componentes que permeiam a construção da sociedade urbana.

Desvendar esta conjuntura é o que se pretende a seguir.

4.5 As marcas da classe trabalhadora nos conteúdos dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas

"Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra. – Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan. – A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: – Por que falar em

pedras? Só o arco me interessa. Polo responde: – Sem pedras, o arco não existe." (CALVINO, 1990, p. 79)

O diálogo acima, entre o imperador Kublai Khan e o mercador veneziano Marco Polo, vem ao encontro do que estamos defendendo até o momento sobre as cidades-capitais projetadas no Cerrado. Goiânia, Brasília e Palmas são curvas de arcos que se sustentam por diferentes pedras e, por isso, apesar de todo o contraste socioespacial, cultural e econômico que as tornam tão desiguais, não existem duas cidades em uma. O que existem são cidades produzidas e produtoras dos contextos sociohistórico e geográfico do território brasileiro.

Assim, da mesma forma que se encontraram as desigualdades e os contrastes socioespaciais e econômicos, oriundos do processo de produção de seus espaços urbanos, também se encontraram cotidianos de vidas completamente antagônicos tanto nas questões materiais como nas questões imateriais. São vivências de um mesmo período em uma mesma cidade que externam as diferentes questões econômicas, aliadas às relações e ações cotidianas, aos dizeres e fazeres, ao modo de organização e de sociabilização, aos hábitos e atitudes, e fornecem remanescentes para identificar uma classe social e diferenciá-la das demais.

Construções e ocupações urbanas desiguais que geram cotidianos de vidas diferentes ou cotidianos de vidas diferentes que geram ocupações e construções diferenciadas. É a dialética da vida que movimentam os espaços urbanos e que pode ser revelada, principalmente, por meio do cotidiano de vida dos sujeitos sociais que habitam as cidades-capitais projetadas no Cerrado.

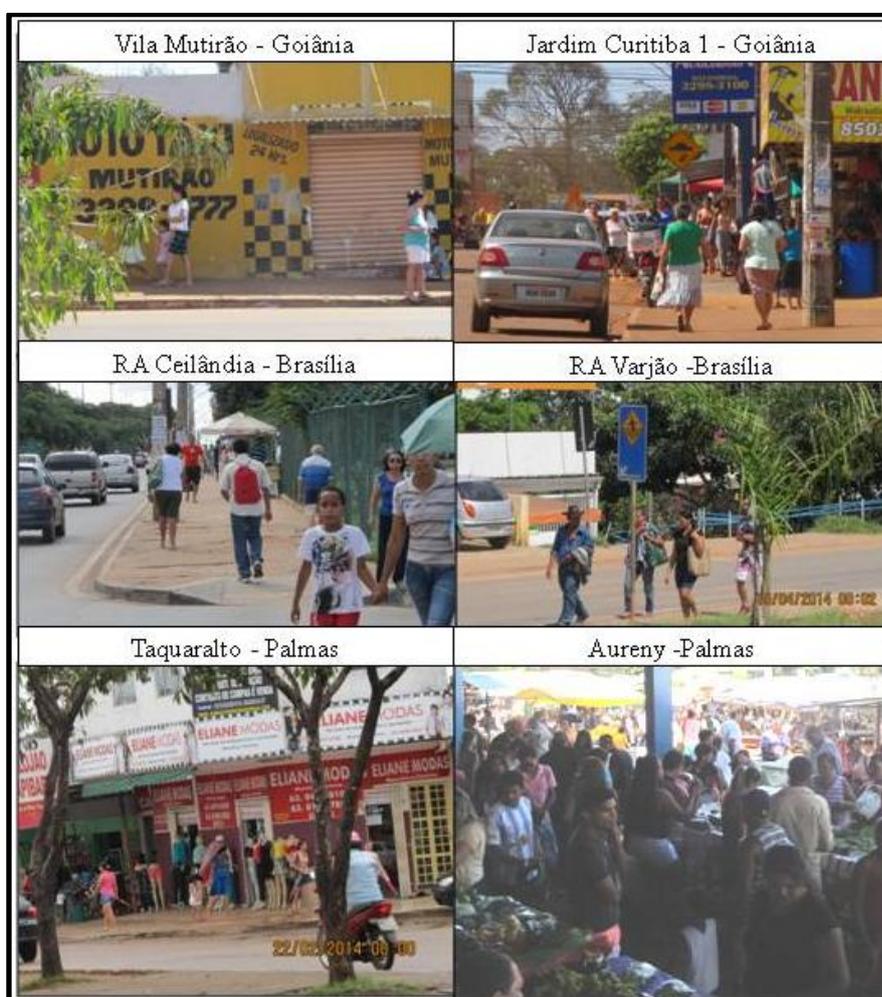
O cotidiano, como bem elucida Carlos (2007), é onde a produção espacial se realiza e, por isso, é o lócus onde são expressos não somente as experiências individuais de vida, mas contextos das relações que envolvem tanto os sujeitos como as coletividades e as instituições, em espaços e tempos determinados. O geógrafo Milton Santos (2004, p. 322) amplia essa visão, dizendo que “o cotidiano representa os aspectos de um lugar, que é compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, em uma relação dialética de cooperação e conflito, sendo essas as bases da vida comum”.

No caso de Goiânia, Brasília e Palmas as periferias proletárias que acolhem os cotidianos de vida da classe trabalhadora exteriorizam territórios simbólicos de disputas, de (Re)Existência, de resistência, de afetividades, de exercício de poder e de (re)territorialização, aqui entendidos não como um mero acaso ou uma coisa dada, mas frutos das práticas socioculturais e das relações político-econômicas que os sujeitos estabelecem entre si e entre eles e o mundo, ou seja, a partir das suas vivências.

Tais vivências realizam-se e materializam-se no espaço e, por isso, auxiliam na explicação do porquê em uma mesma cidade há diferentes formas, conteúdos e relações. Basta andar nas ruas dos bairros da periferia proletária dessas cidades-capitais que é possível perceber esta realidade, uma vez que, diferentemente das ruas dos espaços privilegiados que carregam a intencionalidade da circulação dos carros e do vazio dos passos, estas são mais ocupadas pelos seres humanos do que pelos carros.

As imagens abaixo (figura 05) – que retratam o cotidiano de vida dos moradores da Vila Mutirão e Jardim Curitiba, em Goiânia; das RAs de Ceilândia e do Varjão, em Brasília, e de Taquaralto e das Arenys, em Palmas – ilustram esta afirmação.

Figura 5 – Cotidiano de vida nas periferias proletárias de Goiânia, Brasília e Palmas



Fonte: elaborada pela autora, 2014.

Se compararmos estas imagens com as apresentadas no capítulo dois, que retratam e simbolizam o espaço oficial destas cidades, é possível perceber que a dinâmica socioespacial da periferia proletária difere-se da dinâmica dos espaços privilegiados de Goiânia, Brasília e

Palmas. A vida simples da classe trabalhadora, aliada ao tipo de construções predominantemente horizontalizadas, ruas mais estreitas, ausência de marcos oficiais e obras monumentais, proporcionam que os sujeitos façam outros usos do espaço que não seja somente o da troca e do consumo da cidade. Há vida que pulsa nestes espaços além da lógica da cidade enquanto mercadoria!

Não só isso: as imagens retratadas na figura 05 possibilitam conjecturar que nas cidades-capitais o tempo lento (o da convivência, da conversa e do uso das ruas pelos seres humanos), remanescente de um Brasil rural e interiorano, não foi totalmente abocanhado pelo tempo rápido que é insuflado pela lógica de produção capitalista e pelo modo de vida que a acompanha. Na verdade o que há é uma intersecção de tempos e de modos de vidas nestas cidades a confirmar que o urbano não se apresenta indiferente às diferenças da vida, muito pelo contrário, ele as reúne e, em consequência, a cidade, como representação prático-sensível das relações e ações humanas, materializa estas diferenças, libertando, assim, a imaterialidade das relações sociais.

As imagens abaixo (figura 06), que retratam o cotidiano de vida das crianças no Jardim Curitiba III, em Goiânia; na RA do Varjão, em Brasília, e na Aurenly IV, em Palmas, reforçam esta conjectura.

Figura 6 – Cotidiano de vida das crianças nas periferias proletárias de Goiânia, Brasília e Palmas



Fonte: elaborada pela autora, 2013/2014.

As imagens, ao retratarem cenas semelhantes de tranquilidade e brincadeiras entre os cotidianos das crianças das periferias das cidades de Goiânia, Brasília e Palmas, demonstram que as ruas das periferias não são apenas lugares de violência e de marginais, como comumente a mídia oficial retrata.

As imagens revelam que as ruas ainda são espaços coletivos de convivência que abrigam as singelas brincadeiras de crianças de tempos alhures, como andar de bicicleta e

jogar baliza, demonstrando que o tempo rápido – que captura o território e as relações nele estabelecidas – não é homogêneo e totalizador. Não só isso: a forma de apropriação das ruas pelas crianças demonstra que em uma metrópole, como no caso de Goiânia e Brasília, ainda existe uma dinâmica socioespacial muito semelhante à da vida interiorana, onde as crianças têm a liberdade de andar pelas ruas, conforme se pode perceber na imagem que retrata as crianças saindo de uma escola na RA do Varjão.

Outro exemplo que contribui com esta constatação é o uso da carroça como meio de transporte da classe trabalhadora. As imagens abaixo, figura 07, foram feitas durante vista de campo na RA de São Sebastião, em Brasília, e no Bairro de Taquaralto, em Palmas, e retratam esta conjuntura.

Figura 7 – Meio de transporte utilizado pela classe trabalhadora em Brasília e Palmas



Fonte: elaborada pela autora, 2014 e 2013.

A figura 7 é reveladora, pois, ao documentar que a carroça é utilizada pela classe trabalhadora como forma de condução e mobilidade na cidade, reafirma que o tempo rápido mistura-se ao tempo lento, e que se vivem tempos diferentes em um mesmo espaço. Existe um movimento constante de trocas, mudanças e (re)territorialização. Existe o confronto diário entre o tradicional e o moderno, entre o local e o global, entre o urbano e o rural, como existe, também, a fusão desses elementos em determinados momentos.

É justamente nesta dialética entre formas, conteúdos e práticas socioculturais que se pode perceber que a criatividade e a diferença passam a ser um dos elementos para o enfrentamento das desigualdades. A carroça, dentro da perspectiva de modernidade, é um meio de transporte ultrapassado que significa, entre outras coisas, os traços remanescentes do Brasil rural tão depreciado pelos idealizadores destas cidades-capitais projetadas no Cerrado. Nesse sentido é que o uso da carroça, além de representar os costumes e o modo de vida da

fazenda dentro da cidade, também vem ao encontro da afirmativa de que os espaços dessas cidades-capitais são agourbanos.

Esta conexão entre o urbano e o rural também pode ser detectada nas relações comerciais e de consumo, conforme retrata a figura 8.

Figura 8 – Cenas do cotidiano de vida dos moradores das periferias proletárias de Goiânia, Brasília e Palmas



Fonte: elaborada pela autora, 2014 e 2013.

As cenas retratadas pelas imagens acima – ao demonstrar que o comércio de frutas, de raízes e tempero naturais, de milho cozido e de churrasquinho, cenas comuns nas ruas das periferias proletárias de Goiânia, Brasília e Palmas – permitem afirmar que há outras relações de consumo nestas cidades que extrapolam a lógica dos lugares fechados, protegidos e do

ISBN: 978-85-68122-11-2

tempo rápido, como os *Shoppings Centers*, e da comida compacta e totalmente industrializada, como os *fast-foods*.

Este contexto, aliado aos expostos nas figuras de 05 a 07, possibilita afirmar que as diferenças também podem ser consideradas resultantes das ações de resistência e (Re)Existência da classe trabalhadora contra a imposição cultural e a exclusão socioespacial e econômica a que é submetida nestas cidades-capitais. Carlos (2007, p. 20) esclarece esta condição ao dizer que “as novas formas urbanas e os modos de apropriação do lugar aparecem no miúdo, no banal, no familiar, refletindo e explicando as transformações ou a sociedade urbana que se constitui”.

Por isso que a análise socioespacial, via cotidiano de vida dos sujeitos sociais, é imprescindível, visto que ela possibilita capturar a relação que há entre outras formas urbanas e outros modos de apropriação que divergem dos moldes e modelos impostos ou pretendidos pelo poder hegemônico. É nesta relação que se enxergam os resíduos da práxis transformadora, bem como as marcas geopolíticas, sociohistóricas e culturais que a classe trabalhadora imprime nestas cidades ao resistir à lógica urbana excludente e elitista é produzida devido ao abismo entre a produção social e a distribuição desta produção.

Cabe, todavia, ressaltar, mais uma vez, que não se está, com isso, fazendo uma apologia à pobreza ou tendo uma visão romântica deste processo, pois a classe trabalhadora também almeja o moderno, o carro próprio, o transporte coletivo acessível e de qualidade, a urbanização, o direito ao desfrute dos aparelhos urbanos, entre outros elementos que lhe garantam uma vida mais digna e igualitária na cidade. O que se pretende destacar é que, na impossibilidade da acessibilidade a estes recursos, alternativas de sobrevivência são criadas pelos excluídos e marginalizados.

Essas alternativas ratificam a premissa de que as práticas socioculturais são um dos elementos fundamentais para que a classe trabalhadora garanta a sua espacialização em Goiânia, Brasília e Palmas e, em consequência, crie outra ordem nestes espaços urbanos que não seja a do capital. Não só isso: este fato testifica que a análise socioespacial feita apenas pelo prisma morfológico é reducionista e unilateral, visto que ela se sobrepõe às desigualdades em detrimento das diferenças.

É esta posição de sobreposição da desigualdade em detrimento das diferenças que contribui para a perpetuação da lógica excludente do modo de produção capitalista, uma vez que, além de desconsiderar a dialética entre infraestrutura e superestrutura, também está desconsiderando o movimento da classe trabalhadora no processo de construção socioespacial destas cidades capitais.

Ora, como exposto, é sabido que a desigualdade tornou-se o principal produto da urbanização; que o planejamento e o ordenamento territorial desenvolvidos pelo Estado na sociedade capitalista privilegiam o capital e a classe hegemônica; que a inteligência urbanística e arquitetônica utilizada como o grande diferencial destas cidades-capitais planejadas é um dos instrumentos que contribuem para perpetuar a acumulação; que os problemas relacionados à terra, ao capital e ao trabalho, oriundos do Brasil colonial, não foram resolvidos no Brasil urbano; enfim, que a classe trabalhadora continua sendo expropriada e os espaços que elas ocupam na cidade são os mais precários.

Contudo, não se pode deixar de entrever o movimento e, muito menos, a dialética que há no e do movimento. Desigualdades e diferenças não são palavras sinônimas. As desigualdades, tão necessárias para a perpetuação do modo de produção capitalista, são resultantes das ações e relações implantadas pela classe hegemônica para garantir que esta lógica de injustiça socioespacial e econômica se perpetuem. Já as diferenças são inerentes à condição humana. Somam-se a estas duas situações as necessidades humanas de morar, de comer, de mobilidade, de lazer, de arte, de educação, de convivência, enfim, de ter o direito a uma vida digna.

Nesse sentido é que se faz necessário compreender que por detrás desses moldes socioespaciais e desses modelos de vida que apregoam, concomitantemente, a isotopia e homogeneidade, o que existe é a tentativa de uma total alienação da classe trabalhadora. Todavia, como já exposto e demonstrado, isso não acontece, pois nem as cidades e, muito menos, os seres humanos são passíveis de um total fetichismo. O sentido da obra existente no processo de produção da vida humana jamais será anulado completamente. Não há mercadoria que consiga este feito; aliás, até a mercadoria é resultante das ações e relações humanas.

Por isso que há disputas, repressões, exclusões, insurgências, deslizamentos e outras ordens, formas e conteúdos nos espaços urbanos. A luta contra a desigualdade não é a luta contra a diferença, mas a luta para que haja uma diminuição do abismo social entre a produção e a distribuição desta produção e, em consequência, as necessidades da maioria da população passem a ser supridas.

É justamente aí que reside a dialética de tudo isso. O movimento da (Des)ordem ocasionado pela classe trabalhadora não é o mesmo movimento da (Des)ordem e do caos ocasionado pela classe hegemônica. Esta última utiliza-se deste processo para continuar perpetuando as desigualdades na e da cidade. Já a classe trabalhadora movimenta-se para tentar construir outra ordem que não seja a da desigualdade e da exclusão. É um movimento

de (Des)ordem contra a ordem e a (Des)ordem estabelecida pelo capital! E é esta (Des)ordem ocasionada pela classe trabalhadora que nos mostra que ainda é possível sonhar, lutar, transformar e, acima de tudo, ter um posicionamento político sobre os acontecimentos na e da sociedade urbana.

A partir deste entendimento é que se privilegiou aqui difundir as outras formas de ocupação e as relações que se dão nos espaços urbanos das cidades-capitais projetadas no Cerrado. Estas ações e relações significam o movimento de resistência e (Re)Existência da classe trabalhadora que, para garantir a permanência e a sobrevivência nestas cidades-capitais, criam outras ordens de ocupação, de relação, de uso do espaço, de convivência, de consumo, de produção, de construção, enfim, usam a criatividade, a organização social, a experiência e toda a sua vivência para defender um pedaço de terra, um território e suas territorialidades.

O movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas é exemplo concreto desta constatação. Foram estes os principais sujeitos que desde as suas construções vêm evidenciando esta dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido. Não apenas isso: é por meio da luta desta classe que é possível enxergar os resíduos da práxis transformadora. A luta iniciou-se no momento em que os trabalhadores-construtores afrontaram o caráter de provisoriedade que os planejadores almejavam em relação às suas fixações nestas cidades; após, estendeu-se para a conquista da moradia e de condições mínimas de urbanidade; mais tarde, prolongou-se em busca de parte das cidades e hoje já há indícios de uma luta pelo direito à cidade e a tudo que ela oferece.

Esta luta tem fundamento e objetivo. O fundamento é mudar a lógica da urbanização e modernização do território brasileiro de modo a beneficiar a maioria da população do país e não ficar a serviço, essencialmente, das grandes corporações nacionais e internacionais. O objetivo é a conquista de terra para morar, território para poder e trabalho para viver dignamente. Por isso, é urgente que os trabalhadores conquistem o direito efetivo à cidade, estratégico para por um ponto final, ou, pelo menos, diminuir tamanha disparidade socioeconômica e espacial.

Contudo, como esta disputa é desigual, desleal e ainda há uma longa e árdua batalha para o alcance deste objetivo, fazem-se necessárias tomadas de posição que contribuam para que a classe trabalhadora conquiste, de fato, o direito efetivo à cidade. A nossa contribuição, ao menos nesta instância, restringe-se a uma posição teórica, mas nem por isso deixa de ser uma posição política.

Deste modo é que afirmamos que as cidades-capitais planejadas no Cerrado são obras e/ou produtos. As cidades cindidas pela lógica hegemônica do capital são as mesmas urdidas

pelo movimento dos sujeitos sociais. Eles transpõem as barreiras impostas pelo capital, seja para trabalhar, seja para consumir, seja para passear, seja para visitar amigos ou familiares etc.; em consequência, imprimem as suas marcas históricas, socioculturais e geopolíticas que alteram as formas e os conteúdos iniciais para os quais estas cidades foram projetadas. Por isso, defendemos que Goiânia, Brasília e Palmas, antes de serem cidades do e para o capital, são cidades dos e para os seres humanos!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indubitável que não se consegue esgotar todas as questões e indagações que permeiam uma obra fruto de pesquisa, principalmente quando se pretende enlaçar as relações existentes em um processo de produção espacial. As relações, por serem movimento, não cessam! Ao contrário, elas fluem ininterruptamente e, em consequência, transformam-se cotidianamente. E toda relação e ação humana, como prática social que são, necessitam de um lugar para se materializar; o espaço torna-se dialeticamente produto e produtor destas práticas e, em consequência, também se apresenta em movimento e em constante mutação. É a dialética da vida que enlaça a produção espacial e todas as ações e relações humanas que a envolvem.

Foi a partir desta compreensão que se buscou um aparato teórico e metodológico que possibilitasse capturar as nuances deste movimento e das relações que o possibilitam. Para alguns, uma missão utópica e, até mesmo, impossível, pois o que lhes interessa é apenas a concretude do resultado da produção, como se o concreto não fosse fruto de um processo pleno de abstrações e de inúmeras e intermináveis relações que se dão em diferentes tempos e diferentes formas e conteúdos espaciais.

Para outros, como Marx, Engels, Lefebvre, Thompson, Harvey, Carlos, Martins, Moreira, Santos, Oliveira A., Oliveira F., Campos, Chaveiro, Mendonça, Paviani, Holston, Lira, entre tantos autores que nos municiaram com as suas teorias, pesquisas e concepções de mundo, uma missão possível e, até, necessária, visto que estes estudiosos compreendem que é do movimento – e das relações que nele se desencadeiam e são dele desencadeadas – que é possível desvendar, interpretar e compreender em sua integralidade as tramas e os dramas existentes nos processos de constituição socioespacial.

Nesta perspectiva, os resultados são apenas uma das partes do processo do qual os operadores globais, tanto das práticas socioculturais como das práticas espaciais, são os sujeitos sociais.

Foi exatamente a partir desta conjunção sociohistórica e geográfica que se tornou possível desvendar, interpretar e compreender como o movimento dos sujeitos não desejados nos espaços privilegiados de Goiânia, Brasília e Palmas (Des)ordena a ordem e/ou a (des)ordem oficial.

Cabe, todavia, ressaltar que os desafios foram inúmeros. Primeiro porque o recorte espacial envolveu três cidades-capitais planejadas que, apesar de se localizarem em um mesmo bioma, o Cerrado; de terem a mesma função, a de cidades político-administrativas, e

de fazerem parte de um mesmo processo, a expansão do capitalismo via modernização do território brasileiro, os períodos em que elas foram criadas representam diferentes fases deste processo. Ou seja, era sabido que não poderíamos escolher apenas uma vertente analítica, visto que ou estaríamos generalizando, e aí perderíamos a essência do processo, ou estaríamos particularizando, e aí perderíamos os contextos sociais, históricos e geográficos. Por isso, optou-se pela conjunção das abordagens geográficas (sociohistórica, regional e intraurbana) e das escalas (mundial, nacional, regional e local).

Foi a partir desta conjunção que as linhas iniciais desta obra começaram a ser tecidas e a encontrar as primeiras respostas para a indagação que norteou o primeiro capítulo: quais as principais estratégias da implantação de Goiânia, Brasília e Palmas no processo de ocupação e transformação do Cerrado e do território brasileiro?

A primeira resposta veio por meio do entendimento inicial de que houve uma relação intrínseca entre o processo de modernização do território brasileiro, a ocupação do cerrado e a criação das três cidades-capitais planejadas, já que para adequar o Brasil às novas exigências da divisão internacional do trabalho era preciso integrar, desenvolver e urbanizar o país.

Era preciso fluidez, mercado consumidor, terras com mais produtividades, mão de obra assalariada para consumir e tantas outras transformações para que o ciclo do capital se retroalimentasse. O Brasil agrário-rural deveria ceder lugar ao Brasil urbano-industrial e isso só seria possível com a ocupação das terras centrais do seu território, uma vez que elas seriam o elo entre o litoral, o sertão e a floresta amazônica, bem como o centro irradiador das transformações necessárias nas relações de produção, na dinâmica territorial e nos modos de vida. Só assim o país estaria apto a expandir o modo de produção capitalista pelo seu território.

Todavia, a estrutura concentradora, conservadora e latifundiária deveria ser preservada, pois a elite agrária e seus benefícios da renda fundiária não seriam abalados; muito pelo contrário, a urbanização e a modernização potencializariam esta conjuntura. Foi exatamente aí que ficou patente a importância da transformação do bioma cerrado em território e que a aparente dualidade entre um Brasil moderno e outro atrasado nada mais é que um dos mecanismos próprios do processo de acumulação.

Demonstrou-se, assim, que o crescimento urbano tornou-se a contrapartida da desruralização do produto e, com isso, a desigualdade e a concentração foram traços fundantes do Brasil urbano-industrial, já que os benefícios da urbanização, do desenvolvimento e da modernidade foram – e são – estrategicamente traçados para continuar a ser usufruídos e concentrados na mão da elite dominante.

Para a classe sobrepujada, as mudanças previstas eram apenas as das formas de exploração, a partir de então assalariada, e do lugar que esta exploração aconteceria: predominantemente na cidade. Ou seja, a mão de obra urbana necessária para concretizar este processo veio, essencialmente, da transformação do camponês em trabalhador assalariado.

É justamente neste ponto que as contradições e a dialética vieram e vêm à tona, o que corroborou com a nossa proposição de que a análise socioespacial do processo de construção dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas teria que ser feita a partir das relações e ações dos sujeitos sociais, em especial dos sujeitos não desejados nos espaços privilegiados destas cidades-capitais. São eles que, contraditoriamente, na qualidade de principais responsáveis e explorados pela/na produção socioespacial destas cidades, elucidaram que há uma luta de classes por outra realidade urbana devido às contradições entre a economia, as forças produtivas e a produção social.

Esta luta expôs os resíduos da práxis transformadora ao demonstrar que no processo de espacialização da classe trabalhadora nestas cidades seriam encontradas outras formas de ações e relações que extrapolam a lógica de produção capitalista. São as outras formas de apropriação e uso do espaço que, ao extrapolarem o binômio capital-trabalho, expuseram que a cidade não é apenas mercadoria, mas, antes de tudo, obra. Para isso, a resistência, a insurgência, a criatividade, a coletividade, a solidariedade, a bagagem sociocultural aliaram-se à dialética do trabalho e transformaram-se em (Re)Existências.

É o instinto da sobrevivência somado às necessidades, aos desejos e aos sonhos do possível e da transformação. Nesta hora não há norma, repressão, ideologia, estratégia ou qualquer outro instrumento de controle que consiga impedir que a vida avance. É exatamente neste instante que as contradições da produção do espaço urbano de Goiânia, Brasília e Palmas foram e ainda são desveladas, e a dialética entre as estratégias, os processos de implantação dessas estratégias e o resultado temporário deste processo evidenciados. Temporário porque nem as relações nem o processo de produção espacial cessam. São os sujeitos sociais anunciando que o espaço também é movimento e, por isso, produto e produtor do movimento da vida.

É a dialética de tudo isso que revelou que estas cidades-capitais, como construção social que são, possuem contornos, formas, particularidades, coletividades, histórias, memórias que extrapolam os sentidos originais para quais foram projetadas. Os sujeitos sociais, na mesma proporção que as constroem, também as transformam e são transformados. São os limites das normas, das estratégias, dos modos de produção, dos planejamentos

imutáveis, da exploração, das verdades absolutas, da expropriação e de tantos outros atributos que tentam ordenar o movimento da vida.

Constatou-se que surge, aí, mais uma contradição entre *a ordem e o progresso* dos planejadores estrategistas e ordenadores dos territórios e a máxima do poeta de que *a vida não para!* Mas, diferentemente do poeta, não queremos uma *ideologia para viver*. O que se buscou foi demonstrar que, a partir destas conjecturas, a indagação inicial foi contemplada e com ela vieram os elementos necessários para que, deste ponto em diante, a pesquisa fluísse, e Goiânia, Brasília e Palmas se revelassem pela ótica dos seus sujeitos sociais e dos reais contextos em que foram sendo construídas.

As respostas às outras indagações que nos nortearam – como se deu a produção do espaço urbano das cidades-capitais planejadas do Cerrado? Como foram se configurando os espaços de (Re)Existências nas cidades-capitais do Cerrado? Qual é a dimensão da ação de ocupação dos sujeitos não desejados para estabelecerem uma nova (Des)ordem nas cidades-capitais planejadas do Cerrado? foram germinando com os estudos e as pesquisas e, concomitantemente, as tramas e os dramas deste processo foram se revelando.

Uma delas foi a constatação de que o urbano e a cidade precisavam adentrar no inconsciente coletivo dos camponeses, dos trabalhadores e de tantos outros que almejavam melhores condições de vida para que eles se deslocassem de suas terras natais e comesçassem a construir e a povoar outra parte do país. Surgiram as propagandas da cidade como oportunidade, as novas legislações da terra e trabalhista, os projetos e a era do planejamento urbano, ou melhor, da inteligência urbanística e arquitetônica.

Foi quando a ideologia apresentou-se como uma das principais estratégias deste processo e o sonho do moderno, aliado à ação do estado, espalhou-se pelo país e foi gradativamente alterando o fluxo migratório e a fronteira agrícola. Já estavam traçados os caminhos iniciais para transformar o Bioma Cerrado em território. Após, era necessário começar as obras e, para isso, apenas um projeto não resolveria, sendo imperiosa a mão de obra para que o projeto se materializasse.

Nas estradas, ainda precárias ou quase inexistentes, trabalhadores e camponeses se deslocaram de suas terras a pé, de pau de arara, a cavalo. Demoraram dias, alguns meses, mas a maioria trouxe em suas bagagens a mão de obra para o trabalho e as doses de esperança de uma vida melhor. O primeiro ponto de chegada foi Goiânia, a nova capital de Goiás. Carros de bois misturaram-se aos traçados de Versalhes e à arquitetura *Art déco*; à fala mansa do camponês goiano se misturava o sotaque nordestino e, entre uma martelada e outra, a cidade foi sendo erguida.

Na mesma toada começaram os conflitos, vez que não houve lugar no espaço privilegiado para abrigar os sujeitos que o estavam construindo. A lógica que os fez se deslocarem de suas terras é a mesma que encontraram na nova cidade-capital de Goiás, sem terra para construir suas casas e, muito menos, acesso à tão propagada urbanidade. Faltou terra, faltou água, faltou casa; atrasaram-se salários e as suas posses não “permitiam” que adquirissem um terreno perto das casas, dos prédios, das ruas para os carros, dos teatros, das praças e de tudo mais que construía.

Foi o momento em que o sonho transformou-se em realidade e em que a luta, a resistência e a (Re)Existência tornaram-se as principais armas para o enfrentamento deste processo e, com as suas vivências e experiências, eles burlavam o controle. Assim, as terras foram ocupadas e casas construídas na calada da noite e em um espaço que não havia sido a eles destinado. Foi o nascimento da primeira periferia proletária de Goiânia, a Vila Nova, anunciando que os sentidos e conteúdos originais da capital goiana estavam se deslizando. O espaço das chácaras, então, foi ocupado pelos trabalhadores-construtores e, com isso, os costumes e o modo de vida de um povo simples começaram a deixar as suas marcas na história da cidade.

Começavam os primeiros indícios da polissemia e da polifonia que marcariam a história socioespacial da nova capital goiana. Era o espaço concebido tornando-se realidade e, por isso, materializando os contextos políticos, históricos, econômicos e socioculturais que foram sendo produzidos. Tais contextos também abrolharam no segundo ponto de chegada destes pés errantes que cruzavam, e ainda cruzam, insensatamente o território brasileiro em busca de um ponto de parada. Brasília é o novo destino, a segunda cidade-capital a ser planejada no século XX nas terras cerradeiras. Esta, no entanto, veio com maior aparato ideológico, econômico e político. Afinal, tratava-se da nova capital federal do país.

A década era 1960 e, durante este intervalo de 27 anos da criação entre as duas cidades-capitais, Goiânia já havia mostrado a que veio: foi o projeto-piloto do urbano neste processo de modernização do território brasileiro. Ao mesmo tempo, os traços das transformações promovidas por este processo, como a alteração do fluxo migratório do país para a região Centro-Oeste, o deslocamento da população do campo para cidade, o início da modernização da agricultura no cerrado e a afirmação da economia industrial em detrimento da economia agrícola, já começavam a aparecer nos territórios brasileiro e cerrado. A construção de Brasília passou a ser o grande coroamento desse processo.

O projeto de expansão do capitalismo via modernização do território irradiava-se pelos campos e pelas cidades do território brasileiro e, simultaneamente, disseminava o urbano

como o modo de vida a ser perseguido e a cidade como o epicentro do poder político e econômico. Já com os alicerces preparados, havia chegado a hora de se passar à segunda fase do projeto: promover a aceleração da acumulação capitalista. Deste modo, o país abriu suas fronteiras para a entrada do capital internacional, a ação econômica predominou sobre a ação política e as mudanças estruturantes para a modernização da agricultura no cerrado tiveram início.

Foram os novos ares da expansão e das mudanças, que não puderam parar. Brasília simbolizava esta nova fase. Ela era, e é, a imagem da grande “obra” do Brasil urbano e, por isso, as estratégias anteriores usadas na construção de Goiânia seriam aperfeiçoadas e contariam como uma carga simbólica bem maior. Os discursos e as propagandas políticas da ideologia da cidade-sujeito vieram reforçados com a reedição do mito fundador da nação e, em consequência, atraíram milhares de camponeses e trabalhadores que cortavam as terras cerradeiras e atravessavam o país também a pé, de pau de arara ou de ônibus em busca de terra, trabalho e melhores condições de vida.

Movidos pelas necessidades e esperanças, estes migrantes representavam a mão de obra necessária para erguer os pilotes da construção da nova capital. Foram das suas mãos que os contornos e traços do tão almejado progresso, desenvolvimento e modernidade começaram a tornar-se realidade. A obra, assim, foi saindo do papel e começando a ganhar vida. Surgiram os contornos da cidade funcional onde o comércio é separado das moradas, as ruas são largas para proporcionar as idas e vindas dos carros, o centro cívico com grandiosos monumentos indica que o espaço planejado é mais para ser admirado do que usado. Até o formato da cidade, um avião, carrega os ares de que o novo e o moderno apropriaram-se do território brasileiro. O Brasil agora já tinha a imagem do país urbano, moderno e em pleno desenvolvimento.

Contudo, este “desenvolvimento” mais uma vez era para poucos. Como em Goiânia, a proposta era do uso temporário da mão de obra da grande maioria dos trabalhadores que estavam construindo a cidade. Alguns seriam absorvidos nos serviços comerciais, outros teriam o destino de trabalhar em colônias agrícolas e os demais voltariam para casa. Mais uma vez, a urbanidade e todos os seus benefícios eram negados à classe trabalhadora. O Brasil urbano ‘para todos’ era só nos discursos, pois nas estratégias e planejamentos era privilégio de poucos.

Esta condição, aliada à fragilidade de um planejamento que não levou em consideração as questões sociohistóricas e as próprias contradições do modo de produção capitalista, desencadeou o início da disputa entre as classes no e pelo espaço urbano de

Brasília. Como em Goiânia, a classe trabalhadora lutou para que os seus acampamentos provisórios tornassem moradas definitivas. Alguns conseguiram, como os que moram na RA da Candangolândia e na RA da Vila Planalto; outros, porém, foram realocados para as terras que estavam destinadas para as colônias agrícolas e que hoje compõem as RAs do Gama, de Taguatinga, de Planaltina, de Brazlândia, de Sobradinho e do Paranoá.

Foram os primeiros deslizamentos no espaço urbano de Brasília ocasionados pela luta da classe trabalhadora para se espacializarem na cidade. É a história, social e espacial do território brasileiro, juntamente com o movimento da classe trabalhadora, materializando-se em Brasília e expondo que não há o novo sem o velho. Não há discursos, planejamentos e inteligência urbanística que solucionem as disparidades socioeconômicas. A ideologia disfarça e tenta alienar, mas não consegue romper as contradições, os processos sociohistóricos e, muito menos, a potência de vida na vida.

Os deslizamentos representam isso. A luta pela vida na vida e, por isso, evidenciam que a disputa entre as classes por terra, território e territorialidade, que há desde os primórdios da formação do território brasileiro, não cessam. São estratégias de sobrevivência de quem sente na carne as consequências do abismo social entre a produção e a distribuição do resultado desta produção. É e foi a luta da classe trabalhadora para conquistar pelos menos parte de sua produção coletiva, neste caso, um pedaço de chão para morar na cidade. A resistência, a insurgência, a organização social e a (Re)Existência foram as grandes armas destes sujeitos contra este novo formato de exclusão socioespacial, a exploração da mão de obra e o controle territorial promovidos por um modelo de urbanização cujo principal produto é a desigualdade.

Esta desigualdade, ao tornar-se o principal produto deste processo, foi um dos principais motivos pela disputa no e pelo espaço urbano de Brasília e, em consequência, pela sua polissêmica paisagem. A cidade dos espaços isotópicos das pranchetas, ao se materializar, revela-se uma cidade sociohistórica. É uma cidade só, dialeticamente cindida e urdida. Cindida pela economia, pela concentração, pela segregação, pelas imagens e pela ideologia, mas urdida pelos contextos nos quais foi produzida e pelos sujeitos e suas práticas sociais que as compõem. É o sentido da obra se entrecruzando com a mercadoria e revelando que as cidades para/do capital são, antes de tudo, as cidades dos seres humanos.

Em Brasília, este entrecruzamento é sentido desde o início da sua construção. Primeiro veio a fabricação das desigualdades oriundas da concepção da cidade enquanto mercadoria. A cidade foi cindida pelas diferentes construções. De um lado, no espaço privilegiado, foram erguidos os prédios, teatros, monumentos, palácios e todas as outras construções que

compõem a paisagem do poder e que simbolizam a modernidade. Do outro, nas áreas periféricas, a paisagem foi sendo inicialmente constituída pelas lonas, que, após, deram lugar aos barracos de madeira; mais à frente, surgiram as moradas singelas e as construções mais simples e desprovidas da monumentalidade. Neste último contexto, diferentemente das grandes e largas avenidas que cortam o espaço privilegiado, o cerradão foi sendo descampado na foice e na enxada, abrindo os trieiros pelos quais passaram, por muito tempo, os sujeitos não desejados nos espaços privilegiados.

Foram os primeiros traços delineados de uma metrópole construída de maneira desigual e concentrada, que teve a sua consolidação na década de 1990, traços estes que se transformaram em uma cidade completamente diferente da idealizada pelos seus planejadores. A cidade, planejada para abrigar até o ano 2000 uma população de quinhentos mil habitantes, preferencialmente no Plano Piloto, foi desordenando-se e alterando as suas formas e conteúdos. Outros costumes, outros modos de vida e outras relações acoplaram-se às pretendidas pelos seus idealizadores e, ao se materializarem no espaço urbano de Brasília, evidenciaram que a cidade, como vivência coletiva e realidade sociohistórica, ultrapassa os traços, os compassos e as estratégias iniciais de sua concepção.

É a grande obra anunciando que o seu espaço, como fruto da produção social, abarca a troca e o uso. Não só isso: são os indícios dos resíduos da práxis transformadora e de que a sociedade urbana não tem modelo nem molde: é um porvir em constante construção. Neste momento, a força e a dialética do urbano se revelaram e, com elas, o poder de centralidade que a nova capital exerceria sobre os outros municípios circunvizinhos também apareceu. O seu tecido urbano expandiu-se devido à “esquizofrênica” conjunção entre alta densidade populacional, ordenação-dispersão territorial e concentração de terra e renda, causando, assim, a implosão-explosão da cidade moderna.

São as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, cujo resultado já se conhece. Brasília conta hoje com uma taxa populacional de mais de um milhão e meio de habitantes, caracteriza-se: por ter o seu maior contingente populacional formado pela classe trabalhadora; pelo crescente aumento populacional; pela ocupação das suas áreas periféricas pela população de baixa renda; pela concentração da população de alta renda nos espaços privilegiados e, por fim, pelo controle do seu espaço urbano pelo mercado imobiliário.

Todos estes elementos demonstram o porquê da disputa de território que houve e que há no e pelo espaço urbano de Brasília, e que a segunda fase do processo de modernização dos territórios brasileiro e do cerrado foi decisória para a transição da terceira etapa, momento em que não se consegue mais discernir a ação política da ação econômica.

São os ares da globalização adentrando o país e anunciado que a base econômica agora é a da acumulação financeira e da economia liberal, que privilegia o privado em detrimento do público e, por isso, o Estado não deve intervir no processo de regulação econômica, visto que este papel, nesse contexto, é do mercado, que é mais racional e eficiente. Ao Estado cabe apenas garantir a ordem, a legalidade e concentrar a sua função na execução dos serviços mínimos necessários, como policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário, entre outros.

É a falácia do Estado mínimo para a maioria da população e máximo para o capital e seus agentes. É sob estes ares que as antigas fazendas da porção centro-oeste do cerrado foram se transformando em agroempresas, e os camponeses em trabalhadores rurais. Os contextos da luta urbana da cidade, igualmente ao contexto da luta do campo que se adentrou na cidade, espalharam-se pelas terras de produção agrícola e pecuária.

Novamente a força do urbano vem à tona e, com ela, a ampliação das disputas devido ao aumento da expropriação da terra do camponês, da exploração de sua mão de obra e da desigualdade promovida por este processo. Com isto, apesar da resistência e (Re)Existência que há e que retrata existirem no campo outras formas de ação e relação que extrapolam a do capital, uma grande parte destes camponeses/trabalhadores foram se deslocando cada vez mais para as cidades. A cidade, assim, afirmou-se – e afirma-se – como o lócus político e econômico do país e desta parte das terras cerradeiras.

Apesar disso, o projeto não estava concluído. O destino de modernização era a Amazônia e, por isso, a porção norte do Cerrado, que ainda carregava predominantemente ares do “atraso” do Brasil rural, deveria ser “beneficiada” pelas proezas da urbanidade e da prosperidade. É o desenvolvimento e o urbano chegando ao final desta rota do Cerrado e adentrando as terras da maior floresta tropical do mundo.

É o momento da nascitura de uma nova fronteira agrícola e, em consequência, outra rota migratória foi traçada no território brasileiro. O caminho da esperança, da prosperidade e de uma vida melhor para classe trabalhadora teve, assim, mais um destino: a porção norte do cerrado que, “coincidentalmente”, faz fronteira com a Amazônia. Palmas, a terceira e última cidade-capital planejada do cerrado no século XX surgiu neste contexto e, deste modo, desvela-se como parte da estratégia do processo de modernização, pois a ideia de modernidade já estava intrinsecamente conectada com a cidade e com o urbano.

As terras remotas do norte do Cerrado “tinham” que ser preenchidas pelos traços, pelo concreto, pela imagem e pelos novos ideais que revigoram os princípios da modernidade. Era (e continua sendo) substancial que a ideologia do novo conseguisse cumprir o seu papel de

encantamento e de retroalimentação da esperança da possibilidade de uma “vida melhor” para que, pelo menos parcialmente, as disputas e as insurgências decorrentes da prática econômica liberal fossem minimizadas.

Foi aí que a inteligência urbanística e a ideologia que a acompanha entraram e tentaram, mais uma vez, forjar uma falsa e ilusória conexão entre modelo de vida e modo de produção. É a mercadoria tentando “fetichizar” a obra. Para isso, desconexamente, os discursos entre uma cidade ecológica e humanitária devem aliar-se a uma prática econômica liberal que tem na produtividade, na competitividade e no livre mercado as suas bases de sustentação. As contradições são tamanhas que, desde o início da construção de Palmas, a função social da terra foi subjugada pela condição da terra enquanto mercadoria.

Como visto, esta ação foi uma das principais responsáveis para que o espaço privilegiado de Palmas, apesar de já ter sido todo urbanizado, seja caracterizado por uma baixa densidade demográfica e por vazios urbanos. É uma cidade em que a maioria de suas terras conta com as benesses da urbanidade, concentra-se em poder da iniciativa privada e do mercado imobiliário. Esta conjuntura demonstra o poder de resiliência do capital e a sagacidade da elite construtora, pois esta ação já impedia que a periferia proletária se instalasse aos arredores do espaço planejado.

E, prevendo isto, principalmente em razão das experiências de Goiânia e Brasília, a periferia proletária em Palmas foi institucionalizada já no seu projeto inicial, obviamente em uma área distante do espaço privilegiado e que, segundo o projeto inicial de ocupação, seria a 5ª etapa da cidade a ser ocupada e urbanizada. Contudo, com todas as precauções, mais uma vez as estratégias iniciais foram se esvaindo a partir do momento em que a cidade tornava-se realidade. Ignoraram os contextos sociohistóricos e, acima de tudo, a capacidade de (Re)Existência da classe trabalhadora.

A luta da classe trabalhadora pelo e no espaço urbano de Palmas já apresentou indícios de que esta classe queria muito mais que trabalho e moradia. A classe trabalhadora queria – e quer – o direito à cidade e tudo mais que a urbanidade oferece. Assim, como visto, ocupou uma área no espaço planejado, hoje a Vila União, que se apresenta como o local de maior densidade populacional em Palmas. São outros costumes e relações que destoam do modo de vida planejado para o espaço privilegiado.

Não se olvide que o espaço oficial reservado à classe trabalhadora, Taquaralto, na Região Sul de Palmas, já nos primeiros anos de existência da cidade teve que ser ampliado e hoje conta com mais de quinze bairros, sendo a região com maior adensamento populacional da cidade. É necessário compreender, frisa-se, que a classe trabalhadora não queria apenas

trabalho, muito menos trabalho temporário. Ela queria e quer um lugar para morar, para conviver e, acima de tudo, quer desfrutar das benesses da urbanidade.

As mãos que construíram e ainda constroem os prédios, as largas avenidas, os monumentos do poder e tudo mais que a sua força de trabalho pode erigir para que a capital do estado do Tocantins seja considerada modelo e molde de cidade promissora, também querem desfrutar desta obra. Este abismo socioeconômico entre produção e distribuição da produção gera, ininterruptamente, disputas, insurgências e, em consequência, deslizamentos e (des)ordens nas estratégias e planejamentos promovidos pela elite dominante.

Esta premissa demonstrou ser tão real que, da mesma forma que em Palmas o maior contingente populacional é a classe trabalhadora, os lugares que ela habita são os que mais se assemelham a uma cidade, pois há vida, movimento e relações entre os sujeitos. As casas singelas e as ruas ocupadas pelas pessoas diferem-se do espaço planejado vazio e ausente de pés. São as práticas socioculturais aliadas às ações de resistência e (Re)Existência, demonstrando que a cidade, enquanto vivência coletiva é, antes de tudo, obra.

Deste modo é que se reafirmou, ao longo de todo o texto, que não há planejamento, nem lei, nem ordenamento territorial que eliminarão as contradições do modo de produção capitalista e a luta de classes travada pela apropriação da produção social da cidade. Os expropriados e excluídos deste processo lutaram ou forjaram outra ordem nas formas e nos conteúdos iniciais concebidos pelos idealizadores do projeto, luta que foi e vai se intensificando, pois Palmas continua a ser rota da classe trabalhadora.

Isto não significa que Goiânia e Brasília ainda não continuem os recebendo em grande proporção, pois, como revelado, estas cidades-capitais, além de estarem entre as cidades mais populosas do país, também apresentam, respectivamente, a segunda e a terceira maiores taxas geométricas de crescimento anual do país. A construção de Palmas significa, pelo menos para a classe trabalhadora, mais um destino para se ir e nutrir as doses de esperança de uma vida mais digna. É a busca incessante pelo habitat, pela sobrevivência, pela dignidade, pelo direito à educação, saúde e urbanidade, enfim, pela parte de sua contribuição na produção coletiva que não é distribuída de forma equânime. A cidade, principalmente a construção de uma nova capital, ao simbolizar a imagem do novo, da oportunidade e prosperidade, desperta esta possibilidade.

Esta possibilidade faz com que a chama da esperança reacenda e impulse milhares de brasileiros a deslocarem-se de suas terras e aventurar-se em outras paragens. É este o motivo que faz com que Palmas, assim como Goiânia e Brasília, apresentem uma alta taxa de crescimento demográfico desde as suas criações. Aliás, Palmas é a capital que

proporcionalmente apresenta a maior taxa de crescimento populacional do Brasil atualmente. Aqui vale uma ressalva, pois este fenômeno, além de explicitar o porquê de estas cidades-capitais serem os moldes e modelos da urbanidade pretendida, cada uma, a seu modo e a seu tempo, também coloca em xeque esta tendência de análise socioespacial a partir da hierarquia.

Ora, a hierarquia, ao planificar a análise, elimina os processos sociohistóricos e, conseqüentemente, a dialética. É uma visão economicista que não dá conta de explicar a realidade e, por isso, contribui com toda a ideologia que é usada para ocultar as reais tramas existentes em qualquer produção espacial. Basta que se faça uma rápida análise nos dados do IBGE que se perceberá que, apesar de toda a discussão sobre a involução metropolitana e o decréscimo do aumento populacional que há atualmente nas capitais e metrópoles brasileiras, ainda há uma tendência de polarização e concentração populacional nas capitais.

O poder de atração e centralidade de uma capital ainda não foi anulado pela metropolização. Os dois processos acontecem concomitantemente. São os tempos diferentes em um mesmo período histórico. É o movimento da vida alertando que nem tudo virou mercadoria e que a sociedade deve ser analisada em uma conjunção de escalas e contextos. A economia, além de não eliminar a política, a cultura e a história, não pode ser tratada com toda esta supremacia. Esta é mais uma estratégia do modo de produção capitalista para fetichizar a mercadoria em detrimento das relações sociais. A relação entre infraestrutura e superestrutura não é hierárquica, mas dialética.

A hierarquia é usada para ludibriar as contradições e os reais motivos que estão por trás de qualquer produção espacial. Ela é usada para tentar planificar as relações e sobrepor a mercadoria em detrimento da obra e, em consequência, cria uma falsa ilusão de imutabilidade, de caos, de falta de possibilidade. São os falsos e infactíveis modelos homogêneos dos modos de vida e das formas espaciais debatidos ao longo do trabalho. É a pura tentativa do controle do movimento.

Por este motivo é que foram apresentadas, aqui, as práticas socioculturais como um elemento tão importante quanto à economia e à política, pois são aquelas que, em conjunto com o trabalho, ao demonstrar que o ser humano não é passível de uma alienação total, colocam em evidência que há outras ações e relações na sociedade capitalista que extrapolam a tentativa da lógica dualista implantada por este modo de produção.

Goiânia, Brasília e Palmas são exemplos concretos desta asseveração. As cidades das pranchetas e dos acordos políticos e econômicos tiveram que ceder à pressão da classe trabalhadora, pressão esta que demonstra que as cidades não são apenas mercadoria; que a função social da terra, de uma forma ou de outra, terá que ser cumprida; que em um processo

contraditório e desigual a insurgência, a resistência e a (Re)Existência surgem na mesma medida que a exclusão, a expropriação e o controle territorial; que o modo de produção capitalista e o modo de vida que ele apregoa não são imutáveis; que a norma jamais conseguirá eliminar o movimento de vida; que a sociedade urbana não está pronta e acabada, ela está em construção.

Afinal, o espaço, enquanto produção social, é tecido como vivência coletiva; por isso, a forma e o modo de ocupação e de não ocupação dos espaços urbanos pelos sujeitos sociais nem sempre são caracterizados pelo valor de troca ou material. Há outras formas de ações e relações que extrapolam esta lógica e evidenciam o sentido da cidade como obra humana.

São exatamente estas outras ações e relações que puderam ser percebidas no movimento de espacialização dos sujeitos não desejados nas cidades-capitais planejadas no Cerrado. A luta pelo direito à cidade, ou à parte dela, movimenta, desliza e desordena a ordem imposta pelo capital e, em consequência, demonstra que, enquanto houver este abismo social entre a produção e a distribuição do resultado desta produção, haverá disputas, insurgências, deslizamentos e (Des)ordem!

Goiânia, Brasília e Palmas são exemplos concretos desta premissa. As cidades-capitais concebidas pelo e para o capital se materializaram em cidades construídas, vividas e vivenciadas pelos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, I série, v. XIV, Porto: 1998, 77-97 p.

ALVES, G. A. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. São Paulo: FFLC, 2010.

ANDRADE, C. R. Prefácio. In: JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva – Escritos Situacionistas sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, 11 p.

ANDRADE, C. R. M. Ressonâncias do tipo cidade-jardim no urbanismo de cidades novas no Brasil. In: 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2000, Natal - RN. **Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal - RN: UFRN - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/738/713>>. Acesso em: 10 set. 2013.

ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARRAIS, T. A. **A região como arena política**. Goiânia: Vieira, 2007.

BARREIRA, C. C. M. A. **Relatório Técnico Final do projeto: Fragmentação das cidades-regiões na dinâmica espacial goiana: o entorno do DF e Goiânia**. Edital: MCT/CNPq 02/2006 – Universal. Número do processo: 485379/2006-6. Goiânia: 2009.

BARTHES, R. **A Aventura Semiológica**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAZOLLI, J. A. **Os Efeitos dos vazios urbanos no custo de urbanização da Cidade de Palmas**. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Pós-Graduação em Ciência do Ambiente, Palmas, 2007.

BERNARDES, G. D. **Goiânia**: cidade planejada-cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. 1998. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília.

BERNARDES, G. D.; SOARES JÚNIOR, A. A. Condomínios horizontais fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2007, p. 209-225. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/3142/3147>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIN, A. **O urbanismo depois da crise**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

BRITO, E. P. de. **O papel de Palmas – TO na rede de integração regional**. 260 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Dourados, MS: UFGD, 2009.

_____. As duas faces da cidade. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 10, n. 120.06, **Vitruvius**, jul. 2010. Disponível: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.120/3496>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, I. Operários na construção de Goiânia. In: **Educação em Mudança**. v. 7/8, Anápolis, 2001. p. 143-9.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHÊDO, W. S.; LIRA, E. R. Palmas ontem e hoje: do interior do Cerrado ao Portal da Amazônia. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, v. 1, n. 2, p. 51-73, jul. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

CATALÃO, Igor de França. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial**: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. 190 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia: uma metrópole em travessia**. 321 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2001.

CHAVEIRO, E. F.; PELÁ, M. C. H. Práticas espaciais na metrópole contemporânea: norma e vida em contraponto. In: ALMEIDA, M. G.; TEIXEIRA; K. A.; ARRAIS, T. A. (Org.). **Metrópoles: teoria e pesquisa sobre a dinâmica metropolitana**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012, p. 73-84.

_____. **Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

_____. **A práxis simbólica do Goiás profundo**. Goiânia: Mimeógrafo, 2008.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAUL, N. F. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

CICCOLELLA, P. Metrópoles do século XXI: à procura de um pensamento urbano latino americano. In: ALMEIDA, M. G.; TEIXEIRA; K. A.; ARRAIS, T. A. (Org.). **Metrópoles: teoria e pesquisa sobre a dinâmica metropolitana**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012. p. 9-19.

COELHO, I. T. P. O mutirão urbano: da solidariedade à exploração. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3184.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

CORIOLOANO, G. P. **Plano Diretor Participativo de Palmas: análise da aplicação de instrumentos urbanísticos para a redução das desigualdades socioterritoriais**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – PMDR/UFT, Palmas, 2011.

CORRÊA, L. E. O urbanismo depois do fim da história. *Arquitextos*. São Paulo, ano 06, n. 067.02, **Vitruvius**, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.067/398>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

ISBN: 978-85-68122-11-2

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CUNHA, E. J. R. **A natureza do espaço urbano**: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

DEBORD, G. E. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. In: JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva** – Escritos Situacionistas sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, 43-59 p.

DELGADO, G. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 2, p. 111-25, jan./abr. e maio/ago. 2010.

DINIZ, B. P. C. **O Cerrado brasileiro**: geopolítica e economia. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2006.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ESTEVAM, L. **Tempo da transformação**: estrutura e dinâmica econômica de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FERREIRA, I. C. B. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A (Org.). **Brasília ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985. 43-56 p.

FERREIRA, J. S. W. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **Revista SP Perspectiva, Revista da Fundação SEADE**, jan. 2001, SP, v. 14, n. 4, out./dez., 2000.

_____. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: **Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**, UNESP Bauru; SESC Bauru, 21 a 26 ago. 2005.

_____. **O mito da cidade-global**: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes; São Paulo: UNESP; Salvador: ANPUR, 2007.

FREITAS, W. D.; CHAVEIRO, E. F. Cerrado: modernização e ocupação a partir da localidade. **Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL**, 2011- Costa Rica, II Semestre 2011, pp. 1-16.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. **Memória cultural**: ensaios da história de um povo. Goiânia: Assessoria Especial de Cultura, 1985.

_____. Prefeitura Municipal. **Histórico de uma administração**: prestação de contas ao povo (1961-1965). Goiânia, 1966.

GONÇALVES, A. R. **Goiânia**: uma modernidade possível. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Salamanca: Akal, 2013.

HOLSTON, J. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IVAIN, G. Formulário para um novo urbanismo. In: JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva** – Escritos Situacionistas sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 67-77.

JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva** – Escritos Situacionistas Sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KRAN, F.; FERREIRA, F. P. M. Qualidade de vida na cidade de Palmas - TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Ambient. soc.** [online]. 2006, v. 9, n. 2, p. 123-141.

LARAIA, R. B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **O Fim da História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LENHARO, A. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIRA, E. R. **A Gênese de Palmas – Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps, 2011.

MACHADO, L. A. Uma cidade no sertão. In: FILHO, M. F. L. (Org.). **Formas e tempos de cidade**. Goiânia: Cãnone; Ed. UCG, 2007. p. 49-88.

MARX, K. O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo. In: _____. **O Capital**, Capítulo I, Seção 4. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#c1s4> >. Acesso em: 10 out. 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASSEY, D. Um sentido Global do Lugar. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000, p. 177-85.

_____. **O Capital**. Tomo I, v. 2, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O Capital**: crítica à economia política. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista, v. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do sudoeste goiano**. 457 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. R.; PELÁ, M. C. H. O Cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011.

MENDONÇA, M. R.; RIBEIRO, D. D. R.; THOMAZ JR, A. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho (Brasil). **Revista Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, v. 6, n. 119, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-mdoju.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

MORAES, L. M. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

MOREIRA, R. **Assim se passaram dez anos**: a renovação da Geografia no Brasil no período de 1978-1988. Rio de Janeiro: UFF, 2001.

_____. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Sociabilidade e Espaço: tendência das formas de organização geográfica das sociedades na era da terceira revolução industrial. **X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Edição eletrônica. São Paulo: Egal/USP.

_____. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MOYSÉS, A. **Goiânia**: metrópole não planejada. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

ISBN: 978-85-68122-11-2

_____. A Produção de Territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política. **II Encontro Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida: o desafio para as cidades do século XXI**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/arimoyses_tersegreg.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2014.

MOYSÉS, A., BORGES, E. M. **Dinâmica Imobiliária e a nova paisagem urbana da RM de Goiânia: o impacto da produção de alto nível**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1464&Itemid=54&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2014.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R. Ocupação e urbanização dos Cerrados: desafios para a sustentabilidade. **Revista eletrônica Cadernos MetrÓpole**, Goiânia, 2008, p. 197-220. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8693>>. Acesso em: 6 jan. 2013.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NIEUWENHUYS, C. Outra cidade para outra vida. In: JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva** – Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 114-117.

OESTE, REVISTA MENSAL. Goiânia: Agepel, 2001-CD-ROM.

OLIVEIRA, A. F. **Heterotopia, democracia e gestão urbana: desigualdades socioterritoriais e sociopolítica em Goiânia (1997-2008)**. 183 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos SocioAmbientais (IESA), UFG, Goiânia, 2011.

OLIVEIRA, A. F.; CHAVEIRO, E. F. Desigualdades sócio-espaciais, democracia e gestão metropolitana: análise do desempenho institucional em Goiânia (1997-2007). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia – Goiás – Brasil, v. 28 n. 2, p. 187-202, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/5743>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-56, jul./dez., 2003.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, G. O. **Lucio Costa**. Entrevista. São Paulo, ano 06, n. 023.03, Vitruvius, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/06.023/3313>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

OLIVEIRA, M. **Brasília**: o mito na trajetória de nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.

PALMAS. Prefeitura Municipal. **Plano Estratégico Municipal** – Assentamentos Precários. Palmas, TO, 2001.

_____. **Caderno de Revisão do Plano Diretor de Palmas**. 2005 (mimeo).

PAVIANI, A. (Org.). **Brasília ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

_____. **Brasília a metrópole em crise**: ensaios sobre urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

_____. Urbanização no Distrito Federal. Minha Cidade, São Paulo, 07.074, **Vitruvius**, set. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/07.074/1940>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

PELÁ, M. C. H. **Goiânia**: o mito da cidade planejada. 165 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. Palmas: entre muros, vazios urbanos e ausência de vitalidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 117.03, **Vitruvius**, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.117/3379>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

REVISTA A INFORMAÇÃO GOYANA. Goiânia: AGEPEL, 2001-CD-ROM.

RIBEIRO, A. C. T. Ação técnica e instrumentos: o poder do Estatuto da Cidade. **Enquete**. Cadernos de Urbanismo. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, ano 3, n. 4, 2001, p. 16-7.

RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: UNB, 2008.

SALVADOR, D. S. C. O. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 97-114, jan./jun. 2012. Acesso em: 17 mar. 2014.

SANTOS, A. G. **Culturas desviantes**: as espacialidades das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia). 321 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), UFG, Goiânia, 2011.

SANTOS, A. G. dos; ALMEIDA, M. G. de. **Entre Mundos**: as espacialidades nas e das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia–BR). Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/.../18.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 2, p. 21-2, out./dez. 2002.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A urbanização Brasileira Santos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, C. A. Antigos e novos olhares viajantes pelas paisagens do Cerrado. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 21-43.

SILVA, S. D. Encontros e desencontros no Oeste: reflexões teóricas sobre as demarcações simbólicas das comunidades ribeirinhas do Rio das Almas em Goiás, nas décadas de 1940 a 1950. **História Revista**, Goiânia: 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/9559/6612>>. Acesso em: mar. 2013.

SILVA, V. C. P. **Palmas, a última capital projetada do século XX**: uma cidade em busca do tempo. [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 294 p.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, N. H. B. de. **Construtores de Brasília**: estudo de operários e sua participação na política. Petrópolis: Vozes: 1983.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2010.

TEIXEIRA, Jodenir C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da AGB**. Três Lagoas/MS, v. 2, n. 2, ano 2, p. 21-42, set. 2005.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEZZALI, F. **Especial Latifúndio** – Concentração de terra na mão de poucos custa caro ao Brasil. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-caro-ao-brasil/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia A. de *et al.* **Metrópole e globalização**. São Paulo, Cedesp, 1999a.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999b.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP Lincoln Institute, 2001.

WEBER, M. O. Desenvolvimento das Idéias Capitalistas. In: **História Geral da Economia**. Tradução de Calógeras A. Pajuaba. São Paulo: Mestre, 1968.

WIERDERHECKER, C. **Cidade, promessa e exclusão: o Césio 137 em Goiânia**. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1998.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Sites Acessados

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em: 16 jun. 2012.

<http://www.observatoriogeogoiias.com.br>. Acesso em: 24 nov. 2012.

<http://www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2012.

<http://www.seplan.df.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2012.

<http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/>. Acesso em: 13 jun. 2012.

<http://www.goiania.go.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2013.

<http://www.ibge.gov.br/censo>. Acesso em: 08 jun. 2012.

<http://www.marxists.org>. Acesso em: 10 out. 2012.

<http://www.altiplano.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2012.

<http://www.revistas.ufg.br>. Acesso em: 09 dez. 2012.

<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 24 fev. 2013.

<http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 24 mar. 2012.

<http://www.sigmacom.br>. Acesso em: 24 jan. 2013.

<http://www.agrofava.com.br/>. Acesso em: 24 jan. 2013.

<http://www.df.gov.br/>. Acesso em: 31 jan. 2013.

<http://vemviverbrasil.com.br/roteiros>. Acesso em: 20 fev. 2013.

<http://www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 08 set. 2012.

<http://portal.palmas.to.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

http://portal.palmas.to.gov.br/conheca_palmas/. Acesso em: 20 fev. 2013.

<http://portal.to.gov.br/empresario/tocantins-para-investidores/447/>. Acesso em: 05 mar. 2013.

<http://www.seplan.to.gov.br/Portal/acontece/anuario-estatistico>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://www.codeplan.df.gov.br/areas-tematicas/informacoes-estatisticas.html>. Acesso em: 22 jan. 2014.

<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/anuario.html>. Acesso em: 25 jan. 2014.